

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANA PAULA LOPES DE SOUZA CORREIA

**IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA
ORGANIZAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR
NO AGRESTE PARAIBANO**

JOÃO PESSOA
2020

ANA PAULA LOPES DE SOUZA CORREIA

**IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA
ORGANIZAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR
NO AGRESTE PARAIBANO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Ivan Targino Moreira

JOÃO PESSOA
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C824i Correia, Ana Paula Lopes de Souza.

Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos na
Organização e Sustentação da Pequena Produção Familiar
no Agreste Paraibano / Ana Paula Lopes de Souza
Correia. - João Pessoa, 2020.
231 f. : il.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Agreste Paraibano. 2. Programa de Aquisição de
Alimentos. 3. Organização camponesa. I. Título

UFPB/BC

Dedico este trabalho aos pequenos produtores familiares que, em sua luta e resistência, encontram formas de permanecer no campo, contrariando as teorias mais pessimistas de desintegração do campesinato.

AGRADECIMENTOS

A construção desta tese durou cinco anos. Nesse intervalo, muitas coisas aconteceram... Vivenciei momentos felizes, tranquilos e momentos difíceis...

Após anos na fila de adoção, minha filha, tão sonhada e esperada, finalmente chegou, no meio do doutorado, trazendo tanto amor e desafios para uma mãe em construção. Dei entrada à licença adotante para me dedicar ao fortalecimento de vínculos e às demandas que todo nascimento de um filho traz aos novos pais. Mais um ano se passou até a conclusão do processo jurídico da adoção (Finalmente, de fato e de direito, minha filha para sempre!). Na reta final da tese meu companheiro de oito anos de caminhada, que tanto amo, foi diagnosticado com uma doença... Fez tratamento, passou por cirurgia... Recuperou-se, graças a Deus! Saímos ainda mais fortalecidos disso tudo, na certeza de que o amor é muito mais poderoso do que poderíamos imaginar.

Agradeço à minha mãe, Rita, pelo amor incondicional, praticamente mudando-se para minha casa para me apoiar nos cuidados com minha Isabel.

Aos meus irmãos, João Paulo e Erivaldo, às minhas cunhadas, Verônica, Sawana e Sandra e à minha prima, Luanna, pelas pessoas íntegras que são e pelas pessoas queridas que se tornaram para minha Isabel.

Ao meu esposo, Luiz, por todo amor e dedicação. Por ter acompanhado minha trajetória no doutorado desde o início, inclusive com o apoio logístico para realização do trabalho de campo e por todo amor, cuidado e suporte à nossa filha, especialmente nos meus momentos de ausência necessários à elaboração da tese.

À minha querida Isabel, minha filha, que do alto dos seus cinco aninhos nos adotou. Você é um serzinho de luz, minha filha, que só espalha amor por onde passa. Que privilégio ser sua mãe. Parafraseando o livro de Ana Davini, “Eu te amo até a Lua, ida e volta!”.

À Rilva, que nos estendeu a mão durante o momento difícil de diagnóstico, busca de médicos e cirurgia de Luiz. Com seu apoio sem dúvidas a fase se tornou mais leve.

À Vaneide, pelo valioso cuidado com a casa, fazendo comidas saborosas, com tanto cuidado e amor. Sem sua ajuda tudo teria sido mais trabalhoso!

Ao meu orientador, Professor Ivan Targino Moreira, pelos ensinamentos acadêmicos e ensinamentos que perpassam a academia, através da sua simplicidade e valiosos valores que cultiva, especialmente junto aos movimentos sociais. Gratidão pela paciência, pela compreensão silenciosa das minhas limitações e dificuldades e pelos cuidadosos apontamentos e correções no trabalho.

Aos professores do curso de Doutorado em Geografia, pelos quais nutro grande admiração. Faço especial menção à Professora Maria Franco, pelas análises críticas quanto ao papel da mulher na sociedade, durante a disciplina “Gênero, Trabalho e Território”, nos mostrando que é possível desconstruir o processo histórico de repressão e anulação da mulher em uma sociedade machista e patriarcal e, aos professores Emília Moreira, Ivan Targino, Marco Mitidiero e Anielson Barbosa, pelos oportunos debates acerca da questão agrária e da atuação das políticas públicas no contexto da pequena produção familiar.

Aos colegas, orientandos do Professor Ivan, Pablo, Rômulo, Alisson e Nayana (*in memoriam*), pelos momentos de leveza e conhecimentos compartilhados.

Aos colegas de turma, pelas informações e conhecimentos compartilhados, especialmente a Araci, pela amizade e pelas palavras de apoio.

À Sônia, pelas inúmeras gentilezas.

Aos queridos amigos Ana Carmen, Diogo, Ramailda e Fred, por terem assumido as minhas responsabilidades no setor de trabalho, na Coordenação de Planejamento (CODEPLAN), da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFPB (PROPLAN), essencial para a concretização do meu afastamento e dedicação ao Doutorado. Agradeço especialmente à minha chefia, Professor Gustavo Tavares e Professora Elizete Ventura do Monte, pela autorização para licença para capacitação, através do Programa de incentivo à qualificação da UFPB.

Agradeço de forma especial aos agricultores e piscicultores, que abriram as portas das Associações e as porteiras dos seus sítios, para contribuir com a pesquisa. Vocês trouxeram inspiração e deram vida a esse trabalho, através dos seus relatos de vida enquanto sujeitos de uma história de luta, resistindo bravamente ao avanço do capital no campo.

Aos Presidentes da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, da Associação dos Piscicultores de Acauã, da Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências, da Associação da Comunidade

Negra Senhor do Bonfim e da Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos (as) do Compartimento da Borborema (Ecoborborema), bem como aos Professores Carlos Minor e Fernando Garcia, da UFCG, pelas informações fornecidas durante a pesquisa de campo.

“E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infância, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?” (Almeida Garrett).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Título: Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos na Organização e Sustentação da produção familiar no Agreste Paraibano

Autora: Ana Paula Lopes de Souza Correia

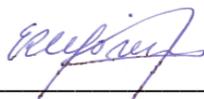
Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovado em: 14/05/2020

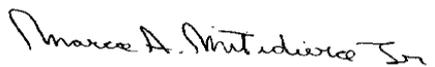
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Orientador



Profa. Dra. Emilia de Rodat Fernandes Moreira
Examinadora Interna (PPGG/UFPB)



Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior
Examinador Interno (PPGG/UFPB)



Profa. Dra. Rejane Gomes Carvalho
Examinadora externa (PPGE/UFPB)



Profa. Dra. Avani Terezinha Torres
Examinadora externa (UFPE)

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado, em 2003, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, através da compra institucional, e distribuição de seus produtos para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O objetivo desta tese é investigar os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos na organização e sustentação da pequena produção familiar no Agreste Paraibano. Para isso, foi realizado um estudo sobre o Programa, identificando a sua abrangência em termos de municípios atendidos, através de dados disponíveis no site da Conab. Paralelamente, foi realizada pesquisa de campo junto aos beneficiários fornecedores de cinco Associações que participaram do PAA no Agreste Paraibano, nos municípios de Araçagi, Areia, Esperança, Itatuba e Lagoa Seca. Os resultados mostram que o PAA possui baixa abrangência de municípios, não apenas no estado da Paraíba, mas no país como um todo. Apesar disso, o PAA representa uma conquista da luta dos agricultores retratada em uma porção de seu território, com o incentivo à utilização de práticas produtivas sustentáveis e alimentação saudável. Mas é uma conquista ameaçada, haja vista que esse território é passageiro no sentido de que pode se desfazer com a mudança de rumos das políticas de governo. O PAA praticamente chegou ao fim, com cortes de recursos do governo Federal. Os dados da pesquisa mostraram que o PAA teve um impacto nas comunidades pesquisadas, provocando um reavivamento nos assentamentos, com melhoria da renda através das compras garantidas pelo governo, redução da dependência dos atravessadores e canalização da produção para feiras agroecológicas. Com o fim do PAA, ficou o sentimento descrito por muitos entrevistados como “desilusão” e a muitos agricultores não restam alternativas a não ser voltar a depender da venda dos produtos a atravessadores. Apesar desse cenário de desconstrução de políticas públicas, a pesquisa de campo demonstra que os agricultores não pensam em sair do campo, criando formas de manter a subsistência de sua família, tendo as feiras como um importante canal de comercialização da produção.

Palavras-chave: Agreste Paraibano. Programa de Aquisição de Alimentos. Organização camponesa.

ABSTRACT

The Food Acquisition Program (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA) was created in 2003 and aimed at strengthening family agriculture through institutional purchase and also through distribution of its products to people in situations of food and nutritional insecurity. Thus, the objective of this thesis is to investigate the impacts of the Food Acquisition Program on the organization and support of small family production in a region of the state of Paraíba known as Agreste Paraibano. In order to have this objective accomplished, a study was carried out on the Program, identifying its scope in terms of municipalities served, using data available on the Conab website. Simultaneously, a field research was carried out with beneficiary suppliers of five Associations that participated in the PAA in Agreste Paraibano, in the municipalities of Araçagi, Areia, Esperança, Itatuba and Lagoa Seca. Results have shown that the PAA has a low coverage of municipalities, not only in the state of Paraíba, but in the country as a whole. Despite this, the PAA represents an achievement in the struggle of farmers portrayed in a portion of its territory, with the encouragement of the use of sustainable productive practices and healthy eating. On the other hand, it is a threatened achievement, given the fact that this territory is fleeting in the sense that it can be undone with the change in the direction of government policies. The PAA practically has come to an end, with resources cuts from the Federal government. Data collected has shown that the PAA had an impact on the communities surveyed, causing a revival in the settlements, with improved income through purchases guaranteed by the government, reduced dependence on middlemen and channeled production to agro-ecological fairs. With the end of the PAA, there was a remaining feeling described by many interviewees as “disillusionment” and many farmers have no choice but to return to depend on the sale of products to middlemen. Despite this scenario of deconstruction of public policy, field research shows that farmers do not think about leaving the field, creating ways to maintain their families’ livelihood, with open fairs as an important channel for marketing production.

Keywords: Agreste Paraibano. Food Acquisition Program. Peasant Organization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
AS-PTA – Assessoria e Serviços para Projetos em Tecnologias Alternativas
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CODEPLAN – Coordenação de Planejamento
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNT – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER – Empresa de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
FCP – Fundação Cultural Palmares
FRS – Fundo Rotativo Solidário
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
F2CCC – Rede Farm to Cafeteria Canada
GGPAA – Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO – Instituto Chico Mendes
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
MPC – Modo de Produção Capitalista
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCS – Organismo de Controle Social
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAM – Produção Agrícola Municipal
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PFZ – Programa Fome Zero
PIB – Produto Interno Bruto
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPGG – Programa de Pós-Graduação e Geografia
Proálcool – Programa Nacional do Álcool
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PT – Partido dos Trabalhadores
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIE – Serviço de Inspeção Estadual
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISPAA – Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
UF – Unidade de Federação
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vila na zona rural de Itatuba para onde foram realocadas as famílias atingidas pela construção da barragem de Acauã.....	129
Figura 2 - Canal da transposição do Rio São Francisco que leva água de Boqueirão à Itatuba e alimentará a Barragem de Acauã.....	130
Figura 3 - Plantações e área de reserva da Comunidade Negra Senhor do Bonfim	149
Figura 4 - Casa de Farinha da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, em funcionamento em 2018.....	150
Figura 5 - Fruteiras no Assentamento Oziel Pereira, na zona rural de Remígio-PB	154
Figura 6 - Prédio da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do município de Araçagi (visão da área externa e interna).....	168
Figura 7 - Assentamento Santa Lúcia e Açude Araçagi com tanques rede da Associação	168
Figura 8 - Associação dos piscicultores de Acauã.....	169
Figura 9 - lote com várias gaiolas com armazenamento de tilápia na barragem de Acauã	173
Figura 10 – Tabela que fica disponível aos piscicultores da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do município de Araçagi, com informações para alimentação do peixe	174
Figura 11 - Lote com várias gaiolas na barragem de Acauã	174
Figura 12 - Plataforma de elevação flutuante.....	175
Figura 13 - Gaiola para retirada do peixe.....	175
Figura 14 - Plantação de abacaxi em propriedade particular às margens da barragem de Araçagi	177
Figura 15 - Recebimento de ração para tilápia.....	178
Figura 16 - armazenamento de peixe para venda no município de Araçagi	184
Figura 17 - Barraca para venda de peixe na cidade de Araçagi	184
Figura 18 - Construção de tanques para criação de alevinos na Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi.....	185

Figura 19 - Plantação de macaxeira, feijão, laranja, limão e criação de galinha e peru na Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi	186
Figura 20 - galinhas no quintal de uma casa na Comunidade Negra Senhor de Bonfim	191
Figura 21 - Plantação de hortaliças na Comunidade Negra Senhor do Bonfim	191
Figura 22 - Vista para o açude do Quilombo de Areia	192
Figura 23 - Irrigação feita a partir de água armazenada em cisterna na zona rural de Esperança.....	192
Figura 24 - Roçador de mato de agricultor da zona rural de Esperança	193
Figura 25 - Aproveitamento de resíduos naturais para fertilização do solo, na zona rural de Esperança.	194
Figura 26 - Feira de orgânicos dos produtos da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim	196
Figura 27 - Feira agroecológica da Ecoborborema no município de Araçagi.....	197
Figura 28 - Fubá agroecológico do Polo da Borborema à venda na feira agroecológica da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim.	199
Figura 29 - Cozinha industrial para produção de polpa de frutas, zona rural e Esperança	200
Figura 30 - Armazenamento de sementes da Paixão no sítio Caldeirão, na rural de Esperança.....	201
Figura 31 - Organização de sementes da paixão no Assentamento Oziel Pereira.....	201
Figura 32 - Certificado de Sementes da Paixão de família guardiã de sementes crioulas na zona rural de Esperança-PB	202
Figura 33 – Produção de hortaliça na Comunidade Negra Senhor do Bonfim	205

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB da Mesorregião do Agreste Paraibano	115
Gráfico 2 – Brasil: Total de Recursos (R\$) do MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA, de 2003 a 2018.....	157
Gráfico 3 – Brasil: distribuição dos recursos (%) do PAA, por região, em relação ao total de recursos do PAA do Brasil, 2018	158
Gráfico 4 – Paraíba: valores (R\$) formalizados no PAA no estado da Paraíba, de 2010 a 2018.....	161
Gráfico 5 – Número de municípios atendidos pelo PAA no estado da Paraíba, de 2010 a 2017.....	163
Gráfico 6 – Paraíba: evolução da quantidade (em toneladas) de produtos adquiridos pelo PAA, de 2005 a 2017	164

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Identificação das microrregiões do Agreste e municípios visitados	36
Mapa 2 – Regiões Geográficas da Paraíba segundo os limites naturais	111
Mapa 3 – Mesorregiões da Paraíba, microrregiões do Agreste e municípios visitados	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis, indicadores e fonte de dados utilizados na pesquisa	41
Quadro 2 – Pontos positivos, pontos negativos e perspectivas do PAA	104
Quadro 3 – Associações visitadas, ano de criação das associações, ano de início do PAA, importância e dificuldades do PAA e alternativas ao fim do Programa.....	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População da pesquisa de campo quanto aos beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras	35
Tabela 2 – Trabalhos de dissertações e teses sobre o PAA nos Programas de Pós-Graduação em Geografia (2013-2019)	82
Tabela 3 – Produto Interno Bruto da Paraíba e suas mesorregiões, 2017	114
Tabela 4 – Produto Interno Bruto da Paraíba, Agreste e suas Microrregiões, 2017.....	115
Tabela 5 – População residente total, rural e urbana, na Paraíba, Agreste e suas microrregiões, 2010	116
Tabela 6 – Área colhida de lavouras permanentes e lavouras temporárias na Paraíba e Agreste Paraibano	117
Tabela 7 – Estrutura Fundiária do Agreste Paraibano, em 2006	118
Tabela 8 – Estrutura Fundiária do Agreste Paraibano, em 2017	119
Tabela 9 – Abrangência do PAA, em 2016 e 2017, por regiões e unidades da Federação	159
Tabela 10 – Brasil: Total de beneficiários fornecedores no Brasil, por categorias participantes do PAA, de 2010 a 2017.....	160
Tabela 11 – Paraíba: Produtos adquiridos através do PAA em 2017	165
Tabela 12 – Paraíba: Quantidade de organizações fornecedoras segundo unidades consumidoras, 2017	166
Tabela 13 – Custo mensal para produção de peixes <i>in natura</i> para o PAA, em Araçagi e Itatuba.....	178
Tabela 14 – Valor formalizado, número de beneficiários fornecedores, número de produtos e quantidade de produtos no PAA da Ecoborborema, de 2010 a 2017	205
Tabela 15 – Valor formalizado, número de beneficiários fornecedores, número de produtos e quantidade de produtos no PAA da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, de 2010 a 2017	206
Tabela 16 – Valor formalizado, número de beneficiários fornecedores, número de produtos e quantidade de produtos no PAA da Associação dos pequenos produtores de Barra do Câmara, Carrasco e Adjacências, em 2010, 2011, 2014 e 2017.	207
Tabela 17 – Preço dos produtos ofertados nas feiras e preço de tabela do PAA.....	208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1 – O ESTADO E A PRODUÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR	42
1.1 O PAPEL DO ESTADO NA DINÂMICA DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR	42
1.2 VISÃO MARXISTA DO ESTADO.....	47
1.3 O PAPEL DO ESTADO NA DESINTEGRAÇÃO OU RECRIAÇÃO DO PEQUENO PRODUTOR FAMILIAR.....	59
1.4 ESPAÇO, PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS	67
2 – O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	74
2.1 DESCRIÇÃO DO PAA	74
2.2 PAA NA LEITURA DA ÁREA DE GEOGRAFIA	81
2.3 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PAA	82
2.4 IMPACTOS DO PAA NA PRODUÇÃO FAMILIAR	85
2.5 PERSPECTIVAS DO PAA	101
3 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO AGRESTE PARAIBANO E SUAS TRANSFORMAÇÕES	109
3.1 O AGRESTE PARAIBANO ENQUANTO PALCO DE LUTA E RESISTÊNCIA NO CAMPO: CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUISADAS ...	121
3.1.1 Barragem de Acauã	122
3.1.2 Assentamento Santa Lúcia e barragem de Araçagi.....	131
3.1.3 Comunidade Negra Senhor do Bonfim	139
3.1.4 Assentamento Oziel Pereira.....	151
4 – O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO AGRESTE PARAIBANO	157
4.1 EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	157
4.2 IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO AGRESTE PARAIBANO	167

4.2.1 Atividade piscicultura: Associação dos Piscicultores de Acauã e Associação dos Piscicultores e Aquicultores do município de Araçagi.....	167
4.2.1.1 Estratégias adotadas.....	169
4.2.1.2 Organização da produção de peixes em tanques rede.....	173
4.2.1.3 PAA e geração de renda.....	177
4.2.1.4 Impactos do fim do PAA e estratégias de sobrevivência.....	181
4.2.1.5 Dificuldades de organização do produtor familiar.....	187
4.2.2 Produção de hortifrutigranjeiros nas Associações da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, Ecoborborema e Associação dos pequenos produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências	189
4.2.2.1 Organização da produção agropecuária.....	190
4.2.2.2 Alternativas de sustentação da produção familiar.....	195
4.2.2.3 O PAA e o fortalecimento da agricultura familiar.....	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS	219
APÊNDICES	228
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS PRODUTORES RURAIS E BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA.....	228
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS	231

INTRODUÇÃO

A presente tese tem como tema o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Agreste Paraibano, no período 2010 a 2019. A motivação e a justificativa para o estudo decorrem da relevância de se investigar os impactos de uma política pública que propõe o alinhamento entre o fortalecimento da agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional. As informações referentes ao sucesso e aos gargalos na implementação do PAA podem contribuir para uma melhor compreensão do seu funcionamento e seu impacto para os pequenos produtores rurais. Vale destacar que o tema escolhido contribui para se entender como se constitui a economia local e esse compromisso se faz imperativo afirmar.

A construção deste trabalho se fez sob um olhar geográfico, relacionado aos desafios da reprodução da agricultura familiar no campo, frente ao avanço das formas capitalistas de produção. Para a compreensão do tema também se fez necessária a interlocução com autores de outras áreas acadêmicas, a exemplo da Economia, Sociologia e Antropologia.

O PAA foi criado, no início do Governo Lula, em 2003, e teve como base debates acerca do combate à fome e à garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. O Programa surgiu em um momento histórico do Brasil onde se tem um avanço das organizações sociais com o surgimento de um governo popular.

O ex-Presidente Lula foi eleito a partir de alianças político-partidárias com setores conservadores ligados à elite agrária brasileira, mas também fez importantes alianças com os movimentos populares e foi a partir disso que o PAA teve participação popular na formulação de sua plataforma de governo.

Em 2010, Dilma Roussef é eleita Presidente, dando continuidade às políticas públicas iniciadas no Governo Lula, mas com redução no montante de investimento voltado à pequena produção familiar. Em 2014, Dilma é reeleita, em um contexto macropolítico desafiador, em que se reelegeu com uma margem pequena (51,64%) de votos, ao mesmo tempo em que se elegeu um Congresso e Senado ainda mais conservador, apontando para a forte onda de ideologia liberal e de direita, cenário no qual começa a se desenhar o Golpe de 2016.

Em 2015, um pedido de impeachment é aceito pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao mesmo tempo em que os movimentos de direita (Movimento Brasil

Livre, Vem pra Rua e Movimento Contra a Corrupção) ajudam a articular manifestações de ruas para fortalecer o pedido de Impeachment, e os veículos de imprensa, notadamente o Jornal Nacional, reforçam essa articulação atribuindo um caráter sólido ao frágil respaldo legal do pedido. Como resultado dessa articulação parlamentar, jurídica e midiática, o Golpe de Estado se efetiva, em 2016, com a Presidente Dilma Roussef deposta da Presidência, ficando em seu lugar o seu vice, Michel Temer, onde se intensifica um cenário de crise política e retrocessos na área social, com severas restrições orçamentárias, dando-se início ao desmonte da estrutura organizacional de suporte às políticas públicas.

Com isso, há uma mudança de um governo de centro-esquerda, com pautas voltadas a uma maior participação do Estado na economia, para governos com pautas neoliberais, onde se apregoa um Estado mínimo.

Mattei (2018) destaca como principais pontos de retrocessos do Governo Temer: aprovação, em 2016, da Medida Provisória 726, que extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário; desconstrução do PAA, com recolhimentos de recursos liberados à CONAB; restrição das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e desconstrução do corpo técnico do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Além disso, foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que limita os gastos públicos ao aumento da inflação, na prática, congelando os gastos por 20 anos.

No âmbito do PAA houve um corte de 98% no seu orçamento, praticamente pondo fim ao Programa diante da falta de recursos destinados ao seu funcionamento. Essa conjuntura não surge por acaso, advém de um processo de desconstrução das políticas públicas e faz parte da nova estruturação das relações de poder no país.

Em 2018, Jair Bolsonaro é eleito Presidente, configurando-se em um Governo de extrema direita e alinhamento neoliberal. Embora eleito, aparentemente, de forma democrática, o contexto que o levou à Presidência também pode ser lido como um novo Golpe ou uma extensão do Golpe de 2016, no sentido de que forças foram movidas de forma a induzir modificações nos resultados das eleições, dentre elas, a disseminação em massa de notícias falsas com grande potencial de influenciar a opinião pública, e, mais uma vez, articulação política, jurídica e midiática que levaram à prisão de seu principal adversário político, o ex-Presidente Lula, conduzida principalmente pelo então

Juiz Sérgio Moro, que posteriormente se torna Ministro da Justiça no Governo Bolsonaro¹.

Com a eleição de Bolsonaro, se intensificaram as perdas de direitos em todos os campos e em especial no meio rural, através de desmantelamento do setor público, desmonte de importantes setores e Ministérios que davam suporte à agricultura familiar e aprovação de projetos que são desengavetados pela bancada ruralista.

Esse contexto traz desafios à agricultura familiar brasileira, que tem sua marca na marginalização histórica no tocante à desigualdade da estrutura fundiária e em geral sendo esquecida pelas políticas públicas agrícolas e encontrava nos governos populares alguma chance de fazer fissuras nesse processo.

A produção de alimentos de subsistência sempre esteve ligada às pequenas e médias propriedades, através de parcerias, arrendamento etc. Por outro lado, uma grande parcela da força de trabalho rural esteve associada à grande propriedade, voltada fundamentalmente para a exportação e não para a subsistência da população.

Nesse sentido, Josué de Castro chama atenção para o fato de que, no Nordeste brasileiro, a fome esteve mais presente na região mais rica, região açucareira, do que nas regiões mais pobres, em decorrência da expansão de monoculturas, como a cana-de-açúcar, em detrimento das culturas de subsistência. Nas palavras do autor:

Quando se estudam as condições de alimentação dessa área, o que logo surpreende o investigador é o contraste marcante entre as aparentes possibilidades geográficas e a extrema exiguidade dos recursos alimentares da região (...). Esse fenômeno é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais. As condições tanto do solo quanto do clima regionais, sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares (CASTRO, 1984, p. 106).

A questão da fome no Brasil é secular, embora tenha havido iniciativas desde o período colonial para tentar resolver esse problema, a exemplo da obrigatoriedade dos senhores de engenho de plantar mandioca, através da imposição de cotas de produção, para alimentar os escravos, a fim de minimizar o problema de abastecimento dos alimentos de subsistência (LINHARES, 1979).

¹ As articulações imorais que levaram à prisão do ex-Presidente Lula vieram à tona através de reportagens do site The Intercept Brasil, a partir de junho de 2019, sob a condução do Jornalista Glenn Greenwald. Em setembro de 2019, foi instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), trazendo a público a relação entre a disseminação de notícias falsas e pessoas ou grupos de pessoas ligadas a Bolsonaro, seu partido político à época (PSL) e sua família.

A frase de Josué de Castro que diz: “A fome e a guerra não obedecem a qualquer lei natural. São, na realidade, criações humanas”, é verdadeira, sobretudo nos dias atuais, quando se pensa que, se há fome no mundo, parece não ser por falta de alimentos, mas sim pela má distribuição que leva grande parte da população a não participar do circuito do consumo. Hoje, mais do que nunca, a fome é uma decisão política (CASTRO, 1961, P. 45).

O pensamento de Josué de Castro serve como um indicador da perspectiva desse trabalho, especialmente, ao afirmar que a fome é uma decisão política, haja vista que se pretende trazer à tona o estudo de uma política pública, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, onde está presente a noção de política, de poder e de construção a partir da perspectiva da participação social, noção esta que permeia o trabalho.

Ao se estudar o PAA, assim como se observa em vários outros projetos, na esfera estadual, regional e nacional, na década de 1990, e principalmente ao longo dos anos 2000, algo em comum na construção desses projetos é a ideia de participação social na formulação e execução da política pública. Essa construção social, com participação de sujeitos envolvidos, pelo menos do ponto de vista da proposta das políticas, passou a estar presente no cenário político do país após 2003, com o Governo Lula. No entanto, não se pode perder de vistas que toda política pública faz parte de uma estrutura de poder.

A fome, apenas recentemente, passou a ser uma questão governamental, mais especificamente a partir do Governo Getúlio Vargas (1930-1945), com o desenvolvimento de programas de assistência à população. No entanto, algumas das suas iniciativas não foram adiante ou, as que foram mantidas, foram restringidas pelo governo militar.

Na década de 1950, em um contexto de lutas, as Ligas Camponesas, através da união de trabalhadores e trabalhadoras rurais, ganharam força como símbolo de resistência no meio rural, contestando o modelo fundiário concentrado nas mãos de grandes proprietários de terra (MOREIRA, TARGINO E MENEZES, 2011).

Do ponto de vista histórico, a última política agrária que poderia ter modificado a estrutura fundiária brasileira data da década de 1960, no governo João Goulart, e foi uma das razões pelas quais o Presidente foi deposto pelo golpe de 1964. O projeto, que se transformou em um Decreto, em 1964, previa a desapropriação de terras ao longo das

rodovias federais que beneficiaria a pequena produção familiar e poderia, a partir daí, ter ressurgido outro Brasil desenhado em outra estrutura fundiária.

Junto com a proposta de reforma agrária e as reivindicações das Ligas Camponesas veio a reação do latifúndio e da classe política conservadora, culminando no golpe de 1964. A repressão política trouxe muitas perseguições, prisões e mortes dos principais integrantes do movimento, além da cassação dos direitos políticos de lideranças de esquerda. Com o golpe, até mesmo o termo camponês assume uma forte conotação política e passa a ser reprimido pelo regime militar, que, para eles, estava ligado à subversão.

Nas palavras de Moreira, Targino e Menezes (2011, P. 91):

Com efeito, o poder dos senhores de terra que permaneceu praticamente intocado desde o início da colonização não podia assistir passivamente a essa crescente contestação à ordem secularmente estabelecida. Era preciso acabar com as ligas! As tentativas de eliminar as ligas assumiram diferentes feições, indo desde o convencimento no âmbito familiar até a repressão generalizada quando do golpe militar de 1964.

Moreira, Targino e Menezes (2011) classificou o movimento das Ligas Camponesas no Estado como o movimento camponês mais importante da história da Paraíba, com uma mobilização sem precedentes, trazendo a consciência sobre os direitos dos trabalhadores, fazendo com que muitos agricultores passassem a contestar as formas de exploração do latifúndio.

O jogo de forças resultou favorável ao capital, mas a fissura na estrutura de poder foi instalada. Apesar da permanência da dominação do capital, o espaço agrário nas suas estruturas políticas, econômicas e sociais resultou modificado, ressurgindo, de uma forma ou de outra, em novos embates e em algumas conquistas (MOREIRA, TARGINO E MENEZES, 2011, P. 115).

Ainda em 1964, o governo militar aprovou o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), com o intuito de regular a execução da política e da reforma agrária. Com a repressão à luta camponesa e o Estado agindo em conformidade com os interesses do grande latifúndio, o capital encontra campo fértil para se desenvolver.

Nos anos 1970, vivenciou-se o processo de modernização da agricultura brasileira, também conhecido como modernização conservadora, com políticas públicas direcionadas àqueles setores mais capitalizados, privilegiando a grande propriedade, com incentivo à mecanização das lavouras, aumento do uso de agrotóxicos e a produção

de culturas voltadas ao mercado internacional e que exigem grandes extensões de terra para sua produção (DELGADO, 2012).

A preocupação dessa política agrária estava voltada à questão técnica da agricultura e não à questão social da terra. A prioridade voltou-se ao aumento da produtividade da agricultura e daí o estímulo à tecnificação e à modernização no campo. Assim, a modernização conservadora altera a base técnica da agricultura, sem alterar a estrutura fundiária.

O processo de modernização da agricultura também é acompanhado da necessidade de se aumentar a produtividade do trabalho, que se dá através do aumento da exploração da mão-de-obra, seja com aumentos da jornada de trabalho, seja pela intensificação do ritmo de trabalho, de modo a produzirem mais em um menor espaço de tempo (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Todo esse processo agravou a estrutura fundiária no Estado da Paraíba, com elevação do Índice de Gini² de 0,823, em 1970, para 0,829, em 1980. Houve redução na participação dos estabelecimentos com até 50 hectares na área total dos estabelecimentos agropecuários ao passo que a área dos estabelecimentos com mais de 500 hectares aumentou sua participação (MOREIRA E TARGINO, 1997).

A modernização conservadora relega a segundo plano a pequena agricultura e fortalece o favorecimento da grande agricultura, uma vez que ao gerar e financiar um complexo agroindustrial, que requer altos recursos, beneficia os grandes proprietários de terra.

O complexo agroindustrial surge na década de 1970, na articulação da agricultura com a indústria, para que a própria agricultura passasse a ser a mantenedora da indústria e a indústria, por sua vez, a transformadora da matéria-prima e dos alimentos para levar para o mercado. Dessa forma, a agricultura passou a ser a impulsionadora do desenvolvimento da indústria através do complexo agroindustrial (MOREIRA E TARGINO, 1997).

² Índice de Gini é um coeficiente que mede a concentração de uma distribuição qualquer. O Índice varia de zero a um. Quanto mais próximo de zero menor a desigualdade e quanto mais próximo de um maior a desigualdade (MANKIW, 2009). No caso em apreço, foi calculado o índice para medir a concentração da estrutura fundiária, isto é a distribuição dos estabelecimentos de acordo com grupos de área.

Com isso, há uma forte expansão do capitalismo no campo, influenciada pelo regime militar. A tônica passa a ser a questão do assalariamento no campo e as mais variadas formas de extração da mais valia do trabalhador e expropriação dos seus meios de produção.

Em pleno período de ditadura militar, em 1964, foi fundada a primeira organização sindical nacional no campo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como forma de enfrentamento ao latifúndio, com atos de resistência às explorações dos trabalhadores no campo e levantando-se a bandeira da necessidade de reforma agrária no país.

Em 1983, é criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984, possibilitando uma mobilização dos trabalhadores do campo e da cidade em torno de causas trabalhistas e contestação da estrutura de poder, com reivindicações a nível nacional pela reforma agrária.

Como fruto da luta dos movimentos sociais, em outubro de 1985, é proposto o I Plano Nacional de Reforma Agrária (Decreto N° 91.766/1985), apontando-se como uma estratégia de ação de governo, que propunha iniciativas de distribuição de terra, complementada com uma política agrícola de acesso a crédito, seguro agrícola, preços mínimos etc (BRASIL, 1985).

No entanto, frente ao risco de alterações na estrutura fundiária do país, o poder legislativo faz alterações significativas na proposta e a reforma agrária não atinge seu objetivo.

Nos anos 1990, tem-se como marco a abertura comercial e desregulamentação dos mercados, trazendo uma forte concorrência ao país, além de estar vigente a implementação de um modelo neoliberal com participação mínima do Estado na economia.

Desde o início da ditadura militar até o final do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, os intelectuais e a direita brasileira procuravam mostrar que a modernização da agricultura havia resolvido a questão agrária no país. Entendia-se que a questão agrária estava superada, porque o campo tinha atingido um patamar de produção agrícola capaz de colocar o Brasil entre as grandes potências mundiais produtoras de alimentos e de grãos.

Além disso, entendia-se que a questão agrária tinha sido resolvida pela expulsão maciça da população do campo para a cidade, transformando a população de rural para urbana. Portanto, por essa lógica, não existia mais questão agrária porque não existia mais camponês, uma vez que migraram para a cidade através do processo de modernização do campo e foram transformados em assalariados.

Dentro da lógica da política neoliberal, a preocupação deveria ser com a questão urbana e não mais com a questão agrária e, assim, renegou-se a realidade da existência de um movimento dos sem terra que clamava por distribuição de terras.

No entanto, os olhos vedados dos teóricos neoliberais despertam abruptamente com as tragédias de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, que culminou na morte de dezenas de trabalhadores sem terra. Toda essa luta estava presente, mas os defensores da teoria do fim da questão agrária, do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, tiraram do Estado o foco com essa questão social, através de uma análise teórica que não condizia com a realidade (MARTINS, 2003).

Esse entendimento de que a luta pela terra estava apenas localizada, como algo pontual que não precisaria de maiores atenções do governo, tem a ver com a ideia da dualidade entre o Brasil arcaico e o Brasil desenvolvido. O Brasil agrário era visto como resquício e, assim sendo, a demanda que vinha do campo era considerada pequena. Com isso, a agricultura de subsistência não tem a atenção devida em termos de políticas públicas que a fortalecesse.

Nas palavras de Martins (2003):

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso havia começado com base na suposição de que o Brasil já não era um país agrícola, que o número de trabalhadores rurais era proporcionalmente pequeno e caminhava para maior redução ainda, seguindo a tendência moderna dos países desenvolvidos. Dentro e fora do governo, as demandas feitas em nome dos trabalhadores do campo, não raro com sua escassa participação, apareciam para amplo espectro da inteligência brasileira como demandas do Brasil arcaico, em descompasso com o Brasil moderno dos projetos nacionais de desenvolvimento (MARTINS, 2003, P. 144)

Assim, até meados dos anos 1990, não havia políticas públicas específicas voltadas ao segmento da agricultura familiar e existia uma pressão dos trabalhadores rurais, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

(DNTR/CUT), à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por uma política de reestruturação produtiva dos agricultores familiares e reforma agrária.

É nesse cenário que, em 1996, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a principal política voltada ao produtor rural, criada principalmente devido às reivindicações sociais. Mas é apenas a partir dos anos 2000 que o Pronaf é ampliado para todas as unidades da federação e são reforçados os investimentos para a pequena produção familiar, através da criação das modalidades Pronaf Alimentos, Pronaf Pesca, Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Semiárido e Pronaf Máquinas e Equipamentos (MATTEI, 2018).

Além disso, os anos 2000 se iniciam sob a influência da abordagem territorial, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, onde são criadas várias políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa Território da Cidadania e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Essas políticas, em seu conjunto, visam ao fortalecimento da agricultura familiar através da integração dos pequenos produtores ao mercado e possuem um viés mais territorial, com ênfase na participação social no processo de formulação e execução das políticas. Conforme Fernandes (2015), paralelamente às formulações dessas políticas públicas afloram disputas por território, enquanto elemento da questão agrária atual.

A finalidade do PAA é incentivar a agricultura familiar por meio da compra de produtos agropecuários que, por sua vez, serão destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar. Além disso, a compra de produtos também é destinada à formação de estoques (BRASIL, 2017).

O público alvo do Programa são os beneficiários fornecedores, que correspondem aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas rurais. Tem-se também como público alvo as unidades receptoras beneficiadas, como abrigos, albergues, casas de amparo às crianças e idosos, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associações comunitárias, creche, escola e pré-escola, entre outros (BRASIL, 2017).

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em relação aos beneficiários fornecedores, em 2016, no Brasil, foram gastos R\$

3.832.985.520,00 na aquisição de produtos, com a comercialização de 88.120.176 quilos de alimentos produzidos por 845 produtores (CONAB, 2016).

No Nordeste, o investimento foi de R\$ 1.161.306.846,00, sendo o montante de recurso gasto no estado da Paraíba da ordem de R\$ 12.462.648,38. O número de famílias fornecedoras beneficiadas com o PAA no Nordeste e na Paraíba foram 403 e 38, respectivamente. Foram adquiridos 32.031.632 quilos de alimentos no Nordeste e 5.003.044 quilos na Paraíba (CONAB, 2016).

A historiografia brasileira mostra que a pequena produção familiar se reproduziu de forma extremamente pobre, com o Estado sempre em detrimento dele, não havendo uma política pública voltada de fato para o seu fortalecimento, com modificações da estrutura fundiária do país, pois as políticas públicas de grande no Brasil, mesmo que de alguma forma beneficie o pequeno agricultor, é na grande propriedade que se concentra em termos de recursos.

Os dados do Plano Safra 2019/2020 mostram um total de 222,75 bilhões destinados ao crédito rural, para custeio, comercialização, industrialização e investimento. Desse total, R\$ 31,22 bilhões são destinados ao pequeno produtor e R\$ 26,49 ao médio produtor, ao passo que ao agronegócio e demais produtores são destinados R\$ 165,04 bilhões (MAPA, 2019).

Vale o questionamento: por que historicamente nunca houve o interesse do Estado em priorizar a pequena produção familiar? Neste trabalho corrobora-se com a seguinte hipótese: porque é um Estado capitalista e um Estado de classes e como tal vai favorecer a classe mais poderosa, que é detentora do poder.

Na história do Brasil, houve apenas um operário que conseguiu chegar à Presidência da República, trazendo avanços na área social no meio rural e urbano. Mesmo assim, precisou ceder em muitos momentos para os ruralistas, que são os grandes proprietários de terra ligados ao complexo agroindustrial que se transformou no agronegócio, com a mutação da agricultura em commodity.

Diante do exposto, o problema de pesquisa que se pretende investigar é: de que forma se materializou a utilização dos recursos destinados ao PAA, ou seja, quais as especificidades, desdobramentos e implicações do PAA na organização e sustentação da agricultura familiar no Agreste Paraibano? Diante desse novo cenário, cabe também o questionamento: quais os impactos do processo de desconstrução do PAA enquanto

política pública, ou seja, quais os tipos de implicações sobre os sujeitos que são alvo desse projeto?

A partir desses questionamentos, um dos desafios desse trabalho é trazer contribuições em torno da perspectiva de poder, de políticas públicas como processo de construção social, mas não estando isento das relações de poder das quais faz parte.

Quando se fala em impacto, sustentação, não é apenas do ponto de vista da redução de recursos e da diminuição da quantidade produzida, mas também o impacto do ponto de vista social e do ponto de vista político.

Buscou-se com esse trabalho demonstrar como o projeto se organizou e como se aplicou no espaço escolhido para o estudo, observando-se a produção, abrangência do Programa etc., mas também se lançou um olhar sob o impacto na organização das atividades da agricultura familiar enquanto organização social, identificando que impactos o PAA tem do ponto de vista de uma política que vai contra o modelo hegemônico de poder, onde o Estado muitas vezes atua contra a permanência de atividades ou de estruturas sociais que contrarie o modelo vigente.

Então, buscou-se identificar a efetividade do PAA e também identificar como a agricultura familiar se organiza e como ela vai permanecer diante do impacto da perda do apoio da política pública.

Por fim, vale ressaltar que o PAA é uma política que tem como mecanismo de implantação a inserção do pequeno produtor no mercado. Daí surgem duas hipóteses de trabalho: a primeira afirma que a organização interna da pequena produção passaria a ser regida por uma lógica de funcionamento capitalista, com produtores de alimentos subordinados à lógica do mercado. A segunda formula que, com a inserção do pequeno produtor rural no mercado, há uma maior possibilidade de a pequena produção continuar se organizando como uma organização familiar, ou seja, maiores chances ao pequeno produtor para continuar sendo pequeno, mas dentro de um padrão de consumo e de produção mais elevado.

Diante do acima exposto, este trabalho tem como objetivo geral avaliar os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na organização e sustentação da agricultura familiar no Agreste Paraibano. Além desse objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) descrever o Programa de Aquisição de Alimentos e examinar a sua consistência interna, através da análise do PAA; b) identificar o impacto do PAA na produção de alimentos no Agreste Paraibano e; c)

discutir a contribuição do PAA quanto à recriação das pequenas unidades de produção rural no Agreste da Paraíba.

Procedimentos metodológicos

Para a consecução dos objetivos do estudo, quanto à natureza da pesquisa, foi adotada a abordagem quanti-qualitativa, apoiada na percepção de Minayo (2004) de que as abordagens quantitativa e qualitativa, além de não serem incompatíveis, quando trabalhadas conjuntamente, produzem riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.

A abordagem qualitativa se configura pelo fato de que o estudo visa apreender tanto aspectos abrangentes quanto mais particulares da política pública estudada, os quais não são redutíveis à mensuração, ou seja, ao esquadramento matemático e estatístico. Ao mesmo tempo, a pesquisa também se configura como quantitativa na medida em que trabalha com a evolução de dados relativos ao PAA.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica porque faz uso das contribuições de diversos autores sobre o tema pesquisado.

Buscou-se obter conhecimentos sobre o processo de implementação da política, bem como sobre a percepção de seus beneficiários fornecedores quanto a esse processo. Para isso, foi imprescindível apreender a opinião dos sujeitos da pesquisa. Desse modo, se fez necessária a pesquisa de campo, através da qual foram levantadas informações primárias, por meio de entrevistas e questionários semiestruturados, processo fundamental para consecução dos objetivos a que se propõe este trabalho.

No que diz respeito ao PAA, os sujeitos que participam do Programa estão divididos em dois grupos: os beneficiários fornecedores, que são agricultores familiares, assentados de reforma agrária, quilombolas e pescadores artesanais agroextrativistas, responsáveis pela produção dos alimentos, e os beneficiários consumidores, que são os indivíduos de creches, escolas, casas de apoio ao idoso etc., que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e recebem os produtos do PAA. O PAA pode ser observado do ponto de vista da produção dos alimentos e do ponto de vista do consumo dos produtos.

Neste trabalho, considerando o objetivo da pesquisa, que é identificar os impactos do PAA na organização e sustentação da pequena produção familiar, foram escolhidos como sujeitos da pesquisa os beneficiários fornecedores.

No tocante ao período considerado, trabalha-se com os anos de 2010 a 2019, com dados disponíveis no site da Conab e informações da pesquisa de campo. A Conab não possui registro histórico com os dados do PAA por município para o período 2003 a 2009, apenas dados agregados disponíveis nos relatórios anuais de execução do PAA para o Brasil, regiões e Unidades de Federação (Unidade de Federação).

Segundo informações da Superintendência da Conab na Paraíba não seria possível disponibilizar as informações para os municípios do Agreste, pois:

Os dados de 2003 a 2009 estão em forma de processos de cada valor formalizado com as associações. Seria um gasto de energia muito grande para levantar toda essa informação de cada processo e sistematizar por município. Até mesmo a organização de todos esses processos exigiria uma demanda muito grande de trabalho para tentar recuperar esse histórico. Por isso, disponibilizamos apenas os dados disponíveis no portal da transparência da Conab, a partir de 2010 (Informação verbal fornecida por representante da Superintendência da Conab na Paraíba).

Como campo empírico da pesquisa, compreendendo-o como o recorte espacial onde o fenômeno, enquanto objeto de estudo, se manifesta, foi escolhida a mesorregião do Agreste, por ser uma região tradicionalmente policultora do Estado.

Em 2017, quando da definição da visita de campo, e em meio aos cortes no orçamento do PAA, verificou-se que, apenas oito municípios estavam participando do Programa: Areia e Bananeiras (na microrregião do Brejo Paraibano), Alagoinha e Araçagi (na microrregião de Guarabira), Esperança (na microrregião de Esperança), Lagoa Seca (na microrregião de Campina Grande); e Gurinhém e Itatuba (na microrregião de Itabaiana). A partir daí, foram observados, em cada uma dessas microrregiões, os municípios com o maior número de beneficiários fornecedores no PAA. Eram estes: Areia, Araçagi, Esperança, Lagoa Seca e Itatuba. Além disso, foram considerados os seguintes aspectos de cada município:

Nos municípios de Araçagi e Itatuba, como o PAA era voltado à piscicultura, foi levado em consideração a importância e dimensão do impacto da construção das barragens de Araçagi e Acauã, sobre o conjunto da população ribeirinha que foi desabrigada pelas obras e deslocada para áreas precárias, com registros de violação de Direitos Humanos.

Nos municípios de Areia e Lagoa Seca, considerou-se a luta dos agricultores contra o avanço do capital no campo. Em Areia chamou atenção o fato de ali estar localizada a primeira comunidade que conseguiu obter o título de comunidade negra na Paraíba. O município de Lagoa Seca, além de ser o palco de importantes lutas pela posse da terra, é caracterizado pela diversificação da produção agrícola da região. No município de Esperança considerou-se a relevância de o município ter a menor concentração fundiária no Estado da Paraíba. Em cada um desses municípios, há uma Associação, que é a unidade fornecedora dos produtos do PAA.

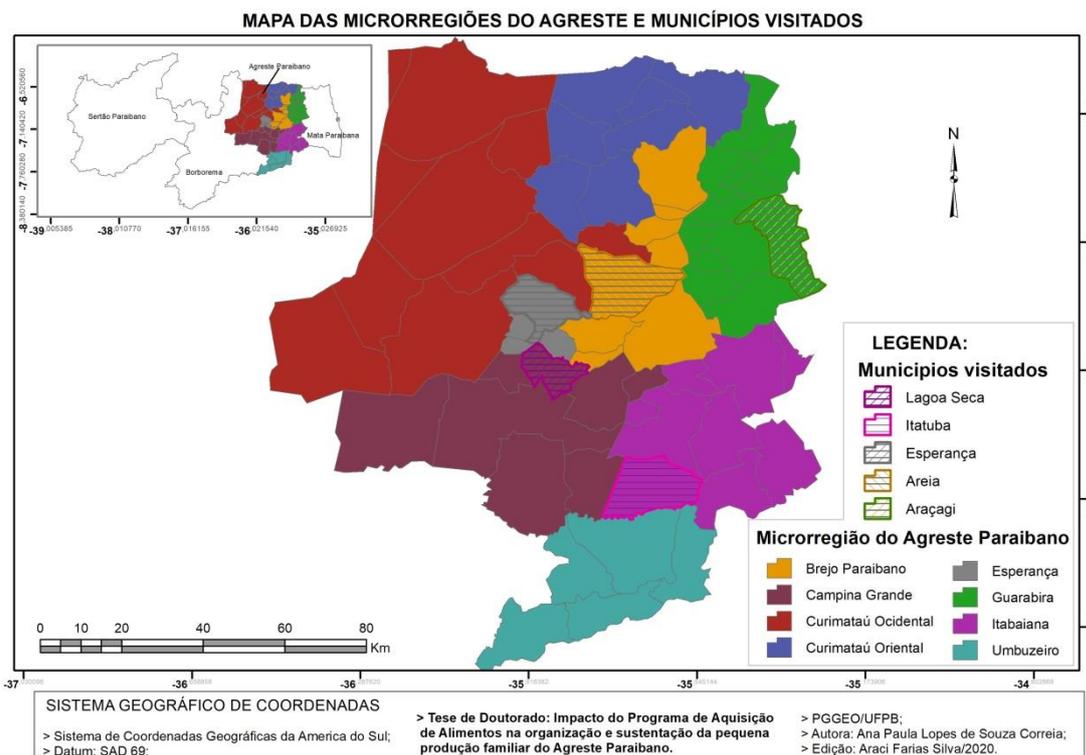
Havia um universo de 128 beneficiários fornecedores nas cinco Associações, sendo 17 pessoas na Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 20 na Associação dos Piscicultores de Acauã, 24 na Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências, 29 na Associação Comunidade Negra Senhor do Bomfim e 38 em na Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos (as) do Compartimento da Borborema.

Tabela 1 – População da pesquisa de campo quanto aos beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras

Municípios do Agreste	Organizações fornecedoras do PAA	N. de Beneficiários
Araçagi	Associação dos piscicultores e aquicultores do município de Araçagi	17
Itatuba	Associação dos piscicultores de Acauã	20
Esperança	Associação dos pequenos produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências	24
Areia	Associação da comunidade negra Senhor do Bonfim	29
Lagoa Seca	Ecoborborema - Associação dos agricultores/as agroecológicos do compartimento da Borborema	38
Total		128

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Conab, 2017.

No Mapa 1, tem-se a ilustração da mesorregião do Agreste, suas microrregiões e a localização dos municípios onde estão as sedes das Associações visitadas.



Mapa 1 – Identificação das microrregiões do Agreste e municípios visitados

Fonte: Editado por Araci Farias

Houve uma grande rotatividade de participantes no Programa ao longo do tempo, haja vista que muitas pessoas deixaram de participar do PAA estadual. O número de beneficiários fornecedores no estado da Paraíba passou de 2.518 pessoas, em 2010, para apenas 887 pessoas, em 2017. Além dessa redução, a partir de 2017, o PAA praticamente chega ao fim em virtude dos cortes feitos no orçamento.

Diante disso, além das entrevistas com os beneficiários fornecedores que ainda estavam participando do PAA 2017, foram realizadas também entrevista com indivíduos que deixaram de participar do Programa, permitindo identificar o impacto do PAA na organização da produção e as possíveis alternativas de enfrentamento ao fim do Programa.

A quantidade de entrevistas leva em consideração o que se denomina na etnografia de “saturação”³ qualitativa da amostra (FALQUETO e FARIAS, 2016).

Durante a pesquisa de campo, algumas dificuldades e particularidades se revelaram e vale fazer esse registro como um dado de pesquisa. Uma primeira

³ Segundo Minayo (2017, p. 1), “Saturação é um termo criado por Glaser e Strauss (1967) para se referir a um momento trabalho de campo em que a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado”.

dificuldade decorre da própria quantidade de pessoas que ainda estavam participando do PAA, algumas fazendo parte do mesmo núcleo familiar.

Em alguns casos, o homem deixou de participar do PAA, mas ficou no seu lugar a esposa por conta da exigência da Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) ser emitida no nome de uma mulher. Mas, na prática, quem fazia as atividades para o PAA continuava sendo o homem, de modo que entrevistar o homem que deixou de participar do PAA e a esposa que entrou no PAA não poderia ser contabilizada como duas entrevistas.

Além disso, por parte de alguns, havia uma sensação de desilusão e preocupação com o cenário político que se desenhava. Alguns agricultores se recusaram a conversar, outros foram impossibilitados de expressar sua opinião, por exigência da direção da Associação.

Por outro lado, as entrevistas realizadas trouxeram muitas informações relevantes e muitos agricultores se mostraram interessados em falar sobre o PAA e sobre as mudanças que a política pública trouxe às comunidades pesquisadas.

Em Araçagi foram entrevistadas cinco pessoas da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do município de Araçagi, sendo o Presidente da Associação e mais três associados e um Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) que presta assistência à Associação.

O PAA ainda estava vigente, mas foram autorizadas entrevistas apenas com essas quatro pessoas. Na justificativa do Presidente da Associação:

De minha parte eu só autorizo entrevista comigo e com mais três associados daqui, porque talvez os outros falem coisas que não deve falar e você vai relatar no seu trabalho o que eles falarem. Não é que eu queira ser mais que os outros, mas é que tem coisas que eles não sabem o que falar e podem prejudicar todo mundo. Já teve caso aqui deles falarem e depois outras pessoas usarem contra a gente, tentando prejudicar a Associação (Informação verbal fornecida pelo Presidente da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do município de Araçagi).

Essa informação expõe, por um lado, a preocupação de quem está à frente da Associação com o uso das informações fornecidas frente à fragilidade que se encontram no cenário de desconstrução de políticas públicas e perda de direitos e, por outro lado, aponta para um maior poder de decisão e persuasão por parte do Presidente da Associação em relação aos demais associados.

Esse dado de pesquisa expressou também a preocupação em relação às incertezas políticas e riscos para a agricultora familiar, após o Golpe de 2016 e as proximidades das eleições 2018, em que Jair Bolsonaro apresentava crescimento nas pesquisas presidenciais.

Aí você veja, o governo tá querendo acabar com essa política pública, mas se esse povo for pra cidade, eles não tem condições de fazer outra atividade a não ser essas que eles estão fazendo aqui. Aí tem o Bolsonaro que diz que tem que dar outra atividade pra esse pessoal e tem muita gente que acha que ele tá certo, que o homem armado, que o homem que bate na mulher, discrimina os homossexuais é isso mesmo. Ele tem apoio. E se ele ganha? Vai ficar difícil aqui!

Aqui a gente tá com muito cuidado de dar informação por conta dessas encrencas. É muito risco pra eles. Eu já disse que não fale, que não assine nada, porque amanhã eles podem chegar aqui dizendo que eles falaram isso ou aquilo. A gente tem que ter muito cuidado com isso. Por que eles podem pegar uma pesquisa de uma aluna de pós-graduação e usar contra os agricultores. Às vezes coloca informação e vem uma terceira pessoa e você nem sabe e eles usam aquelas informações pra o mal (Informação verbal fornecida pelo Professor da UFCG que presta assessoria à Associação).

A despeito dessa limitação, as conversas com os entrevistados tornaram-se muito ricas, até mesmo na apreensão desses detalhes que trazem um significado particular para a pesquisa. As informações fornecidas pelos entrevistados ajudaram a compreender aspectos relevantes do funcionamento do PAA em Araçagi, inclusive relativa à estrutura ideológica e de poder que influencia no modo de vida dos agricultores.

No município de Itatuba, na Associação dos Piscicultores de Acauã, foram entrevistadas 10 pessoas que participaram do PAA, vigente em 2017, e cinco pessoas que deixaram de participar do PAA. Em virtude dos cortes do Governo Federal, o PAA não estava mais vigente quando foi realizada a visita de campo. Se, por um lado, isso representou uma limitação da pesquisa, por outro lado, permitiu uma observação mais de perto dos efeitos do fim do PAA naquela comunidade, além da observação do impacto que trouxe o funcionamento do PAA que havia se encerrado.

No município de Esperança, o PAA ainda estava vigente e foram entrevistadas 11 pessoas, sendo o presidente da Associação e mais 10 associados (seis pessoas que participaram do PAA e quatro pessoas que não participaram). Um dos associados é também uma diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de

Esperança. No município de Areia foram entrevistadas oito pessoas que estavam participando do PAA e cinco que deixaram de participar.

No município de Lagoa Seca, há a particularidade de a Ecoborborema⁴ abranger agricultores de vários municípios do Polo da Borborema. No último PAA vigente, havia agricultores familiares dos municípios de Alagoa Nova (8), Areia (3), Esperança (4), Lagoa Seca (9), Massaranduba (2), Queimadas (1) e Remígio (10), cada município possuindo poucos agricultores atendidos pelo PAA.

Considerando o pequeno número de agricultores distribuídos entre esses municípios e que, no município de Remígio, todos os agricultores eram também assentados de Reforma Agrária (Assentamento Oziel Pereira), optou-se por concentrar a pesquisa de campo nesse Assentamento, no município de Remígio, a fim de se observar o PAA na dinâmica da Ecoborborema a partir dos projetos desenvolvidos no Assentamento em conjunto com os demais municípios do Polo da Borborema. Foram entrevistadas nove pessoas que participaram do PAA e cinco pessoas que deixaram de participar. Um dos agricultores entrevistados foi o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Remígio.

Para o alcance dos objetivos propostos, foram adotados os seguintes procedimentos:

- a) Para descrever o Programa de Aquisição de Alimentos e examinar sua consistência interna, foi necessário, inicialmente, estudar a que se propõe o Programa, entender sua configuração em termos de objetivos, seu público alvo, as modalidades, forma de execução etc. Essas informações são obtidas através de Decretos e Leis, relacionados ao PAA, e em cartilhas com instruções sobre o Programa, que estão disponíveis no site da CONAB.
- b) Em seguida, foi preciso confrontar suas diretrizes com os instrumentos de política adotados e com dados da execução do PAA. Para isso, recorre-se aos relatórios da CONAB, disponíveis para os anos de 2003 a 2018, bem como aos dados da execução do Programa, disponíveis para os anos de 2010 a 2017, obtidos no site da Instituição (em 2018 e 2019 não houve renovação do PAA no estado da Paraíba).

⁴A Ecoborborema é a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema. Esta associação nasce a partir da atuação da AS-PTA no Agreste Paraibana, com o objetivo de dar assessoria aos produtores familiares. A Ecoborborema congrega 14 sindicatos e dinamiza 12 feiras agroecológicas.

Para o cumprimento desse objetivo, serão utilizadas as seguintes variáveis: produção de alimentos do PAA e abrangência do Programa. Os indicadores são: valor formalizado; quantidade de produtos, tipos de produtos, número de organizações fornecedoras e; número de municípios atendidos pelo PAA.

Com isso, é possível dimensionar o índice de cobertura do PAA nos municípios do Agreste, em termos da quantidade de municípios atendidos pelo Programa, identificar o que produzem, a quantidade produzida, o volume de recursos investidos e executados e entender o nível de estruturação do Programa.

Paralelamente à análise dos dados secundários, tem-se a pesquisa através da observação *in loco*, imprescindível para a análise da implantação do Programa, onde foram entrevistados os beneficiários fornecedores. De forma complementar, foram levantados dados secundários quanto aos tipos de produtos e à quantidade de produtos do PAA, disponíveis no site da CONAB.

Para identificar a contribuição do PAA quanto à recriação das pequenas unidades de produção rural, foram utilizadas informações da pesquisa de campo. Foi utilizada a variável produção da pequena produção familiar. Os indicadores são: formas de produção, nível de assalariamento da mão de obra familiar, produção para subsistência, produção para o mercado.

A pesquisa de campo foi feita através de visitas às propriedades rurais dos beneficiários fornecedores, nos municípios selecionados, realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa. Procurou-se levantar informações quanto à organização da produção, formas de recriação da agricultura familiar, condições oferecidas para se manter no PAA, condições oferecidas para se manter na propriedade, o impacto da redução dos investimentos no Programa.

Foram realizadas entrevistas com integrantes das cinco associações escolhidas para a pesquisa de campo, com o intuito de levantar informações quanto às formas de articulação entre os produtores rurais, identificar se há apoio institucional e técnico para o processo de produção e comercialização da produção, identificar os canais de comercialização, a participação da Prefeitura, do sindicato etc.

No Quadro 1 tem-se a descrição das variáveis, indicadores e a fonte de dados utilizados na pesquisa de campo.

Quadro 1 – Variáveis, indicadores e fonte de dados utilizados na pesquisa

Variável	Indicador	Fonte
Produção familiar	Nº de trabalhadores familiares empregado pelas unidades camponesas.	Pesquisa de campo
Abrangência do Programa	Nº de trabalhadores; nº de municípios atendidos; nº de produtores do programa em relação ao número total de produtores dos municípios; volume da produção; produtos comercializados através de organizações fornecedoras.	CONAB
Permanência no PAA	Pessoas que participam do PAA; pessoas que eram do PAA e deixaram de participar do Programa.	Pesquisa de campo

Fonte: Elaboração própria

Como já foi dito, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com os sujeitos da pesquisa. A análise e a interpretação dos dados têm como base o referencial teórico e a observação das respostas dos entrevistados em relação às variáveis da pesquisa.

Estruturação do trabalho

O trabalho está estruturado da seguinte forma: além dessa introdução, apresenta mais quatro capítulos. O capítulo 1 aborda os aspectos teóricos sobre o papel do Estado na dinâmica da produção capitalista e na criação ou desintegração da pequena produção familiar. No capítulo dois, é feita a descrição do Programa e apresentada a leitura do PAA na área de Geografia, quanto aos efeitos sobre a agricultura familiar e as perspectivas. No capítulo três, aborda-se a caracterização do Agreste Paraibano enquanto palco de disputa e poder. No capítulo quatro, tem-se a apresentação dos resultados da pesquisa de campo para o PAA nas comunidades pesquisadas. Por fim, as considerações finais.

A seguir, no capítulo 1, será apresentado o referencial teórico que deu subsídio para a análise dos resultados do trabalho.

1 – O ESTADO E A PRODUÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR

É bastante ampla a discussão sobre o papel desempenhado pelo Estado na sociedade capitalista. Há uma discussão importante contrapondo o Estado e as forças de mercado, mas não há um consenso na literatura sobre a intensidade da atuação de um ou do outro.

Na Geografia, a discussão sobre o papel do Estado é feita tendo como substrato a sua atuação sobre a dinâmica espacial e territorial, ou seja, é feita substancialmente focando como a atuação do Estado contribui para a produção do espaço e como interfere nas disputas territoriais, a exemplo da disputa por terra entre os pequenos produtores e os proprietários fundiários.

Para tanto, esta tese vale-se do diálogo com as correntes de pensamento da Economia, da Sociologia, da Filosofia e também a partir do pensamento marxista sobre a teoria do Estado.

Assim, neste capítulo, tem-se o objetivo de apresentar a discussão em torno do papel do Estado na dinâmica do capitalismo, optando-se, para isso, como embasamento teórico, pela discussão em torno da teoria marxista do Estado, destacando as diferenças com a visão liberal. A partir daí, adentra-se a discussão do Estado enquanto suporte à pequena produção familiar e ao fortalecimento do seu território, através da atuação de políticas públicas.

1.1 O PAPEL DO ESTADO NA DINÂMICA DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR

Na visão liberal do Estado, têm-se duas principais vertentes, uma expressa por Thomas Hobbes, através do livro *Leviatã*, e a vertente apresentada por John Locke, em seu livro “*Segundo Tratado Sobre o Governo*”. Ambos defendem que o Estado resulta de um pacto social, necessário para dar ordem às ambições do homem, mas divergem no aspecto da submissão a sua vontade por parte dos indivíduos.

Hobbes (2008) defende que quando as pessoas pactuam com a criação do Estado e transferem o seu poder a ele, se submetem a sua vontade, não podendo mais se rebelar contra ele. Por outro lado, Locke (2002) vai dizer que o poder do Estado tem que estar

em conformidade com o direito natural, de modo que se uma ordem dada pelo Estado fere um direito natural, as pessoas teriam o dever de se rebelar.

A liberdade de poder fazer tudo implica conflitos que podem levar os homens à barbárie. Hobbes (2008) entendia que se o homem for deixado a dar vazão a seus intentos, terminará um devorando o outro. Por essa lógica, a guerra é uma condição da natureza humana.

Numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, até mesmo os corpos uns dos outros. Portanto, enquanto perdurar esse direito natural de cada homem a todas as coisas, não poderá haver para nenhum homem (por mais forte e sábio que seja) a segurança de viver todo o tempo que geralmente a natureza permite aos homens viver (HOBBS, 2008, P. 113).

Para Hobbes (2008), o Estado surge com a missão de institucionalizar os pactos, garantindo que sejam cumpridos e, a partir disso, dar segurança à propriedade individual (propriedade privada).

Para isso, defende um poder absoluto para o soberano, de modo que os homens não poderiam contestar a sua autoridade, pois a condição de caos, insegurança e da guerra se instalariam. Carnoy (1988) ressalva que este não é um modelo de Estado facilmente aceito pela burguesia, porque implica abrir mão do seu controle sobre o governo.

Para Hobbes (2008), o Estado em si jamais desaparecerá, pois somente ele é capaz de garantir segurança aos homens. “Protestar contra os decretos dos corpos políticos às vezes é legítimo, mas nunca contra o poder do soberano” (HOBBS, 2008, P. 194).

Em contraposição a Hobbes (2008), que acreditava que a propriedade surgiu após a formação da sociedade civil, para Locke (2002) a propriedade privada sempre existiu, desde o período em que os homens viviam no estado de natureza.

Segundo Locke, o Estado não seria um grande leviatã como advogava Hobbes, com poder absoluto, mas sim um Estado mínimo que vai deixar o máximo possível as pessoas livres para fazerem as suas escolhas.

Para Locke (2002), as pessoas têm o direito de se rebelar contra o Estado quando ele se desviasse das suas principais funções. Na explicação de Carnoy (1988):

Na visão de Locke (...) se o Estado não cumprir seu mandato, os membros da sociedade civil têm o direito e o poder para dissolvê-lo. O legislativo e o executivo tem poder político enquanto refletem a vontade dos membros individuais (propriedade-posse)

da sociedade civil, na qual reside o verdadeiro poder político.
(CARNOY, 1988, P. 30)

Portanto, no pensamento liberal, o Estado é visto como fruto de acordo mútuo, de consentimentos, de vontades próprias, entre homens que, de modo livre e voluntário, lhe concede seus direitos e suas liberdades pessoais e naturais, com o objetivo de obter proteção no sentido da manutenção da segurança e da propriedade privada.

Essas contribuições, sobretudo as de Locke (2002), foram seguidas por Smith (1996), para dizer que o Estado é fundamental para oferecer as condições mínimas para o funcionamento das necessidades do capitalismo.

Smith (1996), defendendo a liberdade dos indivíduos de buscarem atingir os seus próprios interesses e garantia da propriedade privada pelo Estado, reforça a ideia de que o trabalho cria valor, o que fundamenta a sua teoria econômica e oferece as bases teóricas do liberalismo econômico.

Uma vez que a propriedade privada possibilita a apropriação de fruto do trabalho e se o trabalho é o gerador de valor, ao garantir o direito à propriedade privada, o Estado está garantindo as condições para geração de riqueza e da reprodução do capital (SMITH, 1996).

Para Smith (1996), seria possível construir uma sociedade justa, sem a necessidade da interferência do Estado, pois se daria por meio do livre mercado com sua mão invisível regulando a produção das mercadorias e o comércio. Ao Estado caberia apenas fazer as funções essenciais e, assim, se tornaria menos oneroso para a população.

Por essa lógica, é através do mercado que as pessoas conquistam a sua liberdade e se tornam materialmente iguais. Assim, o Estado não precisa ser grande.

Uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. O soberano fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor a inúmeras decepções... (SMITH, 1996, P. 169)

Carnoy (1988, P. 42) resume o entendimento de Smith (1996) sobre o papel do Estado: "... o papel apropriado de Estado é fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os benefícios aos homens".

Essa visão do Estado liberal foi retomada por economistas neoclássicos (1870-1929), dando continuidade ao princípio de que o mercado é capaz de resolver os problemas da economia e de se autorregular, de modo que a intervenção do governo é prejudicial à economia de livre mercado.

Os neoclássicos vão expandir a ideia dos clássicos, que defendem que há forças internas no mercado, regidas pela oferta e demanda, que levam a economia ao equilíbrio. Defendem o estado mínimo e o controle das contas públicas.

Até a crise de 1929, vigorava esse pensamento liberal da não intervenção do Estado na Economia. Seguia-se o pensamento teórico de Say (1833), de que não haveria possibilidades de crises de superprodução uma vez que a oferta cria sua própria demanda e, portanto, não haveria espaço para a intervenção estatal.

A crise de 1929 demonstrou que a Lei de Say era falha, ou seja, que ao contrário do que era apontado pelos clássicos, na economia poderia haver superprodução. Ganha força o pensamento de Keynes (1933), ao explicar que o livre mercado não funcionava, ou seja, a mão invisível não atuava estimulando a economia de volta ao equilíbrio. Como solução à crise, propôs o aumento do investimento e que com uma economia em crise, quem possui as condições de tal investimento é o Estado.

Desse modo, Keynes (1933) questiona a lógica do pensamento liberal e traz à tona a discussão da importância da atuação do Estado como caminho para saída da crise econômica do início do século XX, através do aumento dos gastos públicos, redução da carga tributária, redução da taxa de juros e ampliação do crédito.

Demonstra que não era possível o mercado garantir o suprimento dos bens e serviços necessários à sociedade e à geração de emprego e renda diante das falhas inerentes ao sistema capitalista que impossibilitaria a economia atingir o nível de pleno emprego, gerando crises.

Por essa visão, o Estado precisa intervir porque o problema da crise do sistema capitalista é de demanda, de modo que é preciso estimulá-la, através de investimento público. Ou seja, era necessária a presença do Estado para sanar as distorções do próprio mercado.

Para Keynes (1933), é inerente ao sistema capitalista falhas de mercado, proporcionando um caráter instável à economia. Isso significa que o governo intervenha precisa intervir corrigindo as suas falhas.

Nos anos 1970, a corrente novo-clássica retoma a ideia de liberdade natural, advogando um Estado mínimo que atue apenas quando necessário, argumentando que o Estado é um empecilho à livre iniciativa privada.

Pela lógica neoliberal, a presença do Estado é importante apenas atuando onde o mercado não é capaz de agir, ou seja, na preservação da lei e da ordem. Daí Friedman (2017, P. 37) afirmar que “o liberal coerente não é anarquista”. Essa discussão contrapõe o Estado e as forças de mercado, como forças opostas.

O pensamento liberal domina o campo da ortodoxia econômica até os dias atuais, impulsionado pela necessidade de expansão do capital, que adentra também as correntes teóricas de outros campos do conhecimento como a Administração, Sociologia, Contabilidade e prepara o caminho para que suas ideias sejam disseminadas e, mais que isso, sejam aplicadas, através de políticas de privatizações, desconstrução de políticas públicas de suporte às camadas menos favorecidas, como se o mercado fosse capaz de resolver o problema da fome, da pobreza e da desigualdade, através da meritocracia e da livre concorrência.

É importante fazer essa breve exposição do pensamento liberal já que está de volta ao poder um governo de ultra-direita, intensificando o processo de desconstrução das políticas públicas e em defesa do modelo neoliberal.

No entanto, é igualmente importante destacar que as ideias liberais e neoliberais nunca foram efetivamente implementadas, ou seja, as economias desenvolvidas impõem o princípio neoliberal aos países em desenvolvimento, mas nunca seguiram esse caminho, conforme demonstrou Chang (2004), em seu livro “Chutando a escada”.

O autor argumenta que, ao longo do processo histórico de desenvolvimento dos países atualmente desenvolvidos, foi fundamental a presença do Estado. Chang (2004) demonstra que as economias desenvolvidas procuram impor um Estado mínimo e liberdade de comércio enquanto método político econômico que eles mesmos não seguiram quando estavam em processo de desenvolvimento.

Chang (2004) utiliza o termo chutando a escada, no sentido de que quando um país consegue se desenvolver usando o que se considera como má política, apregoa a boa política para os países subdesenvolvidos. Depois que subiram e se desenvolveram, “chutam a escada” para que ninguém possa lhe alcançar. Em relação a isso, o autor enfatiza que:

...eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento. Muitos recorreram ativamente a políticas comerciais e industriais “ruins”, como a de proteção à indústria nascente e a de subsídios à exportação – práticas hoje condenadas ou mesmo proscritas pela Organização Mundial do Comércio. (OMC) (CHANG, 2004, P. 13).

Outra linha de pensamento sobre o papel do Estado, e que interessa mais de perto a este trabalho, é a visão marxista do Estado, que se opõe ao pensamento liberal de liberdade natural e traz à tona as tensões inerentes às relações entre Estado, sociedade de classes e os interesses da classe capitalista.

1.2 VISÃO MARXISTA DO ESTADO

Harvey (2005), fundamentando seu pensamento na teoria marxista do Estado, explica que, ao contrário do que defende o pensamento neoliberal, o Estado não age como um limitador das livres forças de mercado, mas na verdade, chancela esse poder e vai fazendo os ajustes necessários para a acumulação do próprio capital, ou seja, o Estado é importante para o sistema capitalista, pois acaba por promover as condições necessárias para a livre concorrência agir de modo a se atingir o equilíbrio e a fortalecer o capitalismo competitivo (HARVEY, 2005).

Segundo o autor, embora Marx não tenha escrito especificamente sobre uma teoria do Estado, suas ideias acerca do tema estão presentes em seus textos, a partir dos quais é possível construir uma teoria marxista do Estado. Nessa direção, o autor destaca a contribuição dos trabalhos de Lenin, Poulantzas, Offe e outros.

A questão fundamental do marxismo sobre o papel do Estado refere-se ao fato de que o Estado não é fruto de um processo natural, como acreditam os autores liberais, mas, ao contrário, é o resultado da contradição entre as classes, que possuem interesses antagônicos e inconciliáveis, contrapondo os interesses particulares e os interesses coletivos.

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (LENIN, 1978, P. 9).

De acordo com esse entendimento, o Estado sempre esteve presente na sociedade capitalista, apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o amadurecimento e necessidades do capitalismo. Essas formas de atuação podem mudar ao longo do tempo, mas sempre com uma clara definição, de garantir a reprodução do capital (HARVEY, 2005).

Harvey (2005) analisa a lógica da acumulação do capital, que requer lucros cada vez maiores e uma capacidade produtiva crescente, de modo que isso define a necessidade de se criar condições apropriadas para a renovação da acumulação.

Na leitura do autor, não é possível uma continuidade da produção, com a criação de uma correspondente demanda. Decorre daí as possibilidades das crises de superprodução. Mas, em geral, as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação capitalistas, podendo-se entender cada crise como um processo de revigoração do capital, pois são criadas novas condições para acumulação.

Há sempre esse movimento contraditório que faz com que as crises não sejam uma situação permanente, mas passageira. Isso faz com que o capital seja capaz de criar uma nova oportunidade para acumulação, seja através da criação de novas esferas de atividades, seja pela expansão geográfica para outras regiões. Daí a importância das crises e o papel do Estado no processo de renovação do capital.

Harvey (2005) reforça a ideia de que em toda a história do capitalismo, tem-se a presença do Estado enquanto regulador das relações sociais:

É bem possível que o Estado tenha mudado suas funções com o crescimento e amadurecimento do capitalismo. No entanto, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido (HARVEY, 2005, p. 92).

Alguns pressupostos embasam essas premissas. O primeiro pressuposto é a defesa das liberdades, através do conceito de pessoa física e pessoa jurídica como sendo livres. É a ideia de que, para o desenvolvimento do capitalismo, é preciso inicialmente que o Estado defenda a liberdade, seja da pessoa física, seja da pessoa jurídica.

O segundo pressuposto é a propriedade privada, como elemento fundamental para a criação de um ambiente favorável à acumulação do capital. Nesse sentido, conforme destaca Malthus (1996), o Estado precisa defender a propriedade privada, sob

o risco de se estabelecer a desordem generalizada e o capital não conseguir se desenvolver.

O terceiro pressuposto é a defesa, pelo poder estatal, do instrumento que facilita as trocas, o dinheiro, garantindo o livre curso da moeda. O quarto pressuposto é a garantia das trocas como facilitadora do desenvolvimento do capital.

Caso não haja a segurança das trocas, ou seja, de por meio das trocas se obter lucro e acumular capital, não há como desenvolver o capital. Do mesmo modo, se não há segurança na moeda, e tal segurança também é dada pelo Estado, desestabilizam-se as trocas. Portanto, sem um poder estatal, desarticula-se o mercado, pois a moeda é de natureza instável e, por isso, para exercer sua função, precisa ter um garantidor da sua estabilidade. Portanto,

O Estado capitalista deve necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo. Para que a força de trabalho possa se constituir como mercadoria, ela precisa ser livre, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista econômico (HARVEY, 2005, P. 83).

A partir desses pressupostos, Harvey (2005) recupera um paradoxo básico de Marx, em “O Capital”, que levanta o questionamento de como um sistema que tem na sua base constitutiva o respeito à liberdade e à igualdade acaba por reproduzir a desigualdade e a falta de liberdade.

Para o pensamento marxista, esse paradoxo não tem como resposta o processo natural, mas, ao contrário, é fruto de um processo de expropriação. Nas palavras de Harvey (2005, P. 84),

... a explicação se encontra no caráter de classe das relações capitalistas de produção, resultante de um longo processo histórico, no qual a força de trabalho se divorciou do controle dos meios de produção, que, assim, tornou-se uma conserva da classe capitalista.

O Estado age como garantidor da propriedade privada, do cumprimento de contratos, da proteção dos mecanismos de acumulação, eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilidade do sistema monetário. Ou seja, para se reproduzir o capital precisa do Estado.

Para Marx e Engels (1998, P. 13), “O Executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”, em contraposição à ideia de que o Estado representa o interesse de todos.

Harvey (2005) chama atenção para o fato de que o Estado, apesar de desempenhar importante papel para garantia da reprodução do capital, não pode atuar como um comitê que defende apenas os interesses dos próprios capitalistas, pois, dessa forma, não conseguiria agir, dado o princípio de que o Estado cria a liberdade individual. Mas, pelo contrário, precisa ser multifacetado para ter legitimidade e conseguir desempenhar as suas funções.

Poulantzas (1985, P. 148) também se contrapõe à ideia do Estado enquanto entidade que defende arbitrariamente os interesses de uma única classe. Argumenta que o Estado reflete “a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes”, de modo que o Estado reflete não apenas a relação de forças da classe dominante, mas também a relação de forças entre as classes que detém o poder e as classes dominadas e nesse jogo de forças e contradições, o Estado favorece os interesses da classe dominante.

Desse modo, “os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromisso provisório entre o bloco no poder e fração de determinadas classes dominadas” (POULANTZAS, 1985, P. 161). Apesar de favorecer os interesses da classe dominante, para sua sustentação, o Estado também precisa atender demandas, mesmo que em menor medida, da classe dominada.

A ideologia dominante, que o Estado reproduz e inculca, tem igualmente por função constituir o cimento interno dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal. Esta ideologia é precisamente a do Estado neutro, representante da vontade e dos interesses gerais, árbitro entre as classes em luta (POULANTZAS, 1985, P. 179).

Assim, o Estado capitalista tem dupla função: legitimação e acumulação. Para disponibilizar mecanismos para que a acumulação do capital se concretize, é preciso se legitimar, ou seja, ter apoio da sociedade de modo a poder adotar as condições necessárias para a acumulação.

À medida que o Estado tem que se legitimar, ele precisa se apresentar como aquilo que não é (aparentando que está zelando pelo interesse coletivo), para poder ser aquilo que realmente é (representante da classe dominante) e desempenhar a sua função básica de assegurar a acumulação e reprodução capitalista. Ao mesmo tempo, o Estado tem que se apresentar como um elemento que está acima da sociedade (PASUKANIS, 1989).

Marx e Engels afirmam que:

Sendo, portanto o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, melhor ainda, sobre uma vontade livre, desligada da sua base concreta (MARX e ENGELS, 1999, P. 124).

Nessa discussão sobre o papel do Estado, a visão dialética se manifesta com muita propriedade através do princípio de que o Estado cria a liberdade individual, mas ao garantir a liberdade individual, está garantindo a acumulação do capital. Ao mesmo tempo, é preciso que as liberdades individuais sejam contidas, seja através da força, da legislação, da religião, da comunicação, da mídia etc.

Na visão de Hegel (2009), o Estado reúne as vontades individuais, estabelecendo-se como razão comunitária que garante a igualdade, a liberdade e a segurança dos indivíduos, devendo estes estarem subordinados ao Estado que é o garantidor de todos os seus direitos.

O Estado, como realidade em ato da vontade substancial, realidade que esta adquire na consciência particular de si universalizada, é o racional em si e para si: esta unidade substancial é um fim próprio absoluto, imóvel, nele a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos que em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever (HEGEL, 2009, P. 217).

A teoria de Marx sobre o Estado se distancia da visão do idealismo filosófico de Hegel de que o Estado é “ideia universal como gênero e potência absoluta sobre os Estados individuais, o espírito que a si mesmo dá a sua realidade no progresso da história universal” (HEGEL, 2009, P. 225).

Marx vai refutar essa ideia através do materialismo do Estado enquanto produto da sociedade no estágio específico do seu desenvolvimento, como resultado do desenvolvimento da acumulação do capital. O Estado não gera igualdade entre as classes, mas sim desigualdade social, uma vez que caminha na mesma direção do interesse do capital (HARVEY, 2005).

Gramsci (1968) aborda o conceito do que é orgânico e do que é estrutural, para explicar que o Estado faz parte da estrutura orgânica do capital, ou seja, faz parte do processo de desenvolvimento de acumulação do capital enquanto estrutura orgânica do modo de produção capitalista.

Poulantzas (1985) afirma que, para poder ditar as regras, é necessário que os funcionários do Estado se apresentem como uma entidade da sociedade, mas situados em uma estrutura acima da sociedade. Para fazer com que as regras sejam aceitas, é necessária uma ingerência nessa sociedade, através da produção de ideias que alimentem essa visão da sua função.

Para isso, há toda uma estrutura ideológica, criada pelo próprio Estado, em que a classe hegemônica domina como produtora, como reguladora e como distribuidora de ideias, de modo que o pensamento da classe hegemônica é também o pensamento dominante da época (HARVEY, 2005).

Assim, o Estado reflete os interesses da classe dominante, ou seja, dos indivíduos que exercem o poder e que possuem o pensamento dominante, seja no âmbito material, espiritual, intelectual etc. Nas palavras de Marx e Engels (1999, P. 62):

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. As classes que dispõem dos meios de produção material dispõem igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias do seu domínio (MARX E ENGELS, 1999, P. 62).

No entanto, as ideias dominantes precisam ganhar aceitação na sociedade como sendo representantes do interesse coletivo. Essas idealizações abstratas precisam ser apresentadas como verdades universais para ter legitimidade.

Então, o Estado cria os mecanismos ideológicos e daí compreende-se que quando qualquer segmento, mesmo que pequeno, começa a pensar por si próprio, criando algo que seja contrário a esse aparelho ideológico, o Estado precisa agir através do aparelho repressivo, reprimindo essas forças contrárias ao desenvolvimento do capital (POULANTZAS, 1985).

A ideologia consiste em “uma série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas” (POULANTZAS, 1985, P. 33).

O Estado na sociedade capitalista realiza as funções que lhes são próprias, através da criação de instituições que possibilitem sua atuação. “A ascensão do capitalismo foi acompanhada – em alguns aspectos, precedida – pela criação e transformação das instituições e funções estatais, satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo” (HARVEY, 2005, P. 93).

Assim, é característica do Estado a uniformidade, através das instituições que o compõem e que, em seu conjunto, viabilizam o processo de acumulação pela garantia da prática das relações sociais capitalistas.

Nas palavras de Harvey:

Depois de ler Marx, é muito difícil imaginar o nascimento do capitalismo sem o exercício do poder estatal e sem a criação de instituições estatais, que preparam o terreno para a emergência das relações sociais capitalistas inteiramente desenvolvidas. Contudo, estamos muito seduzidos pela imagem de uma base econômica (e de uma superestrutura que, meramente, reflete a base), e tendemos a pensar a respeito do Estado num papel totalmente passivo em relação à história capitalista (HARVEY, 2005, P. 92).

Nesse sentido, Harvey (2005) faz a ressalva de que quando Marx diz que o nível econômico determina, em última instância, o desempenho dos outros setores produtivos, com isso, acabou-se entendendo que haveria uma relação apenas da infraestrutura para a superestrutura, mas que não haveria a relação aonde a superestrutura poderia afetar também a infraestrutura.

Althusser (1985) reflete que essa é uma lógica inerente à esfera econômica de que, em última instância, quem determina as ações da superestrutura é a base, porque ela tem uma autonomia relativa, o que significa dizer que ela tem uma lógica de funcionamento própria.

Mas o autor faz a ressalva que, por ter essa autonomia relativa, a superestrutura também é capaz de exercer o que chamou de ação de retorno sobre a base, significando que conteúdos construídos não apenas na esfera das relações de produção, mas também na esfera da religião, da ciência, da cultura, tem o poder de direcionar as ações que são relacionadas na base econômica, ou seja, tem influência na esfera da produção.

Na visão de Althusser (1985), a teoria marxista colocou o Estado como concebido apenas como aparelho repressivo, que corresponde ao governo, à administração, ao exército, à polícia, aos tribunais, às prisões etc., agindo, em prol do interesse da classe dominante.

O Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à classe dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais valia (quer dizer, à exploração capitalista) (ALTHUSSER, 1985, P. 62). (...) Apresentada dessa forma, a teoria marxista-leninista do Estado toca o essencial, e não se trata por nenhum momento de duvidar que está aí o essencial. O aparelho de Estado que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva a serviço das classes dominantes, na luta de classes da burguesia e seus aliados contra o proletariado é o Estado, e define perfeitamente a sua função fundamental (ALTHUSSER, 1985, P. 63).

Acrescenta que, dentro de uma sociedade capitalista moderna, existem outros elementos vinculados a outras instituições necessárias à sua reprodução, a exemplo dos aparelhos ideológicos do Estado, que correspondem às instituições religiosas, escolar, familiar, jurídica, política, sindical, de informação e cultural.

Nesse sentido, Althusser (1985), chama atenção para o fato de que a reprodução das relações sociais de produção capitalista se dá, fundamentalmente, por meio da construção e da disseminação da ideologia dominante e isso se torna possível através do aparelho ideológico do Estado.

O autor ressalva que essas influências podem se dar no sentido de se manter uma hegemonia das ideias dominantes, mas também pode fazer com que as pessoas entendam que estão em condição de exploração e que, portanto, precisam se unir para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho e, quiçá, reivindicar uma sociedade diferente daquela existente, por meio, por exemplo, de uma revolução no aparelho ideológico do Estado escolar (ou outros). Nas palavras do autor:

A classe (ou aliança de classes) no poder não dita tão facilmente a lei nos aparelhos ideológicos do Estado como no aparelho (repressivo) do Estado, não somente porque as antigas classes dominantes podem conservar durante muito tempo fortes posições naqueles, mas porque a resistência das classes exploradas pode encontrar o meio e a ocasião de expressar-se neles, utilizando as contradições existentes ou conquistando pela luta de combate (ALTHUSSER, 1985, P. 71).

A reprodução das condições de produção só pode se dar através da disseminação da ideologia dominante, pois toda e qualquer formação social reflete a ideologia da classe que está no poder. Toda classe que aspira ao poder tem que fazer com que as outras classes e frações dessas classes apreendam as suas reivindicações, seus ideais, suas crenças e seus valores.

Carnoy (1988) aproxima o pensamento de Offe ao de Poulantzas e de Althusser, no sentido de que o Estado precisa, para se manter no poder, transparecer que não age em favor de uma única classe e sim como representante dos interesses gerais da sociedade como um todo.

Nesse sentido, Offe afirma que “isso quer dizer que o Estado somente pode funcionar, como um Estado capitalista, na medida em que utiliza símbolos e fontes de apoio que escondem sua natureza, como um Estado capitalista” (OFFE, 1973 apud CARNOY, 1988, P. 173).

Offe e Lenardt (1984) questionam como surge a política estatal (política social) na sociedade capitalista de produção e quais suas funções, diante de uma estrutura de classes, em que predomina a mão de obra assalariada livre, a valorização do capital e em que medida o Estado contribui para a continuidade ou descontinuidade da reprodução de uma sociedade histórica. Para os autores, a resposta perpassa a análise do aparelho estatal, com suas instituições e função repressiva, reguladora e ideológica.

Defendem a tese de que o Estado, através da política social, tem a função de garantir a transformação da mão-de-obra não assalariada em trabalho assalariado. Os autores argumentam que a inserção da mão-obra no mercado de trabalho não ocorre por si só. É preciso, para isso, uma política estatal contribuindo para tal inserção, pois “os trabalhadores precisam ter motivos culturais para se transformarem em trabalhadores assalariados” (OFFE e LENHARDT, 1984, P. 17).

Por isso, a política estatal precisa fornecer os meios para se constituir as condições sociais e estruturais necessárias ao funcionamento do trabalho assalariado, fazendo com que a condição de trabalho como mercadoria seja aceita pelos indivíduos, assim como os riscos e a exploração inerente a essa condição devem ser suportáveis.

O Estado deve regulamentar e dificultar formas de subsistência externas ao mercado de trabalho, não deixando alternativa ao trabalhador a não ser alienar-se no mercado de trabalho, evitando a evasão dos indivíduos seja para formas pré-capitalistas de produção ou para formas socialistas de organização. Na explicação dos autores:

Se, quando e por quanto tempo um indivíduo se encontra em uma situação em que a participação no mercado de trabalho não é permitida, se alguém está velho, jovem, inválido, se tem direito à participação nas medidas educacionais ou à justiça social – nenhuma dessas decisões pode depender das necessidades individuais nem das oportunidades de subsistência existentes fora do mercado; elas precisam ser regulamentadas politicamente, de forma definitiva, porque em caso contrário haveria uma tendência

incontrolável a que os trabalhadores assalariados se evadissem do mercado de trabalho, refugiando-se em um dos subsistemas. Esta reflexão evidencia por que a constituição de uma classe de trabalhadores assalariados tem como pré-requisito a institucionalização política (OFFE e LENHARDT, 1984, P. 18).

Offe (1984) questiona se o Estado exerce um caráter de classe, sendo, portanto, um Estado capitalista, ou se, não sendo ele próprio capitalista, exerce apenas a sua função de Estado dentro do sistema capitalista.

O autor admite que o Estado é um reflexo dos interesses da classe dominante, mas reconhece a sua importância no que diz respeito à promoção de bens públicos. Por isso, o autor diz que o Estado moderno não é o representante do capital, haja vista que há alguns fluxos sociais que darão a ele certa autonomia. Mas Harvey (2005) ressalva que é apenas uma autonomia relativa, pois o capital continua tendo um controle indireto do Estado.

A tese de Offe (1984) é que o Estado defende o capitalismo enquanto sistema, e não o capital individual ou o capitalista individualmente, ou seja, cria as condições para que o sistema capitalista funcione. O autor analisa que há alguns problemas na construção teórica e metodológica acerca da concepção marxista do Estado, e classifica-os em dois grupos:

Primeiro, o que chamou de teoria da influência, que entende o Estado como dominação de classe, favorecendo os interesses da classe dominante. Pelo raciocínio de que os interesses políticos particulares correspondem a um instrumento de classe, representando o interesse do capital, não apenas sobre os interesses específicos de determinados grupos de empresários, mas como interesse de toda uma classe.

Esta posição parte do princípio de que o aparelho estatal, vale dizer, as suas competências e funções legislativas, executivas e judiciárias, bem como suas funções repressivas, são um instrumento da classe dominante, constituindo a totalidade dos suportes institucionais do processo de valorização (OFFE, 1984, P. 141).

Segundo Offe (1984), isso seria possível por meio das seguintes hipóteses:

a) blocos capitalistas ou grupos industriais conseguem influenciar o aparelho estatal. Através de seu poder, pressão ou ameaças, obter favorecimento de seus interesses;

b) grupos de capitais isolados ou associações industriais têm a possibilidade de se infiltrar nos grupos políticos, podendo influenciar no poder e decisões do soberano;

c) os capitais isolados podem direcionar as atuações do aparelho estatal, através de ameaças de redução de produção, greve de investimentos, ou transferência de capital para o exterior;

d) através do controle dos meios de comunicação, atuar na opinião pública, reprimindo iniciativas anticapitalistas e hostis ao capital e;

e) influenciar o sistema político, por meio de financiamento de grupos políticos nas eleições, afinando as ideologias entre o interesse do capital e as elites políticas.

O segundo grupo de teorias é formado pelas teorias dos fatores limitativos, segundo as quais as instituições do sistema político não podem agir como instrumento de interesses não-capitalistas.

Carnoy (1988) explica que essas teorias entendiam que o capital monopolista utilizava o Estado para conseguir atingir seus objetivos de reprodução dentro do sistema de produção capitalista, não havendo limites para a atuação do Estado para atingir esse fim. Daí deduz-se que as políticas públicas, que poderiam ser utilizadas por qualquer classe social, possuem um caráter capitalista, beneficiando interesses específicos dos capitais ou grupos de capitais individuais, caracterizando interesse de classe.

Discordando dessa visão, Offe (1984) argumenta que essas teorias pressupõem uma racionalidade e semelhança nos interesses particulares, o que, segundo o autor, não seria possível, pela concorrência que contrapõe os interesses individuais dos empresários.

A concorrência entre si não permite que os empresários se unam enquanto comunidade empresarial em prol de um único interesse em comum, ou seja, ajam pensando em obter uma vantagem que seja comum a todos, pois isso implicaria abrir mão de interesses particulares para defender o interesse compartilhado. “Este fato é provavelmente agravado por um processo que leva alguns grandes blocos de capital, organizados de forma monopolística, a confrontar-se com uma multiplicidade de empresas menores e médias” (OFFE, 1984, P. 143).

De acordo com Carnoy (1988), o ponto de vista de Offe é que:

... o Estado capitalista pode representar o interesse geral do capital, através da relação entre o Estado e o processo de acumulação, mais a legitimidade concedida ao Estado pela participação das massas na seleção de seu pessoal. O Estado, porém, nessa formulação, não pode representar os interesses capitalistas específicos, sem colocar

em perigo sua função global de representar o interesse social do capital. Nem pode parecer um representante do capital, em detrimento de sua base de apoio de massa, porque nesse caso, põe em risco a sua legitimidade – sua fonte alternativa de poder (CARNOY, 1988, P. 173).

Outra leitura que se faz é que o Estado não se coloca apenas em defesa do sistema, mas defende também os capitais individuais, haja vista que a defesa geral do capitalismo se corporifica nos capitalistas individuais.

Para Offe (1984), os dois grupos de teorias, não conseguem demonstrar o caráter classista do Estado. “Somente se pode falar de um Estado capitalista ou de um capitalista global ideal se for possível demonstrar que o sistema de instituições políticas possui uma seletividade própria, especificamente classista, correspondente aos interesses do processo de valorização” (OFFE, 1984, P. 147).

Assim, Offe e Ronge (1984) fazem a crítica à visão de que o Estado serve apenas como instrumento de valorização do capital, agindo como um Estado instrumentalizado a serviço dos interesses de uma única classe. Ocorre que, segundo o autor:

O Estado nem está a serviço nem é instrumento de uma classe contra a outra. Sua estrutura e atividade consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizam as relações de classe específicas de uma sociedade capitalista. O Estado não defende os interesses específicos de uma classe, mas sim os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classes (OFFE e RONGE, 1984, P. 123).

Além disso, o Estado tem um limitador estrutural, de não possuir, por si só, as condições sociais suficientes para garantir a sua sobrevivência, necessitando de estruturas não capitalistas (que não têm como objetivo final a produção de mercadoria) como suporte à valorização do capital. Daí é necessária a combinação entre formas de trabalho capitalistas e não-capitalistas de produção de mercadorias.

Nem todas as funções sociais (...) podem ser (...) exercidas em termos capitalistas, seja porque a produção de certas condições materiais de produção não é geradora de lucro, seja porque o grau de generalidade de certas regulamentações é elevado demais para a percepção dos capitalistas individuais (OFFE, 1984, P. 184).

Daí, segundo Offe (1984), decorrem as formas de socialização como formas de trabalho separadas do processo de valorização do capital, vistas não como formas pré-

capitalistas, mas como elementos de sociedades capitalistas desenvolvidas. Tais elementos são geradores de conflitos sociais e políticos.

E daí, pode-se pensar a sobrevivência da pequena produção familiar dentro desse contexto de estrutura de poder. Se o sistema capitalista é um sistema que está em contínua expansão, como é possível a permanência da pequena agricultura dentro dessa lógica capitalista, com um Estado defendendo o interesse geral apenas na aparência?

A resposta a esse questionamento leva a pelo menos dois caminhos de repostas, um que advoga o fim da pequena produção familiar e outro que advoga a sua resistência e recriação. A seguir será apresentado esse debate da desintegração versus a recriação da pequena produção familiar.

Do pensamento marxista derivam-se duas importantes correntes sobre a sobrevivência ou desaparecimento do campesino e o papel do Estado nesse processo, conforme se verá na sessão seguinte.

1.3 O PAPEL DO ESTADO NA DESINTEGRAÇÃO OU RECRIAÇÃO DO PEQUENO PRODUTOR FAMILIAR

A discussão anterior mostra as contradições estruturais do Estado capitalista e serve para embasar a discussão sobre as perspectivas da agricultura familiar e o papel do Estado nesse processo, haja vista que é um Estado capitalista e um Estado de classes e que, como tal, vai favorecer a classe mais poderosa, a classe que é detentora do poder. Porém, para se legitimar precisa atender algumas demandas das classes oprimidas. Através dessa discussão, busca-se entender como a agricultura de base familiar se organiza e como irá permanecer diante do constante avanço do capital no campo.

Para essa discussão, optou-se por resgatar a leitura dos autores clássicos, através da qual é evidente a perspectiva da política pública como resultado de relações de poder. Especialmente a visão marxista traz à tona as tensões que são inerentes às relações dos vários grupos de interesse.

No âmbito da produção científica da geografia agrária, conforme destaca Fernandes (2015), há um debate paradigmático no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no campo. A partir desse debate têm-se diferentes interpretações da realidade da questão agrária e da permanência ou da desintegração da pequena produção familiar no campo. Dessa discussão também decorre a importância do papel do Estado

no apoio à formação de cooperativas e no processo de fortalecimento da pequena produção.

Há uma tendência proletarista, que argumenta no sentido do fim da pequena unidade de produção familiar, através da sua desterritorialização e da proletarização da mão-de-obra. Entre os principais autores clássicos que argumentam nessa linha tem-se Lenin e Kautsky.

Kautsky (1986) estudou as transformações vivenciadas pela agricultura no final do século XIX na Alemanha, a partir do método de análise marxista aplicado ao campo. Defendia que o desenvolvimento do capitalismo traria como consequência o fim de outras formas não naturais desse sistema. Havia uma inserção do capitalismo no campo, que ele considerava irreversível, haja vista que o capital se apodera dos meios de produção em todos os setores produtivos e não seria diferente com o campo.

O autor admite a superioridade técnica da grande propriedade rural e aponta ao pequeno produtor, como forma de superação dessa desvantagem, a formação de cooperativas, de modo a ganhar economia de escala na organização da produção e na comercialização. Mas, mesmo na formação de cooperativas, ressalta que a grande propriedade tem mais vantagens que a pequena.

Kautsky (1986) afirma que, embora não seja impossível fazer cooperativas de pequenos produtores rurais, essa é uma tarefa difícil. Para justificar sua afirmação, argumenta que a grande dificuldade reside no fato de que o pequeno produtor é o senhor da sua propriedade e que dificilmente abriria mão disso por um trabalho coletivo junto a outros produtores. Nesse ponto, vai afirmar que o sucesso da formação de cooperativas seria maior entre aqueles produtores que não são proprietários de terra, haja vista que se prestariam mais facilmente ao trabalho coletivo.

Aponta a necessidade de sustentação da produção familiar por parte do poder estatal. Para o autor, não é possível transferir uma política social, inspirada no meio industrial, para o meio rural. É preciso adaptá-la às condições particulares da agricultura. Nesse sentido, uma política agrária em favor do proletariado rural inclui medidas onde o poder do Estado possa corrigir falhas de atuação individual e atuar contra “os efeitos depressivos dos fatores econômicos excessivamente poderosos” (KAUTSKY, 1986, P. 304).

O autor afirma que, “com a ajuda do Estado, os estabelecimentos individuais poderiam ser transformados, progressivamente, em membros de um grande estabelecimento cooperativo” (KAUTSKY, 1986, P. 394).

Assim, Kaustsky (1986) indica que a presença do Estado pode ser um elemento importante na sustentação da pequena produção, pois se deixá-la à revelia do mercado ela tende a desaparecer. O Estado deve ter um papel ativo no sentido de proporcionar as condições necessárias para que as pessoas (ou grupos) possam desenvolver uma atividade agrícola frente aos desafios impostos pela dominação do grande capital industrial.

O desaparecimento do campesinato não seria imediato, pois a pequena propriedade possui formas de resistência, embora ocorra através da precarização da condição de vida, pela intensificação do trabalho através do processo de assalariamento e pela redução do consumo. O autor relata uma vida camponesa limitada com a precarização do trabalho e um consumo aquém das suas necessidades e da sua família.

Outro ponto destacado por Kautsky (1986) é a questão da fragmentação da propriedade, discutida através da realidade da Alemanha da época, mostrando que havia uma fragmentação da propriedade. Ao apresentar as estatísticas, chama atenção para o fato de que, aparentemente, pode-se pensar que a pequena propriedade rural não tende a desaparecer porque os dados mostravam um aumento no número de pequenas unidades rurais, mas isso leva o autor a questionar se isso representa um processo de resistência da pequena propriedade ou se é, antes, um elemento de decomposição, desagregação e extinção da pequena unidade de produção familiar.

Para responder a esse questionamento, o autor recorre ao conceito de preço da terra, que é igual à renda territorial capitalizada. A renda da terra, por sua vez, é o preço que se paga para a sua utilização. O valor cobrado tem duas fontes de origem: de um lado, cobra-se porque se tem a posse da terra (é a chamada renda absoluta), ou seja, é determinado pelo monopólio da posse da terra. Uma segunda fonte de renda da terra é o que Karl Marx chamava de renda diferencial, obtida devido aos custos menores propiciados pelas terras de melhor qualidade ou mais próximas dos mercados consumidores.

Dito isso, o autor afirma haver uma tendência, à medida que a população cresce, de ocorrer uma maior pressão sobre o preço da terra, sobretudo para aquelas de menor tamanho. Sendo assim, o preço do hectare da terra da pequena propriedade torna-se

maior do que o da grande propriedade porque há uma maior demanda por terras de menor tamanho. Paralelamente a isso, à medida que o tamanho da terra diminui, torna-se mais difícil retirar da pequena propriedade toda a subsistência da família, o que faz com que haja uma tendência à proletarização.

A partir desse raciocínio, Kautsky argumenta que a pequena propriedade está cada vez mais inserida no circuito capitalista e que a fragmentação da terra ao invés de representar um indicador da permanência da pequena propriedade, mostra que pode ser exatamente um indicador da desagregação do campesinato.

Kautsky (1945), em sua obra “A política agrária do Partido Socialista”, afirma a pretensão de que, através da participação na eleição, seria possível o operariado tomar o poder. Mas, para isso, era preciso que o partido socialista desse uma atenção especial ao campesinato, considerando que uma parte da população Alemã da época prussiana era formada por camponeses e que a agricultura, que é a base da sociedade humana, perdia cada vez mais espaço para a indústria. Ou seja, era preciso que o Estado desse atenção às necessidades do campesinato, pois o presente e o futuro da sociedade dependiam da agricultura. Nas palavras do autor:

Ora, quaisquer que sejam as relações entre a indústria e a agricultura, o solo será sempre a base de toda a sociedade humana, sua força produtiva será sempre um fator essencial da quantidade de trabalho de que a sociedade precisará para subsistir, sua natureza exercerá sempre uma influência decisiva sobre o caráter físico e sobre a inteligência da população que o habita (KAUTSKY, 1945, P. 11).

O autor também reconhece a importância política da agricultura em detrimento de sua importância econômica relativa à indústria, motivo pelo qual se fazia imperativo um olhar atento do Estado para a população do meio rural. “Não é, pois, estranhável que as questões agrárias preocupem tão vivamente os homens que dirigem a vida pública nos Estados civilizados” (KAUTSKY, 1945, P. 12).

Assim como Kautsky em relação à Alemanha, Lenin (1985) estudou as consequências do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, no final do século XIX, e também previa o desaparecimento da classe camponesa tradicional.

Lenin (1985) sustenta a tese de que é o processo de divisão social do trabalho que garante a formação de um mercado interno para o capitalismo, haja vista que as mercadorias não são produzidas para a subsistência imediata do seu próprio produtor, mas sim para serem trocadas por dinheiro no mercado e com isso se adquirir novas

mercadorias. A partir daí, demonstra que o desenvolvimento do capitalismo provoca a desintegração do campesinato.

O autor afirma que a divisão de classes levaria à ruína dos pequenos produtores rurais. Nas suas palavras:

Não temos diante de nós simples produtores de mercadorias, mas, de um lado, proprietários de meio de produção e, de outro, trabalhadores assalariados que vendem a sua força de trabalho. A transformação do pequeno produtor em operários assalariados pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina etc.) – ou seja, pressupõe o seu ‘empobrecimento’, a sua ruína (LENIN, 1985, P. 16).

É na descrição desse cenário que se faz necessário destacar o papel do Estado, através das políticas públicas voltadas à pequena unidade de produção familiar, como uma forma de oferecer condições para a sustentação da economia familiar e para não se efetivar a destruição do campesinato apontada pelos clássicos ortodoxos.

Vale destacar que a política pública faz parte de uma estrutura de poder, além de ser uma decisão política. A desconstrução da importância do papel do Estado, através da desconstrução de políticas públicas, faz parte da estruturação das relações de poder e traz toda uma implicação sobre os sujeitos que são alvos dessas políticas.

Entendem-se as políticas públicas como processo de construção social, mas que não está isento das relações de poder das quais faz parte o Estado capitalista de produção (STEINBERG, 2013).

A atuação do Estado é um caminho para a formulação e recriação do campesinato, como defendem os marxistas heterodoxos, além de representar um impacto também do ponto de vista social e político em torno da permanência de atividades e estruturas sociais que contrariam a lógica do modelo vigente.

Através de uma outra interpretação das ideias de Marx, alguns autores, contrários à visão unilinear do desaparecimento do campesinato, passam a defender uma visão multilinear em que afirmam que, apesar de a tendência geral ser o avanço do assalariamento, tal avanço não se faz absolutamente necessário em todos os espaços porque o capital pode criar ou recriar formas alternativas de produção, desde que sejam favoráveis à acumulação capitalista.

A lógica desse pensamento é reforçada por Tchayanov (1976), que argumenta que a agricultura não tende a desaparecer, tende a se recriar. Enfatiza que a produção

familiar tem suas especificidades e que não pode ser analisada com as mesmas categorias teóricas utilizadas para estudar a economia capitalista. Nas palavras do autor:

Ser-nos-á impossível prosseguir uma reflexão econômica contentando-nos com categorias capitalistas, pois um setor muito vasto de vida econômica (mais precisamente: a maior parte da esfera de produção agrícola) baseia-se, não numa forma capitalista, mas numa forma completamente diferente: a da exploração familiar sem assalariados (TCHAYANOV, 1976, P. 479).

Tchayanov (1976) afirma que é preciso que se crie uma categoria capaz de explicar a realidade das organizações produtivas não capitalistas e, nesse sentido, propõe uma teoria que seja capaz de explicar as outras formas de produção que não têm como base a obtenção do lucro e a valorização do capital.

Parte do pressuposto de que a unidade familiar de produção é, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo, sendo a produção voltada ao consumo e o trabalho camponês sendo limitado pela satisfação das necessidades de subsistência da família. Partindo dessa consideração, argumenta que a unidade camponesa tem sua organização baseada no balanço entre trabalho e satisfação das suas necessidades.

Essa noção indica que o pequeno produtor familiar trabalha até o ponto em que o desgaste da força de trabalho é igual ao aumento da produção que compense esse desgaste. Ou seja, ele trabalha até o limite da fadiga.

Tchayanov (1976) argumenta que cada unidade familiar, que representa, ao mesmo tempo, a unidade de consumo e a unidade de produção, é quem vai determinar o ponto de equilíbrio entre produção e consumo, de modo que se a família é mais numerosa ou se é composta por um número maior de pessoas idosas ou crianças, é necessário que os ativos trabalhem mais para fornecer o alimento do conjunto da família. Assim, a quantidade de trabalho que vai ser despendida depende das necessidades de consumo que há em cada unidade familiar.

No caso da economia capitalista, quando o autor fala em exploração do trabalhador, refere-se ao fato de o indivíduo trabalhar mais do que o valor do produto que ele cria, de modo que receberá um salário menor do que o valor criado e, quanto maior for essa diferença, maior será o lucro do capitalista. Tchayanov (1976) trabalha com o conceito de auto exploração, que tem uma conotação diferente do conceito de exploração do trabalhador, pois é uma auto exploração no sentido de que os agricultores trabalham até o limite das necessidades de subsistência da família.

A relação do pequeno produtor rural com o mercado é determinada não pela busca da lucratividade, como ocorre na sociedade capitalista, mas sim pelas necessidades de consumo da família, seja para o sustento dos membros da família seja para a obtenção dos equipamentos necessários à produção familiar.

O autor diz que a categoria camponesa pode ser observada nestes dois casos: 1) quando a exploração está baseada no trabalho familiar; 2) quando a exploração está baseada também no trabalho assalariado.

Para Tchayanov (1976), esse último ponto não vai introduzir mudanças significativas porque o salário não é uma categoria dominante, ou seja, o salário é sempre uma categoria subordinada para o camponês e por isso não faz dela uma unidade capitalista de modo que a presença dos assalariamentos nas pequenas unidades de produção agrícola não as faz unidades não-camponesas. Além disso, o que leva o camponês a se assalariar não é a busca de lucro, mas sim a aspiração aos níveis de consumo que atenda as suas necessidades e de sua família.

Chama atenção para a possibilidade do cooperativismo nas unidades camponesas, conforme apontado por Kautsky (1986). Segundo Tchayanov (1976), no cooperativismo as unidades são individuais, embora haja uma gestão, uma estratégia mais global, mas que a propriedade continua sendo individual.

O argumento de Tchayanov (1976) vai no sentido de que reconhece que a grande propriedade tem mais vantagens técnicas e financeiras do que a pequena propriedade, mas que é possível uma unidade de produção camponesa subsistir dentro da sociedade capitalista.

Essa possibilidade de permanência se dá porque, para ele, uma vez que o camponês tem outra lógica que não a do lucro, isso faz com que consiga perdurar mesmo diante de condições adversas do sistema capitalista. Nesse sentido, esse autor vai se opor a concepção de Kautsky (1986) e Lenin (1985) de que a unidade camponesa estaria em processo acelerado de extinção, ou seja, de que o avanço no capitalismo no campo representaria o fim das sociedades camponesas.

Diante dessas especificidades, o pequeno produtor familiar não pode ficar à mercê do mercado, pois sua lógica de sobrevivência exige a presença do Estado para lhe dar sustentação na luta pela sua sobrevivência, frente à dinâmica capitalista. Além disso, conforme destacado, o próprio sistema capitalista necessita dar subsídios para a

sobrevivência de formas não capitalistas de produção, para sustentação da sua lógica de acumulação do capital.

Ao discorrer sobre as diferentes formas de sistemas econômicos não capitalistas, Tchayanov (1976) chega ao comunismo e traz uma reflexão importante sobre o Estado. As características dessa forma é que se eliminam as categorias capitalistas – capital, juro, salário, renda – mas preservando o progresso técnico da economia moderna. E nesse regime passa-se a ter planos de consumo e de produção pelo Estado, que é quem vai definir qual deve ser o consumo das famílias e qual deve ser o nível de produção.

A diferença para a produção camponesa é que o equilíbrio não é mais entre a unidade camponesa, que geria a unidade de consumo e a unidade de produção, o balanço entre consumo e penosidade individual, mas o Estado é quem vai definir o balanço entre e a penosidade social e o nível de satisfação social atingido e a direção da unidade depende da vontade do coletivo, através do canal com os órgãos do Estado.

O que faz com que o camponês trabalhe é a aspiração aos níveis de consumo que atenda as suas necessidades individuais e da sua família. No modo de produção coletivo, o que vai fazer com que o trabalhador coletivo trabalhe são: a consciência moral, de que todos devem estar conscientes de trabalhar para o coletivo; as sanções estatais, de que quem não trabalhar sofre determinadas sanções e; a possibilidade de recompensa para aquele que trabalha. Nas palavras do autor:

Como na exploração familiar, o dispêndio de trabalho social é, evidentemente, levado aqui ao ponto em que o equilíbrio entre a fadiga devida ao trabalho e a satisfação da procura social foi atingido. É claro que este ponto é fixado pelos órgãos do Estado que estabelecem os planos de produção e de consumo e têm de harmonizar esses planos. Dado que o nível de vida de cada trabalhador é determinado pelo Estado e, considerado isoladamente, não tem qualquer relação com o produto do trabalho do interessado (a quantidade produzida), este trabalhador deve ser incitado ao trabalho pela consciência moral, por sanções estatais e talvez mesmo por um sistema de recompensas (TCHAYANOV, 1976, P. 478).

Essas observações são interessantes também para os dias atuais, haja vista que Tchayanov considera que não existe um único modo de produção, mas que é possível encontrar a combinação de diferentes formas ou modos de produção dentro de uma mesma estrutura social. Ou seja, dentro das formas sociais capitalistas é possível encontrar diferentes formas de modo de organização.

Então o recado de Tchayanov (1976) é que para se entender cada modo de produção, depende do corpo teórico que lhe explique. É impossível se ter, segundo o autor, uma teoria econômica capaz de explicar todas as situações e que, por outro lado, o fato do avanço do capitalismo no campo não implica necessariamente na sua eliminação.

Permeando toda essa discussão, está a construção do espaço em uma estrutura de poder na qual se encontram a elaboração e execução de políticas públicas que desenham e redesenham o território da pequena produção familiar. É o que será apresentado na próxima sessão.

1.4 ESPAÇO, PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS

A transformação do espaço se dá através das mudanças nas relações sociais de produção, nas forças produtivas, assim como nas relações político-jurídicas, isto é, de poder que se estabelecem entre os homens, e nas instituições jurídicas.

Essa questão é fundamental para entender o impacto da política pública quanto ao incentivo à pequena produção familiar, sua sustentação e organização, não somente do ponto de vista da produção, mas no sentido de manutenção dessa forma de organização produtiva e social em determinado espaço, dentro de uma estrutura capitalista dominante.

Quando se estuda o espaço como produto social, entende-se o espaço como produto da própria sociedade, no sentido de que é a sociedade quem o produz. Na sociedade capitalista, o espaço vai refletir as características dessa sociedade, mas, conforme destacado por Tchayanov (1976), toda sociedade se organiza com base em outros modos de produção, que por sua vez são subordinados ao modo de produção dominante.

O espaço enquanto produto social tem em sua base a existência de conflitos, refletida, principalmente, pela disputa entre o Estado, o mercado, e as classes dominantes em que as iniciativas privadas concorrem para uma divisão do trabalho de acordo com o interesse privado. O Estado, por outro lado, corrobora com essa prerrogativa (SANTOS, 2006).

Para compreensão do espaço geográfico, importante considerar o trabalho de Henri Lefebvre, “A Produção do Espaço”, em que espaço e território são conceitos interdependentes, mas, ao mesmo tempo, são complementares.

o espaço não deve ser confundido com espaço mental (dos filósofos e matemáticos) e nem com espaço físico (natureza). O espaço social “não consiste numa coleção de coisas, numa soma de fatos (sensíveis), nem tão-somente num vazio preenchido, como uma embalagem, de matérias diversas que ele não se reduz a uma ‘forma’ imposta aos fenômenos, às coisas, à materialidade física” (LEFEBVRE, 2006, P. 31).

Lefebvre (2006) explica que o espaço não existe em si mesmo, não é estático, pois nele contém relações sociais. Além disso, é um espaço historicamente produzido pelo homem. Utiliza-se da dialética para demonstrar que o espaço modifica o modo de produção e é modificado por ele em um processo cheio de contradições, de dominação e poder.

O espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de poder – mas que ele escapa parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem. As forças sociais e políticas que o engendraram tentam controlá-lo e não conseguem; aqueles mesmos que levam a realidade espacial em direção a uma espécie de autonomia impossível de dominar se esforçam para esgotá-lo, para fixá-lo e o subjugar (LEFEBVRE, 2006, P. 31).

Nesse sentido, é interessante observar a discussão feita por Harvey (2005), que procurou relacionar a questão do espaço com o capital, para tentar entender como o processo de acumulação capitalista implica nas relações de espaço e tempo. Apesar de Marx não ter escrito especificamente sobre essa questão, Harvey diz que é possível encontrar a partir das leituras de O Capital, abordagens que levem em consideração o espaço a partir da relação entre produção e circulação.

No desenvolvimento desse raciocínio, o autor mostra como a acumulação do capital, para sua realização, necessita conquistar cada vez mais espaços para produzir e, para isso, precisa deslocar essa produção dentro do espaço.

Assim, Harvey (2005) discorre sobre a teoria da acumulação, as relações no transporte e comércio exterior e aborda a questão do imperialismo. Em relação à teoria da acumulação capitalista, a leitura do autor mostra que o processo de acumulação

capitalista é um processo dinâmico em expansão e que por isso requer necessariamente a conquista de novos espaços.

Essa ideia também está presente em Marx e Engels (1998) mostram como as grandes navegações foram decorrentes da necessidade de o sistema capitalista submeter novos espaços à sua lógica.

Raffestin (1993) esclarece que espaço e território não são termos semelhantes e que o espaço é anterior ao território. O território tem como base o espaço, mas não corresponde ao espaço em si. O território é o espaço que passa por diversas transformações e tais transformações têm no seu bojo as relações de poder. Desse modo, não é possível pensar o território sem levar em consideração as questões que estão por trás de sua formação e transformação, ou seja, a estrutura política, social, ideológica e econômica que denotam o poder como algo intrínseco ao território.

Milton Santos corrobora com as ideias de Raffestin (1993) sobre o território. Compreende o espaço como ponto de partida, definido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, P. 39).

Suas ideias também foram fortemente influenciadas pelos estudos de Lefebvre. Assim sendo, entende o espaço não como simples reflexo da sociedade, mas como um fator social, uma instância da sociedade (SANTOS, 2006).

Deixa claro que paisagem e espaço não são conceitos semelhantes. A paisagem corresponde a uma distribuição de formas e objetos, que unem o presente e o passado. O espaço corresponde ao presente, embora carregue nele elementos históricos, e é resultado da interferência do homem nas formas e objetos da paisagem. Os objetos que continuam no mesmo lugar passam a ter outra função. Ou seja, a paisagem é relativamente estática, ao contrário do espaço que está sempre em transformação.

Nas palavras do autor:

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 2006, P. 67).

Espaço também é diferente de configuração territorial (ou configuração geográfica), segundo o autor. A configuração territorial corresponde a um processo

histórico de transformação da natureza, dando lugar a uma natureza humanizada, corresponde à materialidade. O espaço é mais abrangente, pois inclui as relações sociais. Assim, Santos (2006, P. 38) esclarece que:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

Santos (2006) utiliza o conceito de rugosidade como categoria analítica para expressar a importância das marcas ou heranças espaciais deixadas ao longo do tempo.

Denomina rugosidade:

ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2006, P. 93)

A divisão territorial do trabalho atual tem como base a divisão territorial do trabalho de períodos anteriores. A divisão social do trabalho só pode ser entendida a partir da divisão territorial do trabalho que, por sua vez, depende de formas geográficas herdadas (SANTOS, 2006).

Raffestin cita Léfèbvre (LEFEBVRE, 1978, apud RAFFESTIN, 1993, P. 143) ao mencionar a passagem do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc.” Desse modo, o conceito de território está

relacionado com o conceito de espaço, é um produto da ação do homem (seja individualmente, seja sob a forma coletiva enquanto Estado), sobre a base da matéria prima natural. O território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. Com isso, pretende fazer uma distinção entre algo já "dado", o espaço – na condição de matéria prima natural e um produto resultante da moldagem pela ação social dessa base – e o território – um construto, passível de "uma formalização e/ou quantificação". O território é, assim, a base física de sustentação locacional e ecológica, juridicamente institucionalizado do Estado Nacional. Contém os objetos espaciais, naturais e/ou construídos, na condição de instrumentos *exossomáticos*, para (re)produção de uma identidade étnico-sócio-cultural.

As políticas públicas que se estabelecem dentro do espaço capitalista, modificando-o e construindo ou fortalecendo o território do produtor familiar, mesmo que efêmero, provoca disputa por territórios e por modelos de desenvolvimento. São os novos elementos da questão agrária atual, segundo Fernandes, 2015.

Ao se pensar a política pública enquanto resultado da correlação de forças entre interesses de classes, evidencia-se que os movimentos sociais, através de pressões por modelos de desenvolvimento que beneficiem o pequeno produtor, conseguem influenciar a elaboração de políticas públicas, pelo menos na história recente, voltadas à abordagem territorial (FERNANDES, 2015).

As corporações da agricultura capitalista controlaram por quase um século e meio as políticas de desenvolvimento da agricultura. Somente no final da última década do século XX e na primeira década deste século os movimentos camponeses conseguiram influenciar os governos para criação de planos e políticas públicas (FERNANDES, 2015, P. 22).

As políticas públicas são desenvolvidas dentro da sociedade capitalista, que tem como lógica o desenvolvimento do capital e não a produção familiar. No entanto, mesmo nesse contexto histórico determinado, têm-se políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, que de alguma forma procuram romper essa estrutura para chegar até o pequeno produtor familiar, modificando assim o espaço.

Essa modificação do espaço se dá através de disputa de poder entre o Estado capitalista e as forças organizativas sociais que fazem surgir políticas públicas, subordinadas à lógica capitalista, mas que permite abrir um caminho dentro do próprio

sistema capitalista para que o produtor familiar seja, de alguma forma, beneficiado, contrariando a lógica do próprio sistema.

Contudo, isso traz à tona a contradição na relação de disputa e de poder entre o modo de produção capitalista e o modo de organização da produção familiar (dentro do modo de produção capitalista). Essa disputa vai promover a construção do território do pequeno produtor familiar dentro de um espaço socialmente produzido na lógica da valorização do capital.

Assim, o território do produtor familiar não pode ser analisado em separado das partes que compõem o espaço capitalista de produção, haja vista que ele está articulado e subordinado historicamente à lógica do modo de produção dominante.

A política pública não modifica todo o espaço, mas sim um determinado número de famílias de agricultores que retrata uma porção do seu território conquistado pela luta popular junto ao Estado capitalista, que foi construído e reconstruído através de uma (ou algumas) política(s) pública(as).

A outra contradição contida na política pública é que esse território corre o risco de ser passageiro, pois dentro do sistema capitalista o capital e o capitalista permanecem dando as ordens. Uma política pública que beneficia a lógica do inverso corre o risco de se enfraquecer ou ser destruída pelo próprio capital que a criou, haja vista a lógica de que ele cria e destrói de acordo com suas necessidades, ou na medida em que a pressão popular, ou seja, a pressão das forças antagônicas se tornam maiores ou menores.

Assim, as políticas públicas voltadas à produção familiar são controladas pelo poder e dominadas pelo capital, de modo que o território construído por essa lógica é um território efêmero, podendo se desfazer a qualquer momento, mediante qualquer mudança de rumo do modelo instituído nesse processo.

Apesar desse contexto, as políticas públicas trazem transformações no espaço e promovem conquistas territoriais importantes, que atuam no atendimento da não destruição da pequena unidade de produção familiar, através da sua formulação e recriação, em conformidade defende Tchayanov (1976).

Segundo Fernandes (2015, P. 29) cada território precisa de políticas públicas que estejam de acordo com a lógica de seu modo de produção. “O grande desafio do campesinato é elaborar um plano de desenvolvimento e de enfrentamento ao capitalismo, para garantir o direito de sua existência”.

Considerando essa estruturação de poder que permeia as políticas públicas, no próximo capítulo será apresentado o Programa de Aquisição de Alimentos, seus desafios e perspectivas.

2 – O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Nesta seção tem-se o objetivo de descrever o Programa de Aquisição de Alimentos, identificando em qual contexto surgiu, quais os impactos sobre a agricultura familiar, quais as dificuldades e empecilhos do Programa e suas perspectivas. Para isso, realizou-se levantamento da legislação pertinente ao Programa e suas alterações recentes e foi feito levantamento de trabalhos de teses e dissertações na área de Geografia, referentes ao tema.

2.1 DESCRIÇÃO DO PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, no Governo Lula, instituído pela Lei 10.696/2003, alterada pela Lei nº 12.512/2011 e regulamentada pelos Decretos nº 7.775/2012 e nº 9.214/2017. Foi criado como uma das ações do Programa Fome Zero cuja proposta era o combate à fome, tendo como um dos eixos estratégicos o fortalecimento da agricultura familiar. Em 2012, o PAA passou a fazer parte do Plano Brasil sem Miséria, cujo objetivo era erradicar a pobreza extrema no país⁵.

A legislação sobre o PAA especifica os objetivos do Programa, seu público alvo, como se dá a aquisição e destinação dos alimentos, descreve quais são as suas modalidades, suas instâncias de coordenação e execução e a forma como é executado.

O PAA tem como objetivos:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

⁵ O Programa Fome Zero foi criado, em 2003, pelo Governo Lula, como organização de estratégias de combate à fome e à miséria no Brasil. O Programa estava norteado em quatro eixos: acesso à alimentação; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda e; articulação, mobilização e controle social. O Programa incluía o Pronaf, PAA, PNAE, criação de restaurantes populares e construção de cisternas (MDS, 2010). Já o Plano Brasil sem Miséria foi criado em 2011, durante o Governo Dilma, cujo objetivo era a redução da pobreza extrema.

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2017).

Ou seja, o PAA visa o fortalecimento da agricultura familiar, através das compras institucionais dos seus produtos e, por outro lado, visa o fortalecimento de pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, através da distribuição dos alimentos.

Quanto ao seu público alvo, têm-se, de um lado, os fornecedores de alimentos, que são os beneficiários fornecedores, e, do outro lado, os consumidores dos alimentos, denominados de beneficiários consumidores. Têm-se as organizações fornecedoras, que são associações e cooperativas formadas pelos beneficiários fornecedores e as unidades receptoras, responsáveis pelo recebimento dos produtos, conforme descrito na legislação:

a) Beneficiários consumidores: pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidos pela rede socioassistencial, pela rede pública de ensino e de saúde ou que estejam sob custódia do Estado (BRASIL, 2017).

b) Beneficiários fornecedores: pessoas e organizações familiares rurais, que atendam aos requisitos da Lei nº 11.326/2006, que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados às políticas públicas voltadas à agricultura familiar (BRASIL, 2006).

Os beneficiários fornecedores são agricultores familiares, considerados como aquele que pratica atividades no meio rural e que não detenha área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento; possua renda familiar originada de atividades do seu estabelecimento; dirija seu estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006).

Também são considerados beneficiários dessa Lei, os silvicultores, aquicultores e extrativistas, que exerçam atividade artesanalmente no meio rural, pescadores artesanais, povos indígenas, e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e comunidades tradicionais.

Para fornecer alimentos ao PAA, os beneficiários fornecedores precisam ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Podem ofertar os produtos como beneficiários fornecedores, de forma individual, ou como associados a organizações fornecedoras, como cooperativas ou associações. Os produtos ofertados podem ser *in natura* ou processados.

c) Organizações fornecedoras: cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a DAP jurídica.

d) Unidade recebedora: organização formalmente constituída, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores;

No que se refere às modalidades de execução do Programa, tem-se: compra com doação simultânea, compra direta, incentivo à produção e ao consumo de leite, apoio à formação de estoques, compra institucional e aquisição de sementes.

Na modalidade “compra com doação simultânea”, ocorre a compra de alimentos dos beneficiários fornecedores ou organizações fornecedoras e a doação simultânea às unidades recebedoras ou diretamente aos beneficiários consumidores, através de redes socioassistenciais e da rede pública e filantrópica de ensino.

A modalidade de doação simultânea pode ser executada por meio de dois instrumentos:

- Termo de adesão com órgãos ou entidades estaduais, municipais ou distrital e;
- Termo de cooperação com a Conab.

Na forma de execução através de cooperação com a Conab, é necessário que os beneficiários fornecedores estejam devidamente organizados em cooperativas ou associações, através das quais disponibilizam seus produtos. A proposta de participação é enviada pelas organizações fornecedoras à Conab para avaliação. Após aprovação, passam a participar do PAA.

Os produtos são entregues pelas organizações fornecedoras diretamente às unidades recebedoras. Após a comprovação da entrega dos produtos, é feito o pagamento na conta das organizações fornecedoras que repassam a cota de cada beneficiário fornecedor.

Na forma de execução por meio de termo de adesão, a proposta de participação do PAA deve ser enviada por meio dos municípios ou Estados, através de cadastrado no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA).

No caso de adesão estadual, o PAA é executado através de uma Secretaria de Estado. Pode também ser executado por um órgão da administração indireta, como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)⁶. No caso de adesão municipal, o município é responsável pela execução do Programa ou a execução pode ser feita através de parceria com seus respectivos Estados.

Os beneficiários fornecedores entregam os produtos à unidade executora, que distribui os alimentos aos beneficiários consumidores ou os produtos podem ser entregues diretamente às unidades receptoras. O pagamento é feito diretamente aos beneficiários fornecedores, por meio de cartão bancário específico para o PAA (MSD, 2014).

Na modalidade “compra direta”, a compra de produtos é feita pela Conab, com o objetivo de sustentar preços dos produtos que estão abaixo do preço de mercado. Os produtos são destinados aos beneficiários consumidores do Programa.

Na modalidade “incentivo à produção e ao consumo de leite”, ocorre a compra de leite que, após ser beneficiado, é doado às unidades receptoras ou diretamente aos beneficiários consumidores.

Na modalidade “apoio à formação de estoques”, a operacionalização é feita pela Conab e tem o intuito de dar apoio financeiro para a formação de estoques de alimentos por parte das organizações fornecedoras. A proposta de participação deve ser enviada por organizações fornecedoras à Conab, quando identificada a possibilidade de estoque de determinado produto.

Os beneficiários fornecedores encaminham seus produtos para a organização fornecedora, que fica responsável por beneficiar o produto e vender no mercado. A modalidade tem duração de 12 meses, período em que a organização fornecedora deverá quitar o valor que foi adiantado para a formação do estoque.

A modalidade “PAA/Leite” tem o objetivo de incentivar a produção e o consumo de leite de vaca e de cabra e contempla as regiões Nordeste, Norte e o estado de Minas Gerais. A proposta de participação nessa modalidade deve ser feita por

⁶A partir de 2019, a Emater passou a ser denominada Empaer, criada através da fusão da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa), Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (Interpa) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB).

organizações fornecedoras, que ficam responsáveis por coletar o produto dos beneficiários fornecedores e em seguida pasteurizar, embalar e distribuir às unidades receptoras. Os beneficiários fornecedores, além da exigência da DAP, precisam comprovar que a vacinação dos animais está em dia.

O processo de pasteurização pode ser feito por meio dos cooperados/associados ou através de contratos com laticínios. No caso de contrato com laticínios, este fica responsável pelo processo desde a coleta do leite dos beneficiários fornecedores até a pasteurização do produto.

A “compra institucional” é feita através de chamada pública para a agricultura familiar, com o intuito de atender demandas de gêneros alimentícios ou de materiais propagativos, por parte de órgão comprador para doação aos beneficiários consumidores.

A modalidade “Aquisição de sementes” foi instituída em 2014 e se refere à compra de sementes, mudas e materiais para alimentação humana ou animal. A proposta de participação é encaminhada pelas organizações fornecedoras e os produtos são doados aos beneficiários consumidores ou aos beneficiários fornecedores (BRASIL, 2017).

Nessa modalidade, as demandas pelos produtos devem ser encaminhadas à Conab pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Chico Mendes (ICMBIO) e pelos Estados.

É possível a aquisição de mudas e sementes de cultivo local, tradicional ou crioula, até o limite de 5% da dotação orçamentária anual do Programa. É admitida, ainda, a sua aquisição para alimentação animal a beneficiários consumidores, beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras.

No tocante às aquisições de alimentos pelo PAA, pode ser feita com a dispensa de licitação, mas as aquisições de alimentos devem ocorrer em conciliação com a segurança alimentar e nutricional e com os produtos que são ofertados pelos beneficiários fornecedores. É dada a preferência à aquisição de alimentos por meio de organizações fornecedoras que possuam em seu meio social beneficiários fornecedores prioritários definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) (BRASIL, 2017).

Quanto às destinações dos alimentos adquiridos pelo PAA, eles são direcionados:

- i) ao consumo de pessoas/famílias em situação de insegurança alimentar;
- ii) ao abastecimento de rede socioassistencial;
- iii) ao abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição;
- iv) ao abastecimento das redes públicas de ensino e de saúde, das unidades de internação do sistema socioeducacioeducativo e dos estabelecimentos prisionais;
- v) à constituição de estoques públicos de alimentos, destinados a ações de abastecimento social e venda;
- vi) ao abastecimento dos órgãos e das entidades da administração pública, direta e indireta; e
- vii) a outras demandas definidas pelo GGPAA (MDS, 2014, P. 47).

Os produtos do PAA poderão também ter como destino a população em situação de insegurança alimentar e nutricional decorrente de emergência ou calamidade pública.

Quanto às instâncias de coordenação e de execução do PAA, o Programa é composto pelo grupo gestor do PAA (GGPAA) e pelas unidades gestoras e executoras.

Até 2016, a política de segurança alimentar e nutricional encontrava-se vinculada aos recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), que transferia os recursos para as unidades executoras, sendo a maior parte dos recursos advinda do MDS. A participação do MDA sempre foi baixa e decrescente.

Em 2016, o MDA foi extinto e o PAA ficou sob a responsabilidade do MDS. Em 2019, foi extinto o MDS, dando lugar ao Ministério da Cidadania, que passou a ser o responsável pela Política de Segurança Alimentar e Nutricional e seus Programas.

O GGPAA tem como finalidade definir a forma de funcionamento das modalidades do Programa; a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar; a metodologia para definição dos preços e as condições de venda dos produtos adquiridos; as condições de doação dos produtos adquiridos; as condições de formação de estoques públicos; os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores e consumidores e das regiões de atuação; as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos; a forma de seu funcionamento, mediante a aprovação de regimento interno e; outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA (BRASIL, 2017; MDS, 2014).

As unidades executoras são os órgãos ou entidades da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos, que celebrarem Termo de Adesão com as Unidades Gestoras; e a Conab e outros órgãos ou entidades da administração pública federal que celebrarem termo de cooperação com as Unidades Gestoras.

Em 2018, foi proposto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) um corte de 98% no orçamento do PAA, que ficaria em torno de R\$ 4 milhões, praticamente pondo fim à execução e continuidade do Programa. Após pressões das organizações sociais, o orçamento foi aprovado com um valor baixo, mas equivalente ao orçamento do ano de 2017, em torno de R\$ 375 milhões.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, apontou-se, de fato, para um direcionamento à direita em termos de pensamentos e práticas na área da política, onde se defende a prática neoliberal, segundo a qual o mercado deve resolver os problemas da economia e da sociedade, devendo o Estado interferir o mínimo possível. Acontece que sem a participação do Estado, as políticas públicas definham por inanição.

Até 2018, o controle social do PAA se dava através do acompanhamento da execução do Programa por parte da sociedade civil que fazia parte do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). No entanto, no primeiro dia do mandato do Presidente Jair Bolsonaro (primeiro de janeiro de 2019), foi assinada a Medida Provisória Nº 870/2019, que, dentre outros retrocessos, revogou as atribuições do CONSEA.

Até então, o Conselho era o órgão de assessoria ao Presidente da República, com participação de organizações sociais e representantes do governo e tinha importantes atribuições:

- a) convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;
- b) propor ao Poder Executivo Federal, considerando as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;
- c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

- d) definir, em regime de colaboração com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN;
- e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;
- f) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de segurança alimentar e nutricional; (MDSA, 2017).

Todas as atribuições e composição do CONSEA, que constavam na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/2006), assinada no governo Lula, foram revogadas, culminando no esvaziamento e extinção do Conselho.

Vale complementar que os trabalhadores se encontram diante de um cenário bastante complexo em que se efetiva a perda de conquistas importantes também na área trabalhista⁷. O governo de Jair Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho, distribuindo suas funções e atribuições para o Ministério da Economia e o Ministério da Justiça e Segurança Pública e foi aprovada a reforma da previdência, que, dentre vários retrocessos, aumenta a idade para aposentadoria de homens e mulheres.

A seguir será apresentada a leitura do PAA em trabalhos que já foram desenvolvidos na área de geografia sobre o tema.

2.2 PAA NA LEITURA DA ÁREA DE GEOGRAFIA

Os trabalhos encontrados, na área de Geografia, abrangem pequenas áreas geográficas, com metodologias qualitativas, avaliando o impacto do Programa sobre seus beneficiários, participação e controle social, gestão e execução, formação de mercado para agricultura familiar, regulação de preços locais e regionais, aumento de disponibilidade de alimentos, diversificação da produção, uso de práticas de produção sustentáveis e fortalecimento da capacidade de organização de pequenos produtores. Alguns trabalhos destacam o papel do Programa na recriação do campesinato e sua contribuição para permanência do pequeno produto familiar no campo.

⁷ Para uma análise dos impactos da reforma trabalhista na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro veja Krein, Oliveira e Filgueiras (2019).

Não foram identificados trabalhos que analisam o PAA em áreas geográficas de forma mais abrangente, que possam captar os seus efeitos sistêmicos em âmbito nacional. De acordo com Kaminski *et al.* (2018):

Apesar de já terem se passado quase quinze anos desde a sua criação, o PAA ainda carece de indicadores para monitorar os seus impactos e de estudos de abrangência nacional para avaliá-lo em seus múltiplos aspectos. Isto decorre, em parte, da complexidade do programa, das grandes dimensões do país e das dificuldades de se obter dados quantitativos que possam ser utilizados para esse fim (KAMINSKI *et al.*, 2018, P. 115).

O desafio ao se analisar o PAA é pensar o Programa não apenas em termos de beneficiários fornecedores e beneficiários consumidores, mas pensar esses sujeitos como protagonistas de uma política pública inseridos numa dinâmica territorial de classes, em um contexto de disputas de poder e também em um contexto histórico e social (LEAL, 2017).

A tabela 2 mostra a quantidade de dissertações e teses na área de Geografia, sobre o tema PAA. Foram encontrados mais recentemente, a partir de 2013, 22 trabalhos nos vários Programas de Pós-Graduação em Geografia do País.

Tabela 2 – Trabalhos de dissertações e teses sobre o PAA nos Programas de Pós-Graduação em Geografia (2013-2019)

Instituição	Dissertações	Teses
UFBA	1	0
UFGO	0	1
UFRN	2	0
UFC	2	1
UFPB	3	0
Unesp	9	3
Total	17	5

Fonte: Elaboração própria a partir de informações disponíveis nos sites dos Programas e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e consulta à base de dados disponíveis nos sites dos Programas.

2.3 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PAA

De um modo geral, observa-se que os trabalhos sobre o PAA avaliam o Programa sob a concepção da integração do agricultor ao mercado e seus efeitos sobre a unidade familiar e, por outro lado, mostram que o PAA representa um avanço no campo quando comparado a ações e iniciativas de governos anteriores.

A discussão que envolve a questão de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento de unidades familiares rurais envolve vários aspectos, como a saúde alimentar (hábito alimentar da população e suas consequências à saúde), ciência e biotecnologia, aspectos políticos e jurídicos como legislações que subsidiam as políticas públicas, além de aspectos econômicos, voltados à produção, comercialização e distribuição de alimentos, e aspectos não econômicos como o modo de vida e particularidades do pequeno produtor familiar. “Não é dando comida, apenas, mas sim corroborando para que o agricultor possa decidir o que comer, usando seus meios fundamentais no tripé ‘terra – trabalho – família’” (LIMA, 2015, P. 34).

Silva (2016) contextualizou o debate sobre segurança alimentar e nutricional, afirmando que foi iniciado após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tendo o alimento como foco de controle e dominação de um país sobre outro, referindo-se ao conceito de segurança alimentar e estratégias de Guerra.

O desenvolvimento das relações capitalistas no campo modificou o desenho econômico e alimentar, especialmente a partir dos anos 1960, com uma agricultura com base no uso intensivo de agrotóxicos e no uso de máquinas e equipamentos, aumentando os índices de produtividade e isso implicou contradições: “a produtividade por hectare se multiplicou e a produção média global do campo aumentou quatro vezes. Mas a fome não acabou!” (LIMA, 2015, P. 30).

Historicamente, as políticas públicas brasileiras voltadas à agricultura são marcadas por privilegiar a grande propriedade. As iniciativas para pequena produção só surgem na década de 1990, com a criação do Pronaf, a partir de demandas e pressões dos movimentos sociais, mas possuía baixo direcionamento ao público de pequenas unidades familiares (SOUZA, 2015).

Já a discussão sobre segurança alimentar, no Brasil, surgiu junto com o debate sobre a fome, no final dos anos 1980, se intensificando no início dos anos 1990, com destaque para a Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, trazendo à tona a urgência do enfrentamento da fome e miséria brasileira (HESPANHOL, 2013).

Veloso (2017) mostrou a importância de políticas públicas, principalmente após a herança deixada pelos governos neoliberais dos anos 1990, não apenas no Brasil, mas em toda América Latina, com reduções de investimentos públicos, penalizando principalmente a área social em favorecimento de ajustes fiscais e econômicos,

provocando um desmantelamento do Estado de Bem Estar Social, período em que se levantam vários debates sobre a fome e a necessidade de enfrentamento por meio de iniciativas do Estado.

Ainda nos anos 1990, houve iniciativas de Programas de transferência de renda, mas, na leitura de Hespanhol (2013), foi a partir dos anos 2000 que a temática da fome ganhou força junto à necessidade de garantia de segurança alimentar e nutricional da população de baixa renda e é aí que o PAA começa a ser desenhado.

Foi a partir da eleição do Presidente Lula, que surgiram iniciativas de enfrentamento mais significativo para o combate à fome e à pobreza, com o reestabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que tinha sido criado no Governo Itamar Franco, mas extinto no Governo Fernando Henrique Cardoso. Junto com o CONSEA, foi criado o Programa Fome Zero, dentro do qual foram iniciadas ações para o fortalecimento da agricultura familiar, através de políticas como o PAA e PNAE.

Na década de 2000, com a eleição do Presidente Lula, inaugura-se pela primeira vez na história brasileira a problemática da fome como prioridade de governo, culminando na criação do Programa Fome Zero, no ano de 2003. O PFZ congregou diversas representações da sociedade civil organizada, organizações não governamentais, movimentos sociais, CONSEA, intelectuais e representantes de Universidades, que debatiam a segurança alimentar e nutricional, desde a década de 1980 (VELOSO, 2017, P. 373).

Silva (2016) também destaca que foi a partir do governo Lula (2002) que se retomou no Brasil a proposta de intervenção do Estado, com políticas públicas diferenciadas das décadas de 1990, tanto em termos quantitativos quando em termos qualitativos, possibilitando a inclusão de grupos sociais historicamente excluídos de programas e políticas públicas.

Wanderley(2018) apresenta a importância da relação entre o Estado desenvolvimentista e a agricultura familiar, por meio da implementação de políticas públicas, que levem em consideração o fator social como um dos eixos estruturantes do desenvolvimento econômico. Destaca a dificuldade de se manter esse caminho a longo prazo, devido às forças de interesse do grande capital, em particular, representado pelo agronegócio e por seus representantes no cenário político.

Lima (2015, P.32) fez a crítica no sentido de que nas políticas públicas, como o PAA, se considera o alimento como mercadoria, em detrimento do alimento como parte

dos costumes, autonomia e escolhas da família camponesa. Ao não levar em consideração as suas particularidades, esses Programas de Governo podem comprometer o espírito solidário da economia camponesa e as suas trocas voluntárias. Assim, na sua opinião: “o fim é a garantia da segurança alimentar pelas populações em vulnerabilidade, mas o meio é ter o alimento como mercadoria para comercialização”.

Por outro lado, reconhece que há o componente social na proposta do Programa e aí reside sua relevância, “uma vez que, além de estimular o fornecimento de alimentos diretamente aos consumidores, cria-se a possibilidade de se estabelecer laços de solidariedade entre pessoas e entidades sociais enaltecendo o papel destas nas sociedades locais” (LIMA, 2015, P. 35).

2.4 IMPACTOS DO PAA NA PRODUÇÃO FAMILIAR

Lima (2015) estudou o PAA no âmbito da geografia da segurança alimentar e nutricional no Ceará, objetivando analisar sua implementação no Estado. Utilizou como categorias de análise: segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, pobreza, políticas públicas, espaço e território.

Como arcabouço teórico utilizou autores da geografia crítica, para compreensão do tema do espaço produzido a partir do PAA, analisando sua concepção e execução e seus reflexos no espaço geográfico cearense. Enfatizou que, sob a perspectiva geográfica, a pobreza tem suas condições espaciais, refletidas através das desigualdades regionais e enxerga a política pública como diretriz para o enfrentamento do problema.

Nesse sentido, estudou o PAA a partir da leitura de autores como Milton Santos, Raffestin, Smith, Moraes, Harvey, Moreira, para analisar as forças de poder por trás da política pública.

Dentre os problemas apontados na execução do PAA no Ceará, registrou a falta de controle e acompanhamento do desempenho do PAA; baixa produção; falta de apoio na logística da comercialização do produto; falta de integração intermunicipal na execução do PAA (o atendimento se dá por município e não por meio de território unificado (intermunicipal); inadequação de legislações sanitárias e tributária à realidade da agricultura familiar; falta de assistência técnica permanente; descontinuidade e falta

de regularidade do Programa; apropriação do Programa através do poder de grupos políticos locais (LIMA, 2015).

Como melhorias na execução do Programa, a autora sugere:

Criação de infraestrutura adequada, como: estradas, energia, armazéns para estoques dos alimentos; o desenvolvimento de programas de formação, bem como a oferta de oficinas para os jovens com vistas à identificar potencialidades que venham garantir a geração de emprego e renda, diminuindo o êxodo rural; o treinamento também de agricultores para que possam melhorar sua produção e agregar valor; incentivo para o desenvolvimento de lideranças e participação dos agricultores nas decisões do Programa; a criação de uma logística eficiente para que os alimentos possam ser entregues no tempo sem gerar perdas; definição clara do papel de cada órgão público na execução do PAA, o que significa melhorar coordenação e comunicação no gerenciamento e execução do PAA (LIMA, 2015. P. 170).

Coca (2016) estudou experiências de compras públicas de alimentos, à luz da soberania alimentar enquanto bandeira de luta no campo, na cidade e de alguns governos, fazendo uma comparação, através de estudo de caso do PAA, no Brasil, e da rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá.

Estudou o PAA em áreas de territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu, caracterizada por forte presença do agronegócio no sistema alimentar e em áreas do Pontal do Paranapanema, caracterizada por uma região de muitos conflitos agrários e com centenas de assentamentos rurais. Entrevistou lideranças dos colegiados dos territórios da cidadania, agricultores beneficiários fornecedores e representantes e entidades consumidoras do PAA.

Discutiu as relações capitalistas no âmbito do regime alimentar corporativista (alimento como instrumento de poder e controle de mercados, fome e marginalização camponesa), levando em consideração o entendimento da questão agrária para Kautsky, caracterizado pelo processo de expansão capitalista sobre as unidades de produção camponesas e; a soberania alimentar como uma proposta alternativa (alimento como um direito de todos), caracterizado por maior valorização dos circuitos alimentares locais, tendo como caminhos a reforma agrária, alternativas de produção agroecológicas, mercados para a agricultura camponesa e valorização do trabalho feminino.

A partir da teoria dos regimes alimentares, discute a soberania alimentar como um processo de articulação escalar, ou seja, como uma demanda do coletivo. Mostrou a importância do Estado para implementação da soberania alimentar e constatou que:

...o PAA tem contribuído para a soberania alimentar no Cantuquiriguaçu e no Pontal do Paranapanema através da criação de uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses e da melhoria da alimentação dos proponentes e dos beneficiários pela doação dos alimentos. Por seu turno, a rede F2CC tem sido um vetor para a mudança das relações de consumo de alimentos em Metro Vancouver. (COCA, 2016, P. 11).

Tanto o PAA quanto a rede F2CC têm contribuído para a implantação da proposta alternativa de soberania alimentar. No PAA, isso pode ser percebido através da criação de uma nova oportunidade de mercado para os agricultores familiares/camponeses beneficiários e da oferta de alimentos frescos e de maior valor nutricional para pessoas atendidas por entidades socioassistenciais e para os próprios proponentes. Na rede F2CC se constata a preocupação central de modificar as relações de consumo de alimentos, diminuindo a ingestão de produtos processados pelas grandes corporações e aumentando a ingestão de alimentos *in natura*. (COCA, 2016, P. 11)

Apesar de o PAA não representar força suficiente para romper com a hegemonia do agronegócio, a sua implementação na região do Cantuquiriguaçu e no Pontal do Paranapanema representou uma conquista importante dos movimentos sociais, que demandava maior atenção e mediação do Estado nos conflitos com o agronegócio, assim como representou uma proposta alternativa de resistência e enfrentamento ao mercado do sistema alimentar por grades corporações (COCA, 2016).

Nas palavras do autor:

Nesses termos, a leitura sobre a contribuição do PAA para a construção da soberania alimentar no Cantuquiriguaçu deve passar pelo reconhecimento de um ambiente político-institucional que reflete a mediação do Estado na conflitualidade entre a agricultura familiar/campesinato e o agronegócio (COCA, 2016, P. 192).

... assim como acontece no Cantuquiriguaçu, também no Pontal do Paranapanema o PAA reflete a mediação do Estado no conflito entre a agricultura familiar/campesinato e o agronegócio pela orientação do sistema alimentar regional. Num ambiente marcado pela crescente expansão do agronegócio, principalmente através da pecuária e da cana-de-açúcar, o PAA tem contribuído para a criação de alternativas para o acesso dos agricultores familiares/camponeses ao mercado e o combate à fome (COCA, 2016, P. 245).

Além disso, o PAA trouxe incentivo à formação e manutenção de cooperativas e associações, com valorização do trabalho feminino. Observou maior diversificação da produção e menor uso de insumos químicos, representando aumento no consumo de frutas e verduras com maior qualidade tanto pelas famílias de agricultores familiares

como por pessoas que consomem estes alimentos através de redes sócio assistenciais. O autor destacou ainda uma maior proximidade entre produtores e consumidores, além de garantia de preço e renda aos produtores familiares do Programa. Como desafio, enfatizou a instabilidade política que ameaça a continuidade do programa.

Chmielewska, Souza e Lourete (2010) estudaram o PAA a partir de estudo de caso no estado de Sergipe, observando práticas orientadas ao mercado dos agricultores familiares que participavam do Programa. Ao longo do estudo, os autores analisaram a dinâmica e impactos do PAA na agricultura familiar, afirmando que o Programa possibilitou aos agricultores uma base de venda a partir da comercialização dos produtos, possibilitando um mercado que garante renda e preço e promove o desenvolvimento de atividades produtivas. Além disso, observou os seguintes aspectos:

- a) mudanças nas práticas produtivas, com expansão e diversificação da produção de frutas e hortaliças, aquisição de animais (suínos, bovinos e aves);
- b) quanto à organização do trabalho, observou aumento na contratação de mão-de-obra assalariada e redução da venda de trabalho por parte dos agricultores beneficiários do PAA;
- c) aumento do compromisso de produzir com qualidade, substituição do uso de sacolas plásticas por caixas de papelões no transporte dos produtos;
- d) incentivo à sistemas produtivos diferenciados, com aumento de práticas agroecológicas e da agricultura orgânica;
- e) redução do nível de endividamento, observado através da quitação de dívidas possibilitado pelo aumento da renda.
- f) redução da dependência de atravessadores.

Leal (2017) estudou a dinâmica territorial do PAA no Pontal do Paranapanema-SP, nos assentamentos Dom Tomás Balduino e Margarida Alves. Mostra a importância do PAA quanto à organização dos trabalhadores e sua permanência na terra, bem como a valorização da produção de alimentos e o desafio frente à redução de recursos para o Programa.

Retrata o PAA enquanto conquista dos movimentos sociais, por meio de lutas por terra e por moradia que se intensificaram a partir dos anos 1990, refletidas em reivindicações por maior representatividade e participação dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas para o campesinato.

(...) o envolvimento dos camponeses com o PAA no Pontal do Paranapanema, com incentivos, formação e mobilização do MST e o reconhecimento por parte do campesinato da amplitude e significado da produção de alimentos para atender a demanda de trabalhadores famintos, que para se alimentarem dependem do trabalho precário no agrohidronegócio canavieiro, este que territorializa no Pontal em detrimento da territorialização dos assentamentos, incentivava muitas famílias de camponeses assentados a produzirem alimentos, com seu próprio insumo, por meio de técnicas de produção orgânica, manejo agroecológico, produção integrada, como algumas experiências de produção agroecológica no Pontal do Paranapanema, e ao mesmo tempo oferecesse alimento saudável, rico em vitaminas, livre de agrotóxicos e de transgênicos (LEAL, 2017, P. 91).

Nas palavras do autor em relação à realidade do PAA no Pontal do Paranapanema:

O principal resultado dessa disputa desigual é a inserção precária do campesinato no mercado, seja de alimentos, seja de trabalho. Por um lado, temos o exemplo da política pública como o PAA voltado a comprar dos produtores/camponeses consoante a preços remuneradores, entretanto o camponês é vulnerável à conjuntura e burocracia da política. Do outro lado há a possibilidade de se assalariar junto às agroindústrias canavieiras, se somando aos trabalhadores migrantes e permanentes, que residem nas periferias urbanas (LEAL, 2017, P. 83).

Apesar de suas contradições, o PAA se mostrou importante na diversificação da produção de alimentos nos assentamentos pesquisados, com a garantia de venda dos produtos, e redução da dependência do atravessador e maior rendimento oriundo da produção nos lotes, além de garantir a segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de pobreza. Soma-se a isso o protagonismo e empoderamento da mulher nos assentamentos, a partir do trabalho desenvolvido com o PAA (LIMA, 2015).

Nesse sentido o envolvimento dos camponeses com o PAA, no Pontal do Paranapanema, contribuiu para a visibilização do trabalho da mulher no lote e na modificação de algumas relações entre sexos com continuidade do protagonismo da mulher e porquê não, empoderamento de algumas. Além, potencializou a retomada do lote como atividade econômica importante, portanto, uma estratégia de trabalho familiar (LEAL, 2017, P. 85).

Reis (2015) estudou o PAA, em assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo, como alternativa de resistência ao avanço e reprodução do capital no campo, bem como uma possibilidade de fortalecimento dos assentamentos. Discutiu o papel do

Estado e a evolução das políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro, dos tempos coloniais ao modelo vigente do agronegócio para exportação.

Para o estudo do papel do Estado, recorreu a autores clássicos como Engels e Lenin, e também a autores como Gramsci, Carnoy, Fernandes e outros. Trata das contradições entre capital e trabalho no campo e a predominância de um modelo que, historicamente, privilegia grandes propriedades e suas monoculturas em detrimento da pequena propriedade e sua produção mais diversificada.

Aponta como vantagens do PAA a organização e fortalecimento de associações e cooperativas, maior participação de mulheres e jovens, mudanças nas práticas produtivas com aumento de cultivos sem uso de agrotóxicos, redução da dependência de atravessadores, proporcionando uma maior sociabilidade com os consumidores diretos.

Apesar dos avanços, constatou também algumas limitações e expectativas do Programa, decorrentes principalmente da instabilidade política que afeta diretamente a estabilidade e continuidade do PAA, bem como o aumento da burocratização do Programa, a partir de 2013, dificuldade de acesso a crédito, à assistência técnica e apoio logístico.

Hentz (2016) estudou o PAA como estratégia de reprodução socioeconômica, em dois municípios da microrregião de Chapecó-SP e sua contribuição para fixação dos produtores familiares no campo. Como discussão teórica, apresentou o caráter seletivo da modernização da agricultura brasileira, que marginaliza a agricultura familiar, bem como a adoção, a partir dos anos 2000, de uma perspectiva territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural e a criação de um mercado institucional para a agricultura brasileira. Abordou também a questão do Estado enquanto mediador das políticas públicas.

Os resultados da pesquisa mostraram que, nos municípios estudados, o PAA proporcionou inserção dos agricultores ao mercado institucionalizado, dinamizando a economia local, tornando os agricultores familiares em agentes sociais que contribuem para a segurança alimentar e nutricional de pessoas da região, promovendo os agricultores familiares enquanto produtores rurais e evidenciando à população a sua importância nesse processo (HENTZ, 2016).

O PAA tem garantia de melhores preços, diminuindo a dependência de intermediários na comercialização do produto. Além disso, proporcionou maior participação dos agricultores familiares em associações e cooperativas, o que também

facilitou o aumento da produção e diversificação dos produtos e maior autonomia das unidades familiares (HENTZ, 2016).

Aponta como uma das falhas do programa, o baixo protagonismo do agricultor familiar enquanto fornecedor de alimentos às entidades consumidoras, o que facilita o uso político do Programa, por parte de associações e cooperativas, mantendo os agricultores na invisibilidade. Destacou que, apesar de o PAA ter aumentado a renda dos agricultores familiares, esta renda ainda é baixa e que:

Este é o principal motivo pelo qual os agricultores têm buscado desenvolver inúmeras atividades produtivas – complemento entre o trabalho dentro e fora da propriedade - como estratégia de reprodução socioeconômica. Sendo assim, é possível inferir que o programa na localidade impõe-se como força contrária à hegemonia desempenhada pelas atividades produtivas dominantes, fortemente instauradas na região. Embora não esteja isento de críticas e desafios, o programa tem um peso significativo no fortalecimento da agricultura familiar, necessitando avanços no tocante ao reconhecimento de sua importância e, sobretudo, tornar o PAA uma política pública institucionalizada de Estado e não apenas de governo (HENTZ, 2016, P. 210).

Registrou também que falta um maior apoio de órgãos públicos ao Programa, o que tem sobrecarregado as associações e cooperativas “obrigando-as a atuarem fora de sua esfera de competência” (HENTZ, 2016, P. 2010).

Paula (2015) estudou as formas de expropriação e desterritorialização camponesa no município de Pitanga-PR, observada através da modernização da agricultura, expropriação da renda, desvalorização dos saberes tradicionais, implantação de políticas públicas ineficientes, precarização e fechamento de escolas no campo e deficiência de assistência técnica. Tomou como base a análise de três políticas públicas: Pronaf, PAA e PNAE, com o objetivo de identificar os seus avanços, mas principalmente os seus limites e contradições.

Lança o olhar sobre as políticas públicas ineficazes de acesso à terra como uma forma de expropriações/desterritorializações do campesinato por parte do Estado, desestimulando a luta pela terra na esperança de obtê-la de forma pacífica, através, por exemplo, do crédito fundiário. Nesse sentido, destaca o PRONAF como política de expropriação. Segundo o autor, “...o que percebemos em campo foi a total descrença e até certo sentido de ser ‘desonra’ lutar pela terra, pois cria-se uma blindagem sobre a propriedade privada, como se a única forma de consegui-la fosse pela compra com dinheiro oriundo do seu trabalho” (PAULA, 2015, P. 94).

Para o autor, o PAA e o PNAE possuem várias limitações como a baixa abrangência do programa, atrasos nos pagamentos, dificuldades de inserção de produtos agroecológicos dadas às exigências do Programa. Além disso, aponta que o PAA não resolve a questão agrária, tornando-se uma política de efeito apenas local e não estrutural (PAULA, 2015).

Wanderley (2018) estudou o impacto do PAA para a agricultura familiar solidária e os resultados mostraram a importância do PAA para permanência do agricultor no campo, mas mostra também a dependência de muitos agricultores ao Programa, embora também se relatem casos de cooperativas e associações integradas ao mercado, que o autor entende como certa independência do Programa.

O autor corrobora com a ideia de que o Programa por si só não é suficiente para o enfrentamento das desigualdades regionais e sociais, que é necessário associar a política de fortalecimento da agricultura familiar a uma política de reforma agrária, para que não se apresente de forma isolada e restrita, que trazem melhorias aos beneficiários, mas sem alterações na estrutura fundiária e sem garantias de soberania alimentar, de forma que não se modifica de forma consistente a realidade do campo (WANDERLEY, 2018).

Relata problemas na execução do PAA, decorrentes de dificuldades das associações e cooperativas cumprirem com a burocracia exigida; falta de cultura de priorização de políticas para a agricultura familiar, indicando que a unidade executora do Programa, a Conab, está ligada a Ministérios vocacionados ao fortalecimento do agronegócio; baixa participação de gestores municipais nas associações e cooperativas ou ingerência político-partidária nos casos em que o poder municipal esteve à frente da execução do PAA.

Dentre as dificuldades encontradas junto aos agricultores entrevistados, destacou condições climáticas desfavoráveis que provocam descontinuidade da produção e ausência de sistemas de irrigação que minimizem o efeito climático. Foi identificada a presença de assistência técnica nas associações e cooperativas pesquisadas, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com disponibilidade de recursos, mas foi apontada como deficiente, uma vez que as empresas contratadas desconheciam a realidade local ou a conheciam apenas superficialmente.

Veloso (2017) estudou o PAA e PNAE nos municípios de Adamantina-SP, Paulicéia-SP e Tupi Paulista-SP, onde foram entrevistados 53 agricultores familiares.

Discuti sobre políticas públicas na geografia, destacando como corrente de análise a rede de políticas públicas.

Explicou que, na Geografia, o estudo de políticas públicas se dá através do diálogo com diferentes áreas como Ciências Sociais e Naturais, relacionando política e território como componentes do processo de formação das sociedades.

Esclarece que a abordagem geográfica contribui com a análise de políticas públicas de diferentes formas, sejam através da observação da distribuição espacial das políticas no território nacional, expressas através de desigualdades regionais na formulação e implementação das políticas públicas, sejam por meio de análises relacionadas a escalas, poder, região, cultura, identidade, cidadania etc (VELOSO, 2017).

A tese procurou demonstrar que políticas públicas como o PAA e PNAE, que envolvem mercados institucionais de compras de alimentos da agricultura familiar, dependem de estruturação de redes para o seu pleno desenvolvimento. Rede no sentido de articulação entre atores e sujeitos envolvidos desde a produção até a comercialização dos produtos, que inclui várias redes urbanas, de transporte, bancária, corporativas, sociais etc. Nas palavras do autor:

A corrente de análise da rede de políticas públicas nos forneceu subsídios teóricos e se apresentou como relevante ferramenta para mostrar que a gestão das políticas públicas, em situações democráticas plenas, depende fundamentalmente da efetiva articulação de diversos agentes e sujeitos sociais (sociedade civil organizada, gestores públicos e burocratas) para a construção dos mercados institucionais e sua espacialização, na escala local (VELOSO, 2017, P. 373).

Souza (2015) estudou as formas de resistência e recriação do campesinato no município de Lagoa Seca, observando o papel desempenhado pelo PAA. Destacou que o avanço do capitalismo no campo leva a concentração de terras e expropriação de agricultores camponeses, mas que, apesar disso, o campesinato resiste e encontra formas de se manter no campo. A pesquisa mostra a participação do PAA nesse processo de resistência e adaptação da agricultura camponesa de Lagoa Seca, apesar da baixa abrangência do Programa no município.

Traz as reflexões de Karl Marx sobre o campesinato e a visão dos marxistas ortodoxos e heterodoxos, bem como a discussão brasileira sobre a permanência ou extinção do campesinato. Faz a discussão sobre o atraso das políticas públicas para a

agricultura familiar e avalia o PAA no município de Lagoa Seca, mostrando a relação entre Estado, políticas públicas e agricultura camponesa (SOUZA, 2015).

O autor trabalha com as seguintes categorias de análises: espaço geográfico, território e campesinato. O espaço geográfico trabalhado na perspectiva da geografia crítica, entendido como “produto histórico-social, fruto da evolução da sociedade, das lutas de classe, da produção humana como um todo, articuladas nas materializações das formações econômico-sociais e que se sucederam ao longo do tempo” (SOUZA, 2015, P. 24). Entende o território como determinado pelas relações de poder. Utiliza autores como Léfévre, Milton Santos e Raffestin, bem como autores brasileiros como Ricardo Abramovay, Ariosvaldo Umbelino, Bernardo Mançano, dentre outros.

Quanto à análise do PAA, aponta a atuação do Programa, seus objetivos, modalidades e beneficiários. Através de entrevistas e visitas *in loco*, apontou características e na leitura dos beneficiários do PAA, as suas formas de recriação e resistência, apontando a agroecologia como um caminho para tal (SOUZA, 2015).

O PAA apresentou-se como alternativa à comercialização dos produtos da agricultura familiar, que era bastante dependente da atuação de atravessadores no município, que cobravam preços muito abaixo dos praticados pelo mercado local. De acordo com o autor:

A relação de dependência do atravessador deixa o pequeno produtor vulnerável. Como no município de Lagoa Seca, onde o comércio de hortaliças e frutas advindas da agricultura familiar fornece o maior acesso ao sustento destas famílias, há uma exploração severa através dos preços dos produtos. Em contraponto, na atual estrutura municipal, o atravessador é um elemento importante para que o pequeno agricultor consiga escoar a sua mercadoria (SOUZA, 2015, P. 133).

A compra institucional proporciona uma alternativa para essa dependência do atravessador. A ressalva que o autor faz é que a compra institucional demanda poucos produtos da agricultura familiar, frente ao seu potencial de oferta, mas os preços são maiores que os pagos pelos atravessadores e o preço é tabelado durante a vigência do projeto, o que permite maior previsibilidade e segurança aos agricultores (SOUZA, 2015).

Dentre os agricultores entrevistados que participavam do PAA, constatou que o Programa possibilitou: maior capitalização dos agricultores, com melhoria na qualidade

de vida, investimentos na propriedade; aumento da produção; apoio à produção agroecológica; alternativas de comercialização aos produtos dos pequenos produtores.

Como pontos negativos do PAA: não consegue substituir por completo a participação do atravessador; baixa cota por agricultor; baixo número de famílias atendidas pelo Programa; burocracia; atrasos na liberação de recursos; dificuldade na obtenção de certificações para produção agroecológica devido à ausência de certificadora pública na região (SOUZA, 2015).

Em relação à participação das associações, observou a concentração de decisões e poder nas mãos dos Presidentes que, na prática, coordenam o planejamento e execução do Programa.

Apesar das dificuldades percebidas na execução do Programa, o autor conclui que o PAA atua na resistência e recriação do campesinato:

O Programa de Aquisição de Alimentos se configura enfim como uma base de sustentação ainda pequena para o agricultor, mas demonstra que um dos caminhos para tirar a agricultura familiar da inércia é o desenvolvimento do mercado institucional. Esse canal sendo ampliado pode ser um reforço significativo para a resistência e a recriação camponesa. Em suma, o programa pode ser o início de um movimento novo na construção de políticas públicas que atendam às necessidades dos pequenos produtores (SOUZA, 2015, P. 136).

Silva (2016) estudou a produção e reprodução do espaço agrário em Santo Amaro-BA, as implicações do PAA e PNAE em assentamentos de reforma agrária, com o intuito de analisar os seguintes aspectos: “a) as implicações da adoção dessas políticas no campo brasileiro; b) a maneira com que a adesão aos referidos programas foi feita; e; c) se a adesão aos programas derivou formas alternativas de desenvolvimento agrário” (SILVA, 2016, P. 11).

Debateu sobre espaço, políticas públicas e campesinato, considerando autores da geografia crítica, da sociologia e economia. Trouxe a discussão da geografia marxista, com o método de análise do materialismo histórico e dialético, mostrando as contradições sociais contidas no espaço, bem como a discussão de autores da ortodoxia e heterodoxia marxista sobre a permanência ou desaparecimento do campesinato, autores como Lenin, Kautsky e Chayanov. Também traz as contribuições de autores brasileiros ao debate, como Ricardo Abramovay, Ariosvaldo Umbelino e Thomaz Junior.

Apresenta a discussão sobre as implicações das políticas públicas do PAA e PNAE nos Assentamento de Santo Antonio dos Calmons e Eldorado do Pitinga, localizados em Santo Amaro-BA, apresentando práticas agroecológicas como forma de resistência e reprodução do campesinato (SILVA, 2016).

Enfatiza que as políticas que implementam o mercado institucional geram resoluções para o problema do escoamento da produção, mas, por outro lado, causam dependência dos agricultores familiares ao Programa (SILVA, 2016).

Mostra as vantagens da implantação dos Programas PAA e PNAE, como a viabilidade de alternativa econômica aos assentamentos pesquisados, assim como formação de rede de segurança alimentar e nutricional com fornecimentos de produtos de qualidade às escolas e à população local, com expectativas de melhorias nos assentamentos (SILVA, 2016).

Destaca que os Programas permitem aos agricultores familiares livrar-se da dependência do atravessador para comercialização de seus produtos, mostrando-se como “embriões de um modelo alternativo de desenvolvimento agrário, o que merece, sem dúvida, atenção e acompanhamento”. O autor chama atenção ainda para o fato de os Programas agirem como fomento à agricultura agroecológica, estimulando a diversificação da produção sem uso de agrotóxicos (SILVA, 2016, P. 181). O autor concluiu que:

O PAA e o PNAE têm dado estímulo à reorganização dos assentados, além de apresentarem, de fato, potencialidade para o incremento da renda dos mesmos, auxiliando na fixação do camponês à terra, sendo então uma alternativa viável de desenvolvimento. Porém, os impactos positivos do incremento de renda para os beneficiários dos projetos de reforma agrária, são ainda baixos, pelo pouco tempo de atendimento dos programas nos assentamentos pesquisados (SILVA, 2016, P. 181).

Marioto (2013) estudou o PAA e o desenvolvimento territorial, comparando os municípios de Euclides da Cunha Paulista-SP e Paranavaí-PR. Para isso, abordou o tema da intervenção do Estado no campo, através de políticas públicas, bem como o conceito de território no contexto de políticas de desenvolvimento territorial. As categorias de análise foram: políticas públicas, território e desenvolvimento territorial.

Como resultado, observou a melhoria da renda dos produtores beneficiários do Programa, diversificação da produção, auxílio no combate à fome e estímulo à

alimentação saudável. Reconhece o PAA como resultado de reivindicações dos movimentos sociais.

Hespanhol (2013) estudou o Programa de Aquisição de Alimentos, de 2003 a 2011, observando quais seus limites e potencialidades. Constatou que, nesse período, houve aumento no investimento de recursos do Programa, com elevação do número de produtores atendidos, mas que ainda assim a abrangência geográfica do Programa é baixa em termos macrorregionais.

Aponta a dificuldade de acesso à assistência técnica e acesso ao crédito Pronaf e a preocupação por parte dos agricultores de descontinuidade do Programa, gerando desconfiança e incertezas. Apesar das limitações, a autora verificou a importância do PAA no incentivo:

a diversificação produtiva, o aumento da produção de alimentos para atender ao consumo familiar e as necessidades da rede socioassistencial local/regional, além de promover a valorização dos hábitos alimentares locais, o associativismo rural e a autoestima dos agricultores, propiciando novas alternativas de comercialização da produção, melhorando as condições de reprodução social desses agricultores no campo (HESPANHOL, 2013 P. 482).

Brasil (2014) estudou o PAA e as transformações socioterritoriais que ocorreram no Rio Grande do Norte após a implantação do Programa. Mostra o PAA no contexto das políticas públicas para o meio rural, destacando a importância do enfoque territorial para a elaboração das políticas públicas e o contexto de criação do PAA.

Foram aplicados 97 questionários em 16 municípios do Rio Grande do Norte e constatou baixa presença de representantes da CONAB e Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural (EMATER) junto aos agricultores, para apoio na elaboração de projetos e esclarecimentos de dúvidas, necessitando melhoria de acesso à assistência técnica e extensão rural, ou seja, necessidade de aperfeiçoamento de mecanismos de execução do Programa.

A autora corrobora a ideia de que a participação do Estado é importante para o fortalecimento da agricultura familiar, através do PAA, uma vez que apoia suas atividades, “tendo os agricultores como agentes ativos no processo de estabelecimento da política pública” (BRASIL, 2014, P. 140). A autora mostrava-se otimista quanto às perspectivas do Programa:

há fortes indícios de que o PAA se consolidará como uma política pública da agricultura familiar brasileira, vindo a contribuir para a

criação de outras políticas, que, articuladas, possam subsidiar a emancipação e o fortalecimento da agricultura familiar no campo brasileiro (BRASIL, 2014, P. 144).

Porto (2014) estudou o Programa de Aquisição de Alimentos enquanto política pública de fortalecimento da agricultura familiar da agroecologia no Brasil. Contextualiza as políticas agrícolas no Brasil, avaliou as mudanças normativas implementadas a partir de 2011 até 2014 e procurou entender como as organizações sociais estavam reagindo às mudanças que estavam em curso.

Realizou pesquisa de campo, através de oficinas de avaliações, no I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e o CONSEA – Bahia, com representantes de organizações sociais, representantes da Prefeitura e com representantes do CONSEA, com o intuito de avaliar os fatores que levaram ao sucesso do PAA, assim como os riscos de perda dos resultados alcançados. O autor dividiu o PAA em três fases:

- 2003 e 2004: formulação e início de implementação do Programa;
- 2005 a 2012: consolidação do PAA;
- 2011 a 2014: mudanças normativas.

As mudanças normativas envolvem questões que afetam principalmente a aquisição de sementes crioulas, reduzindo a diversidade de produtos, devido à aplicação de normas de vigilância sanitária e de classificação de produtos vegetais, fazendo com que alguns produtos passassem a não mais ser aceitos no PAA em função das alterações normativas (PORTO, 2014).

Analizou a relação entre o PAA e a promoção da agrobiodiversidade e da agroecologia. Destaca que é baixa a participação de produtos orgânicos e agroecológicos, não chegando a 5% do volume de recursos executados no Programa por ano. Ressalta que, por outro lado, esse dado contrasta com a biodiversidade de alimentos e sementes crioulas que são ofertadas ao PAA (136 itens diferentes, em 2012).

Além disso, enfatiza que a demanda por produtos agroecológicos é crescente, o que promove a elevação do preço, em geral superior aos pagos pelo PAA. Um dos dificultadores apontados pelo autor é o mecanismo de certificação que não são coerentes com a realidade das famílias que participam do PAA (PORTO, 2014).

Apesar disso, aponta o PAA como um Programa importante para o fortalecimento da agrobiodiversidade e de promoção de círculos de comercialização. Ressalta que o PAA deu visibilidade à riqueza alimentar brasileira

O autor analisou ainda o PAA como instrumento de compra e distribuição de sementes crioulas, tradicionais ou locais, destacando que as primeiras aquisições foram realizadas no Polo da Borborema, onde existe uma forte organização camponesa.

A garantia da compra de sementes por parte do PAA estimulou o aumento na produção, possibilitando a recomposição de estoques dos bancos de sementes comunitários, além de envolver a participação e mobilização de diversas organizações, como sindicatos, associações, organizações de assessoria como ONGs e a CPT, em diferentes territórios, beneficiando as famílias de pequenos produtores rurais (PORTO, 2014).

Enfatiza que a legitimação desse processo através do PAA provocou o reforço e o reconhecimento institucional das sementes crioulas, além de ter reativado e potencializado a agrobiodiversidade em comunidades rurais e redes de organizações sociais.

Quanto às oficinas da pesquisa de campo, constatou que o PAA vem sofrendo uma série de alterações normativas, principalmente a partir de 2013 e que isso estaria representado um redesenho do PAA. Constatou, ainda, a necessidade de o PAA ser mais fluido nos seus fluxos e mais leve nas exigências formais, adequando-se à realidade dos produtores familiares que participam do Programa (PORTO, 2014).

Nas oficinas também foi registrada a preocupação com a operacionalização do PAA por parte dos Estados e Municípios, que tem enfraquecido o associativismo e o cooperativismo devido ao que chamou de “prefeiturização” do Programa.

Foi destacado que houve alterações na operacionalização do PAA, distanciando-se das suas diretrizes originais, que permitia pelas operacionalizações da CONAB um maior fortalecimento das organizações produtivas (associações e cooperativas). Observou maior distribuição de recursos para Prefeituras e, mesmo nos casos em que a execução ocorre por parte da Conab, a gerência do Programa estava passando pela Prefeitura (PORTO, 2014).

Com isso, percebeu que as organizações que participam do PAA estavam com dificuldade de acompanhamento do conjunto das modificações e houve desestímulo das cooperativas e aumento da percepção de que o Programa estava se enfraquecendo.

Guide (2018) estudou os mercados institucionais da agricultura familiar, observando as implicações do PAA para o circuito espacial produtivo do leite no Brasil, observando os casos do PAA/Leite de Minas Gerais e de Alagoas. Analisou o PAA como estratégia de permanência dos agricultores familiares frente à seletividade do mercado. Analisou a rigidez normativa e o papel dos produtores da agricultura familiar, bem como os mercados institucionais no contexto das políticas públicas de alimentos. Descreve o PAA, seu histórico, modalidades e as estratégias de execução e operacionalização das ações do Programa, suas inovações e perspectivas.

O autor enfatiza a importância mercadológica do PAA/Leite, destacando que o Programa é visto como uma alternativa para inserção e manutenção no mercado de pequenos produtores da pecuária leiteira no circuito espacial da produção de leite e derivados. Outro ponto destacado é o PAA/Leite enquanto incentivador da criação e fortalecimento de associações e cooperativas, aumentando o poder de articulação e negociação das organizações sociais e possibilidade de maior enfrentamento da concorrência no mercado. Destaca ainda o aumento da oferta de leite pasteurizado nos Estados onde o PAA leite é executado (GUIDE, 2018).

O autor enfatiza a importância da intervenção do Estado, através de demandas públicas que permitem aos laticínios de menor porte “retomarem a produção de leite pasteurizado e até passarem a disponibilizá-lo fora do âmbito do Programa no mercado local” (GUIDE, 2018, P. 186).

Defende que o controle mais rígido das cotas do Programa (apesar de ser uma das reclamações dos beneficiários fornecedores) é importante para atender um maior número de pequenos produtores, pois assim atinge-se o objetivo do Programa que é estimular a produção familiar no campo. Segundo o raciocínio do autor, “caso contrário, na hipótese da flexibilização das cotas, os produtores que teriam maior vantagem seriam os de maior porte e o Programa seria desvirtuado” (GUIDE, 2018, P. 186).

Faz a ressalva sobre a legislação sanitária, afirmando que não está de acordo com a realidade do pequeno produtor e é a mesma exigência feita a grandes produtores. Nas palavras do autor: “continuar adotando essa postura terá como consequência o impasse no qual o segmento escolhido para ser estimulado com as compras não poderá mais oferecer seu produto por impedimento sanitário” (GUIDE, 2018, P. 187).

2.5 PERSPECTIVAS DO PAA

Os estudos apontam que as políticas públicas não vieram acompanhadas de uma mudança profunda na estrutura fundiária através de uma política de reforma agrária e que se perpetuaram as contradições no campo também nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (LEAL, 2017).

Daí o autor destacar que é necessário observar não apenas as conquistas com o Programa de Aquisição de Alimentos, mas também “temos que pensar no que está por vir e apreender quais são as estratégias dos trabalhadores para que suas demandas sejam atendidas e para que o projeto único de desenvolvimento econômico se dissolva” (LEAL, 2017, P. 45).

O PAA não deveria oferecer riscos de descontinuidade, frente à importância do Programa para a agricultura familiar, conforme apontava Chmielewska (2010):

o programa não pode oferecer riscos de interrupção ou encerramento no curto prazo. O fim da garantia de venda paralisaria os investimentos identificados e representaria um risco importante de desestruturação das transformações discutidas. (CHIELEWSKA, 2010, P. 37).

No entanto, o que se observou foi um processo de afrouxamento das políticas públicas voltadas ao pequeno produtor familiar. Nesse sentido, Leal (2017) notou que o Programa vinha sofrendo cortes desde 2013, se intensificando em 2015, com a instabilidade política que anunciava o golpe de 2016. Após o golpe, aumentaram-se as evidências do dismantelamento e conseqüente fim do PAA, legitimado pelo Estado e sob a égide do capital.

Quanto a essa perspectiva, uma das falas dos entrevistados na pesquisa de Wanderley (2018, P. 312), resume este cenário: “hoje o PAA não está mais ameaçado, está praticamente no fim”.

Nesse sentido, Souza (2018) fez um levantamento das mudanças ocorrida na legislação agrária no que diz respeito ao acesso à terra e também chamou atenção para o desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, principalmente após o golpe de 2016. Destaca que ao assumir a Presidência, Michel Temer obteve a aprovação da PEC 55/2016 (PEC do teto dos gastos públicos), limitando os investimentos públicos em áreas importantes como a saúde, educação, segurança e área social.

Assim, Souza (2018) contextualiza o complexo cenário brasileiro que culminou no que muitos autores têm chamado de golpe de 2016, promovida pela força (poder) de vários segmentos conservadores que defendem os interesses de grandes proprietários de terra e do agronegócio, setores estes com significativa representatividade na política como os parlamentares da bancada ruralista, tendo como consequência imediata:

Anúncio de vultosos cortes de orçamento para a agricultura camponesa, alteração de leis importantes, políticas públicas e ministérios extintos e perseguições/criminalização sendo anunciadas. Além disso, passaram a ser votadas grandes pautas que estavam engavetadas há vários anos por representar alto teor de perversidade, como as grandes reformas no campo trabalhista e previdenciário que só prejudicarão a parte mais frágil da população. Nesse contexto de perda de representação política, a esquerda agrária se viu na responsabilidade de lutar para não perder aqueles que seriam ‘avanços’ dos governos petistas (SOUZA, 2018, P. 672).

O PAA vem sentindo o reflexo disso, com reduções significativas e gradativas no orçamento, provocando o estrangulamento da sustentação do Programa, que vinha no caminho de enfrentamento à pobreza e fortalecendo a agricultura familiar. Nas palavras do autor:

O processo de destruição desta política vem preocupando, de maneira geral, um grande contingente de famílias camponesas que passaram a complementar suas rendas a partir da política de aquisição de alimentos em todo território nacional. O governo Temer lança pistas que não descansará enquanto não por fim à série de avanços alcançada pelos governos petistas na comercialização da agricultura camponesa. Estes ataques escancaram a estratégia deste governo ilegítimo no seu compromisso de privatização da natureza, desmonte do Estado, precarização de direitos e despreocupação com os povos tradicionais (SOUZA, 2018, P. 673).

Guide (2018) apontou que se inaugurou um novo ciclo de descontinuidade de importantes políticas públicas como PAA. Nas palavras do autor, em relação ao seu objeto de pesquisa, o PAA/Leite:

As sérias consequências dessas medidas só serão percebidas daqui a alguns anos, mas desde já anunciamos que impactarão estruturalmente na organização da produção de leite no país com o retorno ao modelo pautado pela competitividade, onde só há lugar para os grandes agentes do mercado (GUIDE, 2018, P. 188).

Veloso (2017) destacou que os recentes rumos neoliberais não são apenas no Brasil, mas em outros países, citando como exemplo a Grécia e Argentina, com aumento do desemprego, aumento da precariedade do trabalho, privatizações, limites orçamentários, comprometendo principalmente as áreas da saúde, educação e políticas sociais.

Diante disso, fica o questionamento de quais serão as consequências a médio e longo prazo para a produção familiar brasileira, que tem nas políticas públicas o incentivo para permanecer no campo, mesmo diante das adversidades.

Em síntese, os trabalhos encontrados na área de Geografia sobre o PAA têm em comum o destaque do papel do Estado para o fortalecimento da produção familiar, ao mesmo tempo em que apontam para perspectiva de descontinuidade do Programa.

Em comum, os trabalhos destacam a melhoria da renda, diversificação da produção, estímulo às práticas produtivas sem agrotóxicos, alimentação saudável e estímulo à permanência do agricultor no campo. Também identificaram o restrito alcance do Programa e a instabilidade e incertezas políticas como empecilho à continuidade do Programa.

O quadro 2 apresenta um resumo dos pontos positivos, pontos negativos e perspectivas do Programa.

Quadro 2 – Pontos positivos, pontos negativos e perspectivas do PAA

(Continua)

Autor	Pontos positivos	Pontos negativos	Perspectivas
Marioto (2013)	<ul style="list-style-type: none"> - melhoria da renda; - diversificação da produção; - auxílio no combate à fome; - estímulo à alimentação saudável; - PAA como resultado de conquista social. 	<ul style="list-style-type: none"> - restrito alcance do PAA em termos de número de beneficiários; - recursos insuficientes; - não resolve o problema da fome. 	<ul style="list-style-type: none"> - incerteza se o PAA se consolidaria como uma das principais políticas para a agricultura familiar.
Hespanhol (2013)	<ul style="list-style-type: none"> - diversificação produtiva; - aumento da produção; - valorização do consumo dos alimentos locais; - estímulo ao associativismo; - elevação da autoestima dos agricultores; - novas alternativas de comercialização; - melhoria das condições da recriação camponesa 	<ul style="list-style-type: none"> - baixa abrangência do PAA; - dificuldade de acesso à assistência técnica; - desconfiança e incerteza quanto à continuidade do Programa; - Política de governo e não uma política de Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - incerteza gerada nos agricultores quanto à renovação do PAA e continuidade do Programa.
Brasil (2014)	<ul style="list-style-type: none"> - importante instrumento para atuação do Estado no meio rural; - mudança de enfoque setorial para territorial; - modificação das relações sociais e dinâmicas territoriais. 	<ul style="list-style-type: none"> - pouca participação dos agricultores familiares no Programa; - pouco acompanhamento por parte de representantes da Conab e Emater; - falta de Assistência Técnica; - burocratização do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> - perspectiva positiva de que o PAA se consolidaria como uma política pública para emancipar e fortalecer a agricultura familiar.
Porto (2014)	<ul style="list-style-type: none"> - fortalecimento da agrobiodiversidade; - visibilidade à riqueza alimentar da agricultura familiar; - aumento na produção de sementes e recomposição dos bancos de semente comunitários; - reconhecimento institucional de sementes crioulas 	<ul style="list-style-type: none"> - inadequação de alguns aspectos do PAA à realidade da agricultura familiar; - prefeiturização do PAA; - distanciamento das diretrizes originais do Programa; 	<ul style="list-style-type: none"> - PAA em risco, mas a autora acreditava que o Programa não deixaria de existir.

Quadro 2 - Pontos positivos, pontos negativos e perspectivas do PAA

(continuação)

Autor	Pontos positivos	Pontos negativos	Perspectivas
Paula (2015)	<ul style="list-style-type: none"> - ajuda na permanência do agricultor no campo; - PAA como conquista dos movimentos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - acesso limitado ao Programa; - baixa abrangência; - atrasos nos pagamentos; - dificuldades de inserção de produtos agroecológicos; - não resolve a questão agrária. 	
Reis (2015)	<ul style="list-style-type: none"> - organização e fortalecimento de associações e cooperativas, - maior participação de mulheres e jovens; - mudanças nas práticas produtivas - diminuição do uso de agrotóxicos; - redução da dependência de atravessadores; - maior sociabilidade entre produtores e consumidores. 	<ul style="list-style-type: none"> - instabilidade política; - aumento da burocratização do PAA; - dificuldade de acesso a crédito; - deficiências de assistência técnica; - falta de apoio logístico. 	<ul style="list-style-type: none"> - instabilidade política e incerteza quanto à continuidade do PAA
Souza (2015)	<ul style="list-style-type: none"> - contribui para a resistência e permanência do agricultor no campo; - alternativa à comercialização dos produtos da agricultura familiar; - redução da participação de atravessadores; - previsibilidade e segurança; - preços maiores que os oferecidos por atravessadores; - maior capitalização dos agricultores; - melhoria na qualidade de vida; - investimentos na propriedade; - aumento da produção; - apoio à produção agroecológica; - contribui para recriação do campesinato. 	<ul style="list-style-type: none"> - não consegue substituir por completo a participação do atravessador; - baixa cota por agricultor; - baixo número de famílias atendidas pelo Programa; - burocracia; - atrasos na liberação de recursos; - dificuldade na obtenção de certificações para produção agroecológica; - concentração de decisões e poder nas mãos dos Presidentes das associações e cooperativas. 	

Quadro 2 - Pontos positivos, pontos negativos e perspectivas do PAA

(continuação)

Autor	Pontos positivos	Pontos negativos	Perspectivas
Lima (2015)	<ul style="list-style-type: none"> - fomento à agroecologia; - estímulo à produção; - redução do uso de agrotóxicos; - práticas agroecológicas como forma de resistência e reprodução do campesinato; - alternativa econômica aos assentamentos; - formação de rede de segurança alimentar e nutricional; - fornecimentos de produtos de qualidade às escolas e à população local - melhorias nos assentamentos; - redução da dependência do atravessador; 	<ul style="list-style-type: none"> - baixo alcance do PAA; - falta de controle e acompanhamento do desempenho do PAA; - baixa produção; - falta de apoio na logística da comercialização do produto; - falta de integração intermunicipal (territórios) na execução do PAA; - inadequação de legislações sanitárias e tributária; - falta de assistência técnica permanente; - descontinuidade e falta de regularidade do Programa. 	
Coca (2016)	<ul style="list-style-type: none"> - fortalecimento dos assentamentos; - incentivo à cooperativas e associações; - valorização do trabalho feminino; - garantia de preço e renda; - diversificação da produção; - menor uso de insumos químicos; maior proximidade entre produtores e consumidores; - Enfrentamento ao poder hegemônico do agronegócio; - aumento da ingestão de frutas e legumes da agricultura familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - instabilidade política. - baixo valor das cotas - descontinuidade em função de fatores burocráticos - não representa força suficiente para romper a estrutura do agronegócio. 	

Quadro 2 - Pontos positivos, pontos negativos e perspectivas do PAA

(continuação)

Autor	Pontos positivos	Pontos negativos	Perspectivas
Hentz (2016)	<ul style="list-style-type: none"> - contribuição para a segurança alimentar e nutricional; - garantia de melhores preços; - diminuição da dependência de intermediários para comercialização; - maior participação dos agricultores familiares em associações e cooperativas; - aumento e diversificação da produção; - maior autonomia das unidades familiares; - força contrária à hegemonia produtiva dominante; 	<ul style="list-style-type: none"> - baixo protagonismo do agricultor familiar à frente da associação; - uso político do PAA; - renda dos agricultores ainda é baixa; - falta um maior apoio de órgãos públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - necessidade de tornar o PAA uma política pública institucionalizada de Estado e não apenas de governo.
Leal (2017)	<ul style="list-style-type: none"> - visibilidade do trabalho da mulher; - garantia de venda e renda; - diversificação da produção; - alternativa ao agronegócio; - redução da dependência do atravessador; - estratégia para o trabalho familiar; - segurança alimentar de pessoas em situação de pobreza. 	<ul style="list-style-type: none"> - instabilidade política; - associações e cooperativas dependentes do PAA para continuarem funcionando; - falta de apoio com infraestrutura e logística; - baixa abrangência do PAA. 	<ul style="list-style-type: none"> - evidências do fim do PAA, após o golpe de 2016.
Velooso (2017)	<ul style="list-style-type: none"> - fortalecimento da rede de associações; - diversidade da produção. 	<ul style="list-style-type: none"> - falta de assistência técnica; - atrasos em pagamentos. 	
Wanderley (2018)	<ul style="list-style-type: none"> - contribui para a permanência do agricultor no campo; - aumento na renda. 	<ul style="list-style-type: none"> - dependência dos agricultores ao PAA; - não modifica de forma consistente a realidade do campo. - dificuldade para o cumprimento com a burocracia exigida; - deficiências na assistência técnica. 	

Quadro 2 - Pontos positivos, pontos negativos e perspectivas do PAA

(conclusão)

Autor	Pontos positivos	Pontos negativos	Perspectivas
Guide (2018)	<ul style="list-style-type: none"> - importância mercadológica; - inserção do agricultor no mercado; - incentivo à criação de animais; - aumento na produção de leite e derivados. 	<ul style="list-style-type: none"> - rigidez normativa; - legislação sanitária inadequada. 	

Fonte: elaboração da autora, a partir de informações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG).

3 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO AGRESTE PARAIBANO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Neste capítulo aborda-se a produção do espaço agrário do Agreste Paraibano e suas transformações. Para isso, inicialmente, são abordados os seus aspectos geográfico, econômico, histórico e a sua estrutura fundiária e, em seguida, apresenta-se a contextualização da história de luta e de resistência das comunidades pesquisadas.

a) Aspectos geográficos

O Agreste é uma região nordestina que se estende desde o Rio Grande do Norte até a Bahia em forma de uma faixa contínua situada entre a Zona da Mata úmida e o Sertão semiárido. O Agreste Paraibano abrange o território situado logo à retaguarda da Zona da Mata a leste, até um pouco a oeste do município de Campina Grande.

Moreira (1988), em pesquisas de campo por ela realizada, subdivide o Agreste em três grandes subunidades espaciais:

O Agreste Baixo, situado imediatamente à retaguarda do Litoral, no trecho que se estende da Depressão Sublitorânea até os primeiros contrafortes da Borborema; b) o Agreste Alto, que compreende o Brejo Paraibano, o Agreste Ocidental (à retaguarda do Brejo), os Brejos Serranos (Serras do Norte - região elevada nos limites do Rio Grande do Norte e as Serras do Sul situadas nos limites com Pernambuco na altura dos municípios de Natuba e Umbuzeiro); c) a depressão do Curimataú, que constitui uma fossa tectônica situada entre os Brejos Serranos do norte e o Brejo Paraibano propriamente dito (MOREIRA, 1988, P. 79).

Em 1989, quando o IBGE realizou uma nova regionalização para as Unidades da Federação (UF), visando identificar Mesorregiões e Microrregiões Geográficas com base no processo histórico de ocupação do espaço e na organização da produção e do trabalho, tendo como elemento condicionante a natureza (MOREIRA, 1988), o Agreste Paraibano foi definido como uma Mesorregião. Esta é composta por oito microrregiões e 66 municípios, sendo quatorze na microrregião de Guarabira, onze na microrregião do Curimataú Ocidental, nove na microrregião de Itabaiana, oito na microrregião do Brejo Paraibano, oito na microrregião de Campina Grande, sete na microrregião do Curimataú Oriental, cinco na microrregião do Umbuzeiro e quatro na microrregião de Esperança⁸.

⁸ Segue-se aqui a orientação de Moreira (2020), utilizando a regionalização de 1989 uma vez que ela está mais relacionada à realidade do espaço social que tem como matéria prima a natureza, do que a mais recente regionalização que considera apenas as áreas de influência dos lugares.

O elemento comum ao Agreste Paraibano é sua diversidade. De fato, dada a pluralidade de suas características naturais e socioeconômicas o espaço agrestino se assemelha a um mosaico (ANDRADE, 1998; MOREIRA, 2000).

Os solos, por exemplo, variam de rasos, delgados e pedregosos muitas vezes associados a afloramentos de rocha, aos solos medianamente profundos a rasos, porém férteis e argilosos e solos mais evoluídos comuns no Brejo Paraibano (FRANCISCO, SATOS E LIMA, 2017).

De acordo com o levantamento exploratório dos solos dos estados da Paraíba e Pernambuco, realizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1972, predominam no Agreste os solos bruno não cálcicos, os solos podzólicos e os regossolos (SUDENE, 1972). A vegetação original da região expressa a diversidade regional. Tomando-se como parâmetro a morfologia da paisagem, observa-se que:

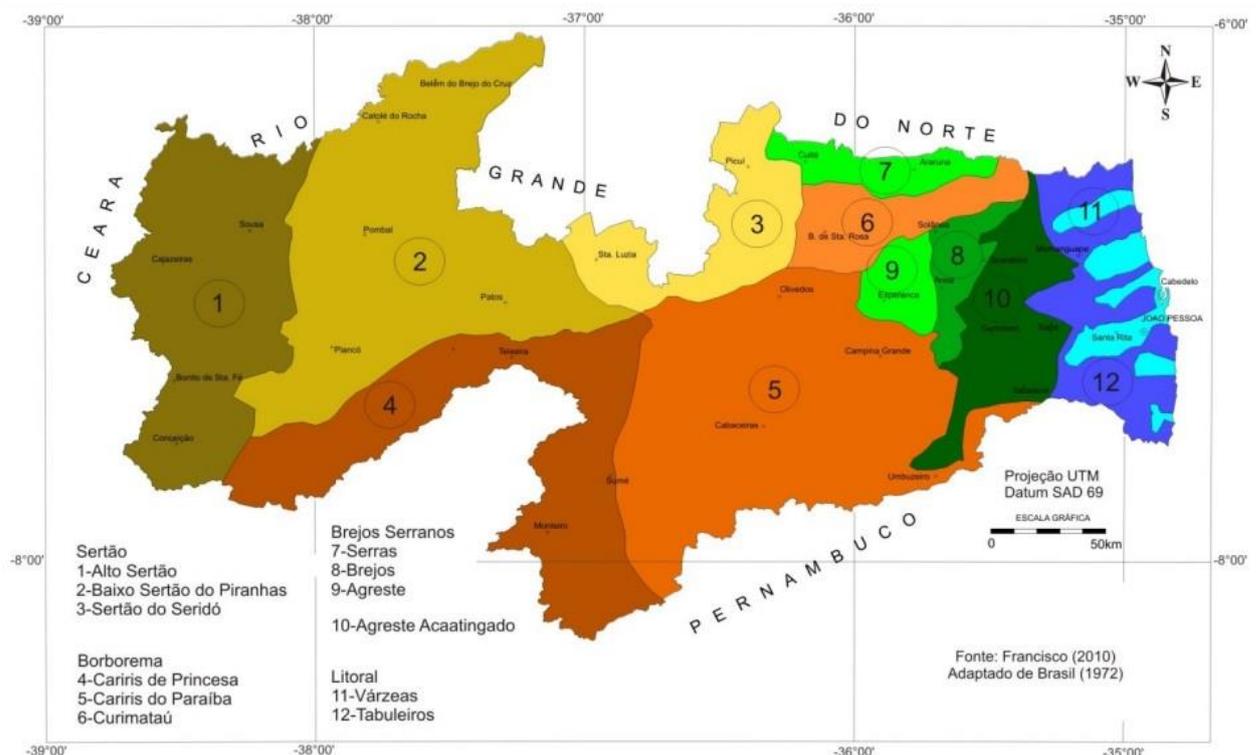
i) o Agreste Baixo compreende uma área de relevo colinoso ou suavemente ondulado que surge depois dos tabuleiros costeiros e se estende até o sopé da Borborema a oeste, coberta por pastagem artificial, interrompida aqui, acolá, por frondosos juazeiros onde o gado busca sombra para se proteger do sol escaldante. Essa paisagem tem como limite no sentido sul, os Brejos Serranos situados entre a Paraíba e Pernambuco e ao norte se confunde com a depressão do Curimataú. Na porção mais a leste, no contato com a Zona da Mata podiam ser encontradas manchas da Mata Atlântica, hoje praticamente desaparecidas. Historicamente essa região foi dominada por uma vegetação de Caatinga hipoxerófitas, daí o IBGE ter chegado a denominá-la de Agreste Acatingado (MOREIRA, 2000). O clima é subúmido com umidade relativa do ar em torno de 75% e chuvas em média anual de 700 a 1.200 mm. A combinação desses elementos se reflete na rede de drenagem que assume o caráter intermitente (MOREIRA, 2000). Os solos dominantes, de acordo com o levantamento exploratório dos solos dos estados da Paraíba e Pernambuco realizado pela Sudene em 1972, são os solos brunos não cálcicos encontrados em faixa contínua na Depressão Sublitorânea.

ii) no Agreste Alto, distingue-se o Brejo Paraibano de altitudes mais elevadas (600m em média), e encostas voltadas para os ventos que vêm do mar. Ele apresenta um clima úmido com chuvas entre 1.200 e 1.500mm em média anual, umidade relativa do ar de 85% em média e temperaturas mais amenas podendo ficar muito suaves no inverno (16°C em média) (MOREIRA, 2000). Essas características possibilitaram o surgimento de uma densa Mata de Altitude da qual resta hoje uma mancha no município de Areia (Mata de Paus Ferros). No Brejo Paraibano os rios são perenes e a maioria dos solos são profundos e de boa fertilidade tais como os podzólicos vermelho amarelo eutróficos e os solos de terra roxa estruturada

eutrófica. As regiões Serranas do norte e do sul da região apresentam altitudes médias acima de 600 metros, vegetação de caatinga arbórea a arbustiva e clima semiárido suavizado pela altitude. Os solos geralmente são rasos e pedregosos excetuando-se os topos das elevações onde um capeamento sedimentar favorece solos mais aptos à agricultura. Na porção ocidental, situada à retaguarda do Brejo, o Agreste Alto apresenta áreas de clima suave e úmido que vão dando lugar em direção ao oeste, ao clima semiárido (MOREIRA, 2000).

ii) na Depressão do Curimataú o clima é semiárido, os solos são rasos e pedregosos, a vegetação é de caatinga hiperxerófitas, as médias pluviométricas anuais muito baixas, inferiores a 800mm sendo mais comuns níveis ainda mais baixos, em torno de 400mm. Os rios são intermitentes e sofre fortemente com as secas prolongadas (MOREIRA, 2000).

No Mapa 2 pode-se observar a representação das regiões geográficas da Paraíba segundo seus limites naturais definidos por professores do antigo departamento de Geografia da UFPB e publicado no Atlas da Paraíba de 1965.



Mapa 2 – Regiões Geográficas da Paraíba segundo os limites naturais
Fonte: Departamento de Geografia da UFPB. Atlas do Estado da Paraíba, 1965.

b) Aspectos históricos:

Entendemos o espaço agrestino paraibano e o espaço agrário como seu segmento são espaços socialmente produzidos. Moldado inicialmente segundo a lógica do comunismo primitivo vivenciado pelas comunidades indígenas, com base na produção para o consumo, na

inexistência de classes sociais e na vida coletiva, o espaço agrestino com a dominação portuguesa subordinou-se à lógica da exploração colonial, transformando-se primeiramente em um espaço escravista colonial. Ao contrário da Zona da Mata, cujo espaço organizou-se para atender a demanda externa de açúcar, subordinando-se desde o início da colonização à lógica do capital mercantil em expansão na Europa, o espaço agrestino organizou-se para o atendimento das necessidades internas.

Tratava-se desde o início de um espaço voltado para a policultura associada a uma criação extrativa de gado, praticada em pequenas unidades produtivas (MOREIRA e TARGINO, 1997). Seu processo de ocupação e povoamento esteve ligado ao desenvolvimento da atividade açucareira desenvolvida na Zona da Mata, que determinou uma divisão espacial do trabalho, ficando o litoral com a especialização na produção de cana-de-açúcar, o Agreste como uma região policultora-pecuarista e o Sertão como um espaço voltado para a pecuária e a produção do algodão, isto no século XIX (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Outro fator que contribuiu com a ocupação e desenvolvimento do Agreste foi a retração da economia açucareira, a partir da segunda metade do século XVII, provocando um processo migratório de mão-de-obra da Zona da Mata para o Agreste Baixo, que passou a dedicar-se ao cultivo de alimentos em pequenas unidades de produção. Um terceiro fator foi o surgimento de currais e de pontos de pouso para o gado e vaqueiros oriundos do Sertão com destino ao litoral, promovendo o desenvolvimento das feiras de gado em algumas cidades do Agreste, a exemplo de Itabaiana e Campina Grande (MOREIRA e TARGINO, 1997).

O avanço da cotonicultura, a partir do século XIX, e de outras culturas comerciais, como o café, sisal, cana-de-açúcar e fumo, “contribuíram para a afirmação do Agreste como região policultora por excelência”, ao mesmo tempo em que foi responsável por mudanças na dinâmica regional, com a monetarização da economia, o povoamento da região e crescimento urbano (MOREIRA e TARGINO, 2011, P. 154).

Chama a atenção a dinâmica da organização do Brejo Paraibano, subunidade espacial fortemente individualizada do Agreste. As condições de clima, morfologia e solo favoreceram o desenvolvimento das atividades canavieira, algodoeira, cafeeira e sisaleira neste espaço em forma do que os historiadores denominam como “ciclos econômicos”, porém sempre compartilhados com a produção de alimentos.

Historicamente, portanto, no Agreste, ao lado da produção de monoculturas sempre esteve presente a produção de alimentos constituindo-se como uma atividade complementar e

variando conforme as oscilações (expansão e retração) das culturas de mercado (MOREIRA e TARGINO, 2011).

Nas palavras de Moreira e Targino (2011, P. 154), a produção de alimentos

(...) desenvolveu-se no interior das médias e grandes propriedades e nos seus limites. Conviveu com a cultura do algodão em todos os padrões de propriedade; retraiu-se aos limites das pequenas e médias unidades de produção durante o período áureo do agave. Sempre ocupou os poros da atividade monocultora.

No final dos anos 60 do século XX, a produção agrícola no espaço agrário agrestino, particularmente na microrregião do Brejo, era bastante diversificada, com a policultura alimentar complementada pela pecuária e pela produção de cana-de-açúcar. Com a modernização conservadora da agricultura, iniciada em meados dos anos de 1970, observa-se, de um lado, um intenso processo de pecuarização e de outro lado, a expansão da cana-de-açúcar, com forte poder de expulsão de população (MOREIRA E TARGINO, 2011).

A modernização conservadora da agricultura foi responsável pela expansão da cana-de-açúcar no Brejo e no Agreste Baixo incentivada pelos créditos e financiamentos do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e da pecuária, estimulada pelos incentivos da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com repercussões profundas nas relações de trabalho, destacando-se a expulsão do campesinato tradicional e sua substituição pelo trabalho assalariado. Isto em virtude da intensificação da concentração fundiária que essas mudanças ensejaram.

Moreira e Targino (2011) destacam que a resposta dos trabalhadores do campo a esse cenário se deu em duas frentes: através da luta contra o processo de expulsão e da luta pelos direitos trabalhistas, ganhando força o movimento sindical dos trabalhadores do campo, principalmente no Brejo. A participação de Margarida Maria Alves, líder sindical de Alagoa Grande na luta pelos direitos dos trabalhadores canavieiros da região, culminou com seu assassinato em 1983 a mando de um dos mais importantes representantes da oligarquia rural da região.

A crise do Proálcool, as sucessivas secas e a retração do crédito subsidiado que afetaram a atividade pecuária promoveram novas transformações na organização do espaço agrário agrestino. Assiste-se ao dismantelamento da atividade canavieira no Brejo que culminou com a falência, no início da década de 1990, das suas duas usinas: a Santa Maria, localizada no município de Areia e a Tanques, localizada em Alagoa Grande, e a retração da atividade pecuária no conjunto da região do Agreste Paraibano. Se a expansão dessas duas

atividades já havia promovido forte expansão do desemprego na região, sua crise só contribuiu para aumentar esta situação.

Todavia, se durante o auge do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e do avanço da pecuária, muitos agricultores resistiram ao processo de expulsão da terra dando origem a conflitos de resistência, na fase de crise das duas atividades o desemprego maciço originou duas frentes de luta: a luta dos trabalhadores das usinas, primeiramente por indenização e posteriormente por terra, e a luta dos canavieiros e assalariados em geral que originaram conflitos de ocupação sustentados pelo MST e pela CPT. Essas lutas têm na sua base a concentração fundiária intensificada na região pelo avanço, nas décadas de 1970 e 1980, das atividades canvieira e pecuária.

c) Aspectos econômicos:

Moreira (1988, P. 39) classifica o Agreste como uma “região do Estado que apresenta atividades agropecuárias bem desenvolvidas, intensa ocupação do solo, forte densidade de população e um espaço articulado pela dimensão e dinamismo de Campina Grande”.

Em termos econômicos, a mesorregião do Agreste Paraibano possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB)⁹ do Estado, de R\$ 17.104.079 (IBGE, 2017b), ficando atrás apenas da Zona da Mata (Tabela 3). Em termos percentuais, o Agreste Paraibano contribui com quase 28% do PIB do Estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da mesorregião é de 0,631, considerado de médio desenvolvimento¹⁰.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto da Paraíba e suas mesorregiões, 2017

Mesorregiões da PB	PIB (Mil Reais)	% da PB
Sertão Paraibano	10.038.910,00	16,09%
Borborema	3.103.476,00	4,97%
Agreste Paraibano	17.104.079,00	27,42%
Mata Paraibana	32.140.321,00	51,52%
PIB da PB	62.386.787,00	100,00%

Fonte: IBGE/SIDRA (2017).

⁹ O PIB corresponde à soma de todos os bens e serviços finais produzidos na economia, em um determinado período de tempo (MANKIW, 2009).

¹⁰ O IDH foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1990, com o intuito de definir e ranquear os países de acordo com seus níveis de desenvolvimento. É calculado considerando três indicadores: educação (taxa de escolaridade), renda (renda per capita) e saúde (mortalidade infantil e expectativa de vida). O índice também pode ser calculado para medir o nível de desenvolvimento por estado ou município. O IDH varia de zero a um. Quanto mais próximo de um, melhor o nível de desenvolvimento humano. Quanto mais próximo de zero menor o nível de desenvolvimento (MANKIW, 2009).

A microrregião de Campina Grande destaca-se pela sua importância econômica no Agreste Paraibano e no Estado como um todo, contribuindo com 57,57% do PIB da mesorregião e com 17,78% do PIB da Paraíba (Tabela 4), especialmente pela concentração do setor de serviços e da indústria de calçados, têxtil, vestuário e alimentos do município de Campina Grande (ALVES, 2016). Além disso, o município é um importante centro distribuidor de mercadorias no Estado e no Nordeste. Somando-se a isso, têm-se os polos tecnológicos na área de calçados e couro e na área de tecnologia da informação (ALVES, 2016).

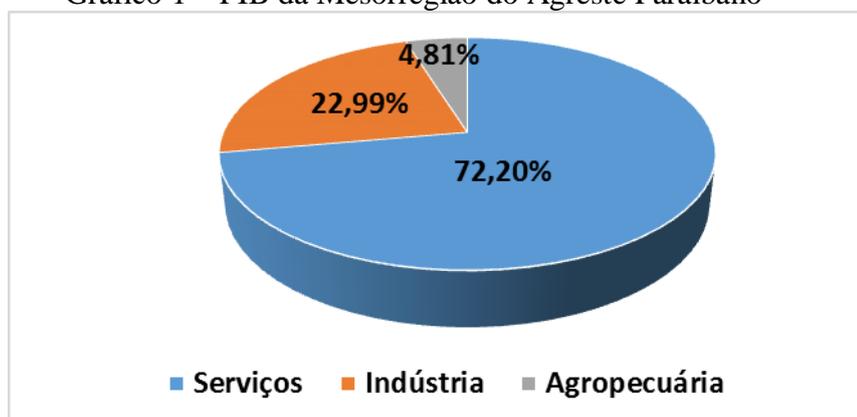
Tabela 4 – Produto Interno Bruto da Paraíba, Agreste e suas Microrregiões, 2017

Microrregiões da PB	PIB (Mil Reais)	% do Agreste	% da PB
Campina Grande	9.847.084	57,57	15,78
Guarabira	1.940.187	11,34	3,11
Brejo Paraibano	1.207.831	7,06	1,94
Curimataú Ocidental	1.207.304	7,06	1,94
Itabaiana	1.081.360	6,32	1,73
Curimataú Oriental	799.705	4,68	1,28
Esperança	608.132	3,56	0,97
Umbuzeiro	412.476	2,41	0,66
PIB do Agreste	17.104.079		
PIB da PB	62.386.787		

Fonte: IBGE/SIDRA (2017).

Em relação aos setores da economia, os serviços se destacam com a maior contribuição para a economia do Agreste, colaborando com 72,20% do PIB da mesorregião, seguido pela indústria, com uma participação de 22,99% e o setor agropecuário com a menor contribuição, 4,81%.

Gráfico 1 – PIB da Mesorregião do Agreste Paraibano



Fonte: Ipeadata (2010).

A mesorregião possui uma população de 1.213.279 habitantes, distribuída em uma área de 12.914,069 km², que corresponde a 28,90% do território estadual. A densidade demográfica é de 93,9 hab/km². A população se concentra nas cidades (70,18% do total) e a população rural representa apenas 29,81%. Suas microrregiões com maior concentração populacional são Campina Grande, com 502.662 habitantes, e Guarabira, com 164.827 habitantes. Juntas estas duas microrregiões congregam 55,01% da população do Agreste (IBGE, 2010).

Tabela 5 – População residente total, rural e urbana, na Paraíba, Agreste e suas microrregiões, 2010

Estado e Mesorregião	Total	Urbana	Rural
Paraíba	3.766.528	2.838.678	927.850
Agreste Paraibano	1.213.279	851.552	361.727
Microrregiões do Agreste	Total	Urbana	Rural
Brejo Paraibano	116.488	61.804	54.684
Campina Grande	502.669	420.997	81.672
Curimataú Ocidental	119.735	78.029	41.706
Curimataú Oriental	93.423	52.325	41.098
Esperança	53.596	34.046	19.550
Guarabira	164.827	118.772	46.055
Itabaiana	108.561	65.652	42.909
Umbuzeiro	53.980	19.927	34.053

Fonte: IBGE (2010).

O Agreste Paraibano destaca-se pela diversidade de produtos agrícolas. Em 2018, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), foi a maior produtora no Estado das frutas: abacate (responsável por 77,50% da área colhida do Estado), banana (92,66%), laranja (88,09%), limão (65,17%), mamão (11,08%), manga (50,08%) e maracujá (60,96%) e a segunda maior produtora de abacaxi (22,40% da área colhida do Estado) e de goiaba (26,65%) (Tabela 6).

É a única região do Estado que produz uva e tangerina. Além disso, é a maior produtora de castanha de caju, pimenta do reino, sisal, urucum, algodão, amendoim, batata doce, fava, feijão, mandioca e milho (IBGE, 2018).

Tabela 6 – Área colhida de lavouras permanentes e lavouras temporárias na Paraíba e Agreste Paraibano

Produtos	Área colhida (Hectares)		% da PB
	Agreste Paraibano	Paraíba	
Abacate	62	80	77,50
Abacaxi	2.444	10.912	22,40
Banana (cacho)	9.885	10.668	92,66
Coco-da-baía	401	6.041	6,64
Goiaba	85	319	26,65
Laranja	614	697	88,09
Limão	232	356	65,17
Mamão	77	695	11,08
Manga	603	1.204	50,08
Maracujá	637	1.045	60,96
Tangerina	1.845	1.845	100,00
Tomate	57	605	9,42
Uva	132	132	100,00
Castanha de caju	1.973	3.460	57,02
Pimenta-do-reino	47	79	59,49
Sisal ou agave (fibra)	4.620	5.280	87,50
Urucum (semente)	346	413	83,78
Algodão herbáceo	325	477	68,13
Amendoim (em casca)	551	694	79,39
Batata-doce	1.941	4.689	41,39
Cana-de-açúcar	4.325	102.424	4,22
Fava (em grão)	9.341	11.379	82,09
Feijão (em grão)	39.340	90.713	43,37
Mandioca	7.100	14.891	47,68
Milho (em grão)	33.995	91.265	37,25

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PAM (IBGE, 2018).

d) Estrutura fundiária:

No Agreste Paraibano, em 2006, havia um total de 70.517 estabelecimentos agropecuários, que estão distribuídos em uma área total de 910.524 hectares. Os dados do Censo Agropecuário 2017 mostram uma redução no número de estabelecimentos agropecuários do Agreste Paraibano, contabilizados em 65.718, representando redução de 6,52%, e redução de 10,14% na área dos Estabelecimentos Agropecuários, que passou de 910.524 hectares, em 2006, para 818.216 hectares, em 2017.

Em 2006, do total de estabelecimentos agropecuários, 63.495 eram formados por agricultura familiar, que correspondiam a 90,04% do total de estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006).

Em 2017, do total de estabelecimentos agropecuários, 49.899 foram caracterizados como de agricultura familiar, o que representa 75,70% do total da mesorregião, perdendo 21,41% de estabelecimentos agropecuários em relação ao Censo 2006. (Tabela 7).

Vale a ressalva de que o Censo Agropecuário de 2017 é metodologicamente diferente do Censo Agropecuário 2006. Tal mudança metodológica se reflete na redução dos números da pequena produção familiar, dificultando a análise histórica e comparativa do papel dos pequenos produtores na agricultura brasileira. Pelos dados, é como se os agricultores tivessem deixado de existir, quando na verdade provavelmente deixaram de existir por conta da mudança de metodologia, mas não realidade.

Observando-se a estratificação por área, em 2006, ao somarmos os estabelecimentos com até 10 hectares, tem-se 53.919 estabelecimentos com uma área total de 134.476 hectares, ou seja, 76,46% dos estabelecimentos com até 10 hectares possuem uma área de 14,76% do total. Isso significa que há um grande número de pequenos produtores rurais com pouca terra no Agreste do Estado.

Por outro lado, o número de estabelecimentos agropecuários com mais de 200 hectares somavam apenas 779 estabelecimentos, mas compreendiam uma área de 390.808 hectares, o que significa que esses estabelecimentos correspondem a 1,10% do total de estabelecimentos agropecuários do Agreste e detêm 42,92% da área dos estabelecimentos agropecuários da mesorregião.

Tabela 7 – Estrutura Fundiária do Agreste Paraibano, em 2006

Grupo de Área total	Nº de estabelecimentos agropecuários		Área dos estabelecimentos agropecuários	
	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%
Menos de 2 ha	25.937	36,78%	20.927	2,30%
De 2 a menos de 5 ha	18.746	26,58%	52.773	5,80%
De 5 a menos de 10 ha	9.236	13,10%	60.776	6,67%
De 10 a menos de 20 ha	6.293	8,92%	82.711	9,08%
De 20 a menos de 50 ha	3.874	5,49%	110.355	12,12%
De 50 a menos de 100 ha	1.253	1,78%	84.046	9,23%
De 100 a menos de 200 ha	825	1,17%	108.129	11,88%
De 200 a menos de 500 ha	564	0,80%	166.524	18,29%
De 500 a menos de 1000 ha	153	0,22%	98.883	10,86%
De 1000 a menos de 2500 ha	56	0,08%	80.346	8,82%
De 2500 ha e mais	6	0,01%	45.055	4,95%
Produtor sem área	3.574	5,07%	0	0,00
Total	70.517	100,00	910.524	100,00

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Em relação aos dados do Censo Agropecuário 2017, uma limitação para análise por estratificação foi a omissão de um área de 132.274 hectares, que, segundo o IBGE, foram inibidos para não identificar o informante. Em relação aos pequenos produtores, foram omitidos 105 estabelecimentos, com tamanhos de no máximo 1 hectare. A maior parte da omissão dos dados foi de estabelecimentos maiores, acima de 100 hectares, o que dificulta a compreensão da evolução da estrutura fundiária em relação aos Censos Agropecuários anteriores.

Na estratificação por área, em 2017, não houve modificações significativas na estrutura fundiária da mesorregião em relação ao Censo Agropecuário 2006, quando se observa os estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares, pois representa 79,51% do total enquanto detém uma área de apenas 16,33% (IBGE, 2017).

Com mais de 200 hectares, em 2017, havia 665 estabelecimentos, representando apenas 1,01% do total da área dos estabelecimentos agropecuários da mesorregião. Desconsiderando os dados que foram omitidos pelo IBGE, esses estabelecimentos ocupam uma área de 177.497 hectares, que corresponde a 25,88% da área dos estabelecimentos agropecuários da mesorregião (Tabela 8).

Tabela 8 – Estrutura Fundiária do Agreste Paraibano, em 2017

Grupo de Área total	Nº de estabelecimentos agropecuários		Área dos estabelecimentos agropecuários	
	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%
Menos de 2 ha	25.663	38,93%	22.032	2,69%
De 2 a menos de 5 ha	17.597	26,70%	50.576	6,18%
De 5 a menos de 10 ha	9.150	13,88%	60.977	7,45%
De 10 a menos de 20 ha	6.634	10,06%	90.236	11,03%
De 20 a menos de 50 ha	3.994	6,06%	117.128	14,32%
De 50 a menos de 100 ha	1.193	1,81%	81.022	9,90%
De 100 a menos de 200 ha	698	1,06%	86.474	10,57%
De 200 a menos de 500 ha	489	0,74%	124.587	15,23%
De 500 a menos de 1000 há	133	0,20%	46.691	5,71%
De 1000 a menos de 2500 há	38	0,06%	6.219	0,76%
De 2500 ha e mais	5	0,01%	-	-
Produtor sem área	324	0,49%	-	-
Dados omitidos pelo IBGE	0		132.274	16,17%
Total	65.918	100%	818.216	100,00

Fonte: IBGE (2017a).

Conforme destacam Moreira e Targino (1997), a concentração na estrutura fundiária no Estado da Paraíba é fruto de um processo histórico da produção do espaço subordinada aos interesses do capital, levando ao controle monopolista das terras, processo este acentuado com a Lei das Terras de 1850.

Em outras palavras, a propriedade da terra permaneceu concentrada nas mãos de uma minoria de pessoas, enquanto a grande maioria dos proprietários continuou possuidora de pequenos lotes, que, agregados, representam uma pequena parcela da área agrícola do Estado. Isso, sem levar em consideração o grande número de produtores diretos, desprovidos do direito de propriedade (MOREIRA E TARGINO, 1997, P. 178).

Observando-se os dados por microrregião, tem-se a microrregião de Esperança como uma região do Agreste que se destaca pela estrutura fundiária menos concentrada. Nela, 92,37% dos estabelecimentos agropecuários são formados por estabelecimentos de até 10 hectares e possuem 48,71% da área agrícola microrregional. Se considerarmos os estabelecimentos com até 50 hectares, eles correspondem a 98,94% dos estabelecimentos agropecuários que detém uma área correspondente a 74,27% da área dos estabelecimentos agropecuários da microrregião. Na descrição de Moreira (1988, P. 41):

A identidade regional deste espaço é marcada tanto pela fraca concentração da propriedade da terra (o que lhe confere a designação de região minifundiária por excelência), quanto pela organização da produção agrícola voltada predominantemente para a policultura alimentar praticada sobretudo por pequenos proprietários, parceiros e ocupantes.

Na microrregião do Brejo Paraibano, 87,81% dos estabelecimentos agropecuários são formados por estabelecimentos de até 10 hectares e possuem 28,78% da área dos estabelecimentos agropecuários da microrregião.

Na microrregião de Guarabira, 76,54% dos estabelecimentos agropecuários possuem até 10 hectares e detém 18,60% da área dos estabelecimentos agropecuários da microrregião. Semelhante à microrregião do Curimataú Oriental, em que 75,21% dos estabelecimentos agropecuários possuem até 10 hectares e possuem uma área correspondente a 18,03% do total da microrregião.

A microrregião de Guarabira está localizada no final da Depressão Sublitorânea, e é caracterizada pela policultura e pela pecuária de grande porte voltada para o corte. É uma região pecuarista-policultora alimentar, onde se distingue a produção de feijão, fava, mandioca, milho, castanha de caju e semente de urucum, além de frutas como abacaxi, banana, coco da baía e manga. A microrregião tem como principal centro de serviços o município de Guarabira.

A microrregião de Itabaiana possui uma elevada concentração fundiária. Os pequenos produtores, com até 10 hectares, compreendem 74,94% do total e abrangem uma área correspondente a apenas 9,73% do total. A microrregião está localizada no Agreste Baixo e seus nove municípios correspondem a uma área de 1.658 km², com densidade demográfica de 65,5 hab./km².

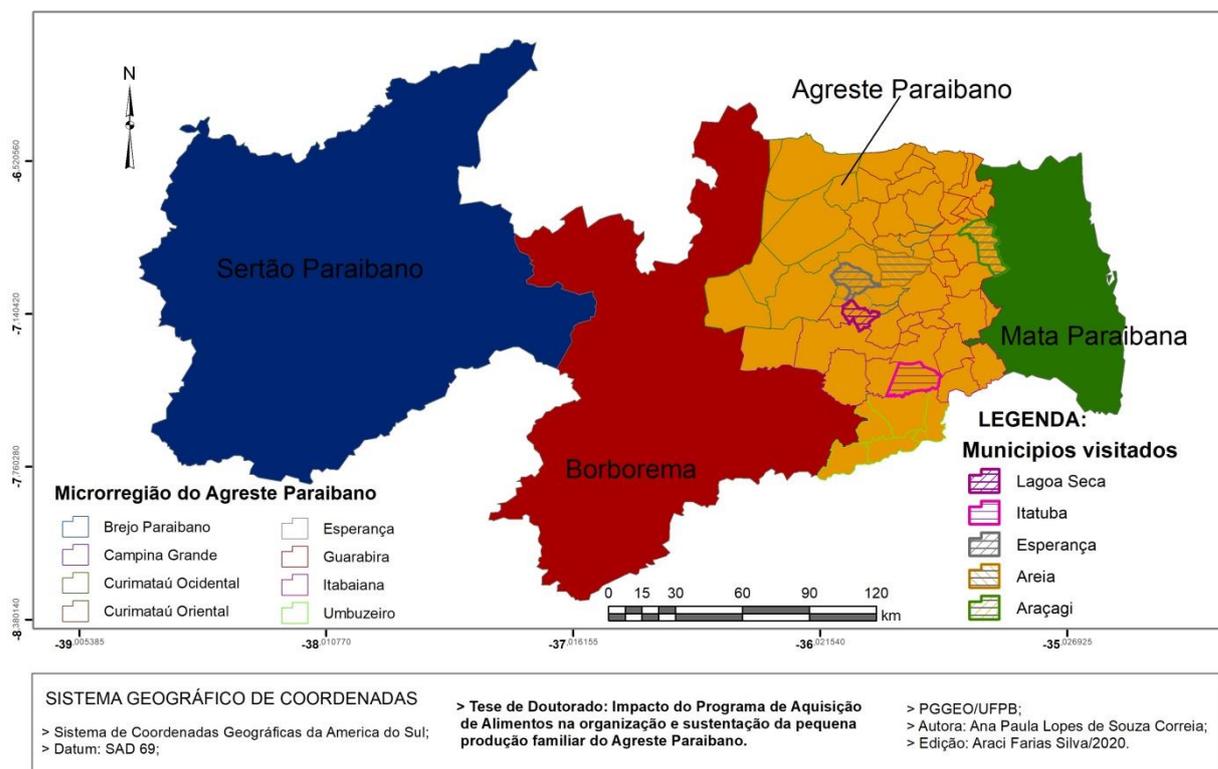
Na microrregião de Campina Grande, 84,74% dos estabelecimentos agropecuários são menores de 10 hectares e detém apenas 10,17% da área agrícola da microrregional. A microrregião de Umbuzeiro caracteriza-se por possuir um menor número de estabelecimentos com até 10 hectares, perfazendo um percentual de 59,05% do total.

3.1 O AGRESTE PARAIBANO ENQUANTO PALCO DE LUTA E RESISTÊNCIA NO CAMPO: CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUISADAS

Neste item, com base na pesquisa de campo, é apresentada a luta dos agricultores das comunidades estudadas para se manterem no campo, vivenciando ora processos de expropriação, ora processos de recriação da pequena produção familiar.

A pesquisa de campo foi realizada em Associações que participavam do PAA, com sedes nos municípios de Lagoa Seca, Itatuba, Esperança, Areia e Araçagi (Mapa 3).

MAPA DAS MESORREGIÕES DA PARAÍBA, MICRORREGIÕES DO AGRESTE E MUNICÍPIOS VISITADOS



Mapa 3 – Mesorregiões da Paraíba, microrregiões do Agreste e municípios visitados
Fonte: Editado por Araci Farias.

Foram visitadas duas Associações que trabalham com a piscicultura, uma no município de Itatuba, a Associação dos Piscicultores de Acauã, na Barragem de Acauã, e a outra no município de Araçagi, a Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, na Barragem de Araçagi. Com isso, fez-se necessário compreender inicialmente qual o impacto da construção dessas duas barragens na comunidade atingida.

Foram visitadas mais três Associações, que trabalham com a produção de hortifrutigrangeiros, sendo ligadas ao Quilombo de Areia (Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim), à Ecoborborema, com sua sede no município de Lagoa Seca, mas que possui beneficiários também de outros municípios do Polo da Borborema, e à Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências, com agricultores familiares beneficiários dos sítios do município de Esperança.

3.1.1 Barragem de Acauã

A construção da barragem de Acauã trouxe uma série de implicações para as comunidades atingidas pela obra, dentro de uma política de Estado, tais como o deslocamento

de muitos agricultores habitantes da área de vazante do Rio Paraíba (ribeirinhos) e sua realocação em áreas de solos menos férteis ou, o que é ainda mais grave, em áreas cujas terras não se prestam ou não são suficientes ao cultivo ou para a criação de animais, gerando conflitos entre os atingidos pela obra e o Estado.

a) Contextualização da construção da Barragem de Acauã

A Barragem de Acauã foi construída entre 1999 e 2002, no Rio Paraíba, e corresponde a uma área de 1.725 hectares. A principal justificativa para construção da barragem foi o abastecimento hídrico de 13 cidades (Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Taipú, Aroeiras e Fagundes, Campina Grande, Boqueirão, Queimadas e Caturité) e, paralelamente, a utilização do açude para a produção de agricultura irrigada no Baixo Vale do Paraíba, o desenvolvimento da atividade da pesca, através da construção de um polo pesqueiro, prometendo trazer “progresso” para a região e uma melhor condição de vida para a agricultura familiar (OLIVEIRA, 2002).

O custo da obra foi de aproximadamente R\$ 55 milhões, sendo 67,70% desse valor destinado à construção da barragem e do sangradouro. A obra inundou áreas de três municípios, Aroeiras, Natuba e Itatuba, atingindo seis povoados, Melancia, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho e Cafundó, localizados às margens do rio Paraíba, além de 115 imóveis rurais, atingindo 2.525 habitantes (800 famílias) e 425 habitações, embora o governo afirmasse que seriam apenas 800 pessoas atingidas pela construção da barragem (OLIVEIRA, 2002).

A apreensão dos agricultores desses povoados começa antes do início das obras de construção da barragem, em virtude da preocupação com as suas terras que seriam inundadas, a realocação de suas famílias e a remoção do cemitério de Pedro Velho que também seria submerso.

Antes da construção, o Governo do Estado havia prometido indenizações, construções de casas e realocação do cemitério. Segundo Oliveira (2002), o governo iniciou a construção de 150 casas, uma quantidade muito pequena frente ao número de famílias que seriam atingidas pela obra e, além disso, não envolveu a população nesse processo, deixando os agricultores sem informações dos passos que seriam dados em relação à situação das comunidades atingidas. O governo havia prometido três tipos de casas, mas na prática começou a construir casas de um mesmo padrão e de péssima qualidade.

Diante disso, a população começa a se mobilizar para reivindicar junto ao governo do Estado o que lhe foi prometido e para denunciar as violações de direitos que estavam ocorrendo (violações ao direito à moradia, saúde, educação, alimentação adequada, acesso à água e precariedade nas indenizações). Para isso, contaram com o apoio de professores e alunos da UFCG, além do pároco da cidade de Aroeiras que se engajou na luta reivindicando a indenização pela destruição da Igreja de Pedro Velho e pelos direitos dos moradores.

Hoje, a exemplo de Jesus, não posso ficar calado diante do sofrimento de irmãos e irmãs, a grande maioria deles meus paroquianos. Tenho certeza de que é verdade o que Jesus disse: se eles se calarem, as pedras gritarão (Lucas 1,40).

Onde ficarão os seus animais...que lhes garantem ajuda na subsistência? E a terra para plantar e sobreviver? Como se acomodarão as pessoas em casas tão pequenas?! Naquelas casas pré-moldadas... caberão as famílias de todos os tamanhos?! Fico a olhar e penso: será um campo de concentração moderno?! (trecho de carta-denúncia, escrita pelo Padre Rômulo, Pároco da antiga Igreja Pedro Velho, em 2002) (OLIVEIRA, 2002, P. 11).

Posteriormente, um representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nacional fez três visitas à comunidade e ajudou os agricultores a montar uma pauta de mobilização e de reivindicações mas, após isso, não houve acompanhamento de forma permanente, segundo registros de Oliveira (2002).

De acordo com informações do Professor Fernando Garcia, que acompanha a situação de Acauã desde 2002, por um tempo a luta de Acauã esteve desconhecida pelo MAB nacional e quando o movimento teve conhecimento não fez um acompanhamento permanente porque ele se ocupa prioritariamente de situações relacionadas à construção de hidrelétricas e a acidentes com exploração mineral.

A despeito disso, o MAB nacional teve participação importante no início do processo de construção da barragem, onde teve o papel de iniciar o processo de organização do movimento local. A luta dos atingidos pela barragem de Acauã prossegue, com apoio da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No início do movimento, a primeira pauta de reivindicações foi entregue ao Governador do Estado e continha os seguintes pontos:

- a) indenização integral de tudo que pertencia às famílias, com atualização dos valores calculados;
- b) condições de vida para o futuro das famílias: projeto produtivo de emprego e renda para todos;
- c) construção de novos núcleos urbanos, dotados dos equipamentos coletivos necessários, para relocação dos que optarem por esse tipo de reassentamento;

- d) garantia de remuneração para todas as famílias, até o momento em que as novas condições de sobrevivência estejam asseguradas;
- e) acesso a toda a documentação relativa à barragem à população atingida (OLIVEIRA, 2002, P. 12).

O governo prometeu resolver vários pontos dessa pauta, mas, na prática, a comunidade não teve nenhuma resposta concreta. O Governo do Estado se recusou, inclusive, a assinar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público.

Na opinião de Oliveira (2002, P. 13): “o descaso e a desatenção governamental em relação à sorte dos atingidos pela barragem de Acauã pode ser considerado um exemplo de ação do governo que produz o empobrecimento de grupos de população”.

Oliveira et. al. (2003) apontam prejuízos irreversíveis à população atingida pela construção da barragem: falta de recursos para o cultivo da terra; migração da população atingida para as periferias das cidades de Campina Grande, João Pessoa, Recife e Caruaru; agravamento das condições de vida dos atingidos pela barragem.

Antes da construção da barragem, a comunidade desfrutava de excepcionais condições em consequência de sua privilegiada localização às margens do Rio Paraíba. O que lhes permitia acesso à terra fértil e livre, favorecendo sobremaneira o desenvolvimento de suas atividades produtivas, principalmente a criação de animais, a agricultura – inclusive a irrigada – e a fruticultura. A estas atividades somavam-se outras tais como magarefe, pequeno comerciante, feirante etc. Acrescente-se: eles tinham água farta e gratuita.

O Governo do Estado ignorou completamente a imperiosa necessidade de a população desenvolver atividades produtivas e a re-assentou em conjuntos habitacionais rurais, o que é de *per si* um contra-senso, uma vez que não faz sentido criar conjunto habitacional no meio rural sem que ela esteja associada à áreas de produção. Desconsiderou-se, assim, absoluta necessidade de as famílias obterem suas condições de sobrevivência a partir dos frutos do trabalho de seus membros (Trecho da Moção de Apoio aos atingidos pela barragem de Acauã, 2004, da XII Assembleia das Pastorais Sociais do Regional NEII - CNBB) (OLIVEIRA, 2020, P. 17, no prelo).

Na região instalaram-se várias igrejas evangélicas, mas estas possuíam um discurso de conformidade para com aquela situação de expropriação, não somando forças junto à mobilização (EVANGELISTA, 2012).

O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)¹¹, aprovado em 2010, apontou que “o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos, cujas consequências

¹¹ O CDDPH foi criada em 1964 e é composto por representantes do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Conselho Federal de Cultura, Ministério Público Federal, OAB, entre outros.

acabam por acentuar as graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual” (CDDPH, 2010, P. 13).

Em 2005, a barragem recebeu a visita de representante da Comissão Internacional de Direitos Humanos da ONU, para verificar denúncia feita pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), ocasião em que foram constatadas violações de direitos trabalhistas da construtora responsável pela obra, violações sofridas pelas comunidades atingidas pela construção da barragem, descumprimento de acordos etc (CDDPH, 2010).

Foram feitas denúncias formais ao Ministério da Justiça, que passaram a ser investigadas por uma comissão especial do CDDPH, com integrantes do Ministério Público, do Ministério do Meio Ambiente e de Minas e Energia e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), apontando que a barragem de Acauã representava a mais catastrófica situação no país em termos de violação de direitos humanos das famílias assentadas em decorrência da construção de barragens.

As violações encontradas nas novas moradias, após a construção da barragem, incluíam: mudança de modo de vida de meio rural para meio com características urbanas; falta de terras agricultáveis e áreas que permitissem a criação de animais; escassez de água e comida; ampliação de desigualdades sociais (CDDPH, 2010).

O estudo constatou: déficit habitacional de 240 moradias; inexistência de escolas e postos médicos ou funcionamento precário; assistência médica ruim; inexistência de área para a agricultura e pecuária; 121 famílias sem acesso à rede de energia elétrica; 471 famílias sem estar beneficiada por qualquer programa social; vias de acesso precárias; transporte público precário e sem atendimento regular; água: captação inexistente (para 61 famílias), existente mas sem funcionamento (para 450 famílias) e existente e sem tratamento (para 150 famílias) (CDDHP, 2010).

Após os trabalhos, a CDDPH concluiu que:

O empreendimento provocou uma degradação das condições de vida materiais das pessoas, com a ruptura de redes culturais, sociais e econômicas; agravando, piorando a sua anterior condição de existência; colocando-os em situação de exclusão social que não havia anteriormente. Os chamados “reassentamentos” são acampamentos precários e isolados que não oferecem perspectivas de vida aos seus moradores. De modo geral, podemos afirmar que houve e permanece uma frontal violação ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, que reconhece “o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si própria e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida” (art. 11). Podemos afirmar também que o Estado não tem tomado as medidas eficientes para garantir estes direitos, contrariando o PIDESC. A situação decorrente da

implantação da Barragem de Acauã constitui atentado à dignidade da pessoa humana, porque se inviabilizou a subsistência das populações atingidas, que passaram à condição de extrema miséria, sofrendo as mais diversas privações, quando antes mantinham condições próprias de subsistência (CDDPH, 2010, p. 61).

Foram destacadas as seguintes violações:

- a) direito à informação: ausência de audiências públicas nas comunidades atingidas; falta de preparação da comunidade para o que enfrentariam com a construção da barragem; falta de comunicação quanto ao início das obras e enchimento da barragem; incertezas em relação à realocação das comunidades que seriam atingidas.
- b) direito ao trabalho: falta de terra para o cultivo agrícola e criação de animais; grave situação de desemprego;
- c) direito à propriedade e a indenizações: ausência de indenizações ou indenizações abaixo do valor que lhes eram de direito;
- d) direito à moradia: comunidades realocadas para construções inadequadas;
- e) direito à educação: dificuldade de acesso à educação;
- f) direito à saúde: ausências de postos médicos; precariedade de saneamento básico;
- g) direito à segurança pública: ausência de segurança e aumento de conflitos;
- h) direito cultural ligado à manifestação do sentimento religioso: alagamento de cemitério e não realocação de restos mortais;
- i) direito ao meio ambiente seguro e sadio: falta de acesso à água potável, esgoto a céu aberto (CDDPH, 2010).

Apesar das denúncias e constatações, houve pronunciamento na imprensa dos órgãos do Governo Federal desqualificando o trabalho feito pelo Conselho, a exemplo do Ministério de Minas e Energia que a época declarou à Revista Exame que “não foi realizada nenhuma pesquisa sociológica que permitisse a conclusão e a generalização de que são recorrentes as violações de direitos humanos” e o Ministério do Meio Ambiente que é “inadequada a responsabilização das empresas e dos órgãos governamentais por causa das lacunas na legislação” (COSTA, 2010).

Durante a visita à barragem de Acauã, a comunidade de piscicultores realocadas no município de Itatuba apontou várias questões referentes a esses aspectos do impacto da construção da barragem e as consequências da realocação da comunidade para uma área onde não há disponibilidade de terras para a agricultura.

Todos os entrevistados da Associação dos Piscicultores de Acauã declararam não plantar por falta de terra. Historicizaram que muitos agricultores e piscicultores que tinham

propriedade na área da barragem foram indenizados com valores irrisórios e receberam casas que foram construídas em formato de vila, próximas à área da Associação. Relataram que as casas foram construídas muito próximas umas das outras, sem espaço para plantação.

Ali eu sempre critiquei. Que fizesse uma casa pequena, mas que deixassem espaço. Aquelas casas são muito ruins. Eles fizeram as casas coladas, não dá prá plantar nem na frente da casa e nem atrás. Eles fizeram um beco que é a rua com calçamento e construíram várias casas de um lado e do outro, mas não deixaram espaço prá plantar e nem pra criar galinha (informação verbal fornecida pelo Professor da UFCG que presta assistência à Associação).

Nas palavras de um pescador entrevistado:

Aqui a gente sempre trabalhou com peixe, pescava em açude, sempre fomos pescador. Antes a gente tinha a casa da gente com terra pra plantar e criar, mas a barragem cobriu e o governo fez outra sem terra. Nós criava na beira do rio, criava bicho, plantava na beira do rio. Era bom demais. Eu nasci e me criei lá e fiquei até 2006 que foi quando a água cobriu tudo, saí nas carreiras levando o que conseguia. Eu só saí do meu sítio por causa disso (informação verbal fornecida por entrevistada da Associação dos piscicultores de Acauã, 2018).

O certo era ter deixado um pedaço de terra pra cada um da gente porque a gente tinha como completar a renda, o que plantasse já não precisava comprar. Se a gente tivesse terra a gente plantava. Antigamente a gente tinha fruteiras, tinha legumes, mas agora não tem nada disso. Na minha casa não tem nem quintal (Informação verbal fornecida por entrevistada da Associação dos Piscicultores de Acauã).

Antes da construção da barragem, os agricultores viviam da pesca, plantavam para consumo da família e vendiam o excedente. Além disso, relataram que faziam irrigação nas margens do Rio, mas que isso não foi mais possível após a construção da barragem, pois os antigos donos das propriedades não permitiram, arrancando as plantações e passaram a cercar a área próxima à barragem.

Em Acauã eles não têm alternativa de plantar porque eles não têm mais terra e perto da barragem o pessoal não deixa. Eu presenciei uma vez que eles plantaram na beira da barragem e chegou um senhor arrancou a plantação e disse que não plantasse, que se plantasse ele destruiria. E isso aconteceu outras vezes.

Agora que a água baixou daria prá plantar na baixa da barragem, mas os antigos donos das propriedades não deixam. Isso é errado, a terra não é mais deles, pois foram indenizados, mas ninguém faz nada, ninguém fiscaliza (Informação verbal fornecida por Professor da UFCG que presta assistência à Associação).

Figura 1 – Vila na zona rural de Itatuba para onde foram realocadas as famílias atingidas pela construção da barragem de Acauã



Fonte: registro fotográfico feito pela autora, 2018.

O pessoal chama isso de agrovila, mas isso não é uma agrovila. Agrovila é quando você tem uma vila de casas e terra prá trabalhar. Falta água nessa vila, muitas pessoas não têm nem água. É como se tivessem jogado várias pessoas no meio do nada, estando no meio rural (Informação verbal fornecida pelo Professor da UFCG que presta assistência à comunidade de Itatuba).

Quando da realização da pesquisa de campo, próximo à barragem de Acauã estava em fase de construção o canal da transposição do Rio São Francisco, do município de Itatuba até o município de Araçagi, que será alimentado pelas águas do canal que passa em Boqueirão. Segundo o presidente da Associação, essa tem sido mais uma grande obra na região, mas que não trará maiores benefícios à comunidade.

A vantagem da obra tem sido a geração de empregos à comunidade local na construção do canal. “Tem gente aqui que desde o começo da obra que tá com a carteira assinada e ainda hoje tem gente trabalhando no canal porque ainda falta muita coisa pra terminar. Isso amenizou um bocado o problema do desemprego pra algumas pessoas daqui” (Informação verbal fornecida pelo Presidente da Associação de Piscicultores de Acauã).

A pesca passa a ser a única estratégia de ocupação que os atingidos pela barragem encontram. Mas é uma estratégia que se mostra insuficiente porque falta a terra para a produção agrícola.

A importância da barragem de Acauã que estava representada mais no abastecimento hídrico, não atende a esse objetivo para as comunidades atingidas, não havendo possibilidades

de agricultura irrigada para essa população e mesmo a água para o consumo não chega para muitas pessoas da comunidade.

Com a construção da barragem havia a ideia do incentivo à irrigação, mas que se mostra bastante precário, não se efetivando porque quando há uma seca mais prolongada, como ocorreu entre 2011 e 2016, os agricultores são impedidos de plantar.

Como foi demonstrado, os agricultores foram deslocados das áreas mais férteis, no leito do rio, para áreas muito precárias. Daí os relatos de que antes da construção da barragem “era um tempo de fartura, que de tudo conseguia se plantar”, porque eles estavam localizados em uma área fértil que foi destruída com a construção da barragem, ficando uma área que já sofreu com o processo de erosão e que vai transformando a paisagem ao longo da barragem.

A Barragem de Acauã tem importância no contexto da transposição do Rio São Francisco por manter a suas águas em um nível mais elevado quando em épocas de seca.

Figura 2 – Canal da transposição do Rio São Francisco que leva água de Boqueirão à Itatuba e alimentará a Barragem de Acauã



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

Exemplo disso é o caso da região de Itatuba que passava por um período de seca quando a barragem de Acauã chegou a ter apenas 3% da capacidade de água. As águas da transposição permitem que a Barragem de Acauã alcance a capacidade de 50%. Segundo o presidente da Associação dos Piscicultores de Acauã, este será o benefício trazido pela transposição para a comunidade. Mas os entrevistados relataram que não há como se beneficiarem com a obra porque não há terra para plantação:

Pra a gente vai ser bom porque a barragem não vai mais ficar abaixo de 50%. Mas a gente não vai poder plantar porque não temos a terra. Bom vai ser pra os fazendeiros ali perto do canal que eles foram indenizados e ficaram com um pedaço de terra pra botar uma bomba, pra plantar, vai

fazer o que quiser, chega vai mudar essa paisagem seca (Informação verbal fornecida pelo presidente da Associação dos Piscicultores de Acauã).

Um problema apontado foi que a abertura do canal foi feita com dinamite e que isso provocou rachaduras nas casas da vila dos piscicultores. De acordo com um dos entrevistados: “aqui é uma região muito pedregosa, aí era muito tiro de dinamite. Eles tiravam a gente das casas e era muito tiro pra abrir o canal. Muito canto das casas rachou, tem rachaduras grandes. Disseram que iam ajeitar, mas até agora nada. Quando eles davam tiro aqui no canal abalava as casas da gente tudinho”.

A falta de alternativa para a sobrevivência da agricultura trouxe para as comunidades a degradação das condições de vida, com aumento da violência em comunidades que antes eram consideradas tranquilas, conforme relato do Professor Fernando Garcia que cita como exemplo o caso da comunidade realocada de Pedro Velho e Costa:

Pedro Velho, em Aroeiras, mais de 20 assassinatos no local recentemente, onde as famílias foram reassentadas, enquanto que em Pedro Velho original nunca tinha havido nenhum assassinato. A realocação das famílias de seu lugar de origem a outro sem nenhuma condição de sobrevivência leva à degradação dessas pessoas. Pedro Velho se tornou um lugar extremamente perigoso. A comunidade não tem posto policial, é totalmente desassistida pelo Estado. No Costa tem traficantes morando lá, dando tiro de noite. Nós fomos fazer reunião lá pra aplicar questionários e a Prefeita foi à reunião. Ela foi com dois carros da Polícia. Quando ela foi embora os carros da PM saíram e nós ficamos aplicando os questionários no Costa sem a proteção. A Prefeita ainda disse que era melhor a gente ir embora também.

Mas agora toda vez que o pessoal da Universidade vai lá a gente precisa de proteção policial para entrar. É feita uma solicitação à Secretaria de Desenvolvimento Humano porque ninguém vai mais ao Costa sem proteção policial. Pra você ter uma ideia do agravamento da situação. Antes eu almoçava na casa do pessoal, dormia lá quando precisava. As casas deles era de quintal grande, na mesa deles tinha comida farta naquela época (Informação verbal fornecida pelo Professor da UFCG que acompanha o caso das comunidades atingidas pela barragem de Acauã).

No município de Araçagi, também houve impactos semelhantes com a construção da barragem, como se verá a seguir.

3.1.2 Assentamento Santa Lúcia e barragem de Araçagi

A Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi foi criada em 2004, está localizada no Assentamento Santa Lucia e a sua sede fica ao lado da Barragem de Araçagi. A Associação trabalha com a produção de Tilápia em tanques redes nas águas da barragem.

O município de Araçagi possui um distrito (Canafistula), duas agrovilas (Tainha e Mulugunzinho) e dois assentamentos (Santa Lucia e Violetta). Antes de apresentar as consequências da construção da barragem de Araçagi para a agricultura familiar, faz-se necessário compreender o contexto histórico da comunidade em que a Associação está inserida, o Assentamento Santa Lúcia.

O Assentamento Santa Lúcia é resultado da resistência à expansão do capitalismo no campo e à expropriação de trabalhadores rurais. Na antiga Fazenda Santa Lucia, na zona rural de Araçagi, em uma propriedade de aproximadamente 1.200 hectares, se desenvolvia a atividade da pecuária bovina e a cultura de subsistência cultivada pelos trabalhadores que viviam como moradores. Eles não recebiam salário, apenas uma pequena quantia que não era suficiente para o sustento das famílias que passaram diversas privações.

O assentamento possui uma área de 1.041 hectares. A luta pela terra se iniciou a partir de trabalhadores da Fazenda Santa Lucia (cujo fazendeiro era Walter Maroja), que estavam insatisfeitos com a situação de opressão e violação de direitos a qual eram submetidos.

A gente trabalhava na terra dos outros. Nunca tive terra. A gente arrendava a terra, alugava como se chama. Alugava e trabalhava um ano e era nessas áreas aqui mesmo. Aí ele cedia, por exemplo, essa manga que se chamava de manga. Aí dividia pros roçados da gente. No mês abril quando chegava o inverno a gente tirava a cultura e plantava o capim. E a outra parte era cana. Ele também tinha um projeto de batata doce pra lá. Aí quando ele dizia que o gado já tava bom de sair aí não contava nem historia. Soltava o gado e a gente perdia tudo (Informação verbal fornecida por agricultora do Assentamento Santa Lucia).

Nos anos 1990, diante de uma maior conscientização dos direitos trabalhistas por meio de reuniões com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araçagi, da paróquia local e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo, os trabalhadores passaram a reclamar da quantia que recebiam, solicitando aumento e assinatura da carteira de trabalho.

De acordo com os depoimentos colhidos, os moradores eram obrigados a comprar no barracão do fazendeiro e com isso contraíam dívidas que quando descontadas corroíam o valor que tinham a receber. De acordo com o relato de uma assentada: “antes quem morava aqui tinha que pagar um dia de cambão. E tinha que comprar no barracão dele. Aí ele ia anotando aí no final ele dizia pronto você não tem nada a receber porque você tá devendo no barracão. O povo trabalhava só pra comer”.

Sob a orientação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os trabalhadores decidiram lutar pela permanência na terra. Diante dessa movimentação, o proprietário tentou persuadir os trabalhadores a desistirem do processo, oferecendo para isso a assinatura da carteira a partir daquele período. Poucos

trabalhadores aceitaram a proposta. A maioria dos trabalhadores recusaram, por não achar justo o acordo que não incluía os direitos trabalhistas dos períodos anteriores. Logo em seguida, a propriedade foi colocada à venda, aumentando a tensão entre os trabalhadores e o proprietário.

Aqui Dr. Maroja trabalhava com cana pra usina de Mamanguape e Santa Rita e criava gado. Aí tinha os moradores e ele foi botando o povo pra fora, aí quando chegou um dia ele disse que ia assinar a carteira de todo mundo. Mas aí nós fomos ver os anos que já tinha pra trás aí quando a gente foi pedir os direitos ele disse pra esquecer o que já tinha passado aí não deu certo. Aí bombou as ações trabalhistas. A gente conseguiu um advogado que era da CPT aí saiu indenização, saiu terra e tudo.

A gente trabalhava no período que tinha cana, no trabalho pesado que é a cana e não tinha vínculo, não tinha contrato, não tinha nada e ele pedindo pra gente esquecer o nosso passado (Informação verbal fornecida por agricultora do Assentamento Santa Lucia).

Seguiram no movimento de resistência 26 agricultores e, em 1996, a Fazenda Santa Lúcia foi desapropriada, após ser considerada improdutiva. De acordo com um dos entrevistados, foram assentadas 100 famílias, cada uma em lotes de aproximadamente 10 hectares.

Os agricultores do Assentamento Santa Lúcia ainda não possuem o título da terra, embora já estejam de posse da terra há mais de 20 anos. De acordo com informações dos entrevistados, o motivo é que ao longo desse período foram feitas construções para as famílias que foram se formando e agregando ao assentamento, mas por ser considerado irregular, há o impasse para a emissão do título de posse. Na explicação desta entrevistada:

Aqui a gente não tem a posse da terra ainda. Era pra a gente já ter porque a gente já passou de 20 anos, só que com 10 anos tinha que ter o provisório aí não veio o provisório e nesse tempo cada um foi vivendo a vida, cada um construiu casa pros filhos que ia se casando, aumentando a casa, só que não era permitido construir nessas áreas.

Tem vila aqui no assentamento que tem pra mais de 50 filhos de assentado e muito mais. Vão construindo assim colado, construída no quintal. Só sei que foi preenchendo os espaços aí o INCRA veio e passaram uma semana indo de casa em casa. Disseram que ia visitar os lotes que era pra dar o título aí começaram a dizer isso aqui tá errado, isso aqui não pode. Eles dizem que só dão o título se tiver tudo certinho.

Eu perguntei pra eles: se não podia porque que vocês não vieram antes? Por que deixaram esse tempo todo? Aqui teve gente que construiu galpão pra guardar mercadorias. Aí eles foram lá e disseram que tava errado, como se fosse pra derrubar. Teve um pessoal que fez permuta de lote, permuta de casa, aí disseram que cada um tem 90 dias pra voltar cada um pros seus lotes. Disseram que o Ministério, o Governo Federal, a União, sei lá o que, ia pedir pra mandar intimação pra mim. Eu disse que mande, que se quiser me prender prenda e se mandar derrubar levanto de novo.

Isso era pra incorporar. Eu tenho três filhos e já tenho três netos aí eu não vou fazer o que? E eu vou colocar eles onde? Eles vão pra onde? Como é

que pode não construir dentro do lote nesse tempo todinho de vida que já passou? (Informação verbal fornecida por agricultora do Assentamento Santa Lucia).

Em meados da década de 1990, foi anunciado pelo Governo do Estado que seria iniciada a construção de uma barragem que traria o progresso à região, como melhores condições para o acesso à água para consumo e para a atividade agrícola.

Os homens começaram a aparecer por essas bandas e ia conversando nas casas, dizendo que os moradores tinham que sair de lá que ia ser feito um projeto grande e a água ia cobrir tudo, mas que a gente não se preocupasse que Maranhão ia pagar um dinheiro pelo nosso pedaço de chão e que a gente ia pra um pedaço de terra num lugar melhor. Eu logo desconfiei dessas promessas de político, mas eu pensava, era aceitar ou morrer quando a água viesse. Perdi muita noite de sono pensando nisso porque meu sítio lá em casa era todo mundo apegado aquelas terras, eu nasci, me criei e tive meus filhos ali. E deixar minhas terras assim nessa condição. Foi quando o pessoal da CPT começou a se reunir com nós, explicando os nossos direitos, mas mesmo assim eu ainda ficava com aquele negócio ruim dentro de mim (Informação verbal fornecida por agricultora do Assentamento Santa Lucia).

A barragem com capacidade de acumular 60 milhões de m³ de água tinha o objetivo de abastecer o município de Araçagi e os municípios vizinhos, além de promover a modernização das atividades agrícolas, permitindo o uso da irrigação. Em 1999, deu-se início a obra de construção da barragem, na bacia do Rio Mamanguape, e iniciou-se também um processo de luta e resistência contra os efeitos que seriam provocados pela construção, a começar pelo desaparecimento de muitas comunidades, expulsão de muitos agricultores de suas casas, comprometendo a memória, a história, a cultura e o meio de vida.

Aqui foi aquele sonho. Que ia ter barragem e ia ter projeto de irrigação. Esses sonhos malucos que nunca se realiza porque o Governo não deixa. A gente ainda usufrui aqui, mas ainda foi embora 70 hectares parece aqui do assentamento Santa Lúcia por causa da barragem. A gente aqui tem cada um tem um lote de terra pra plantar. Na faixa de 10 hectares pra cada. Tem uns que ficaram mais diferenciados porque tinha mais gente dentro de casa e tinha os aposentados. Quem tinha mais família tinha direito a um pouquinho mais. Os aposentados tiveram direito a no máximo quatro ou cinco hectares (Informação verbal fornecida por agricultora do Assentamento Santa Lucia).

De acordo com Evangelista (2012), como uma primeira forma de resistência, os moradores destruíram os equipamentos e a construção inicial da barragem. A partir de então, foi criada uma comissão, com representantes da comunidade e da CPT, que se reuniram com o Governo e fizeram a exigência de que ocorresse a desapropriação de uma área para

realocação das famílias e construção das novas casas. Era reivindicado que isso acontecesse antes de iniciar a construção da barragem.

Ao todo, 968 famílias tiveram suas casas e sítios expropriados pelo Estado para a construção da barragem, segundo levantamento de Evangelista (2012). As famílias foram realocadas para agrovilas.

Assim como as famílias realocadas na barragem de Acauã, antes da construção da barragem, as famílias de Araçagi tiravam o sustento dos seus sítios, produzindo gêneros de subsistência, faziam criações de animais e utilizavam o rio para a atividade da pesca. O excedente era vendido nas feiras locais e à atravessadores.

Após a construção da barragem, em Araçagi, alguns entrevistados da Associação de Piscicultores declararam utilizar as terras na proximidade da barragem para fazer plantações e a água do açude para a pesca.

Em Araçagi, como houve uma maior mobilização e organização da comunidade no que diz respeito à resistência à construção da barragem, algumas reivindicações foram atendidas, como a construção das casas antes da construção da barragem, de modo que, mesmo que precárias, as famílias foram realocadas para vilas com algum espaço para a prática da agricultura (EVANGELISTA, 2012).

“No meu sítio eu produzo caju, abacaxi, goiaba, feijão, macaxeira que hoje a gente planta pra consumo e vende pra atravessador. O ideal era a gente plantar abacaxi que é dessa região, mas o abacaxi acaba com a terra” (depoimento de um assentado).

Como tem gente com abacaxi desse lado que usa química aí minha produção lá quando vai começando não da nada porque eles agoam lá e quando vem pra cá queima os nutrientes e não da os nossos abacaxi. Quando eles agoam vai tudo pra minha terra aí eu fico no impressado. Até os pés de eucalipto tá morrendo.

Esse pessoal é do assentamento mesmo. Aí eles dizem isso aqui não ofende não, é so um pouquinho. Eles não botam tanto assim não porque como o banco acompanha aí eles não podem usar muito, mas mesmo pouco prejudica (Informação verbal fornecida por agricultora do Assentamento Santa Lucia).

Em Araçagi, o governo dispensou melhor tratamento aos atingidos, se comparada à situação de Acauã. As casas, embora com muitos problemas, possuíam características superiores às casas de Acauã, tanto no que se refere ao tamanho como a qualidade da construção. Além disso, lá havia terra para os trabalhadores, em lote cuja área havia sido definida em discussão com os interessados, consequência direta da mobilização das famílias de Araçagi, além do apoio da CPT (OLIVEIRA, 2002).

O processo de expropriação não é algo recente. É necessário que se discuta qual é a origem do modo de produção capitalista, para compreender o processo de expropriação dos agricultores. Marx (2013) chama atenção para o Modo de Produção Capitalista (MPC) como algo historicamente determinado, uma vez que, em sua origem, as economias não se organizavam dessa forma. Marx (2003) chamou de acumulação primitiva o que definiu como o processo que promoveu e implicou na separação dos produtores diretos dos meios de produção. Essa separação atingiu, no campo, os pequenos produtores, através da sua expulsão da terra, levando-os a se tornarem trabalhadores assalariados.

Foi necessário que houvesse a separação do produtor em relação aos meios de produção para que o agricultor pudesse ofertar sua mão-de-obra para a grande propriedade. Essa acumulação primitiva não ocorreu de forma tranquila, mas, muito pelo contrário, foi uma passagem marcada por muita violência. Em outras palavras, Marx (2013) demonstra que o capitalismo não surgiu de uma forma espontânea na história da humanidade, foi resultado dessa acumulação primitiva que é caracterizada por um processo de violência.

Marx (2013) discute as formas de expropriação dos camponeses e, para isso, recorre ao século XV para o entendimento do processo da acumulação primitiva. Analisa o caso inglês, com o olhar atento para a Inglaterra como o centro do capitalismo moderno que surgiu devido a essa expropriação. Observa que o feudo estava dividido em terras comunais, terras dos camponeses, e as áreas de reserva (florestas). Na Inglaterra a expropriação se deu basicamente pela apropriação das terras de reservas que foram incorporadas às grandes propriedades.

Segundo Marx (2013), os camponeses possuíam os seus lotes e precisavam também ocupar parte das áreas de reservas. À medida que as terras de reservas passam por um processo de cercamento, acontece um estrangulamento paulatino da economia camponesa, pois essas terras são ocupadas com a criação de ovelhas e dão lugar a pastagens.

Esse processo é responsável pela expulsão do campesinato inglês que migra para a cidade onde vai dar origem ao proletariado. Marx (2013) descreve esse processo de expropriação dos camponeses como uma etapa necessária para a expansão do capitalismo e chama atenção para o fato de que, na Inglaterra, a acumulação primitiva corresponde à transformação das terras camponesas em terras de pastagens.

Inicialmente esses trabalhadores expulsos eram considerados “vagabundos” para o sistema capitalista, pois, afastados do campo, não tinham ofício nas cidades. Estabeleceu-se,

então, a “Lei dos pobres”¹² como pano de fundo de transformação da massa de trabalhadores ociosos em trabalhadores para o capital. Ou seja, a legislação foi estabelecida para transformar os trabalhadores camponeses em trabalhadores assalariados (LINEBAUGH, 1984).

De acordo com Linebaugh (1984, P. 19),

[...] sob Henrique VIII, um vagabundo podia ser açoitado, ter as orelhas decepadas, e ser enforcado; sob Eduardo VI, ter o peito marcado a ferro com letra “V” e escravizado por dois anos; sob Elizabeth I, açoites e banimento para o serviço das galés e a Casa de Correção. O código criminal elaborado sob Eduardo VI não era muito menos violento contra os sem propriedade e o que Autolycus chamou de “gatunos de ninharias sem importância”. Do mesmo modo, o Estatuto dos Artífices e a Lei dos Pobres eram grandes esforços legais para impor o trabalho aos pobres.

Evangelista (2012), através do conceito de acumulação primitiva, defendeu a tese de que o Estado, através das políticas públicas de recursos hídricos, atuou no processo de expropriação através da construção de barragens, criando as condições necessárias para o capital se desenvolver, através da transferência da terra do pequeno produtor para o capital.

Qual é a diferença entre o processo de expropriação levado a cabo pelo Estado a que nos referimos e aquele ocorrido em sua forma clássica, no nascedouro do capitalismo? Embora essa não pareça ser uma atribuição do Estado e sim do capital, pesquisas realizadas sobre a construção de grandes barragens, quaisquer que sejam os seus fins mostram a veracidade de tal tese. Embora em condições históricas bastante diferentes, a intervenção estatal no processo de construção dessas grandes obras pode sim ser considerado como uma possível causa de descampesinação, na medida em que tal intervenção resulta na separação entre os camponeses e os seus meios de produção, ou seja, na expropriação de suas terras e demais bens que entram na composição da sua unidade de produção agrícola (EVAGELISTA, 2012, P. 142).

Observa-se que, apesar das dificuldades, os entrevistados afirmam que não pretendem sair do campo por que “gosto de viver aqui, por causa da natureza e por que sempre vivi aqui, toda vida eu vivi da renda no campo porque a vida do meu pai foi na agricultura e eu cresci e me criei no campo. Vivo da pesca e da agricultura até hoje” (Informação verbal fornecida por agricultor da Associação dos Piscicultores e Aquicultores de Araçagi).

¹²A Lei dos Pobres foi implantada na Inglaterra pela primeira vez em 1601, durante o reinado da Rainha Elizabeth I, e penalizava os pobres por mendicância e vagabundagem, obrigando-os ao trabalho. Ao longo da sua existência foram efetuadas várias adaptações para atender às exigências das relações entre patrões e trabalhadores. De acordo com Mantoux, “constitui um dos capítulos mais originais da legislação inglesa, e do reinado de Elizabeth” sendo sua finalidade original a repressão à mendicância e à vagabundagem, bem como um alívio à pobreza existente (MANTOUX, s/d, p. 442-443).

Observa-se a importância da disponibilidade de terras para a agricultura de subsistência. “Aqui eu planto milho, feijão, macaxeira e outras coisas que me ajudam, por isso daqui eu não saio. Eu vou fazer o que na cidade, sem letra, sem nada?” (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos piscicultores de Araçagi, 2018).

Em Itatuba, apesar de a terra enquanto meio de produção ter sido expropriada dos agricultores, isso não os fez assalariar-se no mercado de trabalho como única alternativa de sobrevivência. Eles encontraram na piscicultura uma forma de continuarem ligados à terra ou seja, eles persistem no campo mesmo contrariando os pressupostos da ortodoxia marxista.

Ainda nesse sentido, Kautsky (1986) afirma que à medida que a terra diminui torna-se difícil retirar da pequena propriedade toda a subsistência da família, o que faz com que haja uma tendência à proletarização. Conforme será relatado no Capítulo 4, nas comunidades visitadas, mesmo em pequenas extensões de terra, o agricultor consegue não apenas tirar o sustento da família, mas também produzir uma riqueza incomensurável de produtos e saberes, ao se reproduzir enquanto pequeno produtor familiar.

Evangelista (2012), ao pesquisar as experiências dos impactos da construção das barragens de Araçagi e Acauã, identificou estratégias de reprodução e resistência da população atingida pela obra, a exemplo de agricultores que migram temporariamente para trabalhar no corte da cana-de-açúcar, ou em trabalhos temporários nas cidades maiores, como Campina Grande e João Pessoa, lembrando Tchayanov (1976), com sua teoria da possibilidade de combinação histórica entre atividades agrícolas e não agrícolas.

Evangelista (2012) enfatiza o papel do Estado, de um lado, justificando o impacto da obra pelos ganhos econômicos decorrentes da construção, como geradora do progresso à região, colocando em plano secundário os impactos sociais que ela tem causado nas pequenas comunidades rurais, refletidos na negação dos Direitos Humanos.

Por outro lado, Evangelista (2012) chama a atenção para a mobilização das comunidades locais em áreas de construção de barragens no enfrentamento do projeto de expansão do capital representado pela intervenção estatal que fez emergir importantes movimentos sociais a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Apesar das aparentes “derrotas” políticas desses movimentos em sua resistência contra a construção de grandes barragens ou contra os seus efeitos deletérios sobre a agricultura camponesa, estes movimentos seguiram crescendo e se expandindo pelo território nacional, aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por conseqüência, ampliou o poder de pressão, principalmente por meio de ocupações dos canteiros de obras e a organização de movimentos de denúncia dessas obras junto às populações dos centros urbanos (EVAGELISTA, 2012, P. 177).

A seguir será apresentada a história de luta e resistência dos moradores do Quilombo de Areia, a Comunidade Negra Senhor do Bonfim.

3.1.3 Comunidade Negra Senhor do Bonfim

A Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim está localizada na zona rural do distrito de Cepilho, no município de Areia-PB, e foi criada em 2005 nas terras da antiga Fazenda Bonfim.

Monteiro (2013), ao discorrer sobre o processo de formação das comunidades negras no Brejo Paraibano, esclarece que, após o regime de escravidão, se estabelecem relações de moradia de trabalhadores negros dentro das grandes propriedades onde antes funcionavam os engenhos escravistas.

Com a abolição, a principal relação de trabalho estabelecida para suprir a mão-de-obra necessária ao desenvolvimento dos diversos ciclos econômicos na região do Brejo foi o sistema de moradia. Nesse sistema, o camponês ficava na condição de assujeitado. Tinha, portanto, a obrigação de trabalhar de forma gratuita alguns dias da semana para o dono da terra e assim garantir a sua moradia e a possibilidade de fazer seus próprios roçados (MONTEIRO, 2013, P. 85).

Martins (2003) coloca a escravidão como um elemento fundante do latifúndio no território brasileiro, no sentido de que essas relações de trabalho vão legitimar e garantir a existência do latifúndio uma vez que o elemento de colonização e de posse das terras no Brasil foi o engenho, como primeiro empreendimento econômico nacional dentro do campo. Para que o engenho existisse, necessitava de grandes porções de terra, mas só poderia existir enquanto tal se houvesse mão-de-obra capaz de dinamizar a sua produção.

Esse é um viés importante que instiga a reflexão sobre a luta pela terra no Brasil ao mostrar que não é apenas a terra, mas também as relações de trabalho que estão na base da luta pela reforma agrária.

Com o fim do sistema de escravidão, tem-se outra relação de trabalho que é o sistema de moradia no interior das grandes propriedades que vem para garantir o desenvolvimento das atividades do latifúndio.

Paralelamente, decorre outra relação de trabalho que é o trabalho assalariado como importante para a propriedade da terra latifundiária. Portanto, para que se garanta a grande propriedade monocultora, ao longo da história da propriedade de terra no Brasil, tem-se mudanças nas relações de trabalho que vieram no sentido de fortalecer não apenas o

latifúndio, mas também garantir o poder nas mãos de uma minoria coronelista em um determinado momento e em outro uma oligarquia regional e mais recentemente uma oligarquia nacional formada pelos ruralistas dentro do Congresso Nacional.

O resgate da história da Comunidade Negra Senhor do Bonfim mostra essa relação entre a propriedade da terra e o trabalho do pequeno produtor familiar, no sentido de garantir a permanência da grande propriedade, ao mesmo tempo em que é a partir dessa relação que o agricultor se coloca como resistência ao avanço do capital no campo.

Ainda no século XVII, passou-se a utilizar o sistema de moradia no sistema canavieiro do Estado da Paraíba. Escravos e moradores passaram a conviver nas propriedades dos engenhos. Após a abolição, muitos ex-escravos tornaram-se moradores dessas propriedades, onde podiam morar e plantar para subsistência, em troca de trabalho gratuito para o dono da terra (MOREIRA E TARGINO, 1997).

É dessa relação de trabalhador-morador, registrada na região do Brejo Paraibano que, desde o período colonial, se origina a comunidade negra nas terras do Engenho Bom Fim, que data de 1913, adquiridas por Honorato Barbosa da Silva através de herança e compra de propriedades vizinhas.

Também data desse período a chegada de João Faustino dos Santos e sua esposa, Francisca, na condição de moradores, recebendo de Honorato o direito a uma casa de palha, com uma área para fazer um roçado com produtos alimentares de autoconsumo. Além disso, plantavam cana-de-açúcar em regime de meação com o proprietário. Nessas terras nasceram seus filhos e netos, que trabalharam no Engenho e no interior da casa grande (FORTES, 2007).

Fortes (2007) constatou a presença de diversas pessoas descendentes dessa árvore genealógica na Comunidade Negra Senhor do Bonfim e salienta que:

A memória dos Faustino é toda constituída pela vida neste lugar. Esta memória pode ultrapassar as fronteiras do Engenho se for pensada em sua extensão: os lugares frequentados ou os parentes que se mudaram, mas não as ultrapassa em profundidade: não existe uma história dos Faustino antes de seu estabelecimento no Engenho. Não existe a memória de um outro lugar de origem do grupo familiar, que não o lugar onde vivem hoje (FORTES, 2007).

Nas mesmas condições que a família dos Faustino, em meados década de 1950, chega às terras do engenho a família dos Pedro de Maria, de modo que são dessas duas famílias que descendem os atuais moradores da Comunidade Negra Senhor do Bonfim (MONTEIRO, 2013).

Essas duas famílias constituíram laços de parentesco enquanto grupo familiar, seja através de matrimônios ou afinidades entre si e possuem uma história de trabalho árduo nas terras da Fazenda Bonfim, fazendo da propriedade um território de luta e resistência (FORTES, 2007).

As famílias negras viviam em condição de moradia, trabalhando em regime de semiescavidão, plantando cana-de-açúcar e trabalhando no engenho, sem receber salários. Ao mesmo tempo em que essa situação sujeitava os moradores ao proprietário de terra, lhes garantia um pedaço de terra para produção da subsistência de sua família (MONTEIRO, 2013).

Nas palavras de Fortes (2007, P. 42):

As famílias que constituem a Comunidade Negra Senhor do Bonfim se estabeleceram no Engenho na condição de trabalhadores-moradores, prática corrente nesta região da Paraíba desde o período colonial. Pequenos agricultores, vivendo em estabilidade precária, na dependência da disponibilidade de terras para arrendamento ou meação, a situação de morador, ainda que os obrigasse a sujeição – a paga de alguns dias em trabalho para o senhor – garantia a estes o lugar de morada e a possibilidade de tocar uma roça para o sustento da família. Esta condição de morador também os fazia meeiros, pois, como lembram os mais velhos e como reforça um dos descendentes do antigo proprietário do engenho, o morador tinha direito a seu partido de cana; ou seja, ele poderia plantar uma área de cana que seria negociada 'a meia' com o proprietário da terra.

Fortes (2017) registrou depoimentos com relatos de punições a adultos e crianças, expulsão da propriedade, humilhações no trato com os trabalhadores, proibições, trabalho exaustivo, trabalho em troca de comida e vestimenta etc.

... Aconteceu também com José Valdevino Vieira, o 'seu' Píancó – hoje com 82 anos - que viveu sozinho no engenho durante muitos anos, recebendo em paga a roupa e a comida. Seu Píancó foi mandado embora quando decidiu se casar, já que o casamento implicaria em ter que sustentar uma família e reivindicar, portanto, uma casa e uma área para sua roça.

(...)

Fernando, menino e com fome, resolveu chupar uma cana mirrada que encontrou. O gerente viu o menino comendo a cana e exigiu que o pai o corrigisse para que ele não fizesse mais isso. Uma das moradoras repete uma história semelhante, mas conta que enterrava os bagaços de cana, quando conseguia chupar alguma durante o trabalho no canavial (FORTES, 2007, P.55).

O morador do Engenho Bom Fim era responsável pelo processo da produção da cana-de-açúcar (limpar a terra, plantar e capinar), e também pelo processo de colheita, pela moagem da cana-de-açúcar no engenho e o preparo da rapadura, além de se sujeitar ao dono da terra para outros serviços que dele necessitasse. O proprietário, porém, não considerava

todos esses serviços no cálculo de dias trabalhados, fazendo a conta apenas dos dias trabalhados no preparo do produto final, a rapadura.

Conforme observado por Vergés (2011), o pequeno produtor rural subsiste em condições que seriam impensáveis para o capital. Para produzir determinada mercadoria, no caso, a rapadura, ele vai despender uma quantidade muito maior de trabalho vivo, de modo que o valor social da mercadoria produzida por ele, ou seja, o valor que é transferido naquela mercadoria é maior do que o valor social médio da mercadoria produzida pelo capitalista.

Além disso, o proprietário condicionava os trabalhadores à ameaça de expulsão das terras, caso não obedecessem às regras da sujeição, que incluía colocar toda a família na labuta, incluindo crianças, e obrigar os trabalhadores a comprar mantimentos no barracão do engenho, contraindo dívidas, conforme depoimento de um dos entrevistados da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim:

Quando era na época do antigo proprietário a gente tinha que comprar as coisas na venda dele e era tudo caro as coisas que ele vendia. A gente trabalhava e não recebia salário porque o trabalho que a gente tinha lá ele trocava por alimento e a feira a gente tinha que fazer no mercado dele e ele anotava na caderneta. E se tivesse alguma advertência ele anotava. Só sei que no final das contas a gente que ficava devendo pro patrão. Todo funcionário erra e ele fazia por onde achar um defeito pra poder tirar o desconto. Aqui todo mundo trabalhava de graça pra ele. Meu pai trabalhava de domingo a domingo lá e não ganhava nada. Meu pai tinha 14 filhos, imagine pra sustentar tudinho, o sacrifício. A gente queria estudar e ele não deixava porque tudinho tinha que trabalhar pra conseguir o alimento, pra conseguir o pão de cada dia. O patrão não pagava em dinheiro. Ele dizia que se meu pai não colocasse todos os filhos pra trabalhar ele ameaçava tirar a gente da propriedade. Meu pai morava aqui por conta do trabalho, se não trabalhasse ele ameaçava tirar ele com os filhos e jogar na beira da estrada (Informação verbal fornecida pelo Presidente da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim).

Isso fazia com que as famílias passassem diversas privações. Fortes (2007) relata que havia situação de fome entre os trabalhadores-moradores:

A área insuficiente para as roças próprias e o ganho irrisório eram as causas da situação de penúria em que estes trabalhadores viveram durante toda sua vida. Associada às lembranças da fome está a presença de um outro elemento da estrutura do Engenho: o 'barracão', uma espécie de mercearia instalada dentro do engenho onde os trabalhadores se abasteciam dos gêneros que não eram capazes de produzir. O pagamento semanal do trabalhador muitas vezes ficava todo no 'barracão' e ainda assim os moradores não conseguiam manter uma dieta satisfatória (FORTES, 2007, P. 56).

Essa condição é a expressão do espaço de exploração que constituiu o espaço agrário paraibano, desde o início da colonização portuguesa. “O escravo, o morador, o boia-fria são expressões diversas dessa exploração, correspondentes a diferentes momentos do processo de acumulação do capital na agricultura” (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Em 1960, o engenho Bom Fim possuía 40 casas para moradores. Nessa época faleceu o dono das terras, que foi dividida com os filhos, Efigênio e Maria Amazille Barbosa. Essa última, após comprar as terras do seu irmão, ficou com uma propriedade de 122 hectares (FORTES, 2007).

A partir de então também aconteceram mudanças econômicas no Agreste paraibano, com perda de importância na plantação do agave, modernização da agricultura, com substituição dos engenhos por usinas de cana-de-açúcar, com reflexo nas relações de trabalho da região e na dinâmica da produção da cana. Os engenhos vão perdendo sua função e a produção de cana passa a atender demandas das usinas de açúcar e álcool. O plantio de cana se expande sobre áreas antes ocupadas pelos roçados de dos moradores. Diante disso, alguns moradores tiveram suas casas derrubadas e foram expulsos da terra. Na leitura de Moreira e Targino (1997):

Sem alternativa que permitisse sua independência em relação à Usina, a grande maioria dos senhores de Engenho colocaram em segundo plano a produção da rapadura e transformaram-se em meros fornecedores de cana. No início dos anos 70, poucos eram os Engenhos ainda em funcionamento na região e o sistema morador, característico da atividade canavieira regional, encontrava-se em processo de decadência.

Conforme apontou Harvey (2005), o capital precisa de espaços para se reproduzir, seja recriando novas formas e novos espaços ou destruindo estruturas anteriormente por ele construídas. A noção de espaço está entendida dentro da explicação do processo de renovação capitalista, pois o capital precisa criar continuamente novos espaços e é algo que não depende da vontade do capitalista, é inerente à própria expansão do sistema capitalista.

Por volta de 1980, as terras do Engenho Bom Fim passam a ser arrendadas para os gerentes de usinas, para plantação de cana-de-açúcar e muitos moradores tiveram suas terras e moradia expropriadas pela necessidade de avanço da fronteira agrícola pelo capital industrial.

Mesmo para aqueles que ficaram, as condições de moradia e trabalho se modificaram, pois se viram obrigados a diminuir suas áreas de plantio e, muitas vezes, tinham mesmo que abrir mão de roças que ainda não havia sido colhidas para dar lugar à cana. Passaram a trabalhar mais dias por semana para o patrão em condições ainda mais duras (FORTES, 2007, P. 58).

Em 2002 a proprietária da fazenda faleceu e os herdeiros colocaram as terras à venda, sem comunicar aos trabalhadores. Após a venda, em abril de 2003, inicia-se o conflito agrário entre os novos proprietários e os posseiros. De um lado, os donos da terra reivindicavam a imediata saída dos trabalhadores das terras. Por outro lado, os trabalhadores alegavam estar na propriedade com descendência de mais de 90 anos.

Moreira e Targino (1997) explicam que muitos conflitos agrários se iniciam após a morte do antigo dono, que até então mantinha acordos, mesmo que apenas verbais com os trabalhadores:

O processo de expulsão, em grande número dos casos, se inicia seja com a morte do antigo dono, quando a terra é subdividida entre os herdeiros, seja por ocasião da venda da propriedade. Durante a administração dos antigos donos, apesar de “sujeitos” os moradores tinham garantidos os direitos adquiridos através dos contratos verbais com eles feitos (sítio, água, lenha e moradia, em troca de serviço gratuito). O acesso à terra aos foreiros, parceiros e posseiros, mesmo que precário também era permitido.

Nesse sentido, Fortes (2007) relata que antes da venda da propriedade, os moradores conseguiam ter uma relativa liberdade dentro da área do engenho, seja cultivando roças, desenvolvendo atividade da pesca, utilizando a casa de farinha, lavando roupas na lavanderia do engenho e até mesmo tendo permissão para assistir televisão na casa grande.

Após a venda da propriedade, os trabalhadores passaram a receber ameaças de morte, tiveram suas plantações destruídas, passaram fome e, em 2004, receberam ordem judicial para saírem das terras em até 24 horas. No relato dos quilombolas entrevistados:

Nós somos filho natural da terra, mas depois começou um conflito agrário e nós passamos a sofrer de crise de fome, sobrevivendo de doação de saco de arroz, saco de feijão, caixa de óleo, um bocado de coisa, se não a gente morria de fome. Tinha essa terra toda e a gente não produzia porque o pessoal vinha e arrancava tudo. A gente plantava de dia e os capangas arrancavam de noite. Eles cercaram tudo e isolaram nós. A história dos agricultores daqui sempre foi de muito sofrimento. O proprietário destratava a gente como negro e dizia que nós invadimos a terra dele, que somos sem terra, mas nós não somos sem terra, nós não invadimos a terra dele, ele que estava querendo invadir o nosso direito. (Informação verbal fornecida por quilombola da Associação da Comunidade Senhor do Bonfim).

Os novos proprietários das terras alegavam que os trabalhadores tinham invadido a propriedade. “Eles alegavam que nós éramos invasores há 60 dias, mas só que era mais de 60 anos que a nossa gente estava nessas terras, da época dos bisavôs, dos avôs da gente já vivia na propriedade deles”.

Vinha policial todos os dias, mas era do lado do fazendeiro. Se a gente ajeitasse a terra eles iam na delegacia, iam no promotor e dizia que nós estávamos invadindo a terra e nós era ameaçado de ir preso, ameaçado de morte. Os policiais junto com os capangas tudo armado aqui dentro e a gente acuado com medo e a justiça do lado deles e contra nós (Informação verbal fornecida pelo Presidente da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim).

Moreira e Targino (1997) enfatizam que nesses casos a imediata reação dos donos da terra é a defesa da propriedade, representante não apenas do capital investido, mas também como fonte de prestígio e poder. Como estratégia para um acordo, os proprietários, inicialmente, oferecem indenizações.

E, de fato, essa foi uma primeira alternativa no caso da Comunidade Senhor do Bonfim, quando ofereceram um hectare de terra para cada família como forma de indenização trabalhista e tentaram convencê-los de que esta seria a melhor alternativa para os trabalhadores.

Um dos herdeiros do espólio de Maria Amazille lhes transmitiu a decisão e argumentou que não havia por que recusarem a oferta, uma vez que os moradores nunca haviam sido proprietários de nada e a partir de então eles o seriam. Ademais - teria dito o ofertante - o hectare de cada um seria cercado, mas isso não significaria que eles não poderiam utilizar as áreas de pastagem, os caminhos internos ou a água da propriedade (FORTES, 2007).

De acordo com Fortes (2007), a proposta foi aceita por apenas duas famílias, que tiveram suas áreas medidas e cercadas. As demais recusaram a proposta por não acharem justa e não confiarem na palavra dos donos da terra de que poderiam utilizar as áreas fora das cercas, seja para buscar água no açude ou barreiros, utilizar áreas de pastagens e a mata, de onde retiravam a lenha, caçavam animais e colhiam plantas medicinais.

Os proprietários então partem para as mais diversas ameaças, violações e humilhações, como a proibição dos trabalhadores ao acesso ao açude e riachos, casa de farinha e lavanderia, como forma de tentar expulsar os moradores da propriedade.

Em suma, a ação dos donos é, num primeiro momento, a defesa intransigente do patrimônio individual. Numa segunda instância, a reação dos proprietários à desapropriação pode ser entendida como uma defesa da propriedade capitalista em si. Isto é, o que está em jogo para eles não é apenas a apropriação da terra, mas o instituto da propriedade enquanto tal. Desta forma, a desapropriação representa um ataque ao próprio capital. Daí a posição contrária dos órgãos patronais a toda a iniciativa de desapropriação levada a efeito no Estado (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Com a ordem de desocupação em mãos, os trabalhadores receberam apoio de Frei Anastácio, da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que

os orientou a lutar pela terra caso quisessem permanecer naquele lugar. Nas falas dos trabalhadores entrevistados:

Eles deram 24 horas pra a gente sair das terras, a gente fez uma reunião e decidiu que ia lutar pela terra, mas a gente não sabia o que fazer. Saímos pela cidade de Areia, com aquela ordem de despejo nas mãos, sem conhecer advogado, nem nada, aí chegamos lá na cidade e fomos conversar com o Movimento Sem Terra. O pessoal disse que esse negócio era caso de justiça, mas que nem adiantava ir falar porque os advogados com certeza iam ficar do lado do proprietário. E aí a gente tudo preocupado e só tinha até o outro dia pra arranjar uma solução.

Eles disseram pra a gente ir tudinho em Joao Pessoa falar com Frei Anastácio, que só ele ia botar a mão em cima de nós. Quando a gente chegou no gabinete de Frei Anastácio e contou a nossa situação, ele ficou logo bravo dizendo como é que pode o proprietário fazer um negócio desse com os moradores, com posseiros. De lá o advogado dele saiu pra comarca de Areia e deu baixa naquela ordem. A gente deu entrada com o processo pra reconhecer nossa comunidade e aí foi que piorou a nossa situação. Todo dia era guerra aqui, era tiro de 12, ele andava com capanga, era uns 15 capangas pra amedrontar nós. Aí foi muita orientação da Comissão Pastoral da Terra e de Frei Anastácio (Informação verbal fornecida pelo Presidente da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim).

No momento de tentativa de expulsão, os trabalhadores reagem, através da formação de grupos, coordenados ou não por um determinado movimento social (MOEIRA, 1996). No caso da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, foi importante a participação dos mediadores na organização, no direcionamento e na sustentação da reação dos trabalhadores frente à ameaça de expropriação de suas terras.

Quando a organização agrária não apenas leva ao limite da exploração, mas também leva à exclusão do acesso à terra, mesmo que antes fosse um acesso precário, quando até isso é retirado do agricultor, ele vai se organizar e reagir de alguma forma. Então a expropriação e a exploração são dois elementos na base da organização da classe trabalhadora no campo.

Em 16 de novembro de 2004, através de solicitação da Comissão Pastoral da Terra, foi aberto Processo no INCRA, demandando vistoria para fins de desapropriação da Fazenda Bonfim, sob a justificativa da existência de conflito agrário, com ameaça de expulsão das famílias moradoras.

Em 21 de dezembro desse mesmo ano, também sob direcionamento da CPT, foi aberto Processo na Fundação Cultural Palmares, com solicitação de certificação para reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo.

Em 23 de maio de 2005, a certidão de autorreconhecimento foi publicada no Diário Oficial da União, reconhecendo a Comunidade Negra Senhor do Bonfim como “grupo étnico

remanescente de quilombo, dotado de trajetória própria e relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, em conformidade com o Decreto 4887/2003. A partir daí, o processo seguiu para próxima etapa, de solicitação de titulação da área como território quilombola (BRASIL, 2005).

Aqui a gente conseguiu as terras na justiça, veio o Incra e descobriu que nós somos descendentes de negros aí foi a partir daí quando disseram que nós ia ser quilombola quando aumentou ainda mais todo o conflito, porque ele não queria dar o direito a gente, ele não aceitava os nossos direitos. Ele considerava a gente como sem terra, mas a gente nunca foi sem terra, trabalhamos pra ele na época do engenho.

Aqui a gente só conseguia trabalhar à noite porque se a gente trabalhasse durante o dia eles vinham e destruíam com trator, ameaçava. Então a gente só trabalhava de noite, e não ia sozinho não, era de turma, se reunia todo mundo e trabalhava aí quando era no outro dia eles chegavam e destruíam. Eles chegavam e arrancavam pela raiz que era pra não pegar mais. Aí nessa época uma ONG de João Pessoa passou dois anos dando de comer a gente porque a gente não tinha onde ir buscar mais, com a destruição dele. Tudo que a gente queria era plantar pra comer. Mas mesmo com isso tudo a gente lutando, a gente plantava e eles vinham e destruíam e a gente não desistia não (Informação verbal fornecida por Associado da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim).

Os moradores precisaram de proteção policial, pois os proprietários não respeitavam a decisão de reconhecimento da comunidade quilombola, continuando as ameaças e impedindo a plantação nas terras.

Nessa época eles (proprietários) cercaram tudo, eles isolaram nós. Foi preciso a gente pedir pro juiz liberar e só assim foi que a gente conseguiu abrir pra trabalhar. O juiz mandou uma equipe da polícia pra vigiar a gente porque ninguém podia trabalhar. Uma equipe da Polícia Federal ficou com a gente aqui durante uma semana pra proteger nós, vigiar a gente contra os capangas do proprietário. Pra onde a gente ia eles iam com a gente. Antes colocaram proteção pra nós não trabalhar, foi a proteção pra eles, pro fazendeiro. Aí depois que o Incra entrou aí colocou proteção pra nós, pra proteger a vida da gente. Mesmo depois do reconhecimento do quilombo eles não aceitavam que a terra era da gente. Eles sabiam, mas dava uma de doido, pensando que a gente ia se conformar e ia embora (Informação verbal fornecida por Associado da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim).

Em 2006, iniciam-se os trabalhos do INCRA para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Fortes (2007) relata que, durante as visitas in loco, funcionários do Instituto receberam ameaças da família do proprietário e por isso passaram a solicitar escolta da Polícia Federal para adentrar a propriedade do Engenho Bom Fim e dar continuidade aos trabalhos de campo que fundamentariam o Relatório.

As ameaças também continuaram direcionadas aos moradores:

A gente fez o roçado de macaxeira, milho e feijão, tudo bonitinho, parecia que tinha acabado a guerra. Quando chegou mesmo na época de colher eles já estavam pastorando, na semana que a gente ia colher o feijão eles chegaram com trator cortando tudo, coentro, milho, feijão, cortando tudo aí a gente passamos necessidade esse ano. Nessa época eu corri pra João Pessoa porque eu não tava mais aguentando tanta violência. Minha mãe ainda é viva. Meu pai faleceu em 2007 e a morte do meu pai é um mistério, ele ia passando e levou uma facada. Até hoje ninguém sabe quem foi que matou. (Informação verbal fornecida por agricultor da Associação do Senhor do Bonfim)

Até na véspera da entrega do documento da desapropriação eles ainda fizeram guerra aqui. Ainda teve uma pessoa que quase morria aqui. Chegou um capanga com uma foice. Um trabalhador vinha andando e o capanga vinha com uma foice por trás aí teve uma pessoa que gritou aí ele se abaixou e ele errou. (Informação verbal fornecida pelo presidente da Associação do Senhor do Bonfim).

O conflito agrário perdurou até o ano de 2009, quando a propriedade foi desapropriada pelo Incra. Convém destacar que a Comunidade Negra Senhor do Bonfim

foi a primeira comunidade remanescente de quilombo da Paraíba a ter sua área destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pela Justiça e a primeira do estado a receber o Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social, assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2009 (VERBER et al. 2016)¹³

A imissão de posse pelo Incra das terras do Engenho é assim narrada pela Agência do Notícias da Contag de 19 de abril de 2011:

Um dia inesquecível para as 22 famílias remanescentes de quilombo da Comunidade Senhor do Bonfim, situada no distrito de Cepilho, no município de Areia, brejo paraibano, a 122 km de João Pessoa. Assim será lembrado o dia 14 de abril de 2010, data em que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi imitado na posse da área com aproximadamente 122 hectares¹⁴.

Durante os festejos um dos membros da comunidade assim se expressou:

Quero dizer às outras comunidades que não desistam apesar das dificuldades. Se não fosse a resistência da comunidade nós não estaríamos aqui. Mas não paramos por aqui; ainda temos muito a conquistar e agora precisamos mais do que nunca da ajuda de todos, principalmente dos órgãos do Governo, com recursos financeiros. Daqui a dois anos nossa comunidade será outra. Vocês vão ver!". (Ex-presidente da Associação de Moradores da Comunidade Negra Senhor do Bonfim).

¹³Disponível em: <https://correiodaparaiba.com.br/cidades/paraiba-cidades/liberdade-cultivo-e-desenvolvimento-quilombola/>

¹⁴Disponível em:

<http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=7196&mt=1&pt=1>

Segundo os entrevistados, atualmente a terra é ocupada por 30 famílias, através do uso coletivo da terra. “Aí depois a gente começou a plantar laranja, aí na laranjeira já não mexeram mais, aí todo mundo plantou laranjeira.” (Informação verbal fornecida por agricultor da Associação do Senhor do Bonfim).

Devido à luta e resistência, os agricultores conseguiram permanecer naquelas terras, modificando a sua forma de ocupação e de organização.

Antes eles cercavam toda essas terras e só se via cana-de-açúcar. Hoje de tudo tem aqui, tem fruteira, tem verdura, tem criação de bicho, tudo nós que foi modificando. Hoje é tudo aberto (Figura 3). Só é cercado pras cabeça de gado. A casa grande do antigo proprietário hoje tem duas famílias da gente morando dentro. Antes isso aqui tudo era só de um dono. Hoje aqui é uma área coletiva. Cada um tem sua parte pra trabalhar, mas a terra não é dividida não. A terra é da Associação. Quem tiver condições de ultrapassar seu pedaço, pode. Se outro não der de conta, ocupa menos. Hoje são 30 famílias no quilombo, contando com os que vão formando família nova (Informação verbal fornecida por agricultor da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim)

Figura 3 – Plantações e área de reserva da Comunidade Negra Senhor do Bonfim



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

No final de 2016, os moradores receberam do Inca o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), equivalente a título provisório do imóvel, indicando a posse da terra pela comunidade quilombola.

Hoje não tem mais conflito por aqui, mas antigamente a gente sofria pra tirar o dinheiro da semana. Foi muita briga aqui, foi muita luta. A gente recebeu o documento da titulação da terra no ano passado, o documento oficial, como se diz a escritura da terra e aqui foi muita festa pra comemorar (Informação verbal fornecida por agricultor da Associação do Senhor do Bonfim)

Figura 4 – Casa de Farinha da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, em funcionamento em 2018



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

Vale registrar que no Brasil, de um total de 214 mil propriedades quilombolas, menos de 1% possuem a titulação de suas terras. A ONG Repórter Brasil (2016) mostrou as dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas do país para obterem a posse de suas terras, dentre elas, os entraves políticos, institucionais e as ameaças que enfrentam, mesmo após o reconhecimento do seu território pelo Estado.

Após o golpe de 2016, foi extinto o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, responsável pela execução das políticas públicas para as comunidades negras tradicionais.

Em 2018, o então candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, já dava declarações públicas indicando qual seria o posicionamento do seu Governo: “(...) Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem pra procriar ele serve mais”, afirmando em seguida que, caso eleito Presidente, não haveria “um centímetro demarcado para indígena e quilombolas (...)” (Declaração verbal feita por Jair Bolsonaro no Clube Hebraica, comunidade Judaica no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 2017)¹⁵.

Após eleito, uma das suas primeiras medidas foi subordinar as demarcações de terras indígenas e quilombolas ao Ministério da Agricultura, que representa os interesses da bancada ruralista.

Estão postos os desafios da reprodução da pequena produção familiar no campo, frente ao avanço das formas capitalistas de produção e diante de um cenário macropolítico

¹⁵ Após essas declarações foi aberto processo, com acusação de racismo contra Jair Bolsonaro, mas, em 7 de junho de 2019, o processo foi arquivado pela Justiça Federal.

preocupante, com vários retrocessos nas políticas de suporte aos trabalhadores do campo (e demais trabalhadores).

A seguir será apresentada a história de luta e resistência dos agricultores do Assentamento Oziel Pereira, ligado à Ecoborborema.

3.1.4 Assentamento Oziel Pereira

A Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema (Ecoborborema) foi criada em 2005 e atua na produção e comercialização de produtos agroecológicos. Sua sede está localizada no Assentamento Oziel Pereira.

O Assentamento Oziel Pereira está localizado na zona rural do município de Remígio, nas terras da antiga Fazenda Queimadas. A fazenda possuía 3.000 hectares e tinha como atividade a pecuária bovina e a produção de subsistência. Além disso, utilizava o sistema de parceria através do qual o proprietário concedia ao trabalhador um pedaço de terra para ele plantar ou criar e em troca ele pagava uma renda da terra em produto (a meia e a terça).

Segundo pesquisa de Moreira (2012), o primeiro proprietário da Fazenda Queimadas foi uma pessoa conhecida por Seu Coelho que criava gado com o trabalho de escravos. Com a morte de Sr. Coelho, vieram outros proprietários, que teriam deixado barricas de ouro enterradas na propriedade, as quais seriam encontradas, no século XX, por Severino Carmo, que arrendava a terra.

Ainda segundo Moreira (2012), Severino comprou as terras da fazenda Queimadas, juntamente com as propriedades vizinhas, totalizando os 3.000 hectares de terra da Fazenda. A partir disso, Severino Carmo, torna-se um importante criador de gado na região e adentra à vida política local.

Em meados do século XX, havia na fazenda 480 famílias em condição de moradia dentro da propriedade, onde construíram seus casebres e tinham o direito de plantar e criar animais para subsistência da família. Para isso, viviam na condição de sujeição ao dono da terra, para quem pagavam uma renda, além da obrigação com a produção e colheita do algodão da fazenda (MOREIRA, 2012).

Na década de 1950, para além das fronteiras da fazenda, bandeiras de lutas se intensificam, sendo levantadas pelos movimentos sociais, especialmente as Ligas Camponesas, com reivindicações pela reforma agrária, por melhores condições de vida no campo e em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Somando-se a isso, a partir de 1963, a formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a criação

do Estatuto do Trabalhador Rural, que cobrava mudança de posicionamento dos donos das terras em relação aos direitos dos moradores e trabalhadores.

Na década de 1990, instala-se na região a Assessoria e Serviços para Projetos em Tecnologias Alternativas (AS-PTA), o Polo Sindical da Borborema, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras (MMT), atuando junto à luta no campo no Brejo Paraibano.

Em 1966, Severino Carmo estava endividado e sem conseguir pagar débitos junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A propriedade foi colocada à venda e os moradores da Fazenda Queimadas foram ameaçados de expulsão (MOREIRA, 2012).

Como forma de tentar evitar pagar os direitos trabalhistas e diante da resistência dos trabalhadores, o proprietário propôs um acordo, em que os moradores poderiam ficar nas terras por um período de um ano sem pagar renda da terra ao fazendeiro, mas findo esse prazo teriam que desocupar a propriedade.

Ao final desse prazo, muitas famílias passaram a morar às margens da estrada de Remígio, em barracões e outras moradias precárias, ou procuraram pousio em outras fazendas da região, em busca das mesmas condições que tinham na Fazenda Queimadas. Outras famílias migraram para outras regiões do país.

Eu morei alguns anos em São Paulo porque nessa época minha tia me levou e fiquei um tempo por lá. Casei, constituí família por lá, mas não me dava lá de jeito nenhum, porque meu negócio era a agricultura. Aí eu soube que a fazenda tinha desandado e soube dos planos da ocupação. Aí eu num quis conversa, fiz carreira pras bandas de cá. Eu vim embora e estou aqui desde a ocupação até hoje. Antes disso nós já trabalhava nas terras, só era diferente, porque não era da gente aí a gente tinha que ter ou de terça ou de meia e agora não, é da gente mesmo (Informação verbal fornecida por agricultor da Ecoborborema).

Severino Carmo vendeu a propriedade, repassando a dívida para Ismael, que deu continuidade à criação de gado na Fazenda por aproximadamente oito anos. A partir de então, a fazenda é novamente vendida, para Antonio Diniz, que assume a dívida anterior da Sudene (MOREIRA, 2012).

Em 22 de setembro de 1998, as terras foram ocupadas por 150 famílias, dentre elas, muitos moradores que tinham sido expulsos da propriedade e que passaram a reivindicar a desapropriação para fins de reforma agrária. Por ordem judicial em favor do proprietário Antonio Diniz, no dia seguinte as famílias foram expulsas, mas voltaram a reocupá-la logo em seguida. A partir de então, não houve maiores resistências por parte do dono da terra.

Sou assentada da reforma agrária. Eu moro aqui desde 1998 que foi quando a gente entrou aqui no Assentamento, aí a gente ficou trabalhando

e em 2002 foi que construímos as casas e se mudamos pra cá, porque antes a gente trabalhava mas morava numa casinha da ocupação mesmo. Só em 2002 é que construímos a casa e se mudamos.

Antes de ocupar eu produzia no sítio do meu pai que era nas terras do dono da fazenda. (Informação verbal fornecida por agricultor da Ecoborborema).

Quando a gente ocupou aí no outro ano já começou a produzir. Aqui o Incra veio fez a vistoria e deu terra improdutiva e se é terra improdutiva não tinha com que o fazendeiro brigar. A gente ocupou, ele ficou na dele, só alguns capangas deles que quiseram meter medo, mas depois os capangas viram que não ia dar em nada aí se reuniram a nós, ficaram junto com a gente porque eles viram como era a coisa. (Informação verbal fornecida por agricultor da Ecoborborema).

Em dezembro de 1998, a fazenda foi desapropriada, com imissão de posse em novembro de 1999, segundo informações da Portaria Nº 30 publicada no Diário Oficial da União, passando-se para a demarcação e distribuição dos lotes.

Embora seja do Estado o ato de desapropriação, não é o Estado quem questiona a grande propriedade, mas sim a classe trabalhadora, através de sua luta para se manter no campo. Por essa lógica, é preciso reconhecer o campesinato enquanto categoria política, ao mesmo tempo em que é uma categoria social e antropológica. Ao desafiar o capital, procurando resistir no campo, os trabalhadores estão tomando uma posição política.

Essa área da gente quando viemos morar aqui era toda desmatada, quase não tinha árvore. Tinha o desmatamento, que eles faziam carvão. A única árvore que tinha aqui era o juá. Não tinha fruteiras, só tinha alguns pés de umbu lá pra dentro da fazenda, mas essas plantas daqui tudinho foi tudo recente. Quando a gente criou a agrovila, em parceria com o sindicato a gente fez o reflorestamento, o plantio de frutas.

Hoje a gente como assentamento a vista do que ela era antigamente, uma fazenda de quase 3.000 hectares e só tinha 600 cabeças de gado, mas pra uma extensão dessa de terra é mesmo que nada. Hoje nós temos umas quatro vezes mais, temos o gado, as ovelhas, as galinhas, fora a produção de milho, feijão, batata doce e tanta coisa mais (Informação verbal fornecida pela presidente da Ecoborborema).

Figura 5 – Fruteiras no Assentamento Oziel Pereira, na zona rural de Remígio-PB



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

A partir da desapropriação das terras, inicia-se uma divergência interna, entre lideranças do MST e lideranças da Associação de Moradores. De um lado, havia a proposta do INCRA e MST para formação de lotes de quatro hectares, enquanto os representantes da Associação solicitavam que a divisão abrangesse 10 hectares para cada família.

O impasse foi resolvido na justiça que atendeu à solicitação da Associação, definindo lotes de 10 hectares. A partir de então, inicia-se outro impasse entre o MST e lideranças da Associação de moradores, dessa vez em relação à forma de ocupação dos lotes. O MST defendia a construção de casas em agrovilas, mas as lideranças internas queriam a construção das casas dentro dos lotes de cada família. A solução foi dividir a propriedade em dois Assentamentos, 50 famílias que optaram pela construção da agrovila, ficaram com 1.000 hectares no Assentamento denominado Oziel Pereira. As outras 100 famílias formaram o assentamento denominado Assentamento Queimadas, que englobou 2.000 hectares.

Aqui o processo de ocupação não foi violento. A nossa ocupação foi pacífica. Como o fazendeiro devia muito à Sudene na época, ele tinha interesse em abrir mão da terra. Aí foi tranquilo. Pra ele era mais futuro ele abrir mão por causa disso, desse débito dele. Eu acho que do valor da terra que ele recebeu aqui ele deve ter ficado só com uns 40%, o restante ele devia à Sudene pelas dívidas. (Informação verbal fornecida por agricultor da Ecoborborema)

Os conflitos veio depois, os conflitos internos. Por isso que houve a divisão do assentamento, mas com os donos da terra não tivemos problemas não (Informação verbal fornecida por agricultor da Ecoborborema).

O Presidente do Sindicato de Remígio também descreve que uma das maiores dificuldades foram os conflitos internos que surgiram após a desapropriação:

Eu moro no assentamento aqui perto, no assentamento Queimadas. Eram 150 famílias quando ocupou e o assentamento chamava-se Oziel Pereira e era tudo das 150 famílias. Mas tinha o rapaz do Sindicato que pensava em ser candidato a vereador, ele fez uma campanha pra expulsar quem era do Movimento Sem Terra e quem era de outra cidade de dentro do assentamento. Então isso aí já virou uma briga, MST se defendendo e queimando o Sindicato (Sindicato de Agricultores de Remígio) e o sindicato queimando o MST. Imagine o movimento brigando contra ele mesmo. O Sindicato colocou uma ação na justiça contra o Assentamento Oziel Pereira.

Daí você vê, Oziel Pereira foi um jovem militante do MST, morto na chacina de Eldorado dos Carajás. Vários assentamentos no Brasil com o nome dele. Aqui começaram a dizer um bandido morto pela polícia. Eles mesmo ocupam a terra e condenando outro que lutou pela terra.

Aí a gente cassou o mandato do Presidente do Sindicato. Ele inclusive era um dos assentados aqui também, que abandonou o lote, que a casa dele caiu. Ele fazia loby pra ver se tirava a gente do assentamento, terminou que a gente ficou e ele saiu.

Quando a gente cassou o mandato dele, eu já comecei e entrei no sindicato, aí na justiça o advogado do sindicato nós fizemos ele retirar a queixa e chamamos o INCRA e fizemos um acordo que sabia que não tinha com se unir. É uma fazenda só, mas por conta dos conflitos que teve dentro do assentamento foi dividido entre o assentamento Oziel Pereira que tá com 50 famílias e o assentamento Queimadas que ficou com 100 famílias (Informação verbal fornecida pelo Presidente do Sindicato Rural de Remígio e Associado da Ecoborborema).

Uma característica da ocupação da propriedade da Fazenda Queimadas é que, das 150 famílias, muitas pessoas vieram de outras localidades e se juntaram à luta pela terra. Isso levou a divergências internas e conflitos entre os integrantes do próprio movimento, diferente do que ocorreu na Comunidade Negra Senhor do Bonfim, que mostrou um grupo coeso e unido por laços históricos.

A gente se separou porque não teve acordo. Teve um bocado de gente que veio de fora, como eu. A gente achava melhor agrovila, que era uma vilinha de casa que ficava todo mundo junto. A gente queria que todos fizesse as casas na agrovila, aí ficava casa de um lado e de outro, mas eles não quiseram, eles quiseram no lote e nós quisemos agrovila. Aí ficou assim: quem morar por perto ficava com as terras pra cá e quem veio de fora ficava com as terras mais longe. Aí a gente ficou com as casas aqui e as terras lá longe. É mais longe, mas as terras de lá é melhor, são mais macias. Aqui as terras é mais enladeirada, tem mais mato, tem que trabalhar mais. (Informação verbal fornecida por um assentado do Oziel Pereira).

Wolf (1975) discute os aspectos ideológicos que atuam sobre a sociedade camponesa. Um dos aspectos é o conjunto de regras e normas que vão se estabelecer seja no interior da unidade camponesa, seja nas relações da unidade camponesa com as formas e setores de dominação. Essas regras e normas são fundamentais tanto para manter a coesão interna da

unidade camponesa como para manter a estabilidade entre a sociedade camponesa e a sociedade que a envolve. Mas também pode ser um elemento de conflito que pode representar a reestruturação dessas sociedades camponesas através, por exemplo, das disputas ideológicas internas que dividem o Assentamento.

A divisão do Assentamento Oziel Pereira começou a ter influência significativa sobre a organização da comunidade com a criação de dois tipos de estruturação, as agrovila e as casas no lote de produção.

O grupo das pessoas que veio de fora da comunidade formou dois conjuntos de agrovilas, uma com 30 casas e outra com 20 casas. Os entrevistados relataram que as divergências iniciais para a formação do Assentamento foram superadas e atualmente muitos agricultores trabalham com projetos em comum, com formação de grupos, contendo pessoas tanto do Assentamento Queimadas quanto do Assentamento Oziel Pereira.

A partir desse contexto histórico das comunidades pesquisadas, evidencia-se a importância da união dos agricultores, de modo a se fortalecerem para encontrar estratégias coletivas de enfrentamento à expropriação e exploração por parte do capital. Certamente, cada agricultor agindo isoladamente seria ainda mais difícil levar tais estratégias adiante.

No capítulo 4, será apresentado como os sujeitos da pesquisa se apropriaram do PAA e quais as dificuldades e alternativas que se apresentam frente à estrutura de poder que pôs fim ao Programa e ameaça a sobrevivência da pequena produção familiar em um contexto de desconstrução não apenas do Programa de Aquisição de Alimentos, mas de toda uma rede de políticas que de alguma forma contribuem para a permanência do agricultor no campo.

4 – O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO AGRESTE PARAIBANO

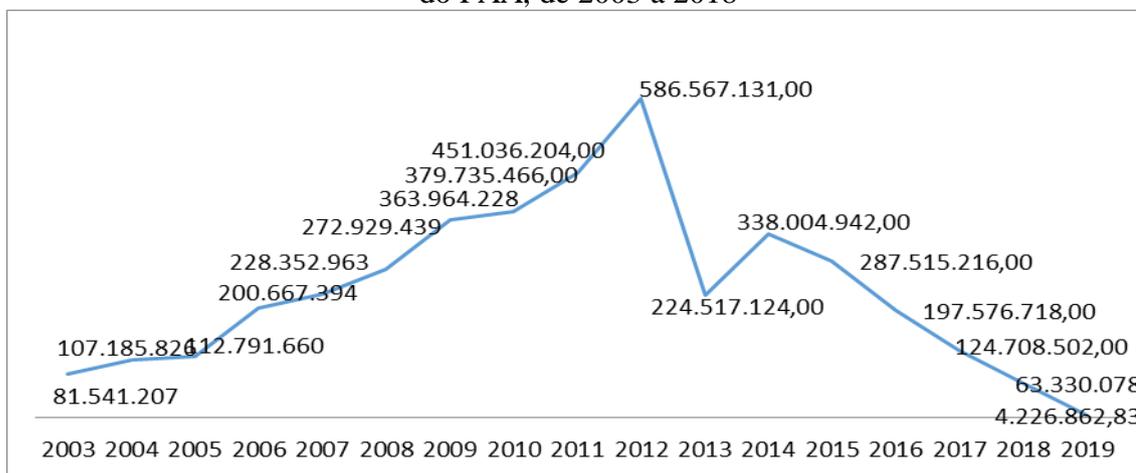
Neste capítulo, inicialmente, será apresentado um panorama geral da evolução do PAA no Brasil, no Nordeste e na Paraíba, para adentrar a análise do PAA no Agreste Paraibano e nos municípios estudados.

4.1 EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

No Gráfico 2, tem-se o total de recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA no Brasil, de 2003 a 2018. Houve uma tendência de crescimento, até 2012 (passando de R\$ 81.541.208, em 2003, para R\$ 586.567.131, em 2012). Em 2013, esse montante diminuiu para R\$ 224.517.124 (redução de 61,72% em relação ao ano anterior).

A partir daí há uma tendência de redução nos recursos aplicados no PAA, chegando a R\$ 63.330.078,00, em 2018, e a apenas R\$ 4.226.862,83, em 2019, uma redução de 93,33%. Os dados mostram que o enfraquecimento do PAA não é recente, iniciando-se ainda em 2013, mas se intensificou significativamente após 2016.

Gráfico 2 – Brasil: Total de Recursos (R\$) do MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA, de 2003 a 2018



Fonte: CONAB (2018).

De acordo com informações do relatório de ações da CONAB, em 2013, foram executados apenas 38% dos recursos em comparação ao ano de 2012. A justificativa para a baixa execução se deve a:

Fatores diversos, a exemplo da seca ocorrida no Nordeste, envolvimento das Superintendências Regionais (deslocamento de funcionários que trabalham com PAA) no programa Venda em Balcão, redução da

demanda de Compra Direta, cancelamento da Formação de Estoque com liquidação física, remodelação dos normativos e outros fatores que somados culminaram neste desfecho (CONAB, 2014, P. 5).

Vale ainda a observações de que, em 2019, o pouco recurso que restou foi distribuído entre os Estados do Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Espírito Santo, sendo que este último recebeu 48% dos recursos disponíveis para o Programa naquele ano.

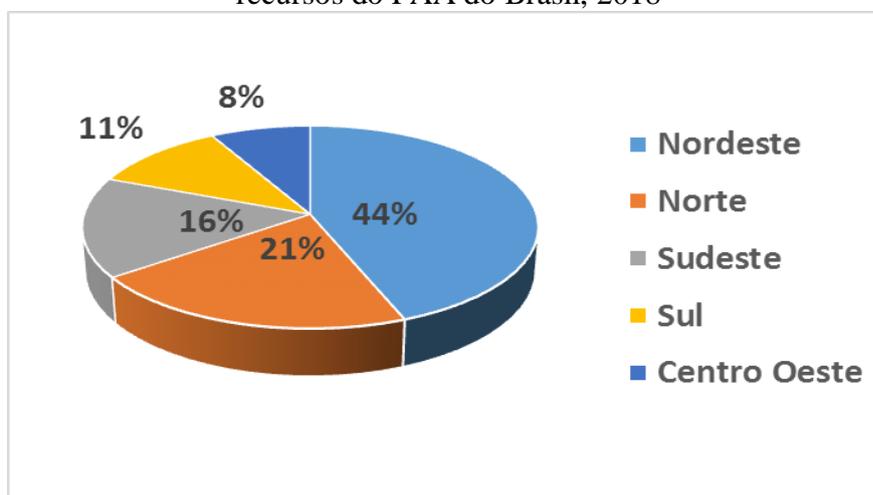
A justificativa que há nos relatórios da CONAB (2019) para redução dos recursos é que:

nos últimos anos, a sistemática de distribuição dos recursos orçamentários/financeiros destinados à execução da modalidade Compra com Doação Simultânea foi reavaliada, principalmente devido à exigência de maior controle e eficiência nos critérios do programa (...) a demanda para participação nesta modalidade por parte de organizações de fornecedores de todas as unidades da federação ao longo dos anos vem superando os limites orçamentários. (CONAB, 2018, P. 9).

Não há, nos relatórios oficiais da CONAB sobre o PAA, qualquer avaliação do impacto dessa redução na eficácia do Programa e na vida dos sujeitos envolvidos, bem como não há análise levando em consideração o cenário de desmonte dessas políticas, redução de recursos, perdas de direitos etc.

O Gráfico 3 mostra a distribuição dos recursos do PAA por região, em 2018. De acordo com os relatórios de ações da CONAB, a participação de cada região é variável “devido às diferentes características das regiões no que diz respeito à organização social local e acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou de suas representações legais”. As regiões Nordeste e Norte eram responsáveis pelo recebimento de 65% dos recursos do PAA.

Gráfico 3 – Brasil: distribuição dos recursos (%) do PAA, por região, em relação ao total de recursos do PAA do Brasil, 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CONAB (2018).

Vale ressaltar que o índice de cobertura do PAA é pequeno em todos os Estados do país, refletindo a retração dos recursos destinados ao Programa, conforme a orientação neoliberal adotada a partir do golpe de 2016. É evidente a “timidez” do PAA, diante do seu potencial de desdobramento e fortalecimento da agricultura familiar, mas que não se realiza por conta da limitação de recursos destinados ao Programa, especialmente nos últimos anos (Tabela 9).

Tabela 9 – Abrangência do PAA, em 2016 e 2017, por regiões e unidades da Federação

Região/UF	Nº total de municípios		Nº municípios com PAA em 2016		Nº municípios com PAA em 2017	
	Fr. Abs.		Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%
NORTE	450		58	12,9	30	6,7
Acre	22		6	1,3	4	0,9
Amazonas	62		16	3,6	7	1,6
Amapá	16		11	2,4	7	1,6
Pará	144		10	2,2	3	0,7
Rondônia	52		9	2,0	7	1,6
Roraima	15		1	0,2	2	0,4
Tocantins	139		5	1,1	0	0,0
NORDESTE	1.794		216	12,0	170	9,5
Alagoas	102		28	1,6	17	0,9
Bahia	417		57	3,2	37	2,1
Ceará	184		16	0,9	22	1,2
Maranhão	217		21	1,2	12	0,7
Paraíba	223		24	1,3	-	0,0
Pernambuco	185		12	0,7	13	0,7
Piauí	224		30	1,7	16	0,9
Rio G.de do Norte	167		17	0,9	11	0,6
Sergipe	75		11	0,6	10	0,6
SUDESTE	1.668		88	5,2	76	5,3
Espírito Santo	78		19	1,1	14	1,1
Minas Gerais	853		25	1,5	31	1,5
Rio de Janeiro	92		6	0,4	6	0,4
São Paulo	645		38	2,3	25	2,3
SUL	1.191		51	4,3	21	1,8
Paraná	399		21	1,8	10	0,8
Rio Grande do Sul	497		17	1,4	11	0,9
Santa Catarina	295		13	1,1	0	0,0
CENTRO-OESTE	467		63	13,5	26	5,6
Distrito Federal	1		0	0,0	1	5,6
Goiás	246		23	4,9	12	5,6
Mato G. do Sul	79		12	2,6	6	5,6
Mato Grosso	141		28	6,0	7	5,6
TOTAL	5.570		476	8,5	323	5,8

Fonte: elaboração própria a partir de dados da CONAB

O índice de cobertura nacional era de apenas 5,8%, verificando-se uma queda nesse índice de quase três pontos percentuais quando se compara os anos de 2017 com o de 2016. Essa redução ocorreu em todas as regiões com exceção do Sudeste, que permaneceu praticamente inalterado (5,2% em 2016 e 5,3% em 2017). As quedas mais expressivas foram nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Porém, a retração mais forte em termos absolutos teve lugar na região Nordeste, com a redução de 46 municípios que deixaram de ser atendidos pelo PAA.

Em agosto de 2017, foi enviada, pelo Poder Executivo, a Proposta de Lei Orçamentária (PLOA) com corte de 98,7% no orçamento destinado ao PAA, representando, na prática, o fim do Programa através da extinção de seus recursos financeiros. Em dezembro de 2017, o orçamento foi aprovado no valor de apenas R\$ 375,9 milhões.

Além do número pequeno de municípios atendidos pelo PAA, o número de produtores atendidos pelo programa também é baixo. Pelos dados da Conab, os beneficiários fornecedores estão divididos nas seguintes categorias: agricultor familiar, agroextrativistas, assentados de reforma agrária, atingidos por barragem, pescador artesanal e quilombolas. A maior parte dos beneficiários fornecedores são agricultores familiares e assentados de reforma agrária. De 2010 a 2017, o número de beneficiários fornecedores passou de 94.398 pessoas para 18.688 (redução de 80,2%), conforme dados expostos na Tabela 10.

Tabela 10 – Brasil: Total de beneficiários fornecedores no Brasil, por categorias participantes do PAA, de 2010 a 2017

Anos	Agric. Familiar	Agroextrativista	Assent. de Ref. Agr.	Atingido por barragem	Pesc. Artes.	Quilombolas	Acampado	Índigena	Total
(1) 2010									94.398
2011	83.388	795	17.351	298	2.441	1.024	552	751	106.600
2012	91.447	1.058	30.620	236	2.362	1.652	675	754	128.804
2013	25.888	572	12.650	66	1.586	430	0	220	41.412
2014	33.377	2.391	12.952	39	1.003	1.131	0	335	51.228
2015	25.511	3.018	8.180	81	758	839	0	407	38.794
2016	18.057	4.150	4.947	63	755	939	0	407	29.318
(1) 2017									18.688
Total	277.668	11.984	86.700	783	8.905	6.015	1.227	2.874	509.242

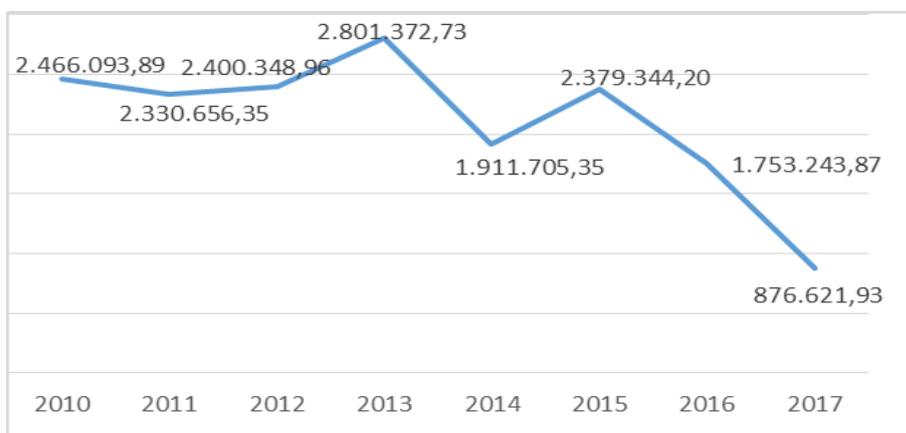
Fonte: Elaboração própria a partir de Relatórios de Execução da CONAB, de 2010 a 2017.

(1) Nos Relatórios de Execução da Conab, de 2010 e de 2017, não foram informados os dados por categorias participantes, mas apenas o valor total.

Além do declínio no número de beneficiários fornecedores, entre 2010 e 2017, os dados contidos na Tabela 10 chamam atenção para o pequeno número de beneficiários do Programa. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, havia no Brasil 3,8 milhões de produtores familiares, enquanto que naquele ano apenas 18.688 produtores familiares eram beneficiados pelo PAA. A gravidade dessa situação fica patenteada quando se resgata tanto as contribuições teóricas que mostram a necessidade do suporte estatal para a permanência desse segmento produtivo (KAUTSKY,1986; MILL, 1983), como também as pesquisas relatadas no capítulo 2 desta tese, que são explícitas em destacar a importância do PAA para sustentação da produção familiar rural.

A situação do Programa no estado da Paraíba praticamente replica o quadro nacional. Os valores em 2012, ano de maior valor, não chegaram a R\$ 3.000.000,00, ao longo da série observada, para sustentar o Programa em todo o Estado (Gráfico 4). Além disso, observa-se uma diminuição dos recursos, seguindo a tendência nacional, chegando a apenas 876 mil reais em 2017.

Gráfico 4 – Paraíba: valores (R\$) formalizados no PAA no estado da Paraíba, de 2010 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CONAB.

Nota: Valores reais deflacionados pelo IPCA (ano base 2016).

Em termos de número de beneficiários, ele atinge o máximo em 2013, passando a declinar a partir de então, chegando a 801 beneficiários em 2017, o equivalente a uma retração da ordem de 69,10% entre esses dois anos. As três categorias mais expressivas foram os agricultores familiares, os assentados de reforma agrária e os pescadores artesanais (Tabela 10).

Tabela 10 – Paraíba: Beneficiários fornecedores por categorias participantes do PAA, de 2010 a 2017

Ano	Agricultor Familiar	Agroextra-tivista	Assentados de Reforma Agrária	Atingido por barragem	Pescadores artesanais	Quilom -bolas	Total
2010	1.777	1	101	6	608	25	2.518
2011	1.650	1	154	2	307	35	2.149
2012	1.472	0	407	1	438	0	2.318
2013	1.509	9	587	0	453	35	2.593
2014	1.004	33	759	0	125	33	1.954
2015	1.309	142	391	0	89	34	1.965
2016	932	105	391	0	117	29	1.574
2017	289	74	415	0	82	27	801
Total	9.942	365	3.205	9	2.219	218	15.958

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CONAB (2017).

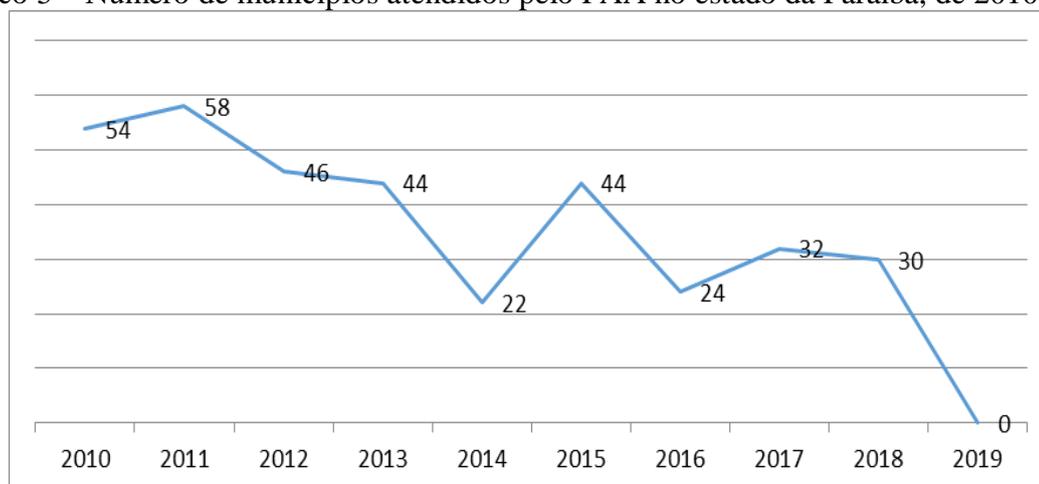
Tal como para o conjunto do Brasil, na Paraíba também chama a atenção o pequeno número de beneficiários, mesmo no ano de maior expansão do Programa. Com efeito, no ano de 2013, foram incluídos apenas 2.593 beneficiários. A pequena expressão desse contingente fica evidenciada ao se comparar com o número de agricultores familiares recenseados na Paraíba, em 2017, um total de 125.489. Em termos percentuais, apenas 2,06% dos agricultores familiares eram cobertos pelo Programa.

Em relação à distribuição dos municípios atendidos pelo PAA por mesorregião, registra-se uma forte concentração dos municípios atendidos. A maioria estava localizada na Mata Paraibana (12 municípios) e no Agreste Paraibano (11 municípios), totalizando, juntos, 71,87% dos municípios que possuíam beneficiários fornecedores na Paraíba. Na Borborema, havia seis municípios e, no Sertão Paraibano, apenas três municípios.

Em 2017, havia 801 pessoas integradas ao PAA. O maior número estava na Mata Paraibana, 485 beneficiários fornecedores, correspondendo a 55,02% do total de beneficiários fornecedores no Estado. No Agreste havia 216 fornecedores (24,57% do total). Na Borborema havia 146 pessoas e no Sertão 33 (juntos totalizam 20,40%).

Diante desse cenário, os dados a seguir mostram que é pequeno o número de municípios atendidos pelo PAA e, além disso, em cada município, é baixo o índice de cobertura do Programa. Pelo Gráfico 5, observa-se que a abrangência do Programa no Estado da Paraíba não chegou sequer a 30% do total de municípios do Estado. No auge do Programa, o maior número de municípios atendidos foi 58. Em 2018, havia apenas 30 municípios participando do PAA. O maior número de municípios atendidos foi 58. Em 2018, havia apenas 30 municípios participando do PAA.

Gráfico 5 – Número de municípios atendidos pelo PAA no estado da Paraíba, de 2010 a 2017



Fonte: CONAB (2010-2018).

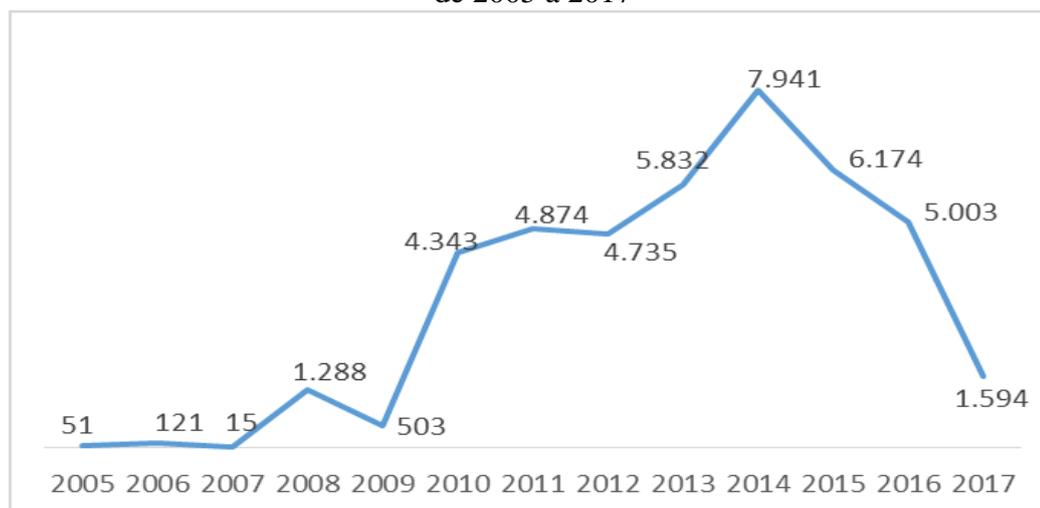
Nos municípios atendidos pelo PAA, em 2017, havia 49 organizações fornecedoras que participavam do Programa, sendo 41 associações, seis cooperativas e duas colônias de pescadores. A mesorregião do Estado com o maior número de organizações fornecedoras no PAA era a Mata Paraibana, com 23 organizações (19 associações e quatro cooperativas). No Agreste, havia 12 organizações fornecedoras, sendo 11 associações e uma cooperativa. Na mesorregião da Borborema, havia 11 organizações, sendo nove associações e duas colônias de pescadores. No sertão havia apenas três organizações fornecedoras (duas associações e uma cooperativa).

Na Mata Paraibana, a maior parte das 23 organizações fornecedoras estava localizada na microrregião de Sapé (12 organizações fornecedoras) e no Litoral Norte (oito). As microrregiões do Litoral Sul e de João Pessoa possuíam apenas uma associação cada uma delas.

No Agreste, as 12 organizações fornecedoras estavam distribuídas da seguinte forma: nas microrregiões do Brejo, Guarabira e Itabaiana havia duas organizações fornecedoras em cada uma. Nas microrregiões de Esperança e Campina Grande havia uma e na Microrregião do Curimataú Ocidental quatro organizações fornecedoras.

O Gráfico 6 mostra a evolução da quantidade de produtos adquiridos através do PAA na Paraíba, que passou de 52 toneladas no início do Programa, para 7.941 toneladas em 2014. Em 2017, reduziu-se para 1.594 toneladas de alimentos.

Gráfico 6 – Paraíba: evolução da quantidade (em toneladas) de produtos adquiridos pelo PAA, de 2005 a 2017



Fonte: CONAB (2005 a 2017).

Ao se analisar a relação dos produtos vendidos ao PAA, verifica-se que a participação dos produtores familiares no Programa tem sido um fator primordial para a diversificação da produção familiar. Isto fica muito claro quando se compara a composição da produção da agricultura familiar na Paraíba expressa pelos dados do Censo Agropecuário de 2017 com a lista dos produtos vendidos ao PAA. Isto é, o Programa não só garante fluxo de renda para os produtores familiares, como também estimula a diversificação da produção. Isto ocorre não só na produção vegetal como também na produção animal. Exemplifica isso a presença da piscicultura, seja através da utilização das barragens seja da produção em tanques nas margens dos rios.

Na Tabela 11, estão listados os produtos comercializados pelo PAA, em 2017. Ao todo foram 44 tipos de produtos: 15 frutas (13,87%); 20 verduras e cereais (82,31%); três produtos animais (0,63%); quatro peixes (3,11%) e dois processados (0,09%).

Foram contabilizados, em 2017, na Paraíba, 20 produtos classificados como orgânicos: raiz de mandioca, tomate, milho, maxixe, manga, limão, laranja, feijão, espinafre, couve, coentro, cenoura, cebolinha, batata doce, batata inglesa, banana, alface e abóbora.

Tabela 11 – Paraíba: Produtos adquiridos através do PAA em 2017

(continua)

Produtos/classificação	Quantidade (em t)	%
FRUTAS	253.048,00	13,87
Abacate/ (Classificação sem características)	6.250,00	0,34
Abacaxi	30.154,00	1,65
Acerola/ (classificação sem características)	14.000,00	0,77
Banana	7.364,00	0,40
Caju/ (classificação sem características)	2.002,00	0,11
Coco/ seco	25.190,00	1,38
Coco/ verde	99	0,01
Goiaba/ (classificação sem características)	11.604,00	0,64
Jaca/ (classificação sem características)	16.551,00	0,91
Laranja	48.451,00	2,65
Limão	10.343,00	0,57
Mamão	12.000,00	0,66
Manga	42.143,00	2,31
Maracujá/ (classificação sem características)	11.559,00	0,63
Melancia/ (classificação sem características)	15.338,00	0,84
VERDURAS E CEREAIS	1.502.047,00	82,31
Abobora	44.582,00	2,44
Alface	13.695,00	0,75
Batata doce	230.432,00	12,63
Batata Inglesa	2000	0,11
Berinjela/ (classificação sem características)	3.000,00	0,16
Beterraba/ (classificação sem características)	4.081,00	0,22
Cebolinha	6.550,00	0,36
Cenoura	2000	0,11
Coentro	19.340,00	1,06
Couve	5.840,00	0,32
Espinafre/ orgânico(a)	400	0,02
Feijão	186.542,00	10,22
Inhame	22.231,00	1,22
Maxixe	8.842,00	0,48
Milho	149.413,00	8,19
Pepino/ (classificação sem características)	2.000,00	0,11
Pimentão/ (classificação sem características)	2300	0,13
Quiabo/ (classificação sem características)	4.410,00	0,24
Mandioca	563.857,00	30,90
Tomate/ Orgânico(a)	100	0,01
CARNES	11.476,00	0,63
Carne de Frango	8.082,00	0,44

Tabela 11 – Paraíba: Produtos adquiridos através do PAA em 2017

(conclusão)

Produtos/classificação	Quantidade (em t)	%
Carne suína/ (classificação sem características)	900	0,05
Ovo	2.494,00	0,14
PEIXES	56.717,00	3,11
Curimatã/ in natura, eviscerada (o)	5.420,00	0,30
Piau/in natura, eviscerada (o)	5.000,00	0,27
Tilápia/ In natura	41.297,00	2,26
Traíra/ In natura, eviscerada (o)	5.000,00	0,27
PROCESSADOS	1.685,00	0,09
Cocada de babaçu/ (classificação sem características)	190,00	0,01
Queijo/ de coalho	1.495,00	0,08
TOTAL	1.824.973	100,00

Fonte: CONAB.

Quanto aos beneficiários consumidores do estado da Paraíba, em 2017, estavam divididos nas seguintes categorias: acampamentos, APAE e similares, creches, instituições de amparo ao idoso, escolas e pré-escolas. Na tabela 12, está especificado o número de organizações fornecedoras que destinam seus produtos ao PAA para cada uma dessas categorias de beneficiários consumidores.

Das 49 organizações fornecedoras, 29 forneciam produtos destinados a beneficiários consumidores de acampamentos, 14 para instituições de amparo ao idoso, duas para escolas e pré-escolas e uma para APAE e similares.

Tabela 12 – Paraíba: Quantidade de organizações fornecedoras segundo unidades consumidoras, 2017

Categorias das unidades consumidoras	Nº de organizações fornecedoras
Acampamentos	28
Creches	3
Escolas e pré-escolas	3
Instituições de Amparo ao Idoso	14
APAE e similares	1
Total	49

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CONAB (2017).

Em 2017, eram pelo menos 15 diferentes instituições que faziam parte do rol de beneficiários consumidores: Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS), Arquidiocese da

Paraíba, Associações Comunitárias e Atividades Socioculturais, Clube das Mães, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, banco de alimentos, Fundo Municipal de Saúde, Diocese, Instituição de Amparo ao Idoso, Secretaria de Finanças, Mitra Diocesana, Serviço Social do Comércio (SESC).

Conforme se pode observar na Tabela 12, em 2017 era limitado o número de unidades consumidoras, sendo diminuto o número de organizações não governamentais que integrava o rol das unidades consumidoras, bem como eram ausentes as unidades do setor de saúde. Vale dizer, não fora o corte no orçamento destinado ao Programa, haveria um campo de expansão bastante significativo para o PAA.

Após essa visão sumariada do PAA no Brasil e na Paraíba, passamos a analisar os impactos do Programa no Agreste da Paraíba, enfocando os casos dos produtores de peixe que foram beneficiados pelo PAA nos municípios de Itatuba e Araçagi e dos agricultores nos municípios de Areia, do Polo da Borborema e de Esperança. As razões para a escolha desses municípios e desses grupos foram explicitadas nos aspectos metodológicos, na introdução deste trabalho.

4.2 IMPACTOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO AGRESTE PARAIBANO

Serão apresentadas inicialmente as informações das Associações que trabalham com a produção de peixe e em seguida as Associações que trabalham com hortifrutigranjeiros, observando-se a produção, forma de organização da produção, comercialização, crédito, renda e a relação com o Estado.

4.2.1 Atividade piscicultura: Associação dos Piscicultores de Acauã e Associação dos Piscicultores e Aquicultores do município de Araçagi

Iniciamos essa análise fazendo uma apresentação das duas associações pesquisadas. A Associação dos Piscicultores e Aquicultores do município de Araçagi. Ela foi criada em 2004 e está localizada na zona rural do município de Araçagi, no Assentamento Santa Lúcia¹⁶. Funciona em um prédio construído pela Prefeitura no Assentamento Santa Lúcia. Segundo os entrevistados, o prédio estava desativado quando foi doado à Associação (Figura 6). Por

¹⁶ Maiores informações sobre o Assentamento Santa Lúcia constam no capítulo 5.

ocasião da pesquisa de campo em 2018, a Associação possuía 21 associados, que também participavam do PAA, trabalhando na produção e venda de peixe *in natura* (Tilápia).

Figura 6 – Prédio da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do município de Araçagi (visão da área externa e interna)



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

Figura 7 – Assentamento Santa Lúcia e Açude Araçagi com tanques rede da Associação



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

Quanto à Associação dos Piscicultores de Acauã, está localizada na zona rural do município de Itatuba, nas proximidades da comunidade Novo Melancia, para onde foram realocadas as famílias do antigo Sítio Melancia, que foi submerso pelas águas da Barragem de Acauã. A Associação funciona em prédio construído pelos próprios associados, que posteriormente foi reformado com economias da Associação, obtidas através de projetos financiados pelo PAA e pelo Projeto Cooperar (Figura 8).

Figura 8 – Associação dos piscicultores de Acauã



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

4.2.1.1 Estratégias adotadas

A exploração da piscicultura nessas duas Associações teve pelo menos cinco caminhos distintos de desenvolvimento da atividade: experiência como pescadores individuais nos rios Paraíba e Araçagi; criação de colônias de pescadores; contatos com a empresa Netuno¹⁷; busca de assessorias junto ao SEBRAE e à UFCG; integração no PAA. A seguir é comentado cada um desses caminhos.

- a) O primeiro foi a experiência de exploração individual enquanto moradores nas margens dos rios Paraíba (no caso de Acauã) e do rio Araçagi (no caso do Assentamento Santa Lúcia). Tratava-se de pesca artesanal com anzol ou em tanques construídos nas margens dos rios. Essa prática foi extinta com a construção da barragem de Acauã e do açude de Araçagi, desencadeando o processo de realocação da população atingida pelas águas.
- b) O segundo foi através de organização de uma colônia de pescadores, experiência incentivada pelo Projeto Cooperar¹⁸. Esse foi um caminho desastroso para os trabalhadores, pois resultou em dívida que até o momento da pesquisa de campo ainda

¹⁷ A empresa Netuno começou a funcionar em Recife, em 1989, e atualmente tem abrangência no mercado de peixe no Brasil, além de ser uma empresa exportadora de frutos do mar. A empresa possui uma indústria de processamento de pescados, localizada no município de Recife.

¹⁸ O Projeto Cooperar foi criado pela Lei nº 6.523, de 10 de setembro de 1997, dando continuidade do Projeto Nordeste, que tinha sido criado em 1993. O Projeto Cooperar tem objetivo principal o combate à pobreza, particularmente na zona rural.

não tinha sido resolvida. Conforme relato dos presidentes das Associações, em 2003, quando ainda formavam uma colônia de pescadores, receberam recurso do governo federal no valor de R\$ 400.000,00 para ser investido na piscicultura. Esse recurso era rateado entre os associados, cada um tinha direito a uma cota. Na Associação de Piscicultores de Acauã, por exemplo, eram 21 associados e cada um tinha direito a receber aproximadamente R\$ 19.000,00. Os entrevistados relataram que receberam alguns materiais como tanques-rede, ração e alevino. Além disso, os associados passaram seis meses recebendo meio salário mínimo. No entanto, os entrevistados disseram que o prazo do projeto chegou ao fim e o projeto não tinha sido efetivamente concluído. Eles receberam apenas uma parte do recurso previsto, principalmente na forma de redes, ração etc. Mercadorias muitas vezes de má qualidade. Muitos pescadores (80% dos entrevistados) estão endividados¹⁹. Os pescadores estão com demanda judicial contra o banco, pois afirmam que não receberam o total do recurso previsto apesar de no banco constar o contrário. Na explicação de um entrevistado:

Quando a gente começou isso aqui não era associação, começou como colônia de pescadores aí fizeram um empréstimo pra fazer um projeto de produção em tanques rede. Mas aí a gente não conseguiu pagar o banco porque aconteceu uns negócios. Cada um da gente tinha direito a R\$ 19.000,00 pra a gente implantar o projeto, comprar os tanques comprar as coisas, só que a gente tinha que ir lá no banco assinar pro dinheiro sair pra pagar a ração, pagar os tanques. Mas não, o banco fazia muita coisa sem a gente saber e sem a gente assinar. Aí acabou o prazo e o dinheiro da gente todinho. Ainda recebemos umas coisas. Foi feita uma plataforma pra retirada do peixe, mas fizeram com tambor tipo que armazena óleo, com pouco tempo se enferrujou todo. Isso foi aqui, em Araçagi também e em outras. Só depois, já com o PAA, foi que a gente conseguiu comprar material e fazer outro e foi com ajuda dos companheiros da Associação dos Pescadores de Araçagi que vieram ajudar a construir (informação verbal fornecida pelo presidente da Associação dos Piscicultores de Acauã, 2018).

Outro entrevistado fez o seguinte relato:

Os caras vieram pra cá fazer o projeto, veio gente do banco, veio gente da Secretaria da Pesca e depois que a vaquinha emagreceu sumiu todo mundo e deixou a gente aqui sem peixe e sem quase nada do projeto, a gente ficou no zero e com a dívida no banco. O dinheiro do projeto foi gasto todinho, como se tivesse sido implantado todinho aqui e não foi. Teve pescador que assinou o papel pra receber o recurso e outros não. Eu mesma nunca fui assinar nada no banco e tô negatizada por conta desse

¹⁹Esse processo de endividamento de produtores familiares tornou-se bastante comum nos processos de financiamento, particularmente nos financiamentos do PRONAF. O mau dimensionamento dos projetos submetidos torna praticamente impossível o pagamento do financiamento. A esse respeito veja Couto e Targino (2007).

projeto. (Informação verbal fornecida por entrevistada da associação dos Piscicultores de Acauã, 2018)

Aí ficou esse problema no banco. A gente colocou eles na justiça, porque a gente é honesto, a gente quer pagar ao banco mas a gente quer saber quanto a gente gastou, tem que comprovar o que a gente gastou pra gente começar a pagar. Só que não sabe como foi gasto o recurso, eles têm que explicar pra gente direito. Como é que tinha uma conta e o banco gasta sem você autorizar nem nada? Aí diz que veio R\$ 19.000,00 pra um, R\$ 20.000,00 pra outro e a gente nunca recebeu esse dinheiro todo. (Informação verbal fornecida pelo presidente da Associação dos Piscicultores de Acauã, 2018).

c) O terceiro caminho foi através de contratos firmados com a empresa Netuno, isto é através do sistema de integração²⁰. De acordo com os entrevistados, foram feitos contatos com representantes da empresa Netuno, que mostraram interesse em comprar a produção de Tilápia da Associação. “No começo esse projeto só saiu porque ficou acertado que a Netuno ia comprar o peixe da gente” (informação verbal fornecida pelo Presidente da Associação de Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi).

Desse modo, pelos relatos, só foi possível iniciar o projeto de criação de peixe em tanques rede por que havia um comprador, que era a empresa Netuno. Além disso, havia o financiamento do projeto por parte da disponibilidade de crédito pelo Governo Federal para o pequeno produtor familiar. A integração com a Netuno possibilitou uma expansão significativa da atividade piscicultura. De acordo com depoimentos colhidos: “No começo aqui era 21 toneladas que saia pra Netuno. Foi colocado 168 tanques de gaiola aqui. Isso aqui era muito peixe. Tinha dia aqui da gente tirar oito toneladas de peixe por dia pra empresa levar.” (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 2018).

Na sequência da implantação do acordo com a empresa Netuno, começaram a surgir alguns problemas na relação com a empresa. Em Araçagi, os piscicultores relataram que passaram a ter alguns prejuízos por conta de diferenças na quantidade de peixes fornecida pela Associação e a quantidade que era recebida pela empresa. Nas palavras de um dos entrevistados:

No início, a empresa Netuno comprava toda a nossa produção. Só que a gente mandava um peixe selecionado e quando chegava lá eles diziam que a quantidade recebida dava menos. Aqui a gente pesava 8.000 kg e

²⁰Surgido no Brasil na década de 1970, trata-se de um processo de integração da produção familiar com o setor industrial. Inicialmente, eram experiências nos ramos da suinocultura, avicultura e fumiocultura, atividades exploradas com maior intensidade na região Sul. Esse processo procurava, fundamentalmente, garantir o fornecimento de matéria prima para o setor industrial a baixo custo, tendo em vista que eram atividades exploradas pela mão de obra familiar (MENGEL e AQUINO, 2011; PAULILO, 1990).

quando chegava lá dava só 5.000 kg. A gente não sabia o que acontecia, se era na empresa ou se era desviado no caminho (informação verbal fornecida pelo presidente da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 2018).

Uma das características das relações travadas entre a produção familiar e a indústria é, exatamente, o estabelecimento de uma relação desigual, onde a indústria mantém o controle da relação, seja através do preço, seja através das exigências do controle da qualidade, seja ainda, como no caso presente, pelo controle da quantidade recebida (MENGEL e AQUINO, 2011). A persistência dos problemas com a empresa Netuno está expressa no depoimento de um dos entrevistados: “aí os recursos foram acabando”. Isto levou ao rompimento da integração e à busca de uma nova estratégia.

d) O quarto caminho de resistência foi a busca de assessorias tanto com a UFCG, através de um professor ligado ao Programa de Estudos e Ações sobre o Semiárido (PEASA), quanto com o SEBRAE. A ideia de criação da Associação ocorreu após os recursos do crédito individual diminuírem e também decorrente dos prejuízos com a venda do peixe. Na explicação dos entrevistados:

Aí a gente falou com o Sebrae pra fazer uma Associação porque se a gente não fizesse não tinha como a gente comprar peixe sem CNPJ. Aí foi quando chegou o Professor da UFCG e um projetista que começaram a nos ajudar e foi quando nós começamos a fazer o PAA (informação verbal fornecida pelo presidente da Associação dos Piscicultores de Acauã, 2018).

e) O quinto caminho surge entrelaçado com o quarto. As assessorias apontaram para a participação no PAA, como estratégia de suplantar o fim da integração com a Netuno. À medida que as Associações deixaram de vender para a Netuno, elas começaram a participar do PAA, em meados de 2007, no caso da Associação de Acauã e, em 2009, no caso da Associação de Araçagi. Quando da realização das entrevistas, não estava participando do Programa, pois o PAA 2017 chegou ao fim e não houve sua renovação por conta dos cortes de verba no Governo Temer. A Associação possuía 21 associados, mas em 2018, apenas 12 participavam do PAA e produziam Tilápia *in natura*, para consumo e para a venda. Após o fim do PAA ficaram apenas cinco associados participando do processo de produção do peixe, no caso da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi. No caso da Associação dos Piscicultores de Acauã, ela participava do PAA desde 2007.

Os diferentes caminhos seguidos pelos piscicultores familiares de Acauã e de Araçagi ilustram a afirmativa de que os produtores familiares não são uma categoria estática, mas que

estão em constante movimento em busca de garantir a sua sobrevivência, para isto traçam estratégias continuadas de sobrevivência (CARNEIRO, 2008; SCHNEIDER, 2009; WANDERLEY, 2014).

4.2.1.2 Organização da produção de peixes em tanques rede

Os entrevistados explicaram que a cadeia produtiva da criação de Tilápia começa com a aquisição dos insumos, que são alevinos e ração. Em seguida inicia-se a fase de produção, que inclui a criação e engorda dos alevinos. Por fim, a fase da comercialização.

Tanto em Araçagi quanto em Acauã, os peixes ficam em tanques-rede, que alguns entrevistados chamam de “gaiolas”. São estruturas feitas em aço galvanizado e malhas com aberturas que, de acordo com o SEBRAE (2018), têm a função de permitir a renovação da água no interior dos tanques, evitando acúmulo dos dejetos dos peixes.

Inicialmente, são depositados os alevinos juvenis dentro das gaiolas. Como cada alevino se desenvolve de forma diferente, após um período inicial (aproximadamente dois meses) em uma gaiola, são transferidos para outras gaiolas, separados por tamanho, para o período de engorda até que atinjam o tamanho de comercialização (seis ou sete meses). As gaiolas, separadas por tamanho de peixes, ficam organizadas no que os entrevistados chamam de lotes (Figura 9).

Figura 9 – lote com várias gaiolas com armazenamento de tilápia na barragem de Acauã



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

De acordo com informações dos entrevistados, a produção requer acompanhamento diário para o fornecimento de alimentação dos peixes, com a distribuição de ração três vezes ao dia. Esse trabalho é revezado entre os associados e é guiado através de uma tabela com a

indicação da quantidade de ração necessária para cada lote. As tabelas são ajustadas periodicamente, de acordo com o crescimento dos peixes. Essas tabelas foram elaboradas com orientação do Professor da UFCG.

A figura 10 contém um quadro com as informações sobre a alimentação dos peixes. Ele fica afixado na parede da Associação para orientar os associados quanto à quantidade de ração necessária em cada lote. São informações de tamanho, peso, quantidade de ração por dia. A produção de peixes em tanques-rede foi descrita pelos entrevistados como de fácil manejo e como principal alternativa de renda para os associados.

Figura 10 – Tabela que fica disponível aos piscicultores da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do município de Araçagi, com informações para alimentação do peixe

Itatuba-PB
Em 05/07/2018 lote 07 tipo de Ração 32%

<u>Tamanho do peixe</u>	<u>Quantidade de tanque</u>	<u>Peixe por tanque</u>	<u>Peso Médio (gramas)</u>	<u>Ração por tanque</u>	<u>Vezes ao dia</u>
<u>Médio</u>	12	<u>500</u>	35 g	0,5 Kg	<u>3 vezes</u>

Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

As gaiolas com os peixes possuem quatro boias, que têm a função de flutuação dos tanques e facilitam a alimentação dos peixes com a ração que fica boiando na água (Figura 11). Os tanques são cobertos, evitando ação de predadores, como pássaros e morcegos, bem como para evitar que os peixes pulem das gaiolas. As gaiolas ficam juntas, mas com espaço entre elas, e são fixadas através de uma corda que interliga todas as gaiolas (SEBRAE, 2018).

Figura 11 – Lote com várias gaiolas na barragem de Acauã



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

De acordo com o Manual do Piscicultor do Sebrae, a produção de Tilápia em tanques-rede apresenta as seguintes vantagens: aproveitamento de águas já existentes, como rios, lagos, reservatórios, açudes e estuários; praticidade e rapidez na implementação; produtividade elevada; dificulta a ação de predadores; facilidade de observação dos peixes, possibilidade de separação em lotes, facilidade na captura dos peixes; facilidade no controle e aproveitamento da ração. Dentre as desvantagens, destacam-se a facilidade a propagação de doenças e maior custo de produção decorrente da compra de ração (SEBRAE, 2018).

Também há uma plataforma flutuante feita de madeira, que pode ser movimentada até as gaiolas. A plataforma possui uma estrutura de elevação, por onde são retirados os peixes das gaiolas (Figuras 12 e 13). Os peixes são pesados e colocados em sacos de 50 kg. Em seguida, são levados em canoas até a terra, onde são entregues a atravessadores, compradores particulares, entrega através do PAA ou para consumo dos próprios associados. Os entrevistados informaram que toda a produção é retirada através de canoas. “Aqui se tiver que tirar 10 kg de peixe sai de canoa, se precisar tirar três toneladas sai de canoa do mesmo jeito. Faz várias viagens. Aí quando chega na terra o atravessador vem buscar de moto, ou a gente leva pra cidade de carro quando é no caso do PAA” (informação verbal fornecida pelo presidente da Associação dos Piscicultores de Acauã, 2018).

Figura 12 – Plataforma de elevação flutuante



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

Figura 13 – Gaiola para retirada do peixe



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

De acordo com informações dos entrevistados, no último PAA vigente, estavam produzindo uma média de 2.000 kg, em Araçagi e 3.000 kg, em Acauã, de Tilápia por mês para o PAA. Esse nível de produção é bem menor do que a capacidade instalada que se situa em torno de 10.000 kg de peixes por mês no açude de Araçagi e de 14.000 kg/mês na Barragem de Acauã, segundo informações dos presidentes das Associações.

No que diz respeito à assistência técnica, o único apoio que os piscicultores tanto de Araçagi quanto de Itatuba declararam receber é da UFCG, através de um Professor, que é engenheiro agrícola e tem desenvolvido um trabalho de assessoria, junto aos pescadores das duas associações visitadas. Essa assessoria cobre tanto a área de produção, quanto contábil e jurídica, como se constata no depoimento abaixo. O envolvimento do professor decorre de um compromisso com esse segmento de produtores que se forem deixados a sua própria sorte não teriam como levar a cabo os trabalhos na piscicultura.

Eu sou servidor público, eu sou professor, então eu tenho que fazer alguma coisa como servidor público. Nós somos uma classe privilegiada num Estado desse com tanta desigualdade. Eu estudei o agronegócio, mas com o olhar para o pequeno produtor. Aqui eu vejo a questão da produção, a questão contábil, a questão jurídica. Não sou da área, mas faço esse trabalho porque sou o único que dá apoio a eles aqui. Eu quero que eles sejam piscicultores de sucesso, mas que continuem sendo pequeno, no estilo de vida deles (Informação verbal fornecida pelo Professor da UFCG que presta assistência à Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi e à Associação dos Piscicultores de Acauã).

Todos os entrevistados reconheceram o trabalho do Professor da UFCG como fundamental para o andamento da Associação:

Aqui se não fosse o apoio da Universidade, que é o Professor e um rapaz que é projetista que trabalha com ele, nem sei como seria. Eles ajudam na elaboração do projeto da Conab, ajudam com informação que a gente não tem, com orientação na parte do dinheiro e da criação do peixe e até ajuda com o transporte (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do município de Araçagi, 2018).

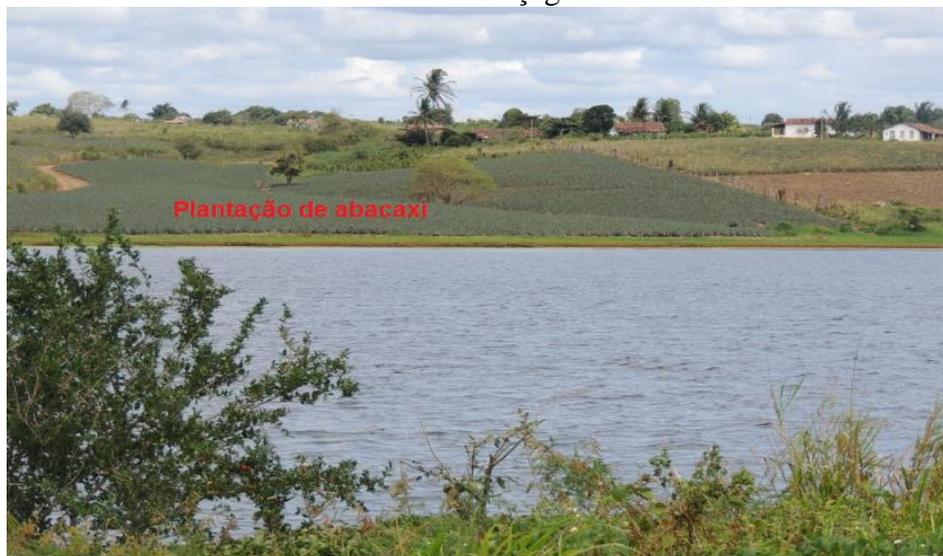
Além das dificuldades inerentes à administração das pequenas produções (limitação de conhecimento técnico, falta de recursos financeiros etc.), a piscicultura explorada em açudes públicos enfrenta uma dificuldade adicional que é a degradação ambiental provocada pelo uso de agrotóxicos nas lavouras que se situam nas margens desses reservatórios (Figura 14).

Alguns entrevistados de Araçagi ressaltaram que as propriedades privadas em torno do açude têm trazido problemas à produção de peixe: “Já tivemos o risco aqui de perder tudo e não ficar nada e a gente começar do zero. Era risco da água com veneno, que mata muito o peixe.” (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação de Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 2018).

O entrevistado se refere ao fato de que o açude Araçagi é cercado por pequenas propriedades particulares, onde há produção de abacaxi explorada com uso de agrotóxico,

contaminando a água e provocando alta mortalidade de peixes. Sem contar que a água do açude também é utilizada para consumo humano (TORRES, 2020).

Figura 14 – Plantação de abacaxi em propriedade particular às margens da barragem de Araçagi



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

Foi relatado que já foram feitas quatro denúncias formais ao IBAMA, mas que não tiveram resposta, não houve fiscalização e o problema persiste. Segundo os entrevistados, são terras particulares de pequenos produtores, com um ou dois hectares, aproximadamente.

4.2.1.3 PAA e geração de renda

No PAA 2017, em Acauã, os associados produziram uma média de 3.000 kg de peixe por mês, totalizando uma produção de 18.539 kg de peixes no ano. Em Araçagi produziram 2.000 kg de peixes por mês, para o PAA de 2017, totalizando 15.758 kg de peixes no ano (o projeto é referente ao período de seis meses).

O preço do kg de Tilápia, praticado pelo PAA, em 2017, foi R\$ 8,60, seguindo a tabela de preços da Conab. Assim, com a venda do peixe através do PAA, a Associação obteve uma renda de R\$ 135.518,00, em Araçagi, e de R\$ 159.435,00, em Acauã, no ano de 2017, de acordo com dados do Portal da Transparência da Conab e informações dos entrevistados.

Os presidentes das associações informaram que o custo, por mês, para produção de peixe para o PAA é em torno de R\$ 20.000,00. Na descrição dos custos, os entrevistados incluíram a compra de alevinos, que ocorre a cada dois meses, de ração, pagamento de

energia elétrica, em Araçagi. Em Acauã, além de alevinos, ração e energia elétrica, consideram também o transporte e segurança privada. O detalhamento desses custos está apresentado na Tabela 13, a partir da descrição dos associados entrevistados.

Tabela 13 – Custo mensal para produção de peixes *in natura* para o PAA, em Araçagi e Itatuba

Descrição dos Custos	Custos (R\$)	
	Araçagi	Itatuba
Alevinos	10.000,00	10.000,00
Ração	9.000,00	9.000,00
Energia elétrica	120,00	130,00
Segurança privada	-	1.100,00
Outras (gás, internet etc)	380,00	-
Total	19.500,00	20.230,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das Associações visitadas.

A Figura 15 ilustra o recebimento de um caminhão de ração que havia sido comprado com recurso do PAA, na Associação de Araçagi.

Figura 15 – Recebimento de ração para Tilápia



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

No Estado da Paraíba não há produção de alevinos. Atualmente os associados compram o alevino em Pernambuco e o transporte é feito através de carro cedido pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG):

Não temos o custo com transporte do alevino por conta do trabalho voluntário de um professor da UFCG e do carro da Universidade. Atualmente estamos pegando o alevino em Pernambuco, mas antigamente nos pegava no Ceará. A sorte é por que a gente não paga transporte, porque é R\$ 3,30 que eles cobram por km rodado aí sair daqui

pra Mossoró pra ir buscar o alevino ou mesmo em Pernambuco, a gente ia ter um custo muito alto. Se a gente tivesse esse custo, a gente não recebia nada aqui não. (informação verbal fornecida pelo presidente da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 2018).

Em relação à despesa com segurança privada, descrita na Tabela 13, ela se refere ao pagamento de dois seguranças, para vigiar a produção na barragem de Acauã, no turno da noite, devido a prejuízos com roubos de peixes. Na barragem de Araçagi a segurança é feita através de revezamento entre os próprios associados, como relataram os entrevistados:

Aqui já teve muito roubo de peixe, desde o começo do PAA. Se a gente fosse pegar o dinheiro do peixe que foi roubado dava pra comprar um carro novo. A gente fica aqui a noite e vê quando tem roubo, mas não pode fazer nada. No começo do ano passado (2017) roubaram 16 gaiolas completas e quebraram as gaiolas e furaram as boias. Além de levar o pescado danificam as coisas. A gente já tem umas oito queixas de roubo na delegacia, mas nunca foram atrás pra prender (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 2018).

Aqui a gente paga vigia porque o peixe é fácil de roubar. Lá em Araçagi levaram muitos tanques e danificaram as bombas. Quando a gente começou aqui, trabalhava uns sócios que ficava a noite tomando conta aí tinha o mesmo problema de Araçagi, o peixe sumia, roubavam o peixe. Aí fizemos uma reunião e decidimos colocar dois vigias à noite porque era gente sócio mesmo que fazia isso. Aí depois do vigia melhorou essa parte. E também porque não tem condições de ficar três associados tomando conta à noite. A gente paga R\$ 550,00 pra cada vigia por mês. E durante o dia os associados ficam revezando (informação verbal fornecida por um associado da Associação dos Piscicultores de Acauã, 2018).

Os Presidentes das associações informaram que, após descontar as despesas, cada sócio recebe uma renda líquida de R\$ 500,00 por mês com o PAA. Essa renda é considerada insuficiente pelos entrevistados, pois se fossem considerar as despesas que incorrem, não seriam estimulados a continuar trabalhando. Então, continuar trabalhando na piscicultura representa uma irracionalidade? Os próprios entrevistados apresentam a justificativa para essa atitude: eles podem combinar o trabalho na piscicultura com outras atividades que permitem complementar o sustento familiar. Nas palavras do entrevistado:

Ganhar R\$ 500,00 reais e não folgar sábado e nem domingo e às vezes trabalhar à noite vigiando aqui, quem é que quer? Sem contar que trabalha todo mundo junto e às vezes dá problema. Pra falar a verdade, eu trabalho aqui porque aqui eu planto, tiro o meu feijão, o inhame, a macaxeira, o peixe, que também sou pescador artesanal e à noite eu coloco minha rede dentro da água e consigo pescar pra vender alguma coisa. Por que se for colocar na ponta do lápis direitinho não compensa. (Informação verbal fornecida por associado da Associação de Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 2018).

Outro entrevistado falou algo semelhante:

Se for resumir direitinho, os R\$ 500,00 que eu recebo todo mês aqui, eu pra trabalhar eu tô pagando porque a gente passa aqui dois dias e duas noites, no mínimo. Aqui a gente não precisa trazer uma macaxeira, um feijão, a batata, mas o resto das coisas a gente traz, às vezes um arroz, um macarrão, uma carne, o pão. A gente ficando direto, sem ir comer em casa, a gente ainda gasta no mínimo R\$ 30,00 por dia. A gente trabalha aqui 12 dias por mês, cada um trabalhador. Se você for colocar esses 12 dias gastando R\$ 30,00 com alimentação, dá R\$ 360,00 reais de despesa só com isso. Então a pessoa tá gastando do seu bolso pra trabalhar aqui dentro. Se a gente for fazer essas contas não fica. E às vezes a gente passa seis meses sem tirar nada por que tem o tempo de esperar o peixe crescer. (Informação verbal fornecida por associado da Associação de Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 2018).

Outras estratégias de complementação de renda, apontadas por alguns entrevistados foram os recebimentos do Bolsa Família (três entrevistados declararam receber R\$ 86,00, R\$ 140,00 e R\$ 200,00) e também do defeso e da aposentadoria. Nos últimos anos, contudo houve cortes no Bolsa Família, conforme depoimento de um entrevistado:

A sorte é o PAA e o Bolsa Família que o pessoal recebe. E também tem o defeso. Na época de Lula e Dilma sempre recebia, mas com esse governo Temer aí cortou o Bolsa Família e parei de receber o Defeso. O Bolsa Família não foi só eu que perdi não, muita gente perdeu, nunca teve isso, teve isso agora depois desse homem (Temer) que não gosta dos pobres (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos Piscicultores de Acauã).

Apesar de o rendimento obtido ser considerado baixo, os piscicultores enumeram algumas vantagens de inclusão no Programa. Dentre essas vantagens estão:

- a) Não necessitar do atravessador: uma das vantagens do PAA, apresentada pelos associados entrevistados, é que a negociação é feita diretamente com a Conab, diminuindo a necessidade da intermediação do atravessador na comercialização do produto: “graças ao PAA a gente consegue passar uns seis meses sem precisar de atravessador, às vezes a gente vende de 10 kg a 30 kg pra eles, mas é pouca coisa. Se for pra a gente depender de atravessador pra viver, não vive. Eles compram pouco”.
- b) Pagamento em dia: outra vantagem apontada é o pagamento em dia e a facilidade de receber o dinheiro na conta. Os pescadores recebem o dinheiro à medida que fazem a entrega do produto. Não foi relatado atraso no pagamento. Os peixes *in natura* são embalados em sacos de 50 kg e entregues na Paróquia de Araçagi e na igreja de Itatuba. O produto é vistoriado por uma pessoa da vigilância sanitária, pesado e conferido juntamente com duas pessoas da Paróquia. Ao final

recebem um documento comprovando a entrega, que é encaminhado à Conab para a liberação do recurso.

c) Garantia de manutenção da atividade: o PAA é considerado como fundamental para a continuidade da piscicultura, de modo que o fim do Programa levaria ao fim da atividade, conforme se apreende dos relatos abaixo:

Os projetos de piscicultura que nem esse da gente de tanque de gaiola acaba tudinho se o PAA acabar, o que mantém hoje isso é o PAA, se se acabar o PAA acaba com tudo e não é só esse projeto da gente não, acaba os outros tudinho da região porque tudinho sobrevive desse projeto da Conab. Pra se manter, a gente tem que vender pelo menos 3.000 kg de peixe por mês pra cobrir os custos, mas sem o PAA não sei se vamos conseguir vender porque fica tudo muito incerto (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 2018).

Então, hoje aqui o pessoal vive só do peixe. A sorte é o PAA e o Bolsa Família. Mas o governo tá acabando com o PAA. O Bolsa Família muita gente tá tendo o benefício bloqueado (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos Piscicultores de Acauã, 2018).

Eu trabalho há muito tempo na associação e na minha opinião o PAA é o melhor programa do Governo Federal porque uma renda mínima está garantida para o homem do campo. A outra questão é que ajuda muito para os produtores organizarem sua produção. E a terceira é que é uma forma de garantir uma renda mínima para pelo menos um período do ano, mesmo que não seja o ano todo. Se o pescador cumprir o projeto e fizer a entrega ele vai ter garantido aquela renda. Eles têm a programação que irão receber uma renda com o PAA e não ficam na incerteza em relação ao dinheiro do mês. (Informação verbal fornecida pelo professor da UFCG).

d) Estimula a solidariedade entre os pobres e reduz o poder de exploração política: aspecto menos evidenciado do PAA diz respeito ao desenvolvimento de solidariedade entre a camada mais pobre da população, isso entre os beneficiários produtores e os beneficiários consumidores. São pessoas pobres que, através da participação no programa como beneficiários fornecedores, ajudam outras pessoas que são tão pobres quanto eles. Por outro lado, como as relações entre esses dois polos são institucionalizadas, reduz a possibilidade de políticos utilizarem esse tipo de ajuda como curral eleitoral.

Nem toda a produção obtida se destina ao PAA, sobretudo nos últimos anos com a redução observada nos recursos destinados ao Programa. Desse modo, embora a maior parte da produção ainda seja destinada ao PAA, o restante é para autoconsumo ou vendida, seja a atravessador, seja a comprador direto.

4.2.1.4 Impactos do fim do PAA e estratégias de sobrevivência

De acordo com depoimentos colhidos nas entrevistas, a não participação no Programa tem impactos negativos sobre o nível de renda da família. Sem o Programa, a renda se torna bastante incerta, pois o trabalhador passa a depender do atravessador, que passa a ditar o preço pelo peixe, além da quantidade comprada ser inferior à vendida ao PAA. A saída do Programa não ocorre por decisão do beneficiário, mas por decisão que vem de cima, como a redução ou extinção do Programa. Esses aspectos estão claramente apresentados nos depoimento abaixo:

Eu não participo mais do PAA, participei até 2016. Eu saí porque me cortaram, assim: exigiram que tinha que ser só mulher. Eu sou viúvo aí fiquei de fora. Aqui eu vivo basicamente do peixe. Não tenho terra pra plantar. O atravessador compra a R\$ 7,00 kg, mas compra pouco, no máximo 60 kg por mês, o que dá uma renda de R\$ 310,00 por mês. Tenho três filhos, dois estudam. Meu filho mais velho vive da pesca também, mas depois que acabou o PAA foi pra São Paulo pra não passar fome. Sem o PAA é difícil, a renda é muito rareada. Tanto faz da peixe aí como não dá se não tiver comprador. A vida do pescador é sofrida, só sabe quem passa várias noites na beira da barragem, comendo peixe com quarenta. Só sabe o que é o sofrimento quando é que nem nós criado desde pequeno em beira de barragem. Depois de uma hora na água a coluna já dói (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos Piscicultores de Acauã que deixou de participar do PAA em 2016).

A felicidade do pescador é ganhar uns trocadinhos pra comprar no mercado. Chega no final do ano tira o defeso aí já paga a conta. Quando não sai, como em 2015, aí os donos dos armazéns sempre fica pegando no pé pra receber o dinheiro e a gente não tem. Aí vende uma moto velha, paga o armazém e assim vai levando a vida (Informação verbal fornecida por entrevistada da Associação dos Piscicultores de Acauã que deixou de participar da PAA em 2015).

Foi o governo que me cortou. Eu por mim não tinha saído não, mesmo ganhando menos porque pelo menos a renda é certa e não atrasa. Mas se ele me chamasse de volta eu ia na hora (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos Piscicultores de Acauã, 2018).

Nos depoimentos acima, pode ser ressaltado o impacto do PAA sobre os fluxos migratórios. À medida que o Programa permitia uma estabilidade na renda familiar, ele contribuía para a permanência dos filhos na terra. Com o fim do Programa, não há como reter a saída dos filhos adultos, que até então residiam no lote que os pais tinham recebido do INCRA²¹. Interessante observar que esse efeito foi constatado em outras regiões do Estado, através do PAA/Leite e em outros estados (TARGINO e MOREIRA, 2008; MATEUS, 2015).

²¹Um fenômeno importante do ponto de vista demográfico que tem ocorrido nos Projetos de Assentamento é a retenção dos filhos que se casam, mas continuam morando nos lotes recebidos pelos pais, o que tem sido caracterizado como reprodução ampliada do campesinato da reforma agrária. O PAA foi um fator importante para a ocorrência desse fenômeno (PANTA e TARGINO, 2019).

Esse aspecto do PAA também é reconhecido pelo professor que presta assessoria quando afirma que: “Eu vejo o PAA como uma ferramenta muito importante para manter esse povo no campo”.

Sobre o caráter não voluntário da saída do Programa, é importante o depoimento do professor da UFCG que presta assessoria às duas Associações ao afirmar que: “eu trabalho faz muito tempo com as Associações de Piscicultores de Araçagi e de Acauã e eu não conheço nenhum que quis sair do PAA, se saiu é por que o programa não abarcou” (Informação verbal fornecida pelo professor da UFCG que presta assistência às associações, 2018).

O desejo de permanecer no Programa representa o reconhecimento dos benefícios que ele propiciou aos produtores familiares, de modo que o tempo que se inicia com o fim do PAA é expresso como um tempo de incertezas, conforme pode ser apreendido do depoimento abaixo:

O benefício do PAA era bom demais. O PAA foi finalizado agora e eu nem sei como vou sobreviver daqui pra frente porque o PAA era uma garantia grande pra gente, apesar de que era só de seis meses, mas eu conseguia até fazer uma reserva que dava pro outro período que é sem nada até que chegava o novo PAA. Antes do PAA esse prédio da associação era uma vergonha, caindo os pedaços. Com o PAA a gente conseguiu reformar ele todinho. Mas agora não sei como vamos fazer, o comprador aqui é pouco e eu e o pessoal só vive do peixe. O dinheiro já tá acabando, eu comprei ração e estou esperando o peixe crescer, mas sem PAA vamos vender pra quem? Eu tô economizando a ração, digo pro pessoal colocar pouca porque o peixe não vai morrer porque ele come outras coisas do rio, só não vai engordar. É melhor o peixe ficar com fome do que a gente (informação verbal fornecida pelo presidente da Associação dos Piscicultores de Acauã, 2018).

Verifica-se a importância do PAA enquanto principal fonte de renda para os associados entrevistados e para a sua permanência na atividade pesqueira. No entanto, o PAA 2017 estava chegando ao fim, quando da realização das entrevistas em Araçagi, e já havia se encerrado em Itatuba, sem perspectiva de renovação. Diante das incertezas com o fim do PAA, os piscicultores familiares procuram alternativas de sobrevivência. Dentre essas alternativas, os produtores pesquisados apontaram:

a) Venda do peixe na cidade: enquanto uns associados passam a depender unicamente da venda do peixe a atravessador ou a comprador particular, após saírem do PAA, dois entrevistados disseram que passaram a comprar o peixe na Associação por R\$ 7,00 e a revender na cidade por R\$ 10,00, ou adquirir o peixe com a pesca no rio. Esta saída não foi buscada apenas como iniciativa individual de alguns produtores. Foi também uma estratégia coletiva. Após o fim do PAA, os piscicultores traçaram como estratégia montar uma barraca

para a venda do peixe *in natura* na praça de Araçagi, onde vendem em torno de 120 kg de Tilápia por semana ao preço de R\$ 10,00/kg, faturando R\$ 1.100,00 por semana. Esse valor é rateado entre cinco associados. Os peixes são armazenados de forma improvisada em caixas de isopor e ficam depositados em cima de uma vasilha plástica no chão, conforme Figuras 16 e 17).

Figura 16 - armazenamento de peixe para venda no município de Araçagi



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2019.

Figura 17 - Barraca para venda de peixe na cidade de Araçagi



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2019.

O presidente da Associação informou que atualmente cada associado consegue obter uma renda em torno de R\$ 400,00 a R\$ 500,00, sendo uns R\$ 200,00 com a barraca do Peixe e R\$ 300,00 vendendo a atravessador.

“O preço na barraca é melhor que o preço do PAA que era R\$ 8,60, mas na quantidade a diferença é grande. Você vender hoje 120 kg a 150 kg por semana de peixe comparado com PAA que já saiu toneladas de peixe e pra entregar tudo de uma vez. Se a Prefeitura ajudasse comprando o peixe dava até pra beneficiar o peixe em João Pessoa e vender pra eles. Mas não ajuda nada”.

b) Produção de alevinos: com a perspectiva do fim do PAA, segundo o Professor da UFCG, uma alternativa pensada para a Associação dos piscicultores e aquicultores do município de Araçagi, foi a produção de alevinos, considerando que os piscicultores do Estado precisam comprá-los em outro Estado. A ideia era atender o público que possui uma menor escala de produção e que tem dificuldades de comprar uma quantidade menor do alevino fora do Estado. Para isso, foram construídos dois tanques para produção de alevino juvenil em tanques rede (Figura 18). No entanto, o projeto de criação de alevinos por parte da Associação não deu o resultado esperado, tendo sido abandonado. Os entrevistados não souberam explicar por que não deu certo.

Figura 18 - Construção de tanques para criação de alevinos na Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

c) Trabalho na agricultura: como as duas atividades de piscicultura estão inseridas em dois Projetos de Assentamento, os piscicultores familiares têm na atividade agrícola uma fonte complementar de renda, através da venda de produtos gerados nessa atividade. Segundo avaliação de dois entrevistados, eles obtêm um valor em torno de R\$ 250,00 por mês com a venda de produtos a atravessadores. De acordo com seus relatos, eles produzem macaxeira

(vendem a R\$ 50,00 a saca de 50 kg), feijão (apenas para consumo), inhame (vendem por R\$ 4,00 a R\$ 5,00/kg), batata inglesa (vendem a R\$ 80,00 a saca). Todas as vendas são realizadas a atravessador. Os entrevistados de Araçagi informaram que plantam de meio e um hectare nas terras ao redor da Associação, mas não souberam quantificar a quantidade de produtos vendidos. Além do cultivo das lavouras, eles também criam galinha e peru para consumo (Figura 19).

Figura 19 - Plantação de macaxeira, feijão, laranja, limão e criação de galinha e peru na Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

d) Procura de apoio junto à prefeitura: os piscicultores de Araçagi que produzem para o PAA não recebem apoio da Prefeitura, segundo os entrevistados. No caso dos piscicultores de Acauã, a prefeitura de Itatuba apoia apenas no transporte dos peixes da associação até a cidade para serem entregues à comunidade. Alguns entrevistados relataram que a Prefeitura e até mesmo pessoas da igreja tentam fazer uso político com a entrega dos peixes.

Em todo lugar que eu dou apoio, antes de eu chegar na comunidade, eu passo na Prefeitura. Como eu sou de uma instituição federal eu digo que a UFCG vem fazer uma ação na comunidade, então pra amanhã não dizer que a Universidade tá entrando no município sem contato com eles.

Algumas prefeituras até ajudam, como é o caso do transporte do peixe em Itatuba, mas tem outras que não ajudam em nada.

Um dia a prefeitura mandou lá uns jornalistas, dizendo que aquela ação era da prefeitura.

Antes a entrega do produto do PAA ia ser através da Secretaria de Ação social do município, mas como os prefeitos estavam usando isso com fins políticos, aí eles tiraram e colocaram tudo através da Igreja. Mas a Igreja também faz política, não tem como correr. Tem até padre político (informação verbal fornecida pelo Professor da UFCG que presta assistência à Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 2018).

e) Reflorestamento das margens dos rios: o presidente da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi destacou que, caso recebesse incentivo financeiro, além do projeto de criação de alevino juvenil em tanques rede, gostaria de trabalhar com o reflorestamento para a área da barragem, de fruteiras como mangueira, cajueiro, goiabeira, abacateiro e pés de acerola, mas com a ressalva de que o recurso viesse diretamente para a associação e não houvesse a intermediação da Prefeitura.

f) Beneficiamento do peixe: o Professor destacou que uma alternativa seria através do beneficiamento do peixe. No entanto, relatou a dificuldade encontrada para sua implantação, devido às exigências que não condizem com a realidade do pequeno produtor, tornando inviável essa alternativa. Explicou que para eviscerar o peixe, é necessário ter o selo do Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF). De acordo com as informações fornecidas pelo professor: “como a Paraíba não tem uma orientação para o SIE, é necessário seguir a regra do SIF, mas é muito caro conseguir o selo porque é exigida uma estrutura que não está ao alcance do pequeno empreendimento”. O presidente da associação também destacou essa dificuldade: “a gente não faz mais por conta das exigências. A Conab exige coisa que só os grandes proprietários conseguem cumprir. Exigem coisas do pequeno agricultor que muitas vezes nem o grande cumpre” (informação verbal fornecida pelo Professor da UFCG que presta assistência à Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi, 2018).

4.2.1.5 Dificuldades de organização do produtor familiar

Com o fim do PAA algumas dificuldades estruturais de organização coletiva dos produtores familiares ficam evidenciadas. O arcabouço cultural em que vive tradicionalmente o camponês é uma relação com a terra e com sua família (MARX, 1997), em um ambiente até pouco tempo fechado e subordinado aos grandes proprietários de terra. Este contexto socioeconômico tem dificultado as experiências de organização coletiva dos produtores familiares, principalmente no Nordeste (MOREIRA, TARGINO e IENO, 2003). Via de regra, as formas associativas se mantêm enquanto houver um elemento externo que as estimule, como foi o caso do PAA.

Nesse sentido, foram relatadas várias dificuldades em relação à manutenção da associação. O presidente está à frente da associação há 12 anos e diz que apenas o tesoureiro ajuda na resolução de problemas. Os entrevistados informaram que não têm interesse em ficar à frente da presidência porque “coisa com muita gente nunca dá certo” ou por que “não quero

esquentar a cabeça com isso não”. O presidente da Associação enumera algumas dificuldades da associação: sobrecarga de trabalho para quem está à frente da associação; dificuldade de lidar com muitas pessoas; dificuldade de colaborações de alguns associados; desconfiança e; dificuldade de construção de consciência de grupo. Nas palavras do entrevistado:

A gente coloca todo mês a prestação de contas, todas as notas fiscais e chama tudinho, mas ainda tem deles que fica perguntando, desconfiando. É melhor você trabalhar com 10 reses do que trabalhar com 10 ser humano. Quando você agrada dois, desagrada 10. Os outros dizem que não quer ficar à frente da Associação porque dá trabalho.

E é muita dor de cabeça mesmo. Por exemplo, no meu plantão, eu prendo as galinhas tudinho no galpão pra não destruir a plantação. Mas vem outro plantão e o pessoal não observa isso, aí os pintos ficam cavando os pés de macaxeira, destruindo o que plantamos. Aí a gente vai fazer o que? A gente vai brigar?

Eu digo que a associação é como uma família, eu crio, fulano cria, todo mundo cria e que a gente precisa se organizar, mas não escutam. A pessoa diz que vai fazer, mas não faz. Aí quando o professor da UFCG chega aqui eu vou passar isso pra ele aí ficam com raiva dizendo que agente fica entregando eles. Se não fosse o Professor da UFCG aqui esse projeto já tinha acabado porque o professor eles escutam, eu já tinha corrido daqui, não tava mais aqui não (Informação verbal fornecida por associado da Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi).

Outra dimensão da dificuldade de associação dos produtores familiares reside no fato deles estarem focados no suprimento imediato do sustento da família. Essa dimensão é apreendida pelo professor da UFCG quando afirma que a lógica do pequeno produtor é diferente da lógica capitalista e que isso não é facilmente modificável:

Depois de muito tempo trabalhando com eles a gente começa a entender as coisas, a gente tem uma expectativa de sempre melhorar de vida, mas parece que eles não têm essa ganância de passar do atual patamar para outro. Pelo que eu observo aqui, daria para ganhar melhor, mas no final o que eles ganham é uma miséria. Eu estou aqui para ajudar, mas não tem jeito de mudar isso. A atividade de criação do peixe é um trabalho relativamente simples, é preciso colocar a ração três vezes ao dia, o que é revezado entre eles. Então, eles poderiam aproveitar e se dedicar também a outra atividade, utilizando os próprios insumos daqui. Por exemplo, poderiam comprar o peixe aqui por R\$ 7,00 e revender na cidade por R\$ 12,00. Eu muitas vezes já fiz essa conta pra eles, mostro que se fizessem isso poderiam dobrar a renda, mas não é assim que eles pensam (Informação verbal fornecida pelo Professor da UFCG que presta assistência à Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi e Associação dos Piscicultores de Acauã).

Conforme destaca Tchayanov (1976), os pequenos produtores rurais não têm a lógica do lucro e da valorização do capital. É preciso olhar para as organizações produtivas não capitalistas com outras categorias, que não o salário, o juro, o capital e o lucro. O autor classifica como características da unidade camponesa: o artesão/camponês trabalha de forma

independente; são responsáveis pela sua produção e suas demais atividades econômicas; dispõem do seu produto do trabalho; fornecem o seu trabalho devido à procura das suas famílias e; o limite da satisfação é determinado pela fadiga do trabalho e pela necessidade de consumo da família.

Kautsky (1986) elenca uma série de questões em que a grande propriedade se diferencia da pequena em termos de vantagens, como o tamanho da propriedade, possibilitando um melhor aproveitamento das terras, utilização de equipamentos, com maior aproveitamento do seu uso, maior divisão e especialização do trabalho, dentre outras. E aponta ao pequeno produtor como forma de superação dessa desvantagem, a formação de cooperativas que, embora não seja impossível, é uma tarefa difícil haja vista que, segundo o autor, o pequeno produtor não se presta tão facilmente ao trabalho coletivo, especialmente para aqueles que são o senhor da sua propriedade e que dificilmente abriria mão disso por um trabalho coletivo junto a outros produtores.

Em síntese, para os piscicultores das duas Associações visitadas, o PAA representou uma importante fonte de renda, por aproximadamente 10 anos, permitindo que os piscicultores organizassem sua produção a partir da demanda do Programa, obtendo uma renda mínima durante o período de vigência. Com o fim do PAA, a produção diminuiu e os piscicultores passaram a depender de atravessadores para a comercialização dos peixes ou da barraca para venda do peixe. São alternativas que se mostram frágeis e insuficientes para mobilizar um maior número de piscicultores com o trabalho da Associação dada a incerteza com a venda dos peixes e o preço que geralmente é mais baixo que o oferecido pelo PAA. Apesar disso, os entrevistados disseram que não pretendem sair do campo em busca de alternativa de renda.

4.2.2 Produção de hortifrutigranjeiros nas Associações da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, Ecoborborema e Associação dos pequenos produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências

Das associações beneficiárias enquanto produtoras do PAA, foram escolhidas três que exploram atividades hortifrutigranjeiras: Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, Ecoborborema e a Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências. No capítulo 3, já foi traçada a história de cada uma delas. A seguir é traçado o perfil da produção nas três associações. Inicialmente, vale a pena ressaltar que a Comunidade Negra Senhor do Bonfim apresenta um traço distintivo em relação às outras

duas, uma vez que as terras da Comunidade é de uso comunitário, não havendo divisão da terra desapropriada pelo Incra em lotes. Os agricultores ocupam o espaço de acordo com a capacidade de produção e com a necessidade de cada família. “Aqui não é dividido, cada um usa o que tá precisando. Quem tá produzindo mais utiliza mais terra, se a produção tá pouca já pega um espaço menor” (Informação verbal fornecida pelo Presidente da Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim, 2018). A Associação possui certificação de orgânicos pelo Ministério da Agricultura, no modelo Organismo de Controle Social (OCS).

Nos dois outros casos, a terra está dividida em lotes seja em decorrência da divisão quando da instalação dos Projetos de Assentamento.

Por sua vez, a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Compartimento da Borborema (Ecoborborema) diferencia-se por ser uma entidade de alcance regional, isto é congrega agricultores familiares ligados a 11 feiras agroecológicas mantidas por produtores dos municípios de Campina Grande, Casserengue, Queimadas, Massaranduba, Esperança, Areial, Remígio, Solânea, Arara, Alagoa Nova e Lagoa Seca. Além disso, é uma associação que está estruturalmente ligada ao movimento sindical e tem na sua retaguarda uma ONG (AS-PTA) que tem se distinguido por buscar mecanismos de dar sustentação à agricultura familiar (SILVA, 2019).

No caso da Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências, a diferenciação das outras duas associações consiste no fato dos seus associados serem produtores familiares cujo acesso à propriedade da terra ter sido através de herança ou de compra. Essa entidade congrega produtores de vários sítios do município de Esperança, que foram incentivados a partir de uma ideia do atual presidente, que na época da fundação era vereador. O tamanho das propriedades dos 80 associados varia entre 1,5 e 10 hectares. Convém lembrar dois aspectos importantes a respeito do município de Esperança: em primeiro lugar que ele está situado na porção do Estado que detém o mais baixo índice de Gini de concentração da propriedade da terra (MOREIRA e TARGINO, 1997); em segundo lugar que as condições naturais favorecem o desenvolvimento da atividade agrícola, o que explica a característica policultora alimentar da sua organização agrária (MOREIRA, 1988).

4.2.2.1 Organização da produção agropecuária

Nas comunidades pesquisadas, há uma grande variedade de produção e criação de animais. Na Comunidade Negra Senhor do Bonfim, segundo os entrevistados, são mais de 30 tipos de culturas, além da criação de animais (Figuras 20 e 21). Durante a pesquisa de campo

foram identificadas plantações de beterraba, cenoura, coentro, cebolinha, couve folha, alface, espinafre, quiabo, maxixe, abóbora, pimentão, batata doce, jerimum, inhame, Cará, laranja, limão, maracujá, banana, caju, tangerina, manga, abacate, feijão e outros itens.

Figura 20 - galinhas no quintal de uma casa na Comunidade Negra Senhor de Bonfim



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

Figura 21 - Plantação de hortaliças na Comunidade Negra Senhor do Bonfim



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018..

Tanto na Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências, quanto na Associação do Ecoborborema foi registrada a produção de hortaliças e frutas. Essa é uma vantagem da participação dos produtores familiares nas associações, isto é a diversificação da produção com a inclusão de hortaliças e frutas. As hortaliças eram produzidas de forma extremamente marginal, quando era, e ficava sob os cuidados das mulheres no arredor da casa. A produção familiar era centrada na produção dos gêneros alimentícios tradicionais (feijão, milho, mandioca, batata) e em algumas matérias primas como algodão e agave (ANDRADE, 1998). Quando essas lavouras comerciais entram em crise nas décadas de 1970 e 1980, as unidades familiares também entram em crise, pois ficam dependendo unicamente da policultura alimentar.

A participação nas associações não contribuiu apenas com a diversificação da produção. Ela foi fundamental para mudanças nos processos produtivos, podendo ser destacadas as seguintes inovações:

a) Uso da irrigação: no Quilombo de Areia, os entrevistados fazem irrigação a partir do açude da propriedade (Figura 22), que foi construído, em 2002, pelos antigos donos.

Figura 22 - Vista para o açude do Quilombo de Areia



Fonte: Registro Fotográfico da autora, 2018.

A água do açude é utilizada apenas para irrigação. Para o consumo das famílias é utilizada a água dos poços e barreiros. A propriedade possui sete poços, 14 barreiros e 15 cisternas, segundo informações do Presidente da Associação. Os Associados entrevistados da Ecoborborema e da Associação de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências possuem cisternas e barreiros e também fazem uso de irrigação (Figura 23).

Figura 23 - Irrigação feita a partir de água armazenada em cisterna na zona rural de Esperança



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

Os produtores familiares fazem uso de técnicas de irrigação alternativas, como utilização das cisternas calçadão, irrigação por gotejamento como ilustrada pela Figura 24. São técnicas de irrigação que são difundidas pela AS-PTA, por outras ONG's e por órgãos governamentais como Emater e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (SILVA, 2019; FEIDEN et al, 2016).

b) Introdução de novos equipamentos: embora a maioria dos entrevistados tenham afirmado que utilizam os equipamentos tradicionais como a enxada para o preparo do solo e os tratos culturais, já se verifica o uso de trator para o preparo do solo para o plantio por alguns entrevistados e o uso do roçador elétrico para os tratos culturais. Os agricultores relataram falta de mão de obra para trabalhar no campo daí o uso crescente do roçador elétrico. No município de Esperança, os agricultores utilizavam o roçador elétrico (Figura 24) para fazer a limpa da terra. Nas palavras de um dos agricultores entrevistados: “todo mundo por essa região tá comprando um roçador de mato ou pedindo emprestado o do vizinho. Não tem quem trabalhe no sítio. Esse mato foi todo roçado com esse motor. Se o dono da casa não trabalhar não tem mão de obra pra trabalhar não”. Diferentemente do trator, o motor elétrico é um equipamento adaptado às condições do produtor familiar.

Figura 24 - Roçador de mato de agricultor da zona rural de Esperança



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

Os entrevistados que disseram que utilizam trator para ajudar no trato com a terra, pagam o aluguel da máquina por cerca de R\$ 120,00 a hora. “Aqui passa o trator pra cortar a terra aí depois vem o estrumo, aí depois planta. O trator é alugado e a quantidade de horas que precisa depende da área trabalhada. Agora mesmo eu dei um corte numa terra ali e gastei duas horas. É umas 10 horas por ano que preciso”.

c) Uso de adubação orgânica: nas três áreas pesquisadas é recorrente a utilização da adubação orgânica. Nos municípios de Esperança e Areia, todos os agricultores entrevistados afirmaram não utilizar agrotóxicos. Verificou-se nas propriedades visitadas aproveitamento de resíduos naturais através de compostagem, com o apoio da AS-PTA (Figura 25), feito com resíduos animais (esterco de gado) e material orgânico (palha de cana de açúcar, folhas de bananeiras,

capim, água etc.). O depoimento abaixo confirma o uso da compostagem orgânica feita com orientação da AS-PTA:

A gente mesmo faz o orgânico. Aqui no meu sítio tenho duas esterqueiras que a gente ganhou da AS-PTA. A gente coloca uma camada de mato, depois coloca o estrume em cima que é da garrota da gente mesmo. A ASPTA que deu essas dicas pra a gente. Quando eles chegam aqui eles ficam besta, a gente já secou uma e já estamos com uma cheia de novo (Informação verbal fornecida por agricultora familiar do município de Esperança).

Figura 25 - Aproveitamento de resíduos naturais para fertilização do solo, na zona rural de Esperança.



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

Os produtores ligados à Associação da Ecoborborema possuem uma maior consciência para não utilizarem agrotóxicos. Os associados da Ecobororema e da Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências recebem orientação técnica da AS-PTA para o manejo natural do solo. Através de oficinas, aprendem a fazer fertilizantes e inseticidas naturais. “A gente aprende a fazer tudo de forma natural utilizando caldo de cebola, caldo de alho, temos muitas alternativas naturais que vem da própria natureza e tem dado certo” (Informação verbal fornecida por agricultor do Assentamento Oziel Pereira).

Essa conscientização dos produtores familiares é particularmente importante ao considerarmos que eles são os principais fornecedores de alimento no Brasil, de um lado, e que as águas e os solos no Brasil estão, crescentemente, contaminados pelo uso de agrotóxicos em níveis muito superiores aos toleráveis em países desenvolvidos, por outro lado. Esse processo de contaminação é apontado pela pesquisa de Bombardi (2017), do Laboratório de Geografia Agrária, da USP, que analisou a contaminação da água e dos alimentos pelos agrotóxicos e mostrou que a legislação brasileira permite o uso de 5.000

vezes mais o uso de agrotóxicos na água do que os países da Europa. A quantidade de agrotóxicos que a legislação brasileira permite no arroz é o dobro do valor permitido na União Europeia, é cinco vezes maior para o milho, 20 vezes maior para os cítricos, 200 vezes maior para a soja, 400 vezes maior para o feijão.

Entre os anos de 2000 e 2014, o uso de agrotóxicos aumentou 194% no Brasil. A autora aponta ainda que as empresas produtoras de agrotóxicos no Brasil possuem descontos de até 60% em impostos. Atualmente, há uma política para flexibilizar ainda mais o uso de agrotóxicos no país. Em 2018, foram liberados 450 tipos de agrotóxicos e, em 2019, mais 503. Além disso, um em cada cinco agrotóxicos liberados são classificados como de grau máximo em termos de gravidade para humanos, considerados como extremamente tóxicos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (Repórter Brasil, 2020).

No Governo Bolsonaro, modificou-se a classificação do grau de toxicidade da Anvisa, passando-se a considerar os agrotóxicos altamente tóxicos apenas aqueles que podem causar mortes horas após o contato com o produto. Com isso, dos 2.300 agrotóxicos em comercialização, apenas 43 receberam o grau máximo de toxicidade (antes eram 800) (Repórter Brasil, 2020).

Além disso, Bombardi (2017) destaca os casos de intoxicação por uso de agrotóxicos que somam oito casos por dia, isso considerando apenas os casos notificados junto ao Ministério da Saúde. A cada caso notificado estima-se que há 50 casos não notificados, o que significa que a intoxicação em decorrência do uso de agrotóxicos é muito maior.

4.2.2.2 Alternativas de sustentação da produção familiar

Além das alterações no processo de produção comentadas no item anterior, ocorreram outras modificações incluídas no circuito da comercialização e de atividades não propriamente agrícolas que envolvem o universo da produção familiar. Interessante observar como há um conjunto de iniciativas que procuram dar maior consistência à produção familiar, uma vez que o agronegócio é incapaz de responder a algumas demandas fundamentais da sociedade, particularmente, no que diz respeito à produção de alimentos. Portanto o que ocorre no Agreste Paraibano não pode ser visto como algo que esteja desvinculado do movimento mais geral da organização social. É nesse sentido que se procura destacar quais os principais movimentos que estão sendo levados a efeito na produção familiar do Agreste, cujos principais serão discutidos a seguir.

a) Organização das feiras: como alternativa aos canais tradicionais de comercialização, as feiras se apresentam como uma das alternativas ao pequeno produtor, que os movimentos sociais e as associações dos produtores rurais passaram a organizar como canal autônomo de escoamento da produção. Os agricultores da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim participam da feira do município de Remígio e uma vez por semana participam de feiras em restaurantes de João Pessoa, que cedem um espaço dentro dos estabelecimentos para ser montada a barraca de feira. Um dos restaurantes, além de comprar produtos dos agricultores, cede o espaço sem cobrar percentual das vendas (Figura 26). Outro restaurante cobra um percentual de 5% ou 10% sobre as vendas. As feiras em João Pessoa ocorrem toda quarta-feira, desde 2016.

Figura 26 - Feira de orgânicos dos produtos da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim



Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2018.

Os agricultores da Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências vendem os seus produtos nas feiras do município de Esperança e nas feiras do Polo da Borborema (Figura 27). “Aqui a gente fornece pra feirinha da Ecoborborema. Mesmo quem não vende na feirinha, fornece os alimentos do sítio que o pessoal leva e vende lá. Minha irmã mesmo trabalha na Ecoborborema, e o que ela não tem pra levar pra feira e a gente tem a gente fornece pra ela” (Informação verbal fornecida por agricultor da zona rural de Esperança).

Figura 27 - Feira agroecológica da Ecoborborema no município de Araçagi



Fonte: Foto cedida pela Presidente da Ecoborborema, 2018.

Wolf (1975) já chamava atenção para a importância do papel das cidades para o campesinato, no tocante à relação histórica entre a cidade e o campo, como uma oportunidade para complementar a renda do campo, principalmente através da venda dos excedentes nas feiras e que isso não subordinava os pequenos produtores à lógica do lucro capitalista, mas sim lhes garantia melhores condições de vida para não migrarem para a cidade. O autor destaca essa relação não como uma situação de dominação e oposição, nem tão somente como um lugar de extração do sobretrabalho do campesinato, mas principalmente como o lócus de complementariedade. Cita o exemplo das feiras realizadas nas cidades como fonte de renda complementar à produção camponesa. Ele afirma que o que caracteriza a sociedade camponesa é a organização da unidade familiar em unidade de produção e unidade de consumo que se organizam dependendo da necessidade de consumo e da produção de excedente. Ao serem questionados sobre o custo para a comercialização dos produtos nas feiras, os entrevistados consideram apenas o custo com transporte da mercadoria, que estimam em R\$ 600,00 por mês. A receita bruta com cada feira, os entrevistados contabilizaram em torno de R\$ 2.200,00/mês. Os agricultores têm alguma noção de que os custos para se produzir no campo são altos, mas eles não fazem esse cálculo. “Existe uma grande despesa. Hoje eu tô com uma despesa no campo que tá comendo a renda das feiras. A renda das feiras eu tô jogando no campo pra cobrir as despesas”. Uma das dificuldades que se apresenta

quando se faz um trabalho sobre campesinato é a definição dos custos da produção porque o camponês não considera o seu trabalho como sendo um custo para ele. Não se leva em consideração os dias e as horas trabalhadas para produzir suas mercadorias, as horas trabalhadas para colocar os produtos no carro, descarregar e arrumar a feira e o tempo que dedica na venda com a venda das mercadorias, por exemplo. Não é preciso fazer essa conta para se ter uma ideia de que se multiplicássemos a quantidade de dias e horas trabalhadas vezes o salário e adicionássemos ao custo, provavelmente chegaríamos à conclusão de que o custo de produção é maior do que a receita da produção e, portanto, seu trabalho não é eficiente do ponto de vista da lógica do capitalismo, porque está com uma produção que não cobre os seus custos. No entanto, ano após ano, eles continuam produzindo. Isso acontece porque, conforme Tchayanov (1976) demonstrou, há algum outro motivo que faz com que ele continue trabalhando que não seja a obtenção do lucro, porque ele segue outra estrutura de produção que não é a lógica da organização da produção capitalista. Além da questão de custo, a permanência no campo se explica também por uma perspectiva cultural, de gostar do que faz no campo e a incapacidade de se acostumar com o ritmo de vida urbano. Mais uma vez isso fica claro nas falas dos agricultores:

Eu continuo no campo. Acho que é a tradição mesmo, não é que o campo compense, é que se a pessoa não for olhar pra tradição e for olhar o tanto que a pessoa gasta pra conseguir sobreviver no campo muitos desistem. (Informação verbal fornecida por associado da Ecoborborema).

Eu não saio do campo não, porque a cidade não dá pra mim não. Eu continuo no campo porque eu já tô acostumado com o dia a dia e lá na cidade eu não sei ler, aí eu vou pra cidade e eu vou ficar isolado. No campo eu já sei me movimentar. (Informação verbal fornecida por associado da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim)

Eu continuo no campo, ah, eu acho um monte de coisa, é como se diz se o campo não planta a cidade não come. A gente aqui produz, é bom demais principalmente pra família, pra valorização da família e a gente sabe que quem depende só do mercado é complicado com essa história de veneno e com o preço alto que a gente não pode pagar. Aqui tiro muita coisa do meu roçado. (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos Pequenos Produtores de Barrado Camará, Carrasco e Adjacências)

Eu fico no campo porque eu tenho aptidão mesmo. A gente tem só essa quantidade de terra e a gente consegue produzir, se alimentar e sobreviver disso. Adoro agricultura, de cavar terra pra plantar, pra colher, pra abater, pra tudo. Eu não tenho o que reclamar, adoro, gosto mesmo (Informação verbal fornecida por entrevistado da Associação dos Pequenos Produtores de Barrado Camará, Carrasco e Adjacências).

b) produção de novos produtos: em julho de 2018, ganhou espaço nas feiras agroecológicas a produção de derivados de milho não transgênico (fubá, xerém e mugunzá) produzido a partir de sementes crioulas dos bancos de sementes da região do Polo da Borborema (Figura 28).

Figura 28 - Fubá agroecológico do Polo da Borborema à venda na feira agroecológica da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim.



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2019.

A produção é feita no Banco Mãe de Sementes, no município de Lagoa Seca, criado em 2017. A estrutura física e o maquinário para beneficiamento do milho foi viabilizado através de um projeto da ASPTA com a Fundação Porticus e o governo do Estado.

c) Diversificação da produção: a questão da multifuncionalidade da unidade camponesa, em que a pequena produção familiar não produz apenas agricultura, produz uma diferenciação de bens, dependendo da relação com o mercado. E nessa diferenciação de função chama-se a atenção para o papel que o Estado, o movimento sindical e as ONG's podem ter na sustentação dessas diferenças quando, por exemplo, algumas políticas podem prover recursos para aquisição de equipamentos necessários ao beneficiamento da produção, o treinamento necessário à execução dessas novas atividades. Nessa perspectiva se enquadra a organização de cozinhas industriais para a produção de polpas de frutas, que tem à frente grupo de mulheres, que fazem do beneficiamento de produtos uma fonte de renda complementar e utilizam os produtos agroecológicos como matéria prima (Figura 29). Na Ecoborborema, além da produção diversificada, há o beneficiamento de produtos, transformando-os em bolos, tapiocas, pamonhas, fubá, mugunzá etc, que são vendidos nas feiras agroecológicas.

Figura 29 - Cozinha industrial para produção de polpa de frutas, zona rural e Esperança



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

Três entrevistadas trabalhavam com polpa de frutas feitas em cozinhas industriais, uma trabalhando de forma individual com seu núcleo familiar e as outras duas com grupos de mulheres. As cozinhas foram construídas através de empréstimos, projetos da ONG Manos Unidas e recursos próprios. Receberam treinamento e cursos da ASPTA para aprenderem a trabalhar com a cozinha.

Essa cozinha foi um projeto que veio pro sindicato que chama “mãos unidas”. Recebemos R\$ 6.000,00 de mercadoria, de troço e a gente todo mês a gente pagava R\$ 50,00, quem pudesse pagar mais de R\$ 50,00 pagava. Aí quando a gente tava mais desapertado um pouco a gente pagava de R\$ 100,00. Quando a gente tinha a renda do PAA, teve mês de a gente pagar até de R\$ 200,00. A gente já terminou de pagar esses R\$ 6.000,00 (Informação verbal fornecida por agricultora familiar da zona rural de Esperança).

Essa cozinha foi feita na minha casa, eu construí o espaço com recurso meu e do meu marido porque na hora que o grupo se desmanchar a cozinha é minha, só o material que tiver dentro é que é do grupo, mas a cozinha é minha. Pra fazer a cozinha eu consegui fazer com recurso próprio, mas pra comprar o material foi de um projeto pra Ecoborborema, um projeto das mãos unidas que a gente diz o que tá precisando e eles deram R\$ 3.000,00, mas a gente não vai pagar todo, recebe R\$ 3.000,00 e vai pagar R\$ 900,00, é a fundo perdido como se diz, e a forma de pagamento era do jeito que a gente pudesse. Eu pagava R\$ 30,00 por mês e aí outra disse que podia ficar pagando todo mês R\$ 50,00 e assim que conseguimos terminar a cozinha (Informação Verbal fornecida por Associada da Ecoborborema, 2018).

Para a confecção das polpas de frutas as entrevistadas disseram que primeiro fazem a higienização das frutas em uma mistura de água com água sanitária. Após a higienização, as frutas são colocadas na despulpadora, de onde sai a polpa separada dos caroços. Em seguida, o suco é colocado em saco de 200 ml e fechado com máquina seladora ou com nó manual. Os

entrevistados disseram que não é adicionada água à polpa e nem corantes. São vendidas a R\$ 1,00 a unidade de 200 ml. As polpas são de acerola, goiaba, cajá, jabuticaba e manga.

Eu trabalho aqui fazendo polpa aí vem um e compra 50 polpas, vem outro e leva mais 50, vem outra compra 30, compra mais 20. Não tem nem como eu saber minha renda aqui, mas eu sei que no final se eu for somar aquilo tudo dá uma renda que a gente nem imaginava que tinha essa riqueza toda no campo (Informação verbal fornecida por agricultora da zona rural de Esperança, 2018).

d) Banco de sementes: o projeto Banco de Sementes tem como objetivo a preservação das sementes nativas, também chamadas de sementes crioulas. Na Paraíba os principais difusores desse projeto foram a ASPTA e a ASA²². As sementes são armazenadas em garrafas plásticas e substituídas à medida que são utilizadas seja no plantio ou beneficiamento (Figuras 30 e 31). As sementes são de fava, milho, feijão, jerimum, quiabo, maxixe e são disponibilizadas aos agricultores, que ficam com o compromisso de repor o estoque com sementes da próxima colheita.

Figura 30 - Armazenamento de sementes da Paixão no sítio Caldeirão, na rural de Esperança



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

Figura 31 - Organização de sementes da paixão no Assentamento Ozziel Pereira



Fonte: Aspta, 2018.

Apesar da grande variedade de sementes e o PAA abranger a modalidade compra de sementes, a Ecoborborema não foi contemplada com recursos do Programa nessa modalidade. De acordo com informações da presidente da Ecoborborema e da ASPTA, o território da Borborema possui mais de 60 bancos comunitários de sementes e milhares de bancos familiares. Em levantamento feito em 2018, havia um estoque de 25 toneladas de sementes de

²² Para uma maior discussão sobre o Banco de Sementes ver a dissertação de Leandro Nascimento (2011).

150 variedades de produtos agrícolas. As sementes armazenadas são submetidas a um processo de validação (Figura 32). O depoimento abaixo atesta esse processo:

O ano passado vieram aqui pra pegar o milho que a gente tem no roçado pra levar pra saber se não é transgênico, o resultado saiu e não é transgênico não. A semente é da gente mesmo, a gente guarda aqui. Nós mesmos temos o nosso banco de semente aqui.

As sementes a gente já tinha, já vinha desde antigamente guardando as sementes e assim nós nunca perde as sementes. A gente ainda tinha 13 garrafas de milho guardada do ano passado mais num sei quantas garrafas de feijão (Informação verbal fornecida por guardiã das sementes da Paixão, do sítio Caldeirão, em Esperança).

Figura 32 - Certificado de Sementes da Paixão de família guardiã de sementes crioulas na zona rural de Esperança-PB



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

e) Formação do grupo de mulheres “As Margaridas”: uma das características da Ecoborborema é a transformação das relações de poder e empoderamento das mulheres. Para tanto, é necessário agrupar as mulheres em torno de um objetivo concreto. No caso específico de “As Margaridas”, o objetivo inicial é trabalhar com produtos beneficiados para a venda ao PAA e às feiras agroecológicas. Os produtos são bolos, doces, tapiocas e pamonha.

O PAA da gente é 100% de mulheres, mas a maioria das mulheres estavam porque era obrigatório colocar no nome delas, elas iam só receber e por trás tava os homens trabalhando, mas a gente formou o grupo de mulheres aí já mudou, tem muitas mulheres que estão à frente de tudo, do lado do marido e não atrás deles.

A fala das entrevistadas sugere que a política pública e as feiras agroecológicas podem colocar a mulher em um papel de protagonista nas relações sociais do campo. Nesse sentido, Rubin (1986) afirma que, em qualquer tempo e em qualquer lugar, a mulher é simplesmente

uma mulher, mas dependendo das relações sociais em que ela se encontra, se transforma em esposa, mãe, cuidadora etc. Ou seja, o papel da mulher na sociedade não é algo que existe naturalmente pelo fato de o indivíduo ter nascido mulher, mas é determinado pelas relações estabelecidas em cada sociedade. Nesse sentido, Rubin (1986) utiliza o termo “mulher domesticada”, no sentido de que a mulher se torna “domesticada” dependendo de determinadas relações sociais. A partir da interpretação da teoria marxista, o autor afirma que é preciso enxergar o ordenamento social que transforma alguma coisa em uma outra coisa, de modo que a mulher na abordagem de Marx pode ser analisada sob a importante ferramenta de análise que são as condições sociais históricas morais. O caso em análise mostra como um papel historicamente definido de subordinação da mulher pode ser rompido através de ações concretas e objetivas. Desse modo, a teoria marxista, a partir da leitura de Rubin (1986), mostra que se o papel da mulher é historicamente construído, então o seu papel na sociedade pode ser modificado alterando-se as relações sociais que determinam o ser mulher.

f) Fundo rotativo solidário: os Fundos Rotativos Solidários (FRS) são formados por poupanças (de recursos financeiros ou produtos) que objetivam viabilizar atividades produtivas de grupos sociais enquadrados no contexto dos empreendimentos solidários²³. O grupo de mulheres “As Margaridas” também formou o Fundo Rotativo Solidário, com recursos de oito mulheres que fazem contribuições seja com doações financeiras, seja com a doação de produtos. O Fundo Rotativo Solidário ajuda as famílias do Polo da Borborema com o processo produtivo agroecológico. Com o dinheiro, o grupo de mulheres oferece empréstimos a outras mulheres e o pagamento pode ser feito em dinheiro ou em animais. Na explicação de uma das entrevistadas:

A partir do momento que a gente começou a participar do PAA, do PNAE, começamos a participar de várias reuniões, de vários espaços e a gente viu que a gente precisava elaborar uns projetos pras mulheres ter seu dinheiro, pras mulheres ter suas galinhas e ter suas hortas. Foi aí que nós criamos o fundo solidário. (Informação verbal fornecida por agricultora familiar do grupo As Margaridas).

O fundo rotativo solidário é o seguinte: as mulheres sempre gostaram de plantar e de criar ao redor de casa. E galinhas e plantas não se unem. Nós precisávamos de tela pra cercar as galinhas. Nós recebemos da ASPTA o arame pra construir as telas e nós mesmas confeccionava as telas e cercava as galinhas. Isso melhorou a produção das plantas e melhorou a criação das galinhas. Na época cada uma recebeu o arame que era no valor de R\$ 350,00. Começamos com oito mulheres e todo mês a gente ia pagando esse valor. A gente organizou direitinho na caderneta e todo mês cada uma ía pagando como conseguia e com isso fomos conseguindo

²³Para uma discussão mais detalhada dos Fundos Rotativos solidários veja a tese de Favrin (2018).

juntar um dinheirinho pra já ir ajudando outras mulheres e hoje nós temos dinheiro na conta.

Se for em dinheiro a gente empresta e a pessoa paga 10% porque é empréstimo. Se for em animais aí por exemplo você recebe uma ovelha e paga com a cria das galinhas que já tiver no terreiro. (Informação verbal fornecida por agricultora familiar do grupo As Margaridas, 2018).

Todos esses projetos, somados às feiras agroecológicas contribuem para construção do território do pequeno produtor familiar dentro do espaço do Agreste Paraibano, onde as famílias conseguem reproduzir o seu modo de produção, com suas práticas agrícolas sustentáveis e passadas de geração a geração, a exemplo do armazenamento e produção a partir das sementes da paixão. Convém agora discutir qual o papel que teve o PAA nesse processo de reorganização produtiva e social no conjunto dos produtores familiares das comunidades investigadas que se dedicam à produção agropecuária.

4.2.2.3 O PAA e o fortalecimento da agricultura familiar

O PAA, através da atuação com o mercado para a venda do excedente da produção da agricultura familiar apenas reforça o seu modo de vida tendo as feiras e o mercado como complemento da renda auferida nas atividades habituais do campo. Ou seja, o PAA evidencia a importante relação existente entre a unidade de produção familiar, o Estado, a política pública e o próprio mercado.

As políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos chegam aos agricultores no início dos anos 2000 e provocam um reavivamento dos Assentamentos, permeando todos esses projetos que são desenvolvidos no meio rural.

A Ecoborborema começou a participar do PAA em 2006 e participou até 2017 (PAA 2017 vigente até agosto de 2018). De acordo com os dados disponíveis no site da Conab, em 2010, o PAA foi formalizado em R\$ 43.111,20 e beneficiou 29 agricultores da associação. Em 2014, no auge do Programa, foram disponibilizados R\$ 470.002,17 que beneficiou 78 agricultores. No último PAA vigente em 2017, o valor formalizado foi de R\$ 176.346 para 37 beneficiários (Tabela 14). A cota média individual por agricultor, em 2017, foi de menos de R\$5.000 para o período de vigência do último contrato do Programa.

Foram comercializados em torno de 71.526 kg de alimentos orgânicos dos agricultores familiares da Ecoborborema, em 2017. Os principais produtos foram: mandioca (18.681 kg), batata (15.126 kg), laranja (12.850 kg), milho (9.298 kg), limão (2.200 kg), alface (2.413 kg),

couve (2.080 kg), abóbora (2.050 kg), banana (1.900 kg), coentro (1.790 kg), feijão (1.429 kg), manga (800 kg), cebolinha (456 kg), maxixe (250 kg) e cenoura (200 kg).

Tabela 14 – Valor formalizado, número de beneficiários fornecedores, número de produtos e quantidade de produtos no PAA da Ecoborborema, de 2010 a 2017

Anos	Valor Formalizado	Nº Fornecedores	Nº de produtos	Quantidade de Produtos (gg)
2010	43.111,20	15	29	37.160,00
2011	98.997,15	22	37	58.028,00
2012	132.123,67	29	32	78.845,33
2013	268.758,38	56	29	163.098,24
2014	470.002,17	78	18	240.005,47
2015	190.108,39	38	15	146.674,57
2016				
2017	176.346,70	37	15	71.526,25

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Conab.

A Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim participou do PAA de 2005 até 2017, (o PAA 2017 esteve vigente até agosto de 2018), ofertando 11 tipos de produtos orgânicos: alface, banana, cebolinha, coentro, couve, espinafre, laranja, limão, pimentão, mandioca e bolo (Figura 33).

Figura 33 – Produção de hortaliça na Comunidade Negra Senhor do Bonfim



Fonte: Registro fotográfico da autora, 2018.

No PAA de 2017, 29 pessoas da Comunidade Negra Senhor do Bonfim participaram do Programa (Tabela 15). Segundo dados da Conab, no ano de 2017, foram negociados 65.000 kg de produtos na Comunidade com o PAA, sendo 3.378 kg de alface, 18.017 kg de banana, 3.753 kg de bolo, 2.252 kg de cebolinha, 2.252 kg de centro, 2.252 kg de couve,

2.252 kg de couve, 13. 512 kg de laranja, 9.075 kg de limão, 1.515 kg de pimentão, 7.424 kg de mandioca.

Segundo os entrevistados da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, nesse período de vigência, o PAA representou uma alternativa de fonte de renda para a comunidade, além de permitir um maior empoderamento dos agricultores com o sentimento de levar alimentos saudáveis para a mesa de mais de 1.400 famílias. Os produtos do PAA foram entregues na Paróquia de Areia e destinados à ONG Bombeiros voluntários (1.000 famílias) e APAE (480 famílias).

Tabela 15 – Valor formalizado, número de beneficiários fornecedores, número de produtos e quantidade de produtos no PAA da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, de 2010 a 2017

	Valor formalizado (R\$)	Nº Fornecedores	Nº de produtos	Quantidade de produtos (kg)
2010	112.500	25	13	71.010
2011	159.826	36	11	99.021
2012	114.732	24	14	96.948
2013	171.463	35	9	96.775
2014	211.395	34	13	121.174
2015	263.254	33	10	136.325
2016	247.691	31	9	121.046
2017	230.790	29	11	65.682

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Conab.

O que se observou na Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim é que o PAA possuía uma dinâmica de abrangência de um número bem maior que os 29 beneficiários e suas famílias. Durante as entrevistas esteve bastante presente a fala de que apenas 10 pessoas (cerca de 10%) do quilombo não participavam do PAA. Na explicação do Presidente da Associação:

Essas 29 pessoas são os beneficiários, mas nem todos tem o produto completo na hora da entrega na Conab aí vinha outra que não era beneficiária no PAA e contribuía com o beneficiário. Faz um repasse pra todo mundo dar de conta do projeto. E assim continuava. Quando um não tinha o produto o outro tinha. Então é por isso que hoje a comunidade toda sente muita falta do PAA, até quem não era o beneficiário.

Aqueles que não participavam como beneficiário do PAA de alguma forma eram beneficiados pelo Programa. Ou por ser dependente daquela família beneficiária do PAA ou por ofertar seus produtos aos beneficiários.

A Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Câmara, Carrasco e Adjacências participou do PAA em 2010, 2011, 2014 e 2017. Em 2010, a associação recebeu R\$ 75.389 para 22 produtores que ofertaram 16 tipos de produtos ao PAA, totalizando 88.030 kg de alimentos. Em 2014, a associação recebeu R\$ 194.995 do PAA, para 30 beneficiários fornecedores. Foram ofertados 161.564 kg de alimentos. No último PAA, em 2017 (com vigência até junho de 2018), 24 pessoas participaram do Programa e foram produzidos 56.356 kg de produtos para o Programa (Tabela 16).

Tabela 16 – Valor formalizado, número de beneficiários fornecedores, número de produtos e quantidade de produtos no PAA da Associação dos pequenos produtores de Barra do Câmara, Carrasco e Adjacências, em 2010, 2011, 2014 e 2017.

Anos	Valor Formalizado (R\$)	Nº Produtores	Nº Produtos	Quantidade de Produtos (Kg)
2010	75.389	22	16	88.030
2011	134.989	31	9	131.102
2014	194.995	30	8	161.564
2017	83.987	24	5	56.356

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Conab

Nota: A Associação dos pequenos produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências não foi contemplada no PAA em 2012, 2013, 2015 e 2016.

O PAA interfere não apenas na construção do espaço da comunidade, através das práticas produtivas. Os entrevistados disseram que passaram a ter um maior cuidado em não utilizar agrotóxico por esta ser uma exigência de participação do Programa. Além disso, a participação no Programa estimulou a diversificação da produção, sobretudo na produção de hortaliças.

A importância do PAA é reconhecida por todos os produtores nas três comunidades visitadas, ao afirmarem que “o PAA melhor coisa que teve pra nós até hoje.”, conforme o depoimento transcrito abaixo:

O PAA foi a coisa melhor do mundo que Lula deixou, porque antes já tava pra sair com aquele Fernando Henrique Cardoso, mas nunca saiu não. Aí depois que Lula entrou começou a ter esse projeto, foi que botou pra frente as coisas aqui. Foi o melhor projeto que teve pra nós até hoje. (Informação verbal fornecida por agricultor familiar da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, 2018).

O preço de tabela do PAA geralmente é mais baixo que o preço nas feiras (ver tabela 17). Os entrevistados apontaram que mesmo com o preço mais baixo, preferem vender ao PAA porque o Programa garante o preço mínimo durante todo o período de vigência (o preço não fica sujeito às oscilações do mercado e às safras), a quantidade de produtos vendida é

certa (comprador garantido) e a quantidade de produtos geralmente é maior que a quantidade de produtos vendidos nas feiras ou a atravessadores.

Tabela 17 – Preço dos produtos ofertados nas feiras e preço de tabela do PAA

Produtos	Quantidade	Preço nas feiras (R\$)	Preço de tabela do PAA (R\$)
Abacate	Kg	8,00	3,53
Alface americana	1 pé	2,50	2,60
Banana	Kg	2,00 a 4,00	1,70 a 4,00
Batata doce	Kg	3,00	1,54
Berinjela	Kg	4,00 a 5,00	2,23
Cebolinha	Kg	2,00	5,46
Cenoura	Kg	3,00	2,63
Couve	Kg	8,00	6,32
Couve-flor	Kg	12,00	3,74
Espinafre	Kg	9,00	7,86
Feijão verde	Kg	15,00	3,35
Goma de tapioca	Kg	6,00	1,50
Laranja comum	Kg	4,00	1,42
Limão galego	Kg	10,00	2,07
Limão Tahiti	Kg	4,00	3,13
Manga	Kg	4,00	2,76
Maracujá	Kg	8,00	2,69
Ovos	Bandeja	12,00	3,60
Pimentão	Unid	2,00	1,16
Pepino	Kg	3,00	1,43
Tangerina	Kg	4,00	1,00
Bolo	Kg	8,00	3,50

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Presidente da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim.

O sentimento de melhoria é expresso através da renda individual obtida com o PAA, que varia de acordo com a cota de produção dos agricultores. As pessoas declararam receber de R\$ 200,00 a R\$ 1.000 com a participação no Programa. Os entrevistados que participavam do PAA afirmaram que o incentivo ao aumento da produção vinha do Programa, ou seja, se o PAA tivesse maiores recursos eles teriam condições de expandir a produção.

Em relação aos agricultores que haviam deixado de participar do PAA, vigente em 2017, eles declararam obter renda inferior quando comparado ao período em que participavam do PAA. Esses entrevistados disseram complementar a renda com a venda a atravessador e venda nas feiras. A saída do PAA implicou em reduzir a produção, pois não tem mais garantia da demanda e do preço como tinha durante o período em que integrava o PAA. No depoimento abaixo, o entrevistado ainda justifica o preço mais baixo pago pelo atravessador.

Aqui eu produzo pouco, só quase pro consumo da minha família. Mas sempre sobra umas coisinhas que dá pra a gente mandar pelo pessoal pra vender na feira de João Pessoa. Eles são tipo um atravessador, so que paga um preço justo. Nos leva uma caixa dessa aí chega la ele vai embalar pra entregar. Ele é como um atravessador, ele pega na horta e ele tem os custos, ele vai embalar, tem gasolina pra levar, tem almoço, tem despesas, aí se ele for sair daqui e comprar pro preço normal não da pra ele pagar os custos não porque ele tem que tirar o dele (Informação verbal fornecida por agricultor da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, 2018).

A renda dos entrevistados caiu, em média, em relação ao valor que recebiam com o PAA e, além disso, disseram que diminuiriam a produção por não possuir escoamento certo para a quantidade que era produzida anteriormente.

Hoje é diferente porque antes nós plantava de acordo com o PAA. Vamos supor que no PAA tinha batata e laranja pra entregar, nós já produzia aquela quantidade maior de batata e laranja que era venda certa, sabia que não ía se estragar se não vendesse. Vamos supor, eu produzia meu roçado normal que ia pras feiras e pro atravessador, só que a outra parte era produzida a mais por causa do PAA. Hoje eu produzo as mesmas coisas, hortaliças, mas só que a quantidade diminuiu.

Com o fim do PAA, a gente tá tendo um embate muito grande aqui porque tinha muitas Associações que acessavam o PAA. Desde final de 2017 que não estão mais conseguindo acessar, então isso desestimulou os agricultores. Os agricultores passaram um período bom, vendendo suas safras, era carregadas e mais carregadas de produtos que saía, fazia gosto. Com a queda do PAA muitos agricultores fica produzindo só aquelas coisinhas mesmo pra sobreviver. A minha renda hoje varia muito, não é nem um salário mínimo. Eu não sei quanto é. Tem semana que possa ser que ganhe R\$ 200,00, na outra semana ganhe 500, na outra não ganha e assim vai (Informação verbal fornecida pelo presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências, 2018).

Os entrevistados disseram que outra vantagem do PAA é que o contato é diretamente dos agricultores com representantes da Conab e que isso diminui a influência política na escolha dos beneficiários. Mas, afirmaram que, em épocas de eleições, muitos políticos procuraram obter votos a partir de promessas com o PAA, a exemplo do relato deste agricultor:

Com o PAA acabando e na época de eleição, alguns candidatos chegaram pra mim e disseram assim: se você me apoiar lá que eu destravo o PAA. Teve candidato a Deputado Federal aqui prometendo que se ganhasse ia liberar os recursos do PAA. Eles diziam: olhem se vocês tudinho fecharem comigo eu consigo resolver lá em Brasília pro PAA chegar pra vocês. Aqui a gente conversou e dissemos não é assim que funciona e não é assim que tem que ser. Eu vou tentar de outro jeito e espero que eles tenham bom senso pra liberar os recursos (Informação verbal fornecida por agricultor da zona rural de Esperança, 2018).

Diante da perspectiva de extinção do PAA, uma saída seria os produtores familiares contarem com um respaldo das Prefeituras. No entanto, os depoimentos colhidos mostram que as prefeituras não se envolvem, ou se envolvem muito pouco, no apoio à produção e à comercialização:

A Prefeitura não ajuda em nada aqui na comunidade, nem na balança pra pesar os produtos que entregamos. Eu já disse a eles que isso é uma vergonha, o poder público do município não ajudar com nada, que desse pelo menos uma balança pra pesar os produtos que o povo recebe da gente. Até o frete pra levar a mercadoria pra entregar na cidade sai do bolso da gente (Informação verbal fornecida pela Presidente da Ecoborborema, 2018).

A produção dos pequenos produtores familiares não se restringe à produção de uma mercadoria para o mercado, como ocorre na lógica capitalista. Carrega várias relações sociais de indivíduos de uma mesma família ou não, que se relacionam entre si em torno de um modo de produzir que garanta o mínimo para a sobrevivência no campo, que pode estabelecer novas relações entre o produtor e a natureza e entre a vida no campo e a vida na cidade. Nas palavras do Presidente do sindicato de Remígio:

Tem muito produtor mais puxando pro orgânico e isso já é bom porque não usa veneno e não produz transgênico, é uma produção voltada ao mercado, mas muitas vezes esquecem o equilíbrio ambiental e social. Tem uma diferença bastante grande entre o orgânico e o agroecológico. A Agroecologia ultrapassa o orgânico. O orgânico é como se fosse um pedacinho da agroecologia. A agroecologia tem a questão social, a questão política. Então você pode se especializar num produto sem veneno, mas sem se preocupar com a relação familiar. Não precisa se preocupar se o marido explora a mulher ou se torna ela invisível dentro de casa. O importante é que você está produzindo tomate sem veneno e aquilo dali vai pro mercado. O agroecológico tem que se preocupar com essas questões tudinho. Então quando você produz tomate você não está apenas produzindo o tomate, está produzindo várias relações sociais porque todos produzem e todos precisam daquela produção pra viver. Você precisa participar da atividade comunitária porque você se relaciona com seu vizinho, porque se você produz a semente da paixão e seu vizinho não, o milho do quintal do seu vizinho vai polinizar o seu. Então tem que ser uma produção que pense no comunitário. Esse é um dos papéis do sindicato aqui, é fazer esse despertar pra eles (Informação verbal fornecida pelo Presidente do Sindicato de Remígio, 2018).

Em relação ao sindicato, possui um papel ativo apenas no Polo da Borborema, com apoio à organização social dos agricultores. Todos os entrevistados da Ecoborborema declararam receber apoio do sindicato, através do Polo da Borborema, com orientação para o gerenciamento do fundo solidário, orientações na produção e conscientização política e social. Percebe-se um sindicato atuante, juntamente com a AS-PTA que presta assistência técnica aos

agricultores da região da Borborema, contribuindo quanto à conscientização das relações comunitárias de produção para o fortalecimento do grupo.

De acordo com o presidente do sindicato de Remígio, o apoio do sindicato juntamente com a AS-PTA, no Polo da Borborema, se dá no sentido de se formar uma consciência social e política nos agricultores familiares, de modo que se compreenda que a produção de alimentos perpassa uma série de questões políticas e sociais decorrentes da relação entre o homem, a natureza e a sociedade.

O mesmo se verificou no município de Esperança, com os associados da Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências, onde também há a presença do sindicato, que faz parte do Polo da Borborema, atuando junto aos produtores da região. De alguma forma isso contribui para formar uma consciência política de que os produtores familiares são uma classe oprimida que vem perdendo direitos a exemplo do PAA enquanto conquista social ameaçada.

Aqui é muita luta. A gente tenta refletir sempre pros agricultores que nós estamos perdendo os nossos direitos. A gente tem reunião mensal que é as assembleias do sindicato de Esperança e também sempre se reúne com o sindicato do polo da Borborema. A gente faz reflexão juntos sobre essa problemática todinha que a gente tá vivendo. A gente participa de protesto tanto na região quanto de fora. A gente faz atos pra retomada das políticas públicas, da retomada da construção das cisternas, do Bolsa Família, do PAA, que tá se acabando tudo. Participamos da caravana da fome que saiu percorrendo os caminhos que Lula percorreu e vendo que a fome tá voltando e que os trabalhadores estão cada vez mais perdendo os seus direitos (Informação verbal fornecida pelo Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Esperança, 2018).

Apenas nos municípios ligados ao Polo da Borborema verificou-se algum trabalho de mobilização de sindicatos rurais junto aos agricultores familiares para conscientização do grave cenário atual de perda de direitos e retrocessos na área social.

Os membros dos sindicatos entrevistados veem o PAA como uma alternativa viável de contribuição para melhoria da renda rural, mas reconhecem a dificuldade de uma maior participação de luta para que o PAA permanecesse em alguns municípios. São muitas as forças que atuam para o estrangulamento das políticas públicas, com a restrição de recursos, fim de uma maior participação da sociedade civil no acompanhamento e atuação dessas políticas, com exclusão de membros da sociedade civil nos Conselhos dos Programas do Governo e implementação de uma nova agenda neoliberal no país.

Talvez por falta de alternativa, se percebe certo “conformismo” com o fim do Programa como algo que não tem mais volta e não há o que fazer. “A gente vai na Conab

perguntar dos recursos e só escuta que não tem mais dinheiro. O PAA é uma coisa que nem se fala mais na Conab” (Informação verbal fornecida por agricultor familiar da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim).

O Quadro 3 apresenta uma visão de conjunto das cinco comunidades investigadas a respeito da importância do PAA em cada comunidade visitada, bem como as dificuldades que estão enfrentando com o fim do Programa e as estratégias que estão traçando para garantir a sobrevivência da pequena produção. Em suma, em todas as comunidades, foi ressaltada a importância do PAA para modificar a vida dos produtores. Modificações que se expressam na diversificação da produção expressa na introdução de novas atividades, de novos investimentos, de suporte para elevação do nível de renda dos produtores. Isto vai ao encontro da percepção de que o Estado desempenha um papel fundamental na sobrevivência da pequena produção, sobretudo quando se observa um aprofundamento das relações mercantis na estruturação social e econômica.

Fica também evidenciado, no estudo das cinco comunidades, o papel fundamental desempenhado pelas ONG's, sindicatos e assessorias no sentido de ajudar os produtores familiares a buscarem novos caminhos e aproveitarem das vantagens que são oferecidas pelas políticas públicas.

Por outro lado, é unânime a percepção de que o fim do PAA representa um retrocesso significativo nas formas de organização da produção, da comercialização e da sociabilidade que foram sendo construídas ao longo do período de vigência do Programa. Isto tudo com reflexos significativos no nível de renda das famílias e, portanto, no padrão de vida dos produtores rurais.

Esse quadro mostra uma visão geral da percepção dos agricultores entrevistados sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no Agreste Paraibano e se observa que os pontos encontrados são semelhantes aos destacados nas demais pesquisas na área de Geografia sobre o tema, apresentadas na seção 4.2. A presente pesquisa avança no sentido de captar os efeitos do fim do PAA para as comunidades pesquisadas e quais as alternativas que se apresentam.

Todos os entrevistados disseram que o fim do PAA é prejudicial, mas não se verifica reação sistêmica a essa realidade, a não ser no Polo da Borborema, mas que mesmo assim não chega a se traduzir politicamente, pois há uma estrutura de poder que é maior do que isso, demonstrando a ideia de que a sociedade camponesa é tributária de uma sociedade mais ampla, a sociedade capitalista. O sindicato consegue conscientizar parte dos agricultores do Polo da Borborema, mas não consegue, com isso, quebrar a estrutura de poder.

Quadro 3 – Associações visitadas, ano de criação das associações, ano de início do PAA, importância e dificuldades do PAA e alternativas ao fim do Programa

(continua)

Associações	Início do PAA	Importância do PAA	Dificuldades do PAA	Efeitos do fim do PAA	Alternativas ao fim do PAA
Associação dos Piscicultores e Aquicultores do Município de Araçagi	2009	Redução da dependência de atravessadores; renda maior; pagamento em dia; venda garantida; ajuda na organização da produção; previsibilidade em relação à renda; ajuda aos beneficiários consumidores; incentivo à formação de cooperativas e associações; melhora da autoestima dos associados; melhora na qualidade do produto; ajuda na realização de novos investimentos.	Falta de apoio logístico; dificuldade de construir consciência de grupo; dificuldade de cumprir com as exigências normativas e sanitárias;	Renda incerta; redução do número de pessoas envolvidas com a produção de peixes da Associação; incertezas quanto à renda e comercialização da produção; incertezas quanto às alternativas ao fim do PAA; redução da produção.	Construção de barreiros p/ criação de alevinos (construídos, mas sem uso); Barraca p/ venda de peixe (em funcionamento desde 2019); venda a atravessadores;
Associação dos Piscicultores de Acauã	2007	Renda garantida; possibilidade de reforma da Associação; pagamento em dia.	Curto período de abrangência (6 meses).	Volta da dependência de atravessadores para a venda do excedente; redução da renda; dificuldade para manutenção da Associação; redução da produção.	Venda a atravessador
Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim	2005	Quantidade vendida é maior que nas feiras e a atravessador; pagamento em dia; renda garantida; preço maior que o pago pelos atravessadores.	Alto custo de investimento; dificuldades de trabalho coletivo.	Demanda insuficiente para a diversidade de produtos da Associação; redução da renda;	Venda dos produtos nas feiras dos municípios de Remígio e João Pessoa

Quadro 3 – Associações visitadas, ano de criação das associações, ano de início do PAA, importância e dificuldades do PAA e alternativas ao fim do Programa

(conclusão)

Associações	Início do PAA	Importância do PAA	Dificuldades do PAA	Efeitos do fim do PAA	Alternativas ao fim do PAA
Associação dos Agricultores e Agricultoras do compartimento da Borborema (Ecoborborema)	2006	Conseguem guardar um percentual do projeto p/ manutenção da Associação; renda garantida; facilita o planejamento da produção; preço maior do que os pagos pelos atravessadores.	Baixo engajamento dos sócios na administração da Associação.	Redução da renda; dificuldade para manutenção dos custos da Associação.	Vendas nas feiras agroecológicas e a atravessadores.
Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Camará, Carrasco e Adjacências	2010	Compra garantida; preço garantido; renda maior; regularidade no pagamento; não precisa do intermédio de atravessador; venda extra; melhor aproveitamento da produção.	Redução da renda; dependência de atravessadores.	Redução da renda; volta da dependência de atravessadores para a comercialização dos produtos; desânimo dos produtores; redução da produção.	Venda a atravessadores e nas feiras.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações fornecidas pelos entrevistados na pesquisa de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma primeira consideração a ser feita é que o PAA não surgiu por acaso, mas está inserido em um contexto histórico de muita luta, resistência e reivindicações dos agricultores familiares para conquistarem a terra e se manterem no campo. Esse processo histórico não ocorre de forma pacífica. Ele envolve violência, violações de direitos humanos, superexploração da mão de obra, expropriação dos meios de produção, o que faz com que o pequeno agricultor enfrente uma lógica de dominação que está muito acima de suas forças.

É o que demonstrou o resgate da história das comunidades pesquisadas, em que se evidencia a importância dos movimentos sociais para a conquista de um território de disputa e de poder e para sua transformação em um território de esperança. Esse processo histórico se reflete na organização espacial do Agreste Paraibano.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado como uma das ações de um projeto mais amplo de enfrentamento à fome e à insegurança alimentar e nutricional da população de baixa renda, o Fome Zero, ao mesmo tempo em que propõe o fortalecimento da agricultura familiar através da compra institucional dos seus produtos.

O discurso do poder público em torno dessas ações não se concretiza em termos de recursos que efetivamente tenham um impacto maior, o que não significa dizer que o PAA não contribuiu para o cumprimento do seu objetivo de fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional da população beneficiada com a política pública. No entanto, a análise efetuada evidencia que o Programa foi insuficiente, dada a sua dotação de recursos, para modificar de forma estruturalmente sustentada a organização da produção familiar de modo a garantir a sua permanência no contexto do desenvolvimento capitalista do campo brasileiro.

Com efeito, o PAA não conseguiu modificar todo o espaço agrestino, pois foi pequena a sua atuação em termos de abrangência e em termos de recursos. Mas, apesar de pequeno, o número de municípios atendidos e o número de famílias por ele beneficiadas, retrata uma melhoria na porção do território conquistada pela luta popular.

É aí que se revela a importância e necessidade do fortalecimento da atuação do Estado junto à agricultura familiar, de modo que se possa aumentar o espaço de construção de territórios que sejam sustentáveis e que ofereçam as bases para o desenvolvimento das organizações produtivas em suas mais diferentes configurações.

A porção do território reformulada pelo PAA é transitória, não porque o pequeno produtor não tenha condições de se fortalecer enquanto grupo, mas porque está dentro de uma

sociedade mais ampla cuja lógica dominante é a do sistema capitalista que apresenta nível maior de produtividade e de competitividade em confronto com as formas familiares de produção e de organização. Em outras palavras, porque se trata de um território ainda submetido às amarras do capital, malgrado a luta para torná-lo emancipado. A política pública implantada pelo Estado capitalista se, por um lado, fortalece a produção familiar, por outro, a submete a regras que podem ser destruídas pelo próprio Estado.

Mesmo assim, o PAA traz a lição de como a produção familiar pode ser incentivada por meio de políticas públicas no sentido de oferecer os recursos mínimos para a manutenção e recriação dessa forma de organização produtiva e social no espaço do Agreste Paraibano, reforçando a construção de seu território, apesar da estrutura capitalista dominante que a cerca.

A partir do golpe de 2016, vai se modificando esse território construído a partir do PAA, vindo à tona incertezas, apreensão, medo, desestímulo e insegurança aos agricultores. Quadro de incertezas que é aprofundado no atual governo de orientação, de um lado, autoritário e de perseguição aos movimentos sociais, e de outro lado, de subordinação aos interesses do grande capital.

O processo de atuação do Estado se dá de forma tensa e contraditória, ora com momentos de expansão, ora com momentos de desconstrução das políticas e o processo de reação com ações de resistência dos agricultores leva tempo para se fortalecer enquanto luta dos movimentos sociais.

Assim como a fome é uma decisão política, conforme já chamava a atenção Josué de Castro, o fortalecimento da pequena produção familiar também é uma decisão política. Apesar de a decisão política apontar para o caminho de abandono de políticas públicas que fortalecem a pequena produção familiar, o que se observou em campo foram respostas dos agricultores e piscicultores no sentido de que, apesar de todo esse grave cenário político que tem se efetivado no país, eles buscam estratégias que lhes permitam continuar no campo.

Nesse sentido, eles resistem e procuram formas, mesmo que insuficientes e precárias, para manter a subsistência mínima de sua família a partir das atividades do campo. Isso por si só já representa, mesmo que de forma inconsciente, resistência à estrutura de poder que insiste em relegar a pequena produção familiar a segundo plano, não obstante a sua importância no fornecimento de bens necessários à alimentação dos brasileiros.

Essa forma de resistência só é possível porque a pequena produção familiar sobrevive baseada em outra lógica de produção que não é a lógica do modo de produção capitalista, corroborando as ideias defendidas por Tchayanov de que o campesinato consegue se

reproduzir mesmo nas condições mais insustentáveis para o capitalista. Isso posto, a tese que se aponta é a de que a pequena produção familiar encontra formas de sobrevivência e não tende a desaparecer.

Outro ponto a ser destacado é que o PAA ao inserir o pequeno produtor no mercado através das compras institucionais, não modifica a sua lógica de produção e não o subordina ao lucro capitalista, apenas fortalece o seu modo de vida e garante o seu principal objetivo que é a subsistência dos membros de sua família a partir das atividades agrícolas.

Fica evidente que os impactos sociais do PAA na agricultura familiar são significativos e estão para além do aumento da renda e da produção, pois tendem a afetar toda a organização social e cultural do sistema em que se inserem as unidades de produção familiar. Por outro lado, incentiva toda uma comunidade a continuar resistindo às investidas do capital, fortalecendo o modo de vida das unidades de produção familiar.

Conforme apontado pela teoria marxista, embora para se legitimar o Estado precise atender a demandas de setores menos favorecidos, ele reflete os interesses da classe dominante. Essa classe defende o avanço do capital e o favorecimento de políticas que beneficiem o agronegócio e a grande propriedade latifundiária. Um dos grandes desafios históricos da pequena unidade de produção familiar é continuar rompendo com essas estruturas de poder para ter suas demandas atendidas pelo Estado capitalista.

Um caminho apontado por Kautsky para o fortalecimento da pequena produção familiar é a união em grupos através da formação de associações e cooperativas, fazendo com que os pequenos produtores rurais tenham maiores chances de sobreviver frente a superioridade técnica da grande agricultura. Nas comunidades pesquisadas, as Associações e grupos de trabalhos, como os verificados no Polo da Borborema, apontam vários caminhos através dos quais a pequena produção familiar consegue se manter no campo, apesar das dificuldades apontadas.

Essas iniciativas promoveram o fortalecimento de grupo de mulheres, antes invisíveis, a formação de créditos rotativos solidários que possibilitam uma organização interna da produção, a formação de bancos de sementes comunitárias etc, que de alguma forma tornam essas comunidades mais fortalecidas para o enfrentamento dos desafios que estão postos.

O PAA demonstra que o Estado, após todas as pressões dos movimentos sociais, às vezes, pode adotar políticas públicas que não beneficiam apenas o capital, mas essa pressão sobre o Estado é baixa de modo que a Política Pública não perdura por muito tempo e em seu breve período beneficia um pequeno número de agricultores.

O contexto de fim do PAA ainda é recente, talvez por isso ainda não se verifique, pelo menos nas comunidades pesquisadas, reação a essa nova realidade. O PAA foi um Programa que por aproximadamente 10 anos trouxe benefícios às comunidades estudadas, com aumento da renda, diversificação da produção e melhoria da qualidade de vida.

Assim como acontece nas comunidades que produzem peixe, as formas de resistência que os agricultores que produzem hortifrutigranjeiros estão encontrando ao fim do PAA são também muito frágeis. Tanto é que, embora no Polo da Borborema possuam a alternativa da rede de feiras agroecológicas, elas ainda são insuficientes, precisando recorrer a atravessadores para complementar a renda.

O PAA chegou ao fim e os produtores familiares voltam para a passividade ou se veem impotentes para reagir. Isso apenas reforça a necessidade da política não atuar apenas na melhoria da produção e na elevação da renda. É preciso que a política pública atue também na formação e na sustentação da organização política dos grupos e classes sociais menos favorecidos, de modo a garantir o embate com os interesses dominantes, uma vez que Estado é um campo de luta entre interesses conflitantes.

Por fim, a partir dessas considerações, como sugestão para trabalhos futuros, considero importante novas investigações de pesquisas para dimensionar as repercussões dos efeitos do fim do PAA em outros municípios paraibanos e acompanhar as reações que ainda estão por vir por parte dos movimentos sociais, a se somar ao resultado desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, LOUIS. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALVES, Jakson Amâncio. **Produto Interno Bruto do Estado da Paraíba e de seus municípios 2010-2013**. João Pessoa: IDEME, 2016. Disponível em: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/publicacoes/produto-interno-bruto-do-estado-da-paraiba-e-de-seus-municipios-2010-2013.pdf/view>. Acesso em: janeiro de 2020.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Recife: Editora da UFPE, 1998.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFCH, 2017. Revisado em 2019. Disponível em: <https://www.larissabombardi.blog.br/atlas2017>. Acesso em: março 2020.
- BRASIL, Lorene Kássia Barbosa. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as transformações socioterritoriais no Rio Grande do Norte**. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19537>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf. Acesso em: janeiro 2020.
- _____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25/07/2006.
- _____. Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1 - 30/11/2017, Página 51. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9214-29-novembro-2017-785834-publicacaooriginal-154364-pe.html>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?. In: COSTA, L. F. C., FLEXOR, G., SANTOS, R. **Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: EDUR, 2008.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1988.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- _____. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CDDPH. **Comissão Especial: Atingidos por Barragens**. Brasília: CDDPH, 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- COSTA, Gilberto. Relatório considera que construção de hidrelétricas viola direitos humanos. **Exame**, 2 dez. 2010. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/relatorio-considera-que-construcao-de-hidreletricas-viola-direitos-humanos>. Acesso em: 19 de julho de 2019.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHMIELEWSKA, Danuta; SOUZA, Darana; LOURETE, Acácio Alvarenga. **O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e a práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe**. IPEA, 2010. 39 p. (Texto para discussão, n. 1510). 2010. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5061:o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar-paa-e-as-praticas-dos-agricultores-participantes-orientadas-ao-mercado-estudo-de-caso-no-estado-de-sergipe&catid=170:2012&directory=1. Acesso em: 19 jan. 2019.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a Rede Farm to Cafeteira Canadá (F2CC), no Canadá**. 2016. 357 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143819/coca_elf_dr_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 04 out. 2018.

CONAB. Agricultura Familiar - Programa de Aquisição de Alimentos – **PAA: Resultados das ações da Conab em 2018**. V. 20, 2018. Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>. Acesso em jan 2020.

CONAB. **PAA: resultado das ações da Conab em 2009**. Brasília: Conab, 2009. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/bfce0ba335863effe2482532a820c32c..pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: resultado das ações da Conab em 2013**. Brasília: Conab, 2014. Disponível em:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_04_29_10_49_23_sumario_executivo_29.pdf. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. **Compendio de Estudos da Conab**. V. 1. Brasília: Conab, 2016. Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>. Acesso em: 27/12/2016.

COUTO, Alberto Ilha; TARGINO, Ivan. política de crédito e endividamento de trabalhadores assentados: o caso da Zona da Mata paraibano. **Emancipação** (UEPG), v. 7, p. 135-164, 2007.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

EVANGELISTA, Genyson Marques. **A chegada das águas: conflitos socioambientais e mudanças no mundo do trabalho rural provocadas pela formação de lagos artificiais**. 2012. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012. Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/2041/1/GENYSON%20MARQUES%20EVANGELISTA%20-%20TESE%20PPGCS%202012.pdf>. Acesso em: 25 fev 2019.

FALQUETO, Júnia; FAROAS, Josivania. Saturação Teórica em Pesquisas Qualitativas: Relato de uma Experiência de Aplicação em Estudo na Área de Administração. In **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v. 3, 2016.

FAVARIN, Roque Ademir. **Fundos rotativos solidários: avanços e limites para a construção de finanças solidárias no Brasil**, 2018. 413 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FEIDEN, A.; SILVA, A. M. da; MOL, D. J. de; FEIDEN, A. **Sistema de irrigação alternativo de baixo custo com mangueira preta e garrafas PET**. Corumbá: Ed. Embrapa, 2016 Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/155613/1/DOC142.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: Ramos Filho, Eraldo da Silva *et al*; **Estado, políticas públicas e território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FORTES, Maria Ester Pereira. **Relatório e Delimitação Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Senhor do Bonfim**. In: João Pessoa, 2007. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_jlZF002awzSnpiUFpTake1S28/view. Acesso em: 15 jul. 2019.

FRANCISCO, Paulo Roberto Megna; SANTOS, Djail; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana. **Potencial Pedológico das Terras do Estado da Paraíba para as principais culturas**. Campina Grande: EDUFCG, 2017. Disponível em: <https://portal.insa.gov.br/images/acervo-livros/Potencial%20pedologico%20das%20Terras%20do%20Estado%20da%20Paraiba%20ara%20as%20principais%20culturas%20agricolas.pdf>. Acesso em 22 jan. 2020.

_____. **Capitalismo e liberdade**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GRAMSCI, A. **Maquiavel. A política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIDE, Lucas de Moraes. **Mercados institucionais da agricultura familiar: implicações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o circuito espacial produtivo do leite no Brasil**. 2018. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000972503&opt=1>. Acesso em: 07 mar 2019.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites de potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade & Natureza**. Uberlândia, V. 25, n. 3, p. 469-493, set/dez 2013. ISSN 1982-4513. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132013000300003>. Acesso em: 16 fevereiro 2019.

HENTZ, Carla. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como estratégia de reprodução socioeconômica na microrregião geográfica de Chapecó-SC**. 2016. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144274/hentz_c_me_prud.pdf?sequence=3. Acesso em: 10 out. 2018.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. 2006. Tabela 2204. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2204>. Acesso em: 19 de jan. de 2020.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. 2017a. Tabela 6880. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>. Acesso em: 19 de jan. de 2020.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2017b. Tabela 5938. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 22 de jan. de 2020.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>. Acesso em: 15 dez. de 2019.

- _____. **Produção Agrícola Municipal**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>. Acesso em: 13 jan 2020.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.
- _____. **A política Agrária do Partido Socialista**. São Paulo: Editora Assunção Limitada, 1945.
- KAMINSKI, Ricardo da Silva *et al.* **Desafios metodológicos para a avaliação de programas governamentais: o caso do Programa de Aquisição e Alimentos**. Boletim regional, urbano e ambiental. Ipea, jan-jun 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8474/1/BRU_n18_Desafios.pdf. Acesso em: fevereiro de 2018.
- Keynes, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras; Gilgueziras, Vitor Araújo. **Reforma Trabalhista no Brasil: Promessas e realidade**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2019.
- LEAL, Sidney Cássio Todescato. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos**. 2017. 107f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150946/leal_sct_me_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 08 fev. 2020.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4º Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.
- LENIN, Vladimir Llich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- _____. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LIMA, Anna Erika Ferreira. **A Geografia da segurança alimentar e nutricional no Ceará-Brasil: um estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2015. 188 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/20237>. Acesso em: 02 jan 2019.
- LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. **Revista Brasileira de História**. N. 6. São Paulo: Anpuh, 1983.
- LINHARES, Maria Yedda. **História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagri, 1979.
- LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.
- MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática: ensaio sobre a população**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3306652/mod_resource/content/1/malthus%20%281996%29%20principios%20de%20economia%20politica.pdf. Acesso em: 20 jun 2019.
- MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- MANTOUX, Paul. **A Revolução Industrial no século XVIII**. São Paulo: Edunesp / Hucitec, SD.

- MAPA. **Plano Safra 2019-2020**. Brasília: Binagri, 2019. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/plano-agricola-e-pecuario/PLANO_SAFRA_2019_2020.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.
- MARIOTO, Anderson. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o desenvolvimento territorial**: um estudo comparativo entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista-SP e Paranavai-SP. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89829/marioto_a_me_prud.pdf?sequencia=1&isAllowed=y. Acesso em: out 2019.
- MARTINS, José de Souza. Reforma agrária no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 15, n. 2, novembro 2003. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a06v15n2.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- MARX, Karl. **O Capital**: para a crítica da economia política. Livro I, V. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. **A Ideologia Alemã**. Versão para eBook, Edição eletrônica. Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>. Acesso em: 07 jun 2019.
- MATEUS, Marcos Aparecido Atilés. **Agricultura Familiar**: estudo de caso da política do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em duas associações rurais no município de Rolim de Moura/Ro. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015. Disponível em: http://www.pgdra.unir.br/uploads/85796698/menus/dissertacoes/Marcos_Aparecido_Dissertacao_2012_2015.pdf. Acesso em: 05 março 2020.
- MATTEI, Lauro. A Política Agrária e os retrocessos do Governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v 12, n. 2, p. 293-307, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41318>. Acesso em: 07 de mar de 2019.
- MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos**: manual operativo. Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf. Acesso em: março 2019.
- _____. **Fome Zero**: uma história brasileira. 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 04 jul 2020.
- MDSA. **Relatório de Gestão do Exercício 2016**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/aceso_informacao/auditoria/secretaria-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sesan/2016_Relatorio_Gestao.pdf. Acesso em: 20 mar 2020.
- MENGEL, Alex, Alexandre; AQUINO, Sílvia Lima. Integração Produtiva na Agricultura Familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento. Brasília: IPEA, **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, 2011.
- MILL, Stuart. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade.

Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017

MONTEIRO, Karoline dos Santos. **As mulheres quilombolas na Paraíba**: terra, trabalho e território. 2013. 233f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5834/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

MOREIRA, Martins Isabel. **O Algodão sem veneno do Assentamento Queimadas, na Paraíba**: agentes sociais, alinhamento em rede, produção e comercialização. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12281/1/AlgodaoVenenoAssentamento_Moreira_2012.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2019.

MOREIRA, Emília de Rodat. **Estudo comparativo das duas últimas divisões regionais da Paraíba**. João Pessoa: Texto para discussão, DGEOC/UFPB, 2020.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba**: delimitação e caracterização. João Pessoa: IBGE, 1988.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora UFPB, 1997.

_____. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, 2011. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/viewFile/6560/3560>>. Acesso em: 25 março 2019.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan.; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: Um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Revista Ruris**, São Paulo, v.5, n. 1, março 2011. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/962/697>. Acesso em: 29 de jan. de 2020.

NASCIMENTO, Juliano Moreira do. **Os Bancos de Sementes Comunitários na Construção de Territórios de Esperança**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5881/1/parte1.pdf>. Acesso em: 18 mar.2020.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus; Lenhardt, Gero. Força de trabalho e poder da sociedade. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus; RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de “Estado capitalista” e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Fernando Garcia. **Publicações sobre Acauã**. Campina Grande, 2020. No prelo.

OLIVEIRA, Fernando Garcia. Uma experiência de Assessoria a atingidos por barragem. In: IV Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural – ALASRU, 2002, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, Fernando Garcia; BARROS JÚNIOR, Genival; TONNEAU, Jean-Phillippe; FERNANDES, Maria do Nascimento. Equacionamento dos problemas dos atingidos pela

- barragem de Acauã na Paraíba. In: IX Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste – ANPOCS regional, 2003, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: UFSE, 2003.
- PANTA, R. L. S.; MOREIRA, Ivan Targino . Terra e Trabalho: O processo de reprodução ampliada do campesinato da Reforma Agrária. In: **Anais do XIII encontro nacional da ANPEGE**, 2019, São Paulo. **d.** São Paulo: Anpege, 2019. v. 1. p. 1-20.
- PASUKANIS, E. **Teoria geral do direito e marxismo**. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1989.
- PAULA, Adriano Makux. **Faces da expropriação e da desterritorialização camponesa em Pitanga-PR**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/39107>. Acesso em: abril de 2019.
- PAULILO, Maria Ignês. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Co-edição Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e Editora da UFSC, 1990
- PORTO, Sílvio Isoppo. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): política pública de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidad Internacional de Andalucía, Baeza, 2014. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2014%20Dissertação%20ISEC%20Silvio%20Porto.pdf>. Acesso em: 10 fev. de 2019.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- REIS, Ana Terra. **Trabalho, Políticas públicas e resistência em assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2015. 169 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144993/reis_at_dr_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 09 out. 2018.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática 1993.
- REPÓRTER BRASIL. **As novas cercas dos quilombos**. 19 de maio de 2016. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2016/05/as-novas-cercas-dos-quilombos/>. Acesso em: 21 de julho de 2019.
- REPÓRTER BRASIL. **20% dos agrotóxicos liberados em 2019 são extremamente tóxicos**. 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/01/20-agrotoxicos-liberados-em-2019-sao-extremamente-toxicos/>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- RUBIN, Gayle. **El tráfico de mujeres: notas sobre la ‘economía política’ del sexo”**. **Revista Nueva Antrología**, Distrito Federal - México, ano/vol. VIII, n. 030, p. 95-145, 1986. ISSN: 0185-0636. Disponível em: <https://www.caladona.org/grups/uploads/2007/05/EI%20trafico%20de%20mujeres2.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAY, Jean Baptiste. **Tratado de Economia Política**. Os economistas. São Paulo: Abril Cultura, 1983.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ VALLE, L. (Orgs.). **La pluriactividad em el campo latinoamericano**. 1º ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009.

SEBRAE. **Manual do piscicultor: produção de tilápia em tanque-rede**. 2018. Disponível em: <http://www.emater.gov.br/intra/wp-content/uploads/downloads/2013/08/Manual-Produ%C3%A7%C3%A3o-Til%C3%A1pia-em-tanque-Rede.pdf>. Acesso em: 14 dez. de 2018.

SILVA, Júlia Garcia de Souza. **Produção e reprodução do espaço agrário - Bahia: implicações do PAA e PNAE em assentamentos de reforma agrária**. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24729>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SILVA, Pablo Melquisedeque de Souza e. **Campesinato e agroecologia em rede: a dinâmica do movimento agroecológico no Brasil e sua manifestação no Nordeste e no Agreste Paraibano**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. V. 2. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. **Resistência e recriação camponesa a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Lagoa Seca-PB**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/dissertacoes/jamerson_souza.pdf/view. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. A Política de Aquisição de Alimentos na mira do Golpe. **Revista OKARA**, João Pessoa, v 12, n. 2, p. 664-677, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/41335/20707>. Acesso em: 16 jul. 2019.

STEINBERG, Marília. **Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

SUDENE. **Levantamento exploratório - Reconhecimento de solos do Estado da Paraíba**. II-Interpretação para uso agrícola dos solos do Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, 1972.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, E. Política Pública e Organização Agrária no Cariri Paraibano. **Geonordeste** (UFS), v. Ano X, p. 107-128, 2008.

TARGINO, I.; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; IENO, Genaro . Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. **Revista Nera**, v. 3, n. 3, 2003.

TCHAYANOV, A. V. **Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924)**. In: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, n. 46, v. XII, 1976. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

TORRES, Ericson da Nóbrega. **Espaço agrário e trabalho assalariado no campo nordestino**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

VELOSO, Fernando. **Redes locais e mercados institucionais de compra da agricultura familiar nos municípios de Adamantina, Paulicéia e Tupi Paulista (SP)**. 2017. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150852>. Acesso em: 12 jan. 2019.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

WANDERLEY, Carlos Ferreira. **Uma nova carne comida com velhos garfos: a política neodesenvolvimentista do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a agricultura familiar solidária**. 2018. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/904>. Acesso em: 18 dez. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25-44, 2014. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002. Acesso em: 03 mar. 2020.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO AOS PRODUTORES RURAIS E BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA

Data da entrevista: _____
Duração: _____
Nome do entrevistado: _____ Local de nascimento: _____
Idade: _____ Escolaridade: _____ Local de residência: _____ Nº de residentes: _____ Nº filhos: _____

Produção:

- Q1. Nas duas safras anteriores, quais os tipos de produtos que o senhor plantou?
- Q2. Ocorre plantio consorciado? Em caso afirmativo, quais produtos?
- Q3. Qual o tamanho da sua propriedade rural?
- Q4. Como adquiriu a propriedade? Compra () Herança () Posse () Arrendada: ()
Outro: _____
- Q5. Se sim, desde quando? _____
- Q6. É assentado de reforma agrária?
- Q7. Qual o preço do hectare de terra na região?
- Q8. Houve aumento ou diminuição do preço da terra nos últimos 5 anos?
- Q9. O que o levou a participar do PAA? _____
- Q10. Como teve conhecimento do PAA? _____
- Q11. O senhor participa do PAA? Desde quando? (em caso negativo, pular Q.12 a Q.14. e perguntar por que deixou de participar ou por que não participa mais)
- Q12. Caso participe do PAA, o programa trouxe quais benefícios à sua produção? Trouxe alguma dificuldade?
- Q.13 O senhor acha que os preços do PAA são menores ou maiores que os preços do mercado? _____
- Q.14 Como é feito o pagamento *no PAA*? *Existe regularidade*? _____
- Q.15 O que leva o senhor a produzindo no campo?
- Q16 O Senhor pensa em vender sua terra? Por que?
- Q17 O senhor pensa em deixar de produzir no campo? Por que?
- Q18 O senhor recebe alguma orientação de técnicos para sua produção? Se sim, de quem?
Como _____ é _____ feita _____ essa orientação? _____

Comercialização:

- Q19. A quem o senhor vende a sua produção?
- Q20. Na última safra, qual a renda que o senhor obteve com sua produção?
- Q21. Caso participe do PAA, o programa trouxe quais benefícios a comercialização dos produtos? Trouxe alguma dificuldade?

Crédito:

- Q22. O senhor já pegou algum empréstimo para empregar na sua produção?
- Q23. Se sim, quais os empréstimos?

- a) _____ Valor: R\$ _____ Ano: _____
 b) _____ Valor: R\$ _____ Ano: _____
 c) _____ Valor: R\$ _____ Ano: _____
 d) _____ Valor: R\$ _____ Ano: _____

Q24. Qual a sua situação? Adimplente: _____ Inadimplente: _____

Q25. Qual a renda obtida através do PAA?

Q26. O senhor deve a alguém ou a algum banco?

Forma de organização da produção:

Q27. Por quem é feita a sua produção? Pela família? Contrata mão-de-obra?

Q28. Por quem é feita a colheita? Pela família? Contrata mão-de-obra?

Q29. Como o senhor faz os plantios? Uso de enxada? Uso de trator?

Q30. O senhor utiliza agrotóxicos na sua plantação?

Q31. Como é feita a adubação? Adubo orgânico? Adubo químico? Nenhum?

Q32. O senhor sabe quantos quilos (ou toneladas) de alimentos são produzidos (as) em sua propriedade?

Pecuária:

Q.33 Tem criação?

- a) Bovino () Quantos? _____
 b) Caprino () Quantos? _____
 c) Ovino? Quantos? _____

Q.34 No último ano, que produtos vendeu?

- a) _____ A quem? _____ Quanto recebeu? R\$ _____
 b) _____ A quem? _____ Quanto recebeu? R\$ _____
 c) _____ A quem? _____ Quanto recebeu? R\$ _____
 d) _____ A quem? _____ Quanto recebeu? R\$ _____
 e) _____ A quem? _____ Quanto recebeu? R\$ _____

Q.35 Que produtos consumiu?

- a) _____
 b) _____
 c) _____
 d) _____
 e) _____

Relação com o Estado

Q36. O que o senhor gostaria de plantar/criar?

Q37. Na sua opinião, o que deveria ser mais incentivado pelo governo na sua propriedade?

Relação com os fornecedores e/ou atravessadores

Q38. Há algum acordo formal entre o senhor e os fornecedores e/ou atravessadores?

Q.39 A quem o senhor entrega a produção do PAA?

Renda:

Q40. Qual a renda do senhor com a sua produção por mês? R\$ _____

Q.41 Recebe renda de outras fontes?

- a) Assalariado R\$ _____
 b) Aposentadoria R\$ _____
 c) Bolsa Família R\$ _____

- d) Pensão R\$ _____
- e) Ajuda de familiares R\$ _____
- f) Outro _____

Q.42 Qual o destino de sua renda?

- a) consumo R\$ _____
- b) insumos R\$ _____
- c) ajuda a familiares R\$ _____
- d) Prestação R\$ _____
- e) pagamento a banco R\$ _____
- f) Igreja R\$ _____
- g) Medicação R\$ _____
- h) Educação R\$ _____
- i) Transporte R\$ _____
- j) Lazer R\$ _____
- k) Outros. Quais? R\$ _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS

Data da entrevista: _____

Duração: _____

Nome da organização fornecedora: _____

Nome do responsável: _____

1. Quando foi criada a associação/cooperativa?
2. A associação/cooperativa participa do PAA há quanto tempo?
2. Quantas pessoas estão associadas à cooperativa e quantas participam do PAA?
3. Qual a relação da cooperativa com a Prefeitura?
4. Qual a relação da Cooperativa com a Conab?
5. Qual o tipo de produto oferecido pela cooperativa/associação?
6. De quem e como adquire os produtos para a associação/cooperativa? Quais são os produtos adquiridos?
7. A quem vende os produtos?
8. Há a intermediação de atravessador?
9. Quais são os benefícios de participar do PAA? E quais as dificuldades?
10. Qual a participação dos integrantes da associação/cooperativa nas decisões da entidade?